



Revista do Programa de Pós-
Graduação em Ciências Sociais da
UFBA

V.9, N.9, JANEIRO/JUNHO 2020

ISSN: 2318-7808



Universidade Federal da Bahia

Reitor: Prof. João Carlos Salles Pires da Silva
Vice-reitor: Prof. Paulo César Miguez de Oliveira

Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Diretora: Prof^a. Maria Hilda Baqueiro Paraíso
Vice-diretora: Prof^a. Iole Vanim Macedo

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Coodenadora: Prof^a. Maria Gabriela Hita
Vice-coodernadora: Prof^a. Iara Maria de Almeida Souza

FFCH-UFBA

Estrada de São Lázaro, 197
Federação - Salvador, BA - Brasil
CEP: 40.210-730

A Revista Prelúdios é uma publicação científica eletrônica semestral. Lançada em 2013, tem como objetivo divulgar artigos, ensaios e resenhas de pesquisadores da área de Ciências Sociais vinculados a instituições nacionais e internacionais. Poderão ser submetidos para publicação textos originais - ainda não publicados em outra revista científica nacional, estrangeira ou em coletâneas - ou publicados em anais de eventos científicos. O recebimento de submissões é em fluxo contínuo. É preciso apenas se cadastrar no site e submeter o seu trabalho.

Comissão Editorial Responsável

Bruno Vilas Boas Bispo
João Rodrigo Araújo Santana
José Adailton Santos
Cláudio Almeida Silva Filho
Ubiraneila Capinan Capinan
Thalisson Luiz Maia Santana
Danilo Uzêda da Cruz
Fernanda Faria

Financiamento

PPGCS (UFBA)

Preparação de textos

Equipe da EDUFBA

Prelúdios

<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistapreludios>
Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e
Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia. v. 7, n. 7, jan./jun. 2019
contato.preludios@gmail.com

Em sua integralidade, o conteúdo dos textos publicados é de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando necessariamente na concordância da Comissão Editorial, do Conselho Consultivo ou de qualquer profissional envolvido com a publicação desse periódico.



PRELÚDIOS

Revista do Programa de Pós-Graduação
em Ciências Sociais da UFBA

Projeto e capa
Rodrigo Oyarzabal Schlabitz
Editoração
Janáina Spínola dos Santos
Revisão e normalização
Equipe da EdUFBA

Sistema de Bibliotecas da UFBA

Prelúdios : revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFBA /
Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. - v 9,
n. 9 (jan. jun. 2020)- . - Salvador, : FFCH UFBA, 2021.

Semestral.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1, jul./dez. 2013.

ISSN 2318-7808

1. Ciências sociais - Periódicos. I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

CDD - 300.5

SUMÁRIO

EDITORIAL

Por Tiago Rodrigues Santos
Hingryd Inácio de Freitas

ENTREVISTA

SOCIOLOGIA RURAL NO BRASIL, DILEMAS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS:
UMA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES ANTÔNIO DA SILVA CÂMARA E
LÍDIA CARDEL / 12

João Rodrigo Arajuro Santana
Ubiraneila Capinan Barbosa

DOSSIÊ SOCIOLOGIA RURAL

ANALISANDO EFEITOS DA POLÍTICA AUTO-DECLARATÓRIA DO CADASTRO
AMBIENTAL RURAL: SOBREPOSIÇÕES E GRILAGEM EM TERRAS PÚBLICAS / 37

Matheus Sehn Korting

COMUNIDADES TRADICIONAIS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO: DESAFIOS PARA A
ARTICULAÇÃO ENTRE JUSTIÇA SOCIAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO PAR-
QUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA / 64

Maria Medrado Nascimento

O TRABALHO NÃO-AGRÍCOLA COMO ESTRATÉGIA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS
DO AGRESTE DE PERNAMBUCO / 88

Renata Milanês

UM BALANÇO DA UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE AUXÍLIO À PESQUISA QUA-
LITATIVA (CAQDAS): TRINTA ANOS DE MST NA MÍDIA IMPRESSA (1984-2014) / 110

Lídia Cardel
Paulo Henrique Dantas Pita
Lara Rosa Meirelles Barros
Marina Ferreira de Araújo Fernandes
Caio Araújo dos Santos

ARTIGOS

**PADRÕES DE CARREIRA E FORMAS DE RECONVERSÃO DA MILITÂNCIA
POLÍTICO-PARTIDÁRIA / 134**

Bergson Morais Vieira Correio
Alex Menezes de Carvalho

**RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL: MULHERES NEGRAS COM DOENÇA FALCI-
FORME ENTRELAÇADAS EM OPRESSÕES / 162**

Jucidalva Nascimento Gomes

**DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, RETRAÇÃO DOS DIREITOS
TRABALHISTAS E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA
DA COVID-19: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS! / 179**

Joseleide Bastos Vieira Souza

**A CRIAÇÃO DO SENSO COMUM PUNITIVO POR INTERMÉDIO DA CRIMINOLOGIA
MIDIÁTICA: UMA ANÁLISE DA REALIDADE CONSTRUÍDA A PARTIR DE
MATÉRIAS EXIBIDAS NO PLANTÃO ALAGOAS / 202**

Francisco França Júnior
Bruno Cavalcante Leitão Santos
Caroline Soares da Silva

**MADE IN BRAZIL: CONSPIRACY THEORY AND THE FLOW OF INFORMATION IN
ONE-TO-ONE WHATSAPP CONVERSATIONS / 226**

Fernanda R. Rosa

Hingryd Inácio de Freitas¹
Tiago Rodrigues Santos²

EDITORIAL

Pensar o mundo rural brasileiro, em suas mudanças e permanências, nos remete à necessidade de superação das dicotomias analíticas que por vezes ainda persistem sobre as relações e dinâmicas entre o campo e a cidade, o urbano e o rural, assim como entre o agrícola e o agrário. Relações e dinâmicas que não somente se definem pela realização social do trabalho, mas também da cultura, e que se expressam na vida cotidiana através de distintas formas (espaciais) e conteúdos (sociais). O mundo rural que ora tangenciou as obras dos clássicos da sociologia – tendo o processo de industrialização/modernização como primordial para a análise sociológica – ora foi tomado, por todos eles, através das ações coletivas dos grupos, classes e sujeitos sociais do campo em diversos contextos. O certo é que o mundo rural permaneceu, em que pese o aumento gradativo das populações do mundo viverem nas cidades. No Brasil, o polêmico livro de José Eli da Veiga, lançado no limiar do século XXI, *Cidades Imaginárias – O Brasil é menos urbano do que se calcula* (2002), trouxe à tona, entre outras questões, a potência do mundo rural escamoteada pela sociedade que busca como referência o modo de vida urbano-industrial.

Um mundo rural que, inserido no movimento da totalidade, no tempo e no espaço, se apresenta em meio à transformação do território em toda a sua contraditoriedade. Sentido no qual o paradigma da questão agrária reafirma a sua importância e permanência. Uma questão que, manifestada em sua dimensão territorial, adquire uma maior complexidade analítica no sentido de não se restringir somente na dimensão de uso, posse e propriedade do principal bem da Natureza, que é a terra, mas também por abarcar as disputas e conflitos associados às formas de uso e apropriação da água, do ar, da energia solar, dos ventos, dos minerais e de toda a biodiversidade, no solo e no subsolo. Uma questão agrária que, manifestada em sua dimensão territorial, “engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer” (MARTINS, 1994, p.12-13), adquirindo materialidade no campo e na

1 Doutora em Geografia pela Universidade Federal do Ceará. Professora do Departamento de Geografia do Instituto Federal da Bahia. E-mail: hifreitas@ifba.edu.br.

2 Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas. Professor do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal da Bahia. E-mail: tiago.rodrigues@ufrb.edu.br.

sua relação com a cidade. Não apenas por isso, foi do rural, por exemplo, que emergiram discussões acerca da questão da participação nos movimentos sociais. (RUA; ABRAMOVAY, 2001)

De forma particular na América Latina, “uma região que se especializou em perder desde os remotos tempos em que os europeus do Renascimento se abalçaram pelo mar e fincaram os dentes em sua garganta”. (GALEANO, 2000, p. 5) E que, ainda hoje, subordinada à lógica do desenvolvimento desigual e combinado, continua a acumular perdas sucessivas de suas riquezas naturais e sociais. Uma conjuntura geopolítica colonial que legou à América Latina a pior distribuição de terras em todo o mundo: 51,19% das terras agrícolas estão concentradas nas mãos de apenas 1% dos proprietários rurais. (SANTOS; GLASS, 2018) Também, no Brasil, considerando que o caráter agrário e mercantil substanciou o conteúdo social das diversas fases e vetores da formação espacial brasileira, até mesmo considerando a transição para a sociedade capitalista urbano-industrial. (MOREIRA, 2012) Não é de modo algum por acaso que o Brasil ocupa a 5ª posição no ranking mundial de desigualdade ao acesso à terra: 45% de sua área produtiva está concentrada em propriedades superiores a mil hectares – apenas 0,91% do total de imóveis rurais. (SANTOS; GLASS, 2018)

Relações desiguais de poder que historicamente definem os (des)caminhos da reforma agrária e reafirmam o latifúndio como forma-conteúdo estruturante do território brasileiro. Uma forma-conteúdo enraizada nas condições sociais e históricas que determinaram o monopólio da propriedade da terra no Brasil, tendo como marco destacado a Lei de Terras de 1850 – que foi aprovada pelo imperador D. Pedro II e extinguiu o direito à apropriação legal por posse e usufruo no Brasil (38 anos antes da Abolição da Escravatura, a partir do ano de 1888). Tal condição perpassou pelo processo da industrialização da agricultura, no contexto da Revolução Verde, a partir da década de 1950, adquiriu a forma da agroindústria, a partir da década de 1980, e se consolidou através da hegemonia da política neoliberal e da associação do Banco Mundial, das corporações transnacionais e do capital financeiro internacional aos setores do agronegócio, da agroenergia e da mineração, a partir da década de 1990. Setores que se hegemonizaram nas brechas das “Origens Agrárias do Estado Brasileiro” (IANI, 2004), hoje sintetizada pelo poder da “bancada ruralista” ou, como define Castilho (2012), pelo poder do “Partido da Terra”, ocupa o Legislativo, invade o Executivo e cultiva o Judiciário.

É uma realidade em que se intensificam as ações de violência e conflitos no campo, como evidenciam os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2019): as ocorrências de conflitos (terra, água e trabalho) aumentou de 1.489 em 2018 para 1.833, o maior desde o lançamento da primeira publicação, em 1985; o número de pessoas envolvidas reduziu singelamente de 960.342 em 2018 para 859.023 pessoas em 2019; e a área em disputa passou de 39 milhões e 425 mil hec-

tares em 2018 para 53 milhões e 313 mil hectares. Ou seja, ao menos 10% de toda área territorial do solo brasileiro foi palco de conflitos socioterritoriais.

São números que reforçam uma realidade histórica que se agudiza no contexto de ruptura do “ciclo progressista” que se configurou no Brasil, a partir do golpe político-jurídico-midiático do ano de 2016 e com a eleição de Jair Bolsonaro no ano de 2018, sendo instituído tempos de conservadorismo e austeridade fiscal que já se revelam de forma bem mais perversa para os povos e comunidades rurais, com o avanço das ações de flexibilização da legislação agrária e ambiental brasileira e dos ataques aos direitos territoriais legalmente constituídos.

Realidade esta que é permeada não apenas por uma diversidade de sujeitos (posseiros, sem terra, acampados, assentados, quilombolas, indígenas, dentre outros), mas também por uma diversidade de movimentos e formas de representações sociais e ações coletivas, tais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e outras formas e modos de ser e lutar.

Partindo das suas trajetórias acadêmica e profissional, com destaque para ações desenvolvidas no âmbito do Núcleo dos Estudos Ambientais e Rurais (Nuclear), os professores Lídia Cardel e Antônio Câmara, ambos do Departamento de Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFBA, analisam algumas problemáticas clássicas que atravessam os estudos sobre o mundo rural no Brasil. Problemáticas associadas ao processo civilizatório de sociedade moderna centrado, fundamentalmente, na importância que nela assumem os sentidos da industrialização e urbanização e, principalmente, da emergência de múltiplas campesinidades no pós constituição de 1988, ainda que na particularidade histórica do camponês brasileiro ele se dê como “um camponês sem-terra”. Assim, o diálogo estabelecido com os professores perpassam por temas como o campesinato, migração, relação campo-cidade, movimentos sociais, memórias, identidades e sociabilidades rurais, questão fundiária, violências e conflitos no campo. Também nos provoca à reflexão sobre o campo da sociologia rural e suas relações epistêmicas (e políticas) com outros campos disciplinares na contemporaneidade.

No artigo “Analisando efeitos da política autodeclaratória do cadastro ambiental rural: sobreposições e grilagem em terras públicas”, Matheus Sehn Korting busca compreender os sentidos e desdobramentos territoriais do Cadastro Ambiental Rural (CAR) que foi adotado pelo Estado brasileiro, a partir do ano de 2012, no bojo da aprovação do Novo Código Florestal. Incorporando a abordagem antropológica das políticas públicas como perspectiva metodológica e dialogando com as noções de “efeito-instrumento” de James Ferguson, “legibilidade e simplificação do território” de James Scott e “biopolítica” de Mi-

chel Foucault, o autor desenvolve a historicização das legislações ambientais e fundiárias brasileiras e faz uma análise quali-quantitativa dos dados do Boletim Informativo do CAR e de informações obtidas através dos atores diretamente envolvidos no processo. De forma que torna evidente “a trama entre direito e território” e, nesse contexto, as relações e tensões existentes entre a questão ambiental e questão agrária brasileira na contemporaneidade, com destaque para as ações de sobreposições de cadastros em terras públicas, favorecendo grilagem de terras, e de regularização de passivos ambientais com vistas à garantia “legal” das práticas de violências e expropriação dos povos e comunidades tradicionais no campo brasileiro.

No artigo “Comunidades tradicionais e áreas de preservação: desafios para a articulação entre justiça social e preservação ambiental no Parque Nacional da Chapada Diamantina”, Maria Medrado Nascimento apresenta uma reflexão acerca das relações e tensões que se definem no campo político-jurídico da luta pela justiça social e preservação ambiental no Brasil, tendo o Parque Nacional da Chapada Diamantina como recorte analítico (Unidade de Conservação de Proteção Integral — Decreto nº 91.655 de setembro de 1985). De forma mais específica, a autora analisa os processos de sobreposições territoriais entre comunidades tradicionais e unidades de conservação e a conflitualidade estabelecida a partir das lutas de afirmação de identidades e reconhecimento de direitos coletivos frente à racionalidade positivista do direito individualista e universal. Principalmente, considerando os significativos avanços nas legislações dos países latino-americanos ocorridos a partir da década de 1980, sendo o multiculturalismo reivindicado enquanto estratégia de resistência e enfrentamento pelo reconhecimento legal dos territórios tradicionais.

No artigo “O trabalho não-agrícola como estratégia das famílias camponesas do agreste de Pernambuco”, Renata Milanês traz uma importante contribuição aos estudos sobre o campesinato brasileiro, assim como das relações e tensões entre o campo e a cidade, o rural e o urbano (ou até mesmo industrial). O rural (assim como o campesinato), é apreendido numa perspectiva histórico-relacional enquanto expressão da diversidade da vida social e das práticas econômicas (agrícolas e não agrícolas) que se realizam no cotidiano das comunidades camponesas. Sentido no qual assume centralidade o conceito de pluriatividade – analisado pela autora a partir dos estudos clássicos de Kautsky e Chayanov acerca dos “trabalhos acessórios” e “outras atividades não-agrícolas” no meio rural – sendo o trabalho não-agrícola compreendido como estratégia de recriação do campesinato e de sua resiliência necessária em tempos de crise. De forma mais específica, aborda as comunidades camponesas cuja existência

(e resistência) está diretamente associada ao trabalho não agrícola realizado de forma associada ao Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco.

No trabalho “Um balanço da utilização das ferramentas de auxílio à pesquisa qualitativa (CAQDAS): trinta anos de MST na mídia impressa (1984-2014)”, Lídia Cardel et al. investigam a análise discursiva da Mídia Impressa sobre o MST, considerando a sua importância no cenário político brasileiro e latino-americano nos últimos 30 anos. Um trabalho que dialoga com o arcabouço epistemológico da Sociologia Rural, da Sociologia das Mídias e dos estudos sobre os Movimentos Sociais, com destacada relevância analítica e originalidade metodológica considerando, principalmente, a utilização de softwares de análise qualitativa e quantitativa das informações pesquisadas (CAQDAS, Atlas.ti e Sphinx) e a criação e análise de uma extensa base de dados (Big data) para dar suporte ao desenvolvimento de pesquisas com recortes temporais de longa duração no campo das ciências sociais.

As questões e temas apresentados neste dossiê são um convite às reflexões sobre mudanças, permanências e (des)continuidades do mundo rural brasileiro. Desejamos uma boa leitura a todos e todas!

REFERÊNCIAS

CASTILHO, A. L. Partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro. São Paulo: Contexto, 2012.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo Brasil 2018. Goiânia: CPT Nacional, 2019.

GALEANO, E. As veias abertas da América Latina. Tradução Galeno de Freitas. 39. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

IANNI, O. Origens agrárias do Estado brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 2004.

MARTINS, J. S. O poder do atraso. São Paulo: Hucitec, 1994.

MOREIRA, R. Formação espacial brasileira: uma contribuição crítica à geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

RUA, M. G.; ABRAMOVAY, M. Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”? As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SANTOS, M.; GLASS, V. (orgs.). Atlas do Agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

João Rodrigo Araujo Santana¹
Ubiraneila Capinan²

SOCIOLOGIA RURAL NO BRASIL, DILEMAS CLÁSSICOS E CONTEMPORÂNEOS: UMA ENTREVISTA COM OS PROFESSORES ANTÔNIO DA SILVA CÂMARA E LÍDIA CARDEL

RURAL SOCIOLOGY IN BRAZIL, CLASSIC AND CONTEMPORARY DILEMMAS: AN
INTERVIEW WITH PROFESSORS ANTÔNIO DA SILVA CÂMARA AND LÍDIA CARDEL

Resumo

O presente texto é uma entrevista realizada com os professores Antônio da Silva Câmara e Lídia Cardel, docentes da Universidade Federal da Bahia e coordenadores do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (Nuclear/CNPq). Com larga experiência na temática da Sociologia Rural, Antônio Câmara e Lídia Cardel orientaram diversos trabalhos na área das Ciências Sociais, seja na graduação ou na pós-graduação, sendo responsáveis pela formação de diversos pesquisadores que se dedicam a tal assunto. Nessa entrevista, os professores discorrem sobre as suas trajetórias acadêmica e profissional, bem como analisam algumas problemáticas clássicas que atravessam os estudos sobre o mundo rural no Brasil.

Palavras-chave: Sociologia rural. Campesinato. Reforma agrária. Migração. Representações sociais.

Abstract

This text is an interview with professors Antônio da Silva Câmara and Lídia Cardel of the Federal University of Bahia and coordinators of the Center for Environmental and Rural Studies (Nuclear/CNPq). With extensive experience in the subject of Rural Sociology, Antônio Câmara and Lídia Cardel supervised several studies in the field of Social Sciences, in both undergraduate or graduate courses, being responsible for the training of several researchers dedicated to Brazilian Rural Sociology. In this interview, the pro-

¹ Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Professor substituto da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS/BA). E-mail: joaorodrigoas@hotmail.com

² Bacharel em Sociologia e licenciada em Ciências Sociais pela UFBA, Antropóloga filiada a ABA, Mestre em Ciências Sociais pela UFBA, Doutoranda em Ciências Sociais pela UFBA e Professora do Instituto Federal Baiano - IFBaiano. E-mail: ubiraneila.capinan@gmail.com

fessors talk about their academic and professional trajectories, and they analyze some classic issues that involve studies on the rural world in Brazil.

Keywords: Rural sociology. Peasantry. Agrarian reform. Migration. Social representations.

INTRODUÇÃO

Abrimos esse dossiê de Sociologia Rural com uma entrevista realizada com os professores Antônio da Silva Câmara e Lídia Cardel, docentes da Universidade Federal da Bahia e coordenadores do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (Nuclear/CNPq). Com larga experiência na temática da Sociologia Rural, Antônio Câmara e Lídia Cardel orientaram diversos trabalhos na área das Ciências Sociais, seja na graduação ou na pós-graduação, sendo responsáveis pela formação de diversos pesquisadores que se dedicam a tal assunto. Ambos têm uma vasta produção acadêmica, com publicação de livros, participação em coletâneas e artigos publicados em periódicos especializados.

A professora Lídia Cardel realizou seu pós-doutorado em Sociologia pela Universidade de Estrasburgo/França (2012-2013), é doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (2003) e é mestre na mesma área pela Universidade de Brasília (1992). Em sua trajetória, realizou inúmeras pesquisas e atividades de extensão junto a comunidades tradicionais e camponesas, transitando entre as áreas da Sociologia Rural e Ambiental, se debruçando sobre temas como: movimentos messiânicos; movimentos socioculturais rurais e urbanos; território e construções identitárias. Já o professor Antônio da Silva Câmara graduou-se em Ciências Sociais na UFBA em 1975, três anos depois concluiu o seu primeiro mestrado na Universidade de Brasília, com a dissertação intitulada “Hegemonia e crise social no Brasil (1950-1964): a ideologia dominante em face as ligas camponesas”, e em 1984 obteve um novo mestrado na Université Paris Diderot, com a tese “La question de la réforme agraire au Brésil”. Nos dez anos seguintes, dedicou-se à sua tese de doutorado em Sociologia na Université de Paris VII, intitulada “La Question de la Réforme agraire au Brésil Idéologie et réalité (1950-1980)”. E realizou seu pós-doutorado no Centre national de la recherche scientifique/Universidade Toulouse le Mirail (França), em 2000. Entre teses, dissertações e monografias, o professor Câmara orientou cerca de noventa produções acadêmicas. Atualmente realiza pesquisas na área da Sociologia da Arte, explorando temas como: representações sociais no cinema; cinema e ideologia.

É enorme a importância dos professores Antônio Câmara e Lídia Cardel para a formação em Ciências Sociais na Universidade Federal da Bahia e, por

isso mesmo, o empenho em realizar a presente entrevista, na qual os professores discorrem sobre as suas trajetórias acadêmica e profissional, bem como analisam algumas problemáticas clássicas que atravessam os estudos sobre o mundo rural no Brasil. Essa entrevista foi pensada, num primeiro momento, para ser realizada de forma presencial, contando com a participação conjunta dos dois professores e dos entrevistadores. Contudo, em razão do distanciamento social requerido pela pandemia da Covid-19, as entrevistas foram realizadas remotamente – o professor Câmara enviou suas respostas por escrito e a professora Lídia encaminhou áudios com as respostas, que foram posteriormente transcritas – e são aqui apresentadas em separado. Algumas perguntas se repetem nas duas entrevistas, outras são específicas, voltadas para as temáticas atualmente pesquisadas por cada professor.

COM A PALAVRA, A PROFESSORA LÍDIA CARDEL³

[Lídia Cardel] *Abro essa entrevista agradecendo ao convite que me foi feito por Ubiraneila Capinan, que faz parte do conselho editorial da revista Prelúdios desde o primeiro número. Uma revista que eu vi nascer no seio do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, e que tem um papel fundamental na divulgação e na transmissão do conhecimento científico gerado nos mais variados campos de estudos. A temática que vocês me trazem para dialogarmos, um dossiê sobre Sociologia Rural, me é muito caro, até porque eu faço parte e sou membro do Núcleo de Estudos Ambientais Rurais, que foi fundado por pesquisadores da Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1998, tendo como os primeiros coordenadores os professores Antônio Câmara, do departamento de Sociologia, e Sylvania Maia, do departamento de Antropologia, dois grandes expoentes dos estudos rurais da UFBA. Dito isso, acho importante frisar que optei por fazer essa entrevista de forma oral, exercendo a oralidade como um ponto de deslocamento para que as ideias fiquem livres e deem margem à fruição do pensamento. Quando somos convidados a fazer uma entrevista, nós estamos acostumados a interlocução olho a olho. Existe aí uma demanda não só da palavra dita, mas também uma demanda da troca de olhares, da entonação da voz, do ambiente que se cria para uma entrevista e, nesse momento de excepcionalidade que estamos vivendo, apartados da convivência por meio do afastamento social imposta pela pandemia do Covid-19, me ouvir gravando me dá a sensação de uma proximidade psíquica. Estamos circunscritos ao espaço das nossas casas e, ao mesmo tempo, nos sentimos presos por algo invisível e ainda inexplicável em sua plenitude. Estamos presos porque faz parte de um contrato social que estabelecemos com a sociedade de que devemos estar em casa para que*

o vírus não circule (apesar da necropolítica, enquanto política de Estado, imposta pelo grupo que chegou ao poder em 2018) e, por isso mesmo, nós só podemos circular virtualmente pela nossa imagem e pela nossa voz. Essa interlocução, onde a pergunta vem acompanhada de todo um conjunto não narrado, não dito, onde o corpo de quem estabelece a comunicação está ausente, é de certa forma um privilégio. E nesse momento eu vou fazer aqui quase um monólogo com o que me foi enviado e gosto muito desse exercício. É um aprendizado de imaginação, inclusive, no sentido de que eu estou idealizando que estou na frente de pessoas que eu conheço e que transitam dentro do Núcleo que atualmente eu coordeno, e que fazem parte da minha trajetória na Universidade Federal da Bahia.

[Revista Prelúdios] Segundo José de Souza Martins (2001, p. 32), “[...] o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse dos sociólogos rurais pelo ‘lado negativo’, por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Não por aquilo que as populações rurais eram e sim pelo que os sociólogos gostariam que elas fossem”. O quão de projeto de modernidade houve/há na Sociologia Rural brasileira?

[Lídia Cardel] *São múltiplas questões colocadas ao mesmo tempo. Compreendo que Martins, quando aponta o “lado negativo” do approach sociológico sobre a ruralidade brasileira, esteja se referindo à abordagem crítica que as ciências sociais realizaram sobre o processo da modernização conservadora no campo por meio de uma densa produção intelectual entre as décadas de 1970 e 1980, com uma forte abordagem marxista, na qual ele mesmo fez excelentes contribuições com as suas obras. Cito aqui três dentre a vasta produção deste autor: A Imigração e a crise do Brasil agrário (1973), Capitalismo e tradicionalismo (1975) e Os camponeses e a política no Brasil (1981). O que temos que ter em mente é que as projeções feitas de forma autoral por alguns sociólogos, inclusive por Martins, não correspondem ao todo do que foi produzido pelo pensamento sociológico brasileiro sobre as nossas ruralidades. O Brasil passou por uma transformação histórico-social intensa entre 1930 até 1980, com uma densa reestruturação do tecido social e político do Estado Nacional e, conseqüentemente, das sociabilidades urbanas e rurais. Para termos uma ideia, no ano 2000, apenas 22% da população vivia no campo e, atualmente, somente 16% da população brasileira vive em zonas consideradas rurais. E essas zonas rurais não estão insuladas, mesmo que sejam distantes de grandes centros urbanos, pois estão permeadas por um mundo altamente tecnificado. Portanto, quando nos debruçamos sobre os estudos rurais, nos voltamos para os estudos sobre os projetos de modernidade impostos e propostos para o Brasil como um todo. Inclusive, o projeto de modernidade construído por meio de uma ideologia desenvolvimentista, que veio lá do início do século XX, e foi elaborado como um processo único de civilidade na década de 1930 pelo Estado Novo, fincou raízes tanto na ala conservadora como na ala progressista brasileira; e aqui, sendo bem sim-*

plista quanto ao panorama político brasileiro dos últimos 100 anos. Nesse processo, a questão rural foi tratada como um problema a ser resolvido à posteriori e nunca tivemos na nossa história um governo capaz de implementar políticas efetivas para a resolução da nossa infame concentração fundiária mantida à custa de extrema violência. Em suma, voltando à pergunta central, o campo de estudo da Sociologia Rural é tão diverso quanto a realidade ao qual se propõe analisar e pesquisar. Há uma incomensurabilidade entre a análise macroanalítica, que elabora (e elaborou) uma “imaginação sociológica” sobre o devir do mundo rural, e a enorme diversidade da realidade local, regional e nacional dos mundos rurais brasileiros; realidades múltiplas que o pensamento sociológico nunca dará conta de expor. Assim, vejo essa afirmação de Martins como uma provocação positiva para um diálogo acerca do que já produzimos sobre esta temática nas últimas décadas.

[Revista Prelúdios] Como a modernidade apregoada e a demanda por agentes públicos das populações rurais coabitam com a peonagem, o trabalho escravo e a escravidão por dívida na expansão da fronteira do agronegócio no norte do país, documentada por José de Souza Martins no seu livro *Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano* (1997)? Que projeto modernizador é este que devora o outro/humano?

[Lídia Cardel] *Esta contradição é algo amplo na realidade da sociabilidade brasileira. Num processo civilizatório de 520 anos, com tantas nuances e tantas regionalidades, que foi reorientado pelo Direito Pombalino (1750) e pela Lei das Terras de 1850, e marcado pelo maior regime escravista das américas (1539 a 1888), não podemos falar de modernidade sem nos remeter à dualidade senhor/escravo, que foi (e ainda é), a base para a formação da nossa sociedade patrimonialista. Eu não gosto dessa redução dualista, mas aqui estou me referindo a uma sociedade que estabeleceu um regime estatal baseado em relações clientelistas e familísticas, onde a razão moderna penetra à conta gotas ou pelas frestas. Nesta fricção entre éticas e moralidades distintas, existe um ruído entre a racionalidade do tempo, enquanto uma mercadoria, e do tempo como um marcador de diferenças essencialistas. E nesse rescaldo convivemos tanto com as formas mais contemporâneas de relações trabalhistas, quanto com as formas mais abjetas de apropriação do tempo de vida de grupos sociais, especialmente dos camponeses (históricos e/ou étnicos), o grupo ou classe social mais inviabilizado dentre todos da nossa história oficial. Um grupo tão invisível que só conseguiu protagonismo em rebeliões, conflitos, movimentos messiânicos e sociais e pela negação daquilo que lhe é essencial: o camponês brasileiro é um sem-terra. E dentro dessa pauta ampla da luta por terras observamos, pós constituição de 1988, uma emergência de múltiplas campesinidades por meio de uma ampla dinâmica etnogênica. Assim, não podemos analisar todas as contradições e antagonismos impetrados pela lógica da modernidade capitalista sem falar nas pautas identitárias como um contradiscurso às barbáries impostas pelo*

capital em regiões de fronteiras agrícolas, que avançam sobre as terras indígenas e quilombolas desde a década de 1960. E, nesse processo, resta ao camponês a errância, como nos mostra de forma brilhante Maria Aparecida Moraes e Silva, em sua tese de livre docência intitulada “Os Errantes do fim do século” (1999). Nesta obra, a autora nos mostra a gênese do sem-terra do vale do Jequitinhonha (MG) na década de 1960, sua transformação em boia-fria nos canaviais paulistas nas décadas de 1970 e 1980, até o seu “desaparecimento” imposto pela modernização da cultura sucroalcooleira em fins do século XX. Em 40 anos, o campesinato negro da região nordeste de Minas Gerais teve suas terras arrestandas pelo projeto de reflorestamento de maciços de eucalipto, tornou-se uma massa de migrantes (que só possuía um único capital: a capacidade de lidar com a terra), foi absorvido no trabalho de corte de cana na região do oeste de São Paulo em condições de precariedades inumanas e, por fim, “desapareceu” estatisticamente quando o setor se modernizou através da mecanização da colheita da cana de açúcar, técnica ironicamente estabelecida por uma lei ambiental que impôs ao setor a diminuição da emissão do gás carbônico. O capital, ao terminar com as grandes queimas dos canaviais para a posterior colheita, terminou também com a existência de um grupo de trabalhadores rurais. Entre serem camponeses em Minas até se tornarem trabalhadores rurais superexplorados nos canaviais paulistas e, logo após, desaparecerem, passaram-se apenas quatro décadas. E assim, desapareceram comunidades camponesas, territórios quilombolas, estruturas familísticas, hábitos alimentares, conhecimentos centenários e tantas vidas em um curto espaço de tempo. Voltando a José de Souza Martins e à sua obra **Fronteira: a degradação outro nos confins do humano** (1997), encontramos com o autor uma realidade estruturalmente parecida com a narrada por Maria Aparecida Moraes e Silva, com as mesmas crueldades envoltas em contradições perturbadoras. Ele narra o encontro de dois grupos sociais totalmente invisibilizados e desassistidos pelo Estado: os camponeses ribeirinhos do norte brasileiro e as comunidades indígenas da região amazônica. Com uma capacidade narrativa invejável, Martins retrata o encontro de um campesinato sem-terra e, por isso mesmo, transumante, com populações indígenas aos quais esse campesinato não conseguia (não consegue) conceber como seres humanos. O índio essencializado, por ser subsumido como não-humano, é um ser a ser dominado ou extirpado. Expulsá-lo das suas terras ancestrais torna-se uma ação plausível e justificável para os grupos camponeses sem-terra. Nessa cosmovisão pós-colonialista a armadilha do Mito de Cronos, da força primordial entre a vida e a morte, pulsa intensamente. Ao mesmo tempo que exterminam as populações indígenas de várias etnias, ao serem os primeiros a invadirem territórios étnicos, são também os primeiros a serem exterminados com a chegada do Capital, que também não os consideram humanos. Na medida em que a fronteira agrícola avança sobre as terras recém conquistadas, transforma-os em peões em situação de trabalho análogo à escravidão, um termo técnico que apenas reforça que a servidão não desapareceu no Brasil. Mas, veja, a ampliação do capital se faz em cenários caóticos de lutas, não só lutas de classe, mas lutas étnicas, lutas

que envolvem uma percepção de sentido de Nação que está lá atrás, envolta nas nossas estruturas históricas das plantations, como afirma Garcia Jr. Ser um camponês sem-terra é estar privado de uma ação maior que é transformar o tempo de vida em tempo de trabalho para si, é estar apartado de um imaginário e uma percepção de mundo em que o sujeito se vê enquanto um ser totalizado, um ser que se enxerga e se congrega no seu trabalho/modo de vida. Então, o tensionamento imposto pelo projeto da modernização em países pós-coloniais é do “monstro animado”, como afirma Marx; o que devora o outro, o que devora a humanidade, como constatam Martins e Silva. É um projeto de desumanização do outro, de desconstrução do outro, de vampirização do outro, de fetichização do outro, tirando desse outro a capacidade de reconhecimento de si. Esse outro, no caso aqui analisado o camponês sem-terra, ao mesmo tempo que é vampirizado pelo processo do não trabalho, do não acesso à terra como fonte e expressão do seu trabalho, é aquele que também estabelece uma relação de alteridade perversa com o denominado genericamente como “índio”, um ser não-humano. E assim esse camponês, que a qualquer momento da vida pode ser transformado em peão escravizado, desumaniza um outro. Que outro é esse? É aquele outro condensado, essencializado e que representa os povos originários que têm na terra, não apenas a expressão do trabalho agrícola ou da exploração dos bens da natureza, mas uma relação holística com o ambiente, elaborando cosmologias que transformam o espaço em territórios identitários. Uma fronteira agrícola é um espaço de adensamento do confronto real e simbólico. Um topos criado pela ampliação do capital que estabelece o caos, normatizando a violência em vários níveis, petrificando as relações e privilegiando a coisa ao humano. O projeto da modernidade para os países pós-colonizados é um projeto de desumanização. A modernização no campo é uma máquina de desumanização das alteridades, onde a apropriação dos bens da natureza como uma mercadoria desestrutura as relações para colocar de forma retilínea, linear, a reprodução do capital. Daí vemos as contradições: enquanto a criação de gado é monitorada com chips, drones e vacinas de última geração, os trabalhadores são mantidos em situação de escravidão e privação. Não há contradição nesta cena pela ótica do capital. Quando focamos no significado dessa noção de modernidade para pensar as transformações no campo e do campo, e sobretudo as relações entre a cidade e o campo, nos deparamos com as transformações das relações sociais que estão acontecendo no mundo rural e que não seguem um itinerário único, mas muitos caminhos alternativos. Hoje, já na segunda década do século XXI, nós ainda estamos confrontando o conceito de modernidade com o envelhecido conceito de desenvolvimento. O que vemos atualmente no Litoral Norte baiano, por exemplo, e que faz com que repensemos que a fronteira agrícola não é apenas a fronteira do distante, dos confins do mundo, como é colocado por José de Souza Martins, é que a fronteira é o espaço do conflito por excelência: ela se reproduz na indústria do turismo ambiental ou na agricultura empresarial. Precisamos refletir que as relações do mundo rural são imaginadas como se ainda se estabelecessem numa falsa oposição entre campo e cidade. Maria Isaura Pereira de Queiroz,

em 1969, já apontava que o Brasil vivia a falsa oposição entre um mundo rural atrasado, isolado, insulado e um mundo urbano moderno e transformador. Essa discussão, que já tem mais de cinquenta anos, ainda causa forte impacto no campo dos estudos rurais e ambientais. Por fim, no sentido da lógica imposta pelo capital, não há contradição entre a modernização no campo e a manutenção do trabalho análogo à escravidão que, a meu ver, é trabalho escravo propriamente dito. Não há uma contradição na medida em que a questão do tempo é inexorável: o capital “quer” se reproduzir o mais rapidamente possível. Dessa forma, a lógica imposta nos espaços denominados de “fronteira” é o da aniquilação e/ou enfraquecimento da presença do Estado na mediação com o trabalhador rural, com o camponês e com os grupos identitários, desumanizando as relações e normalizando condições de existências extremamente penosas. Nas “fronteiras” os valores de civilidade se perdem e a brutalidade se normatiza: dorme-se em qualquer canto, come-se em latas, usa-se trapos como roupas e, enfim, a vida humana se torna dados estatísticos.

[Revista Prelúdios] Em sua tese de doutorado, “Migração, liminaridade e memória: um estudo sobre o choque entre imaginários e (re)construção de identidades”, a senhora estuda as migrações. Como elas estão ligadas com o processo modernizador do campo?

[Lídia Gardel] A minha tese de doutorado se pautou por questões objetivas e subjetivas do processo migratório enquanto um processo de desenraizamento. Meu objetivo era compreender como indivíduos que saíam de grupos sociais visto como tradicionais vivenciavam as experiências de deslocamento de um espaço identitário para outro, desconhecido e distante. Naquele momento, a crescente “desruralização” da população mundial ainda era uma temática que impulsionava os estudos e as pesquisas sobre como as dimensões campo e cidade se estruturavam. Eu então parti da minha dissertação de mestrado, uma etnografia realizada durante cinco anos numa comunidade camponesa localizada no município de Barra do São Francisco, noroeste do Estado da Bahia. Esta comunidade tem um histórico de migração para o sudeste brasileiro desde a década de 1930, período de intensa industrialização da cidade de São Paulo. Esse movimento marcou enormemente a dinâmica e a sociabilidade daqueles camponeses por décadas, construindo uma memória de deslocamento. Em contrapartida, o que me interessava no primeiro momento do meu trabalho etnográfico com a comunidade dos Brejos de Olhos d’água, era compreender o *modus vivendi* daquele grupo camponês, a sua relação com a terra-patrimônio, com as ancestralidades, com o território, ou seja, me interessava realizar uma “descrição densa” no sentido clássico. Porém, a migração histórica do grupo produzia movimentos internos tão profundos que tornou-se tema de pesquisa do meu doutoramento. Não era possível compreender aquela sociabilidade sem olhar para os caminhos que eles criaram de idas e vindas. Assim, eu me vi levada a realizar uma

outra etnografia, só que da comunidade que os migrantes haviam criado na cidade de São Paulo, na zona leste, numa vila operária que havia surgido ao redor de uma fábrica de vidros. A fábrica não mais existia desde a década de 1970, mas havia sido a porta de entrada para inúmeros migrantes do noroeste baiano em São Paulo. A literatura antropológica e sociológica sobre o campesinato brasileiro aponta que a migração é tanto uma estratégia de esvaziamento do patrimônio camponês (muitos filhos e pouca terra), como uma porta de fuga da falta absoluta de acesso à terra e suas consequentes situações de precariedades e violências. As mudanças bruscas provocadas pela modernização alteraram o panorama das sociedades ditas tradicionais, ou, como eu prefiro designar, comunidades centenárias, provocando um intenso turbilhão sociocultural, tendo como expressão máxima uma aceleração abrupta do processo migratório da população do campo para a cidade. Em poucas décadas nos urbanizamos, mas as lutas fundiárias não cessaram, ao contrário, se agudizaram, transformando as estruturas fundiária urbanas tão complexas como as estruturas fundiárias rurais.

[Revista Prelúdios] Como o rural pode subsistir como ethos fora do espaço, da temporalidade e das economias que giram em torno do mundo agrícola, do campesinato? Como ele se apresenta nesta condição?

[Lídia Cardel] *Na minha perspectiva, o ethos camponês subsiste nas franjas das grandes capitais brasileiras, pois os migrantes trazem consigo vários aspectos das sociabilidades rurais: o plantio de quintais, a criação de pequenos animais, os hábitos alimentares etc. A cidade de Salvador tem na sua malha territorial esta fluidez. Em vários bairros observamos hortas, plantios e criação de animais de pequeno, médio e grande porte como galinhas, porcos, cavalos, bois. Os nomes dos bairros fazem referência às antigas fazendas e, quando trafegamos com calma e com um olhar mais apurado para as delicadezas cotidianas, vemos uma tropa de cavalos sendo asseados na praia de Amaralina às 6 horas da manhã, uma porca prenha solta pelo bairro da Boca do Rio em pleno sol do meio-dia, ou mesmo, crianças nos pés de abacateiros e jacas na Baixa de Quintas. A hiperurbanização não foi capaz de apagar as sociabilidades gestadas. E, na verdade, localizar as atividades dos seres humanos com a terra e com os animais como sendo algo que deve existir apenas no meio rural é um desacerto. Uma inadvertência, inclusive, que repetimos quando dividimos os campos dos estudos sociológicos em urbanos e rurais. Não é possível, na atualidade, georreferenciar as ações entre os seres humanos e o meio ambiente por meio do que é rural e do que é urbano. Por exemplo, uma das pautas mais prementes hoje é a questão fundiária brasileira, que possui uma concentração tanto no meio rural quanto no urbano. O chão de moradia e o chão de trabalho do camponês, do trabalhador rural e do trabalhador das indústrias de bens e serviços está concentrado nas mãos de poucas empresas e grupos de pessoas. Inclusive, essas empresas e grupos adquiriram e se apropriaram desse tecido fundiário em algum*

momento da cadeia dominial da propriedade (seja ela rural ou urbana), de uma forma pouco clara dentro dos princípios jurídicos. James Holston esclarece esta questão histórica da estrutura fundiária brasileira no seu famoso artigo intitulado “Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil” (2013). Portanto, apesar das especificidades que ainda permanecem, ao meu ver, a divisão de rural e urbano na atualidade é muito mais sobre a divisão de territórios administrativos do que de territórios que demarcam processos de sociabilidades distintas, ou seja, é uma divisão imposta pelo georreferenciamento estatal que dirige as políticas públicas macro e micro econômicas. Podemos falar, por exemplo, da região do Litoral Norte da Bahia, onde os pesquisadores do Nuclear desenvolvem pesquisas desde 2009. Essa região física comporta uma sobreposição de muitos territórios, sendo o maior deles a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte. Dentro daquela APA existem vários municípios, inúmeras comunidades tradicionais e uma vasta faixa litorânea onde a indústria do turismo implantou ilhas urbanizadas como os resorts, hotéis, condomínios de moradia, entre outros. Na faixa que vai do município de Lauro de Freitas até a divisa do estado de Sergipe, o urbano e o rural se entrelaçam com todas as ambiguidades possíveis e imagináveis. Em suma, esse devir camponês não se coloca de forma oposta ao devir citadino. Eles estão imbricados no processo de formação dos tecidos sociais aos quais vão se construindo e se gestando. Delimitar o que é urbano e o que é rural, em determinadas instâncias, é um processo de delimitação epistemológica que não abarca a pulsão das vivências humanas. Nós ainda demarcamos em campos de estudos sociológicos distintos, mas no mundo das existências contemporâneas esses dois âmbitos, o rural e urbano, estão completamente entrelaçados e as suas atividades condensadas. Vemos essa fusão nos discursos da agroecologia, do veganismo, da bioconstrução, em suma, dos ativismos que envolvem a integração homem/natureza por meio de um discurso “holístico politizado”. Nessa visão de mundo que denomino de “holismo politizado”, a agricultura, que sempre foi vista como uma atividade eminentemente rural, está sendo requisitada para ser também uma atividade do mundo urbano. As pessoas com “consciência alimentar” estão sendo levadas, inclusive pela questão do ativismo alimentar, a terem em seus pequenos apartamentos hortas suspensas, hortas verticais, composteiras com minhocários, entre outras ações que há algumas décadas seriam ações denominadas e localizadas em pequenas propriedades rurais com grandes quintais produtivos. E aqui nos deparamos com um assunto clivado pela questão de classes sociais. Não podemos deixar de pontuar que os subúrbios e as periferias dos grandes centros urbanos brasileiros nunca deixaram de possuir suas hortas e áreas de criação de animais, como já afirmei anteriormente. Enquanto uma visão de mundo e uma ideologia, o ethos do “holismo politizado” ultrapassa a relação do homem com a terra e com os recursos naturais, estabelecendo uma busca de simetria entre o homem e a natureza. Ou seja, o ethos camponês é revivido por esse “holismo politizado” como um processo biopolítico.

[Revista Prelúdios] “Entre 1985 e 2018, 1938 pessoas foram executadas em conflitos por terra, água e trabalho no Brasil e 1789 desses casos (92%) continuam sem qualquer responsável julgado ou preso. [...] Do total de mortes, apenas 370 tiveram suspeitos identificados, mas apenas 117 julgamentos foram realizados. As condenações foram realizadas apenas para pouco mais da metade dos mandantes apontados pela polícia e um terço dos executores identificados”. Os dados são da Comissão Pastoral da Terra — CPT (DIAZ, 2019, 12 jun). Na mesma reportagem, a procuradora dos direitos humanos do Ministério Público, Débora Duprat, alerta que “As propostas de Bolsonaro que visam armar os proprietários rurais vão deixar os lugares onde a violência já impera ainda mais violentos”. O conflito do campo resultando em morte é problema social que parece crônico no Brasil. Qual balanço a senhora faz desta problemática da questão agrária e qual o horizonte dela no atual governo do presidente eleito em 2018?

[Lídia Cardel] *O Brasil é um país violento. Nenhum país pós-colonial deixou de ser violento, seja no meio rural ou no meio urbano. Por séculos, o projeto dos vários governos que se sucederam, ou foram coniventes ou foram os fiadores da violência real e estrutural do Estado Brasileiro. O que vivemos atualmente é a institucionalização da dizimação das populações plurais por todo o território nacional. Esse projeto faz parte do nosso processo civilizatório e, atualmente, mostra a sua face mais trágica, pois as estruturas democráticas estão sob ameaça. Infelizmente, os movimentos sociais ficaram fragilizados pelo processo de burocratização a que se submeteram a partir de 2003. É complexo aqui analisar este processo, mas o que percebemos hoje é uma incapacidade desses movimentos sociais de reagirem à avalanche de ações arbitrárias e genocidas do atual governo. Estamos todos paralisados e atônitos. Sobre esta realidade de violências reais e simbólicas, Alain Touraine, em suas últimas obras, afirma que a saída para a sociedade contemporânea está na ascensão dos movimentos sociais com pautas feministas e ecológicas. Por outro lado, essa visão eurocêntrica sobre como a sociedade civil poderá se organizar para superar os desastres sociais e ambientais que marcam o século XXI não se coaduna com as realidades heterogêneas do mundo não-europeu. Os intelectuais latino-americanos, africanos e asiáticos que se centraram no que foi designado como “Estudos sobre a Subalternidade” falam em uníssono com a mulher indiana e intelectual Spivak: pode o subalterno falar? Eu diria que a partir dessa indagação seminal temos outra indagação mais visceral: pode o subalterno viver? Que vida é possível ao subalterno? E assim chegamos em uma outra grande intelectual latino-americana, Rita Segato (2003), que em sua obra “As estruturas elementares da violência” (obra que faz uma alusão crítica à obra clássica de Lèvi-Strauss, “A estruturas elementares do parentesco”) reafirma, como Touraine, que a atual sociedade pautada na lógica hegemônica do patriarcado capitalista é seminalmente destrutiva, violenta e humanamente pobre. É o que vivemos*

hoje no Brasil. Segato nos faz refletir sobre as entranhas da violência do capitalismo patriarcal. Não podemos deixar de demarcar que apesar das Ciências Sociais, de forma clássica, incensar positivamente o ethos das tradições, inclusive o ethos camponês, estes ethos são patriarcais e violentos em suas raízes, apesar de serem subalternos. As várias camadas de subalternidade acabam invisibilizando questões centrais para uma sociedade humana que busca utopicamente se unificar, se transformar e criar uma simetria entre os seres humanos e não-humanos, para buscar aqui a denominação tão cara a Bruno Latour. Em suma, a violência no Brasil se mostra acachapante pelos números de mortes que envolvem a questão agrária, o racismo estrutural, o feminicídio (e suas várias faces vinculadas à população LGBTQI+) e as violências históricas imersas em estruturas hierárquicas de subalternidades que normatiza a morte daqueles que “podem” ser eliminados.

[Revista Prelúdios] Como pensar a trajetória da Sociologia Rural no Brasil – considerando a sua relação com o projeto extensionista rural de levar tecnologia ao campo (Revolução Verde) – e a formação de cientistas sociais habilitados ao trabalho de garantia de direitos, historicamente negados, aos grupos subalternizados?

[Lídia Cardel] Aqui são várias questões colocadas de uma só vez. O papel da Sociologia Rural, como um campo de estudo e de pesquisa, é propor uma visão crítica por meio de estudos teoricamente e epistemologicamente orientados. A questão da extensão rural não necessariamente está ligada à esta área da sociologia. Por conseguinte, a formação de cientistas sociais que são chamados a trabalhar como técnicos em órgãos estatais, e que têm como função aplicar políticas públicas transversais e redistributivas, depende enormemente de um projeto maior de governo. São questões muito distintas para serem conectadas de forma tão direta. No período do governo do Partido dos Trabalhadores, entre 2003 à 2015, até o golpe jurídico no mandato legítimo da então presidente Dilma Rousseff, havia um conjunto de políticas que se entrelaçavam como, por exemplo, O Brasil Quilombola, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar — PRONAF (nas suas várias versões), entre outras, que mesmo de uma forma tímida, implementaram algumas ações voltadas ao campesinato e à agricultura familiar. Nesse contexto, não apenas os sociólogos com especialização em estudos rurais foram chamados para compor o corpo técnico de vários ministérios e secretarias, como também economistas, geógrafos e muitos profissionais das ciências sociais aplicadas. Esta realidade foi interrompida bruscamente com o impeachment. O que não quer dizer que o papel da Sociologia Rural como campo de conhecimento e de formação de profissionais para a área técnica tenha sofrido uma transformação brusca, em sua essência, com a reviravolta política e a ascensão da extrema direita após a eleição de 2018. Não podemos esquecer que os cientistas sociais possuem uma parceria de longa data com as Organizações Não Governamentais (ONGs) que, na ausência de um Es-

tado de bem-estar social, aparecem nos cenários regionais e nacionais para implementarem projetos sociais que são impregnados por uma visão desenvolvimentista e tecnificada, visão esta que se apresenta sempre por meio da ideologia da sustentabilidade. E aqui nós teríamos uma discussão ampla sobre os vários sentidos e conceitos de sustentabilidade que é usada, inclusive, como um discurso legítimo do capital, mas nós não vamos entrar nessa digressão. Neste sentido, a Sociologia Rural no Brasil possui uma via de mão dupla. Na academia, se volta para a produção de pesquisas essenciais para a compreensão crítica da realidade social brasileira e, na sua face sociotécnica, se debruça na aplicação de um conhecimento dirigido por projetos de desenvolvimento locais, regionais e nacionais. São políticas governamentais que não podem ser confundidas com a questão da Sociologia ou da Sociologia Rural como um campo de conhecimento.

[Revista Prelúdios] Surgida na década de 1970, a Sociologia Ambiental é compreendida como um campo gestado dentro da Sociologia Rural. Em que medida esta vem ganhando espaço acadêmico e relevância na sociedade em detrimento da primeira?

[Lídia Cardel] *John Hannigan, no seu clássico livro intitulado “Sociologia Ambiental”, publicado em 2009, faz um histórico bem fundamentado de como a sociologia ambiental se descolou epistemologicamente da Sociologia Rural e construiu um campo próprio dentro da Sociologia. O pensamento ambiental criou um discurso científico por meio dos conflitos dos usos dos recursos naturais, fruto do processo extremamente hostil da modernização no campo que impôs o uso de tecnologias intensivas de exploração do meio ambiente. Deste modo, mesmo tendo surgido no seio do grande campo da Sociologia Rural, o foco da Sociologia Ambiental voltou-se para os impactos ecológicos, criando, assim, a necessidade da demarcação de um novo campo de conhecimento que se voltasse para a concepção da sociedade de risco, dos princípios dos manejos híbridos, das questões da globalização e do fluxo ambiental, assim como dos comportamentos coletivos em emergências ambientais e desastres. E, assim, dentro da Sociologia Ambiental surgiu, mais recentemente, a Sociologia do Risco e a Sociologia dos Desastres. Estes campos e subcampos científicos fazem parte da história da ciência, como aponta Thomas Kuhn na sua obra clássica As estruturas de revoluções científicas (1962). As transformações da realidade social produzem novas formas de análise, novos paradigmas e novas áreas de conhecimento.*

[Revista Prelúdios] Fale-nos, brevemente, da sua trajetória de 33 anos como pesquisadora, que se inicia na Sociologia Rural com a monografia “Forte e fraco, dentro e fora: categorias culturais e estrutura de comunidade” e chega ao tema de sua pesquisa mais recente sobre trabalho sexual e cidadania, “Novos movi-

mentos sociais, sexualidade e cidadania: um estudo de caso sobre o trabalho sexual como um campo de disputa política”.

[Lídia Cardel] Vou começar falando da minha realidade de agora, onde me divido entre duas pesquisas aparentemente muito distintas: faço parte de um projeto do Instituto Nacionais de Ciências Tecnologia (INCT), coordenado pelo professor Charbel El-Hani, da área de Ensino em Ciências (do Instituto de Biologia da UFBA), intitulado “Estudos Interdisciplinares e Transdisciplinares em Ecologia e Evolução” (INCT IN-TREE), projeto guarda-chuva que reúne 13 projetos voltados para a questão ambiental, e no qual coordeno o projeto de pesquisa denominado “A sociobiodiversidade do Litoral Norte baiano: pesquisa interdisciplinar sobre os saberes e as práticas naturais, a mobilidade, as dinâmicas territoriais e o desenvolvimento rural sustentável em um bioma de Mata Atlântica”, que congrega pesquisadores da área de Botânica, Genética, Etnologia, Educação e Sociologia Rural e Ambiental. Por outro lado, nas minhas pesquisas individuais que venho desenvolvendo nestes 30 anos de docência, possuo a prática de orientar estudantes de iniciação científica por meio de projetos que me levam a me vincular em outras áreas de conhecimento. Nesse momento, estou finalizando um projeto Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC que busca mapear as lideranças dos movimentos sociais das trabalhadoras sexuais no Brasil. A minha prática de vida acadêmica sempre privilegiou a interdisciplinaridade e a capacidade de criar diálogos com várias áreas de conhecimento. O que não quer dizer que eu não tenha uma área de especialização, que está fincada nos estudos rurais e ambientais desde o início da minha vida acadêmica, quando fiz minha monografia de graduação na Universidade de Brasília, na área de estudos de campesinato, orientada pela professora Mireya Suárez, uma das fundadoras do departamento de antropologia da UnB. Com ela, aprendi que as ciências sociais caminham pelo terreno do diálogo e da compreensão de distintos campos de pesquisa e que faz parte da vida acadêmica ter coragem de se aventurar, de forma quase segura, por áreas aparentemente estranhas à nossa formação, sem deixarmos de nos aprofundar em uma área de conhecimento. Meu diálogo com as ciências biológicas, mais especificamente com a botânica, veio por uma necessidade de compreender holisticamente a relação do humano com o meio ambiente que o cerca. Por isso, desde 2006, muitos dos meus projetos de pesquisa são realizados com os meus colegas do Instituto de Biologia da UFBA, bem como com os parceiros de pesquisa da Universidade de Strasbourg, onde fiz meu pós-doutorado em 2012. Os parceiros da universidade francesa, com os quais mantenho uma troca acadêmica muito rica desde 2009, me trouxeram o diálogo com a Etnobotânica e com os estudos da Agricultura Urbana. Entretanto, a minha formação mais sólida se deu no mestrado, realizado entre os anos de 1988 a 1993, também na Universidade de Brasília, com a orientação primorosa de Klaas Woortmann. Com ele, aprendi que o trabalho etnográfico possui uma autoria, uma intensidade ímpar capaz de nos transformar como seres humanos. E, para além disso, com a orientação de Klaas, fui capaz de transfor-

mar uma vivência etnográfica em um exercício acadêmico, algo que exige um esforço racional e emocional intenso. Já no meu doutorado, que realizei entre os anos de 1998 a 2002, sob a orientação de Renato Queiroz, na USP, foi um momento de consolidação de uma vida acadêmica que já tinha se iniciado em 1990, quando comecei a minha vida como docente. Naquele momento eu já era professora da UFBA, meus filhos, que são trigêmeos, eram pequenos, tinham apenas 3 anos, e as agências de fomento de pesquisa, como a Capes e o CNPq, já haviam burocratizado a pós-graduação com tempos bem delimitados, o que dificultava sobremaneira a vida dos antropólogos que optavam por realizar trabalhos de campo extensos. Mesmo assim, fiz dois campos etnográficos com duração de um ano cada, um no interior da Bahia, no mesmo campo que realizei minha etnografia para o mestrado, e o outro na zona leste de São Paulo, numa comunidade de migrantes baianos. E, por um milagre, defendi minha tese dentro do prazo. A minha pulsão de vida naquele período era tão intensa (e ainda é, mas dirigida para outras instâncias da vida), que a vivência de uma maternidade ímpar com a vida de trabalho não entrou em rota de colisão. Aliás, ao contrário! Eu diria que ter tido uma maternidade distinta me fez conseguir superar as dificuldades de um trabalho acadêmico que se apresentou como um processo de extrema disciplina, com um tempo muito curto para ser realizado e finalizado à contento. A fusão da minha maternidade com a minha energia criativa me deixou muito feliz naquele período, mas essa junção não é a regra para as mulheres na Academia. Eu tive sorte! Mas vocês me perguntaram sobre a minha aparente multifocalidade de temas de pesquisa. Pois bem, eu respondo com uma questão: como não se apaixonar por toda a diversidade do humano? Claro que a Academia impõe um produtivismo que orienta o pesquisador a se hiperespecializar em apenas uma área de conhecimento. Esta é a contradição mais dura do fazer científico e das políticas que regem o meio acadêmico. Não acredito que um cientista social deva deixar de estudar vários temas, mesmo que se veja impelido a ser especialista em um único campo. A questão não é apenas a especialização, mas ainda existe a cobrança de que o campo escolhido deva ser socialmente relevante. E esta relevância normalmente é imposta pela economia e pela política que envolvem o fazer científico e que deixa de lado a economia dos afetos. Os meus 33 anos de vida acadêmica, e trinta de docência, têm sido um processo de aprendizado e de negociação entre o desejo pelo todo e a vivência da realidade objetiva da ciência como uma ação orientada.

COM A PALAVRA, O PROFESSOR ANTÔNIO CÂMARA⁴

[Revista Prelúdios] Fale-nos, brevemente, da sua trajetória de cerca de 45 como pesquisador, que tem seu primeiro marco de pesquisa na dissertação intitulada “Hegemonia e crise social no Brasil (1950-1964): a ideologia dominan-

4 <camara@ufba.br>

te em face as ligas camponesas”, e chega ao tema de sua pesquisa mais recente sobre “A Construção de um imaginário de nação no cinema norte-americano”.

[Antônio Câmara] *É um tempo muito longo para ser breve, mas vou falar sobre dois momentos importantes. O primeiro situa-se entre o mestrado em sociologia (1978) e o doutorado (1994), quando aproximei-me da Sociologia Rural, sobretudo pelo viés das lutas sociais, na época, queria resgatar as Ligas Camponesas e sua luta pela reforma agrária e percebi, ao longo da pesquisa, que isso não seria possível sem abordar também toda a disputa no Congresso Nacional pela aprovação de uma lei de reforma agrária. Por isso, investiguei o movimento social, o seu discurso e o discurso ideológico que se contrapunha à reforma agrária. Curiosamente, observei que não consegui responder porque, após o golpe de Estado em 1964, uma lei de reforma agrária foi promulgada e jamais posta em prática. Por isso, pareceu-me incompleta minha pesquisa e levei essa tarefa para o doutorado, quando a ampliei, tentei compreender todos os discursos reformistas e antirreformistas no Congresso, no movimento social e na própria literatura científica, pelo menos até o início da década de 1980. Lembro-me que terminei a tese saudando o surgimento de um novo movimento social que não foi tratado na tese – o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). De quando fiz a dissertação até a conclusão da tese fui prisioneiro da obsessão de entender por que a reforma agrária nunca foi efetivada no Brasil. Desde o surgimento do MST, mesmo antes de terminar a tese, comecei a tentar entender se este movimento enfim conseguiria a proeza da efetivação da reforma agrária, acompanhei suas lutas, particularmente a partir do massacre de Corumbiara, aproximei-me do movimento na Bahia, participando de eventos na condição de palestrante e observador do movimento. Do ponto de vista da pesquisa, elaborei um projeto sobre o MST na imprensa e dirigi uma série de dissertações e teses sobre a temática. Lecionei também diversas disciplinas sobre movimentos sociais rurais e tentei entender o surgimento do Exército Zapatista de Libertação Nacional — EZLN no México (mais tarde tema do pós-doutorado). Após a defesa da tese, senti-me livre para seguir caminhos já experimentados na sociologia da arte, mas até então secundarizado, e isso foi feito com momentos de transição, primeiro oferecendo disciplinas no âmbito da sociologia da arte no Departamento de Sociologia e na pós-graduação em artes na Escola de Belas Artes (1996), posteriormente expandindo para pesquisas sobre representação do rural no cinema e, por fim, abarcando as diversas dimensões da sociologia da arte.*

[Revista Prelúdios] Como um sociólogo de formação marxista pensa a existência de camponeses no Brasil?

[Antônio Câmara] *Não saberia responder de modo genérico, mas posso pensar a partir da minha própria experiência. Creio que é possível analisar essa existência tendo como suporte Marx e Engels, em obras como as **Lutas Camponesas na Alemanha, as Lutas de Classe na França, O 18 Bru-***

mário de Luiz Bonaparte, *Formações econômicas pré-capitalistas*, dentre outras obras; também atentando para algumas obras fundamentais dos revolucionários russos como Lênin e Trotsky que analisaram o papel dos camponeses na aliança operário-camponesa na revolução russa, por fim levando em conta obras clássicas sobre os camponeses produzidas por Hobsbawm, Barrington Moore Júnior etc. No âmbito nacional, tanto os clássicos que estabeleceram duras oposições, como Caio Prado Júnior e Rui Facó, ou autores mais contemporâneos como Martins, nos permitem pensar a existência dos camponeses. No entanto, construir a compreensão de um campesinato no Brasil passa também por aproximações e distanciamentos dos próprios autores citados, pela apreensão da antropologia camponesa que descreve e caracteriza atividades rurais em diversas regiões do planeta. Voltando ao marxismo clássico, vemos que Marx e Engels reconheceram a existência dos camponeses como produtores autônomos e semiautônomos, no entanto não viram nesta classe (em que pese a análise das lutas camponesas na Alemanha) todas as condições para sua constituição enquanto classe para si, pois, o fato desse grupo social se encontrar vinculado à posse privada da terra, seria um efetivo obstáculo para uma oposição conseqüente à burguesia. Já os revolucionários russos perceberam em um país com predominância de atividades rurais que o campesinato seria um aliado fundamental para a revolução socialista, cunharam a partir disso a aliança operário-camponesa, mas com hegemonia do proletariado na condução do processo revolucionário. Por fim, alguns autores posteriores perceberam essa capacidade de luta dos camponeses e como sua resistência às classes dominantes perpassa a história do capitalismo. Pensando no Brasil, alguns autores marxistas transpuseram de forma automática a história da Europa e recriaram o feudalismo e as etapas para a revolução socialista, passando pela modernização dos camponeses que se tornariam assalariados; ou, como foi o caso de Prado Júnior, negaram sua existência, vendo em todas as relações sociais de produção no campo situações de assalariamento ou semiassalariamento. Superar essa dicotomia foi obra de investigações empíricas, realizadas ao longo da década de 1980, que permitiram a construção de um conceito de camponês capaz de dar conta das diversidades no país. Assim, vários estudos nos permitiram compreender como no campo é possível encontrar situações de assalariamento pleno convivendo com relações de produção camponesas e, por vezes, como o mesmo indivíduo é, ao mesmo tempo, camponês e assalariado, isso sem levar em conta o fenômeno dos sem-terra, expulsos da terra, muitas vezes habitantes das periferias das cidades, mas preservando forte ligação com a terra. Voltando agora para minha experiência, creio que os estudos clássicos, as pesquisas no Brasil e, sobretudo, as lutas sociais que estudei e acompanhei, permitiram-me compreender que temos sim no Brasil um campesinato, com proximidades e distanciamentos daquele estudado na Europa, que não se constitui em obstáculo à revolução social. Creio que em determinado momento o MST compreendeu isso e se tornou um protagonista das lutas mais avançadas no país. Enfim, o aspecto levantado por Marx e Engels relativo à consciência de classes, pode ser aplicado a esta classe devido à limitação da

sua experiência com a propriedade privada, mas em países como o nosso, no qual a tendência à expropriação desta classe é imensa, a perspectiva de trabalhar a luta pela reforma agrária aliada a um comportamento coletivo, tal como percebeu o MST, aproxima o campesinato do proletariado em sentido lato (os assalariados e não apenas os operários). Assim, podemos pensar o campesinato a partir da tradição marxista, mas com os olhos abertos para os novos elementos postos pela realidade.

[Revista Prelúdios] Segundo José de Souza Martins (2001, p. 32), “[...] o mundo rural tornou-se objeto de estudo e de interesse dos sociólogos rurais pelo ‘lado negativo’, por aquilo que parecia incongruente com as fantasias da modernidade. Não por aquilo que as populações rurais eram e sim pelo que os sociólogos gostariam que elas fossem.” O quão de projeto de modernidade houve/há na Sociologia Rural brasileira?

[Antônio Câmara] *Essa formulação de Martins é muito genérica e talvez possa ser aplicada a alguns clássicos da Sociologia Rural como Maria Isaura de Queiroz e seus estudos sobre comunidade rural; no entanto, creio que a Sociologia Rural avançou muito para compreender o protagonismo das populações rurais, apresentando um quadro de luta social que distanciava bastante os “camponeses” brasileiros da visão clássica sobre esta classe na Europa. Esses estudos ressaltaram a luta pela reforma agrária, a exigência de uma medida de mudança radical nas relações sociais no campo, em diversos períodos históricos. Assim, as lutas sociais orientadas por visões messiânicas, não alinhadas com os discursos políticos racionalistas, mas reivindicando outra forma de apropriação e produção no campo foram pesquisados (a exemplo de Canudos, na Bahia; e Contestados, no Paraná); estes estudos foram ampliados para entender a perspectiva politizada e socialista da luta das Ligas Camponesas e os discursos à esquerda e à direita sobre a questão da terra e, mais recentemente, a emergência de movimentos sem-terra, como o MST. Por outro lado, outra vertente da Sociologia Rural avançou na apreensão do desenvolvimento tecnológico, ou, dito de outra forma, na “expansão do capitalismo no campo”, e, conseqüentemente, da consolidação da própria burguesia nacional. Provavelmente, a modernização do campo no Brasil, a via “prussiana” consistindo na exploração da terra e do trabalho em grandes propriedades rurais – latifúndios ou empresas rurais, tem sido vitoriosa contra todas as proposições de democratização do uso da terra e de uma atividade econômica com perspectiva coletiva. Esses problemas foram e continuam sendo amplamente estudados pela Sociologia Rural, aos quais se acrescenta a polêmica entre a permanência ou não de um espaço rural em contraposição ao urbano ou a possibilidade destes dois espaços hoje constituírem um contínuo cada vez mais difícil de serem compreendidos de forma seccionada. Logo, a Sociologia Rural é, de fato, contemporânea e busca a intersecção com outras sociologias, a antropologia, a geografia e a economia rural para avançar no estudo do seu objeto em permanente transformação.*

[Revista Prelúdios] Como pensar a trajetória da Sociologia Rural no Brasil – considerando a sua relação com o projeto extensionista rural de levar tecnologia ao campo (revolução verde) – e a formação de cientistas sociais habilitados ao trabalho de garantia de direitos, historicamente negados, aos grupos subalternizados?

[Antônio Câmara] *Essa questão está bastante relacionada com a anterior, pois aponta para essa bifurcação entre a Sociologia Rural enquanto área de pesquisa, que ocorre predominantemente nas Universidades Públicas, permitindo a compreensão ampla dos dilemas do mundo rural e sua atividade prática relacionada com o Estado na implementação de políticas de modernização agrária, adotadas amplamente desde a promulgação do Estatuto da Terra. O Estatuto da Terra previa a reforma agrária, porém a sua parte modernizadora voltada para a tecnologia e extensão rural tornaram-se políticas estatais durante a ditadura militar. Naquele período, a atividade das secretarias de agricultura e de órgãos públicos nacionais como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, pautavam-se, de um lado, no impulso à modernização do campo com intenso apoio às grandes propriedades rurais; de outro, na aplicação de políticas compensatórias para os pequenos produtores rurais e, os que, no futuro seriam denominados “sem-terra”. O trabalho dos sociólogos rurais consistiu, naquele período, em diagnosticar a situação no campo, colaborar com o extensionista rural e fazer pesquisas sobre os pequenos produtores rurais visando a implementação de programas de políticas compensatórias conduzidos por entidades internacionais (a exemplo do Banco Mundial). Essa situação sofre alguma alteração com a redemocratização e a perspectiva (não cumprida) de realização da reforma agrária, tanto por parte do Incra com medidas nacionais, quanto por parte de secretarias da agricultura nos estados. A multiplicidade de estudos diagnósticos para implementar a reforma agrária, bem como as avaliações sobre os resultados de políticas nela compreendida (como crédito rural, cédula da terra etc.), criaram um espaço no mercado de trabalho para os sociólogos rurais, mas, como afirmamos acima, restrito à execução de diretrizes de desenvolvimento estranhas ao próprio corpo teórico da disciplina. Penso que fornecemos mais instrumentos técnicos, metodologias de pesquisas etc., do que propriamente o conhecimento crítico da Sociologia Rural. Por fim, com o desmantelamento do Estado nas duas últimas décadas, vimos recuar substancialmente a possibilidade prática do exercício profissional para os sociólogos rurais, tanto o Incra quanto as secretarias de agricultura esvaziaram as possibilidades de pesquisa (mesmo restrita que existia anteriormente), e a Sociologia Rural sobrevive, sobretudo, em projetos no interior das próprias Universidades.*

[Revista Prelúdios] “Entre 1985 e 2018, 1938 pessoas foram executadas

em conflitos por terra, água e trabalho no Brasil e 1789 desses casos (92%) continuam sem qualquer responsável julgado ou preso. [...] Do total de mortes, apenas 370 tiveram suspeitos identificados, mas apenas 117 julgamentos foram realizados. As condenações foram realizadas apenas para pouco mais da metade dos mandantes apontados pela polícia e um terço dos executores identificados”. Os dados são da Comissão Pastoral da Terra — CPT (DIAZ, 2019, 12 jun. 2019). Na mesma reportagem, a procuradora dos direitos humanos do Ministério Público, Débora Duprat, alerta que “As propostas de Bolsonaro que visam armar os proprietários rurais vão deixar os lugares onde a violência já impera ainda mais violentos” (DIAZ, 2019, 12 jun. 2019). O conflito do campo resultado em morte é problema social que parece crônico no Brasil. Qual o balanço que o senhor faz desta problemática da questão agrária e qual o horizonte dela no atual governo do presidente eleito em 2018?

[Antônio Câmara] *Creio que o balanço da questão agrária deve ir além do governo atual, pois quando localizamos o Plano de Reforma Agrária ainda no período Sarney, logo após o fim da ditadura militar, havia a expectativa de uma reforma agrária que poderia ser realizada em um espaço de quinze a vinte anos; o surgimento do MST como um movimento que exigia a expropriação de terras improdutivas e, particularmente, a sua tática ousada de ocupação de terras, parecia abrir um caminho alvissareiro para a reforma agrária. No entanto, os sucessivos governos atenderam de forma localizada e apenas como política paliativa a expropriação de terras. À força de suas ocupações o MST conseguiu impor uma política de assentamento que pouco a pouco perdeu força, atingindo o seu nível mais baixo no período de Dilma Rousseff e Michel Temer. A criminalização dos movimentos sociais já estava presente neste último período, mas a retórica ainda era favorável à reforma agrária. Já, no atual governo, a reforma agrária foi abolida completamente como política, agravando-se com o armamento dos grandes proprietários e a decisão de não realizar mais nenhum assentamento rural. Até o último governo, o MST ainda tinha a ilusão de ser um interlocutor dos sem-terra, passível de ser escutado pelos órgãos públicos, hoje aparece como um grupo fora da lei e suas ações são reprimidas pela força física. De certa forma, os governos petistas desarmaram politicamente o MST, o atraíram para uma falsa negociação com o Estado e conseguiram apoio político para medidas mitigadoras. O MST, de certa forma, viu a sua independência enquanto movimento esvaziada e isso dificulta a necessidade atual de reagir a um governo profascista. A longa relação amistosa com o Estado desarmou o movimento. Enfim, foco mais na luta social, no seu apaziguamento no período petista e, conseqüentemente, na sua fragilidade atual do que na caracterização do governo autoritário e neofascista, pois o que importa é como os movimentos sociais podem recuperar o protagonismo nesse novo período.*

[Revista Prelúdios] Conte-nos, brevemente, o histórico de pouco mais de trinta anos do Núcleo de Estudos Rurais e Ambientais – Nuclear, do qual o senhor já foi coordenador algumas vezes e continua ligado como pesquisador.

[Antônio Câmara] O Nuclear, quando foi criado, contou com a participação de diversos professores do departamento de Sociologia com vasta experiência em pesquisa no estado da Bahia, na área de Sociologia Rural. Alguns desses colegas já se encontram aposentados como Sérgio Elísio Peixoto, Solon Santana Fontes e Altino Bomfim, e o saudoso professor João Saturnino. Do departamento de Antropologia, contamos com a participação da professora aposentada e ex-diretora da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (FFCH) Sylvia Maia, responsável pela primeira reforma do espaço no qual funcionamos. Além disso, tivemos a participação de Guiomar Germani, do departamento de geografia humana (Instituto de Geociências) e de Francisco Emanuel Brito, técnico da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia — CAR-BA. Mais tarde, juntou-se ao nosso Núcleo a professora Lídia Cardeal, que o integra até os dias atuais. Mais recentemente novos colegas passaram a compor o grupo como a professora Maria Salete (Ciência Política) e Luiz Henrique (Sociologia) e pesquisadores que no passado foram orientando meus ou de Lídia. A primeira e ambiciosa proposta que nos unificou na época da criação do Nuclear foi a pretensão de realizar uma ampla pesquisa sobre a estrutura agrária e a reforma agrária na Bahia. Por falta de financiamento, não se concretizou o que seria uma agenda de pesquisas, no entanto, ao longo dos anos, certamente esse propósito foi levado a cabo, tanto através de nossos projetos envolvendo a questão rural, os movimentos sociais, relação entre mídia e movimentos sociais, ideologia, cinema documental etc, (no âmbito do PIBIC e do Programa Permanecer), quanto através da orientação de monografias, dissertações e teses sobre a questão rural, sob minha responsabilidade ou de Lídia Cardel no âmbito do departamento de Sociologia ou na Pós-Graduação em Ciências Sociais na UFBA. Algumas pesquisas mais amplas ocorreram ao longo desse tempo, como a participação em Censo da Reforma Agrária e pesquisa sobre crédito rural, ambas em conjunto com outras Universidades do país; registro também atividades de extensão dos professores Altino Bomfim e Lídia Cardel. Por fim, creio que a pesquisa mais importante que realizamos, “Estudos socioambientais e saberes tradicionais do litoral norte da Bahia: diálogos interdisciplinares”, no âmbito do convênio Capes-Cofecub (instituição de fomento à pesquisa na França), envolvendo a UFBA e a Universidade de Estrasburgo entre 2010 e 2013. Todas estas atividades fortaleceram o Nuclear e até mesmo abriram caminho para outras pesquisas em áreas distintas da Sociologia, permitindo hoje que tenhamos áreas de pesquisa distintas daquela original.

[Revista Prelúdios] Entre 2010 e 2013, o senhor coordenou a pesquisa “Interações bioculturais e desenvolvimento rural sustentável em região de Mata Atlântica: saberes e práticas naturais, mobilidades e dinâmicas territoriais”,

fruto de um convênio entre a CAPES e a instituição de fomento à pesquisa na França (COFECUB), que foi desenvolvida no Litoral Norte baiano. Como o senhor avalia o encontro entre a indústria do turismo e as comunidades pesqueiras de ética camponesa nessa região?

[Antônio Câmara] *Esta pesquisa envolveu um número significativo de professores de várias áreas da UFBA (Biologia, Educação e Ciências Sociais) e da Universidade de Estrasburgo (Antropologia, Sociologia e Etnobiologia), estudantes de mestrado e doutorado e um pesquisador em estágio de pós-doutorado. Conseguimos, tanto através da pesquisa original quanto pela contribuição das demais pesquisas, traçar um amplo painel de transformações ocorridas no litoral norte. Foi possível observar que as localidades que estudamos sofreram fortes impactos do turismo e da expansão da plantação de eucaliptos. Especificamente quanto ao turismo foi possível verificar a destruição da produção agrícola local, a forte atração que os resorts exercem sobre a população nativa que tem muitos dos seus membros empregados nestes centros turísticos e, sobretudo, a forte adaptação da produção artesanal local ao turismo, incluindo os modelos de produção importados (forma, coloração etc.). Percebemos alteração também na produção pesqueira, as localidades costeiras abandonaram tanto a pesca quanto a agricultura, adaptando seus negócios ao turismo. Os estudos sociológicos sobre o turismo já haviam chamado a atenção para o forte impacto desta atividade sobre comunidades locais, pois a maior parte da força de trabalho volta-se para atender o interesse crescente dos turistas pela região. Por outro lado, a chamada “indústria turística” de massas é voraz e volátil, expande-se constantemente para áreas novas, molda-as de acordo com o interesse de seus futuros clientes, cria espaços protegidos nos quais esses possam sentir-se em casa, com a mesma comodidade de suas vidas cotidianas; mas o principal problema do turismo em comunidades locais é o seu caráter predatório, pois torna a experiência dos seus clientes homogênea e, para isso, precisa também destruir a diversidade local, restrita a algumas atividades caricaturais – no caso do litoral norte é visível o uso do artesanato como única singularidade. Mas os estudos também mostram que isso é passageiro, pois em curto espaço de tempo o capital buscará novas regiões inexploradas, abandonando aquelas que perderam o encanto. Aparentemente, tentando minimizar os efeitos destruidores deste padrão de expansão, os governos locais fazem o discurso e promovem legislações e medidas que poderiam ir na direção da integração entre o turismo e as comunidades locais, através da ordenação da especulação imobiliária, da preservação dos recursos naturais e do modo de vida da população. Mas, na prática, tanto os discursos quanto a legislação apenas encobrem a verdadeira natureza do capitalismo na sua voraz expansão para áreas interioranas. No caso do litoral norte foi possível verificar que o planejamento ambiental previa medidas de preservação da natureza e do modo de vida, mas na prática isso desapareceu na medida em que o turismo avançou sobre a região. Nas comunidades pesqueiras vimos o fim da pesca, nas interiorizadas o fim*

da pequena produção agrícola, em ambas preserva-se, mas de modo distinto (incorporando novas técnicas de produção), o artesanato de piaçava voltado para o mercado turístico. Para concluir, observamos que os grupos que tinham o controle dos resorts como fundos públicos de pensão encontravam dificuldades para gerir e manter o padrão internacional do turismo, sobretudo devido ao fluxo reduzido de turistas provenientes da Europa. A situação atual certamente é mais grave, não só pela atual pandemia, mas pela crise econômica e financeira na qual o país se encontra mergulhado desde 2013.

[Revista Prelúdios] Como o senhor avalia a afirmação de José de Souza Martins (2001, p. 34): “[...] Há mais sociologia rural de alto refinamento em obras de Gabriel Garcia Marquez, Manuel Scorza, John Steinbeck, José Saramago, Juan Rulfo ou Guimarães Rosa do que em muitas de nossas análises complexas e elaboradas”. Como a Sociologia Rural encontra substrato de pesquisa na literatura e nas artes em geral?

[Antônio Câmara] *Eu concordo de modo parcial com essa observação, pois nenhum desses autores de fato estiveram preocupados em produzir Sociologia Rural, talvez o mais próximo de um relato com esse caráter tenha sido Manuel Scorza. Por outro lado, sem dúvida, alguns destes autores, em particular os da literatura fantástica, conseguiram recriar o imaginário rural através de seus personagens e de circunstâncias sociais. Certamente, do ponto de vista da supra estrutura, para compreender processos psicossociais, a literatura aporta uma imensa contribuição para o conhecimento do mundo rural. Mas, a meu ver, não substitui a pesquisa sociológica e deve ser compreendida como se propõe a ser, arte, recriação e imaginação do mundo. A Sociologia Rural, através de seus estudos empíricos e teóricos, tem buscado resolver dilemas da expansão capitalista sobre o mundo rural, podendo utilizar-se da arte e da literatura, mas tendo a certeza de que não substituem o conhecimento científico da realidade e não têm compromisso prévio com a análise e a descrição das relações sociais.*

[Revista Prelúdios] Como o rural é representado no cinema brasileiro e no da América Latina?

[Antônio Câmara] *Mantenho-me no campo do cinema no Brasil, pois para referenciar a questão na América Latina seria necessário um conhecimento mais profundo da produção cinematográfica do subcontinente. Em artigo que escrevi há algum tempo e nas pesquisas que tenho orientado observo alguns momentos significativos desta representação. Um primeiro momento no qual o mundo urbano refere-se ao rural como distante, exótico e atrasado, a exemplo dos filmes sobre o cangaço nos anos quarenta e cinquenta do século passado; um segundo momento, de valorização da luta camponesa, no qual o sertão do Nordeste aparece como síntese da luta revolucionária,*

superando o passado messiânico pela luta política (Glauber Rocha representa o auge deste movimento cultural) e, na contramão da visão politizada, a valorização do modo de vida caipira em Mazzaropi. E, por fim, as formas de representação mais contemporâneas que aproximam o mundo rural do mundo urbano e tentam captar as transformações mais recentes, a exemplo de Bye Brasil (1977), Central do Brasil (1998) e O Caminho das Nuvens (2003). Não por acaso, predomina o Nordeste rural, ainda distante para o imaginário urbano e industrializado do sudeste do país. As películas mais recentes tentam superar essa distância, pondo lado a lado o urbano e o rural no próprio Nordeste, as tecnologias mais recentes aliadas à vida mais simples (como é caso do filme Bacurau, lançado em 2019).

[Revista Prelúdios] Ainda pode-se pensar numa Sociologia Rural sobretudo insulada em si? É possível realizarmos uma Sociologia da Sociologia Rural?

[Antônio Câmara] *palam, um novo mundo inteiramente virtualizado onde desapareceria as distinções espaciais. Creio que a crença perfeita neste novo mundo tem nos levado aos paradoxos do avanço da extrema-direita que percebeu em vários países nichos conservadores nas regiões interioranas que sonham com um passado glorioso, como ocorreu com os EUA e alguns países da antiga Europa do leste. Enfim, o rural, como concebíamos no passado, deixou de existir, no entanto o mundo não se tornou uma grande pólis, pois a desigualdade e a variedade das relações sociais de produção seguem existindo e a mentalidade rural tem sido recriada pelos próprios meios tecnológicos. Quanto a uma sociologia da Sociologia Rural, talvez não seja necessário, pois pode ser uma armadilha, tal qual a sociologia do conhecimento, um constante retornar às origens, fazer a sua própria crítica, não creio ser o caminho para a Sociologia. Talvez o caminho seja o de avançar numa perspectiva da economia política, pensando o rural como parte de toda a ampla rede de relações sociais no capitalismo, abrindo-se para as contribuições de todas as disciplinas próximas (sociologia e antropologia ambiental, sociologia do trabalho, sociologia da cultura e da arte, geografia rural e ambiental, economia rural, história etc). Talvez se trate de uma transição para a criação de nova disciplina mais robusta, por enquanto a Sociologia Rural se mantém e deve buscar ampliar seus horizontes.*

REFERÊNCIAS

DIAZ, C. J. Desde 1985, 92% das mortes no campo por disputa de terra seguem sem solução. IG, São Paulo, 12 jun. 2019. Último Segundo. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-06-12/desde-1985-92-das-mortes-no-campo-por-disputa-de-terra-seguem-sem-solucao.html>. Acesso em: 20 out. 2019.

HANNIGAN, J. Sociologia Ambiental. Petrópolis: Vozes, 2009.

- KUHN, T. As estruturas da revolução científica. São Paulo: Perspectiva, 1962.
- HOLSTON, J. Legalizando o ilegal: propriedade e usurpação no Brasil. In: HOLSTON, J. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 265-345.
- MARTINS, J. S. A imigração e a crise do Brasil agrário. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARTINS, J. S. Capitalismo e tradicionalismo. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
- MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, J. S. O futuro da sociologia rural e sua contribuição para a qualidade de vida rural. Estudos avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 31-36, 2001.
- SEGATO, R. L. Las estructuras elementales de la violència: ensayos sobre gênero entre la antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.
- SILVA, M. A. M. Os errantes do fim do século. São Paulo: Unesp, 1999.

ANALISANDO EFEITOS DA POLÍTICA AUTODECLARATÓRIA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL: SOBREPOSIÇÕES E GRILAGEM EM TERRAS PÚBLICAS

ANALYZING THE EFFECTS OF THE SELF-DECLARATORY POLICY OF THE RURAL ENVIRONMENTAL REGISTRY: OVERLAPS AND GRILAGEM IN PUBLIC LANDS

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar efeitos da política pública do Cadastro Ambiental Rural (CAR) através das noções de efeito-instrumento de James Ferguson e de legibilidade e simplificação do território de James Scott, buscando na antropologia das políticas públicas um aporte capaz de compreender o que efetivamente ocorre nos territórios quando determinada tecnologia de poder é acionada. Será feita uma historicização das legislações ambientais e fundiárias brasileiras, visualizando que mesmo sob diversos dispositivos ainda possuímos grande insegurança jurídica que os novos dispositivos devem tentar suprir. Assim, será apresentado o CAR, seu regramento do Novo Código Florestal Brasileiro, algumas características da política de mapeamento e cadastro dos “posseiros/proprietários rurais” e a implantação da política pública de regularização ambiental. Para analisar esses dados, será utilizada literatura sobre efeitos de política pública e da antropologia das políticas públicas, tentando demonstrar que a política autodeclaratória do CAR produz efeitos através das sobreposições de cadastros em terras públicas, favorecendo grilagem de terras. Por fim, o método utilizado conta-

¹ Doutorando de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ), mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR/UFRGS) e bacharel em Direito (FURG). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Dinâmicas políticas, Estado e Movimentos Sociais (DIPEM-FURG) e Assistente de pesquisa do Observatório de Políticas Públicas para Agricultura (OPPA/CPDA). Orcid: 0000-0002-6877-8615. Email: matheus.korting@gmail.com.

rá com análise quali-quantitativa de dados dos resultados da política, como o Boletim Informativo do CAR, realização de um mapa através dos shapefiles apresentados no sistema do CAR e dados secundários obtidos de atores que participam ativamente das questões ambientais e fundiárias brasileiras.

Palavras-chave: Mapeamento. Regularização ambiental. Política pública. Efeitos. Cadastro Ambiental Rural.

Abstract

This study shows the effects of the public policy of the Environmental Rural Registry (CAR) through the James Ferguson's notion of instrument effect and James Scott's notion of legibility and simplification of territory, seeking in the anthropology of public policies a capable contribution to understand what actually happens in the territories when a specific technology power is activated. A historicization of Brazilian environmental and land laws will be made, showing that even under different provisions we still have great legal uncertainty that the new provisions must try to supply. Thus, the CAR, the regulation of the New Brazilian Forest Code, some characteristics of the mapping and registration policy of the "squatters/ rural landowners", and the implementation of the public policy of environmental regularization are presented. To analyze these data, literature on the effects of public policy and the anthropology of public policies were used, showing that CAR's self-declared policy produces effects by overlapping of registers in public lands, favoring land grabbing. Lastly, the method used includes qualitative analysis based on policy results such as the CAR Newsletter, resulting in a map with shapefiles presented in the CAR system, and secondary data obtained from actors who actively participate in Brazilian environmental and land issues.

Keywords: Mapping. Environmental regularization. Public policy. Effects. Environmental Rural Register.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresentará o Cadastro Ambiental Rural (CAR) a partir do instrumento de cadastramento e mapeamento de todas as propriedades e posses rurais brasileiras enquanto uma política pública ambiental. O CAR é registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais que integra as informações ambientais das propriedades e posses rurais numa base de dados com fins de monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento, conforme o artigo 29 da Lei 12.651/2012.

Como metodologia de trabalho, foram realizadas consultas em dados secundários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), de Prefeituras, de Secretarias de meio ambiente, reportagens e consultas públicas do

Sistema do Cadastro Ambiental Rural. Assim se realizou uma análise quali-quantitativa de dados dos resultados da política como o Boletim Informativo do CAR e se produziu um mapa através dos shapefiles apresentados no sistema do CAR. Também se consultou artigos científicos a respeito de temáticas próximas à grilagem de terras, de pecuária e de desmatamento no território sudeste paraense e realizou entrevistas semiestruturadas com técnicos ambientais das Secretárias de Meio Ambiente de Canaã dos Carajás e Marabá, empresários do ramo da tecnologia, pecuaristas, assentados rurais e representantes de movimentos sociais.

A partir das noções de “efeito-instrumento”, de James Ferguson (1980), “legibilidade e simplificação do território”, de James Scott (1998) e “biopolítica”, de Michel Foucault (2008), em uma abordagem antropológica das políticas públicas o trabalho tem como central o CAR enquanto dispositivo de poder a governar a política ambiental e, mais que isso, por seu caráter autodeclaratório parece transformar as relações de controle, tendo efeitos inclusive nas estruturas fundiárias do país.

O mundo rural para o trabalho, para além de espaço de produção agrária e reprodução socioeconômica, revela-se enquanto território a ser inscrito em polígonos pelos próprios cadastrantes do CAR em todo o território rural nacional. Aqui foi especialmente considerado o rural do Estado do Pará e sudeste paraense, que se encontram sob constantes disputas fundiárias, crescente grilagem de terras, descaracterização das terras públicas e altas taxas de desmatamento. Como se trata de um cadastro nacional, os efeitos das políticas públicas podem se aplicar a outros territórios brasileiros ainda que estudos regionalizados possam revelar diferentes fragilidades da política.

Antes de propriamente analisar o cadastro, será realizada uma historicização dos dispositivos ambientais e fundiários brasileiros. Através de um resgate histórico das relações entre território, direito e regime econômico-político vigentes, pode-se pensar sobre o controle da terra através dos diferentes dispositivos administrativos utilizados. A trama entre direito e território se renova e a partir do mapeamento de áreas é possível ampliar as formas de controle.

Será realizada uma apresentação do CAR demonstrando onde se originou o instrumento, quais as regulamentações e instituições participantes, e os desafios que os estados pioneiros no CAR enfrentaram. Dito isso, serão problematizados os efeitos das políticas públicas através do aporte teórico da antropologia das políticas públicas. Com o intento de promover regularização ambiental e fundiária no Brasil, cindindo tecnologias de mapeamento subsidiadas pelo novo Código Florestal brasileiro, a política atua através de novas formas

de controle no território rural brasileiro e de quantificar e negociar passivos ambientais. Para tanto, é foco do trabalho compreender alguns efeitos que extrapolam a política pública, intencionais ou não, tais como efeitos fundiários pela sobreposição de terras, grilagem através de documento público federal de cunho ambiental e outros.

HISTORICIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS FUNDIÁRIOS E AMBIENTAIS NO BRASIL

Por meio de um resgate histórico das relações entre território, direito e regime econômico-político vigente é possível pensar o controle da terra através de diferentes dispositivos administrativos, assim como a renovação da trama entre direito e território a partir do mapeamento de áreas. A exemplo da metodologia proposta por Michael Dwyer (2013), se faz necessária aqui uma historicização da formalização das terras para compararmos a produção de mapas em diferentes tempos e analisar suas consequências. O território e a propriedade rural são imprescindíveis para a expansão da agricultura e as políticas de mapeamento incidem sobre esses espaços valorizados pela produtividade agrícola e como ativo financeiro extraído da propriedade da terra. Ao mesmo tempo, os espaços protegidos na propriedade são medidos e também compõem a trama das legislações, disciplinando onde se devem manter florestas e matas nativas em pé dentro das propriedades.

No entanto, desnaturalizar as relações territoriais existentes hoje e compreendê-las a partir de uma perspectiva histórica potencializa e enriquece análises do espaço rural e das relações entre território, direito e regime econômico-político, de maneira que o CAR pode alcançar novas compreensões através de uma genealogia da formalização dos contratos de terras e da proteção ambiental.

O Império Colonial (1530-1815) instituiu o regime das sesmarias, das terras devolutas e das terras públicas que se mostrou ineficiente para regular as propriedades públicas e privadas. Tendo em vista que a experiência em Portugal foi a do regime sesmarial, a transferência do regime para o Brasil pareceu solução conhecida. Os principais problemas que a administração colonial enfrentava eram as dificuldades em mensurar as terras e a falta de demarcação de terras pelos sesmeiros que não queriam pagar o foro. (SILVA, 1996) Mesmo as terras que possuíam algum tipo de medida e de registro dominial, tinham na barreira da medição seu maior desafio:

Na maioria dos casos era difícil estabelecer a exata localização e dimensões das terras pleiteadas, pois as indicações relativas à localização eram bastante vagas (até onde conseguir aproveitar, toda a terra que se achar devoluta e sem dono; toda terra que nestes meios se acharem) favorecendo o esticamento de seus limites. Um dos problemas que dificultavam a localização das cartas é que algumas faziam referência a acidentes geográficos ou até fatos históricos (onde mataram o Varella), que possivelmente só eram identificáveis pelos contemporâneos, mas desconhecidos posteriormente, outras traçavam referências tão artificiais que criavam problemas para os próprios contemporâneos. [...]

O medidor enchia o cachimbo, acendia-o e montava o cavalo, deixando que o cavalo marchasse a passo. Quando o cachimbo se apagava, acabando o fumo, marcava uma légua. Como quem dominava a técnica de demarcação eram pilotos de navios (únicos a saber usar a bússola e poder assim estabelecer rumos corretos das linhas a serem traçadas) e estes escasseavam, não era fácil proceder demarcações, o que tornou o regime jurídico das concessões das cartas das sesmarias sistematicamente desobedecido e as terras sesmarias sistematicamente intrusadas. (TRECANNI, 2001, p. 41)

A falta de controle sobre as terras e a cessão de sesmarias em terras já ocupadas deu espaço para o costume jurídico até hoje presente: a posse. Com a falência do sistema sesmarial, o grande número de terras devolutas (devolvidas ao Império) e a confusão territorial causada pela falta de medição, a Lei da Boa Razão de 1769 inaugurou parâmetros para aquisição de terras devolutas pela posse através dos critérios da cultura efetiva (racionalidade no uso da terra) e da antiguidade. O sistema sesmarial foi pressionado pelo senhoriato rural, entre sesmeiros irregulares e posseiros, que se uniram contra a metrópole e as insistentes cobranças de concessões de foros que obrigou o senhoriato rural a realizar a regularização de terras. (SILVA, 1996)

Ainda no Império, a consequência da falta de clareza sobre a definição de terras devolutas e incapacidade de fiscalização do Estado sobre as terras, foi que a lei de 1850 abriu as portas para grilagem, prática problemática antes da promulgação da lei. (SILVA, 1996, p. 158)

O excesso de tentativas para burocratizar o espaço rural mesmo sem medições adequadas, levou o processo fundiário a ser marcado pela posse em detrimento do registro, beneficiando latifúndios dependentes de oligarquias locais que mantinham suas propriedades através da ameaça e da violência. A

triangulação “lei, burocracia e violência” era (e parece que continua sendo) a chave da luta pela terra, segundo Joe Foweraker (1981). Desta maneira, a falta de regularização fundiária dava poderes às oligarquias locais para beneficiar o senhoriato rural com as melhores terras, sobrepondo territórios concedidos e de posseiros, que em sua maioria eram camponeses pobres sem acesso às terras que desbravavam áreas de fronteira agrícola. Ao tornarem essas terras produtivas, tais camponeses eram expulsos pelos latifundiários que passavam a explorar os recursos daqueles espaços ou vendê-los. (FOWERAKER, 1981)

No Brasil, tradicionalmente a terra é titulada muito antes de ser ocupada. Regiões inexploradas no interior têm, provavelmente, uma complexa história legal, e muitas áreas dentro dessas regiões são certamente registradas mais de uma vez. Durante a administração colonial, o território foi concedido por lei, antes mesmo que sua extensão pudesse ser avaliada com qualquer grau de acuidade. [...] Durante os 28 anos após a Independência, não tinha Lei de Terras, e o que ocorreu era ocupação pura e simples. Quando começou a história da Lei de Terras, foi conferido pleno direito de propriedade nos títulos e requerimentos anteriores, derivados da sesmaria, como também a coragem do pequeno fazendeiro, que civilizou o interior, fazendo a terra produzir. E nunca mais desfrutaria ele, novamente, de reconhecimento do Estado. (FOWERAKER, 1981, p. 121)

Após o período da Independência do Brasil, sob a nova dinâmica de Estado ainda voltada para o senhoriato rural e atenta a essas demandas, o dispositivo para ampliar o mapeamento no Brasil foi a Lei de Terras de 1850. Lei que objetivava a regularização de ocupações e de posses para diferenciar as terras públicas das terras privadas e favorecer um maior controle sobre o território e os recursos.

Entre os demais objetivos desta lei estavam a extinção da figura jurídica da sesmaria, o disciplinamento da propriedade, da posse e do uso da terra e o equacionamento da transição das relações de trabalho à ordem jurídica e social determinada pela dinâmica do mercado – a extinção do tráfico de escravos, a divisão do trabalho e a evolução capitalista. (NEVES, 2003) A lei buscava ser um marco para apropriação territorial, tendo em vista que a porção de território ocupado, segundo o Censo Agropecuário de 1920, era ínfima: 79,4% de terras devolutas e 20,6% de terras cultivadas. O que se queria era regularizar as propriedades dos terrenos já ocupados e determinar normas de acesso as terras devolutas. (SILVA, 1996) Porém, o processo de implementação da Lei de Terras,

regido pelo senhorio agrário, reafirmou a tradição colonial do monopólio da terra e da força de trabalho ao invés de promover uma reforma da propriedade fundiária.

A extinção do tráfico [de escravos] e a Lei das Terras resultaram [...] de um contexto mais abrangente e internacional da divisão do trabalho que a evolução capitalista impunha além de expressarem a tática de acomodação de interesses e conciliação política do Império, traduzindo a reação das elites políticas postadas no Conselho de Estado às pressões externas, admitindo o fim da escravidão no horizonte visível. (NEVES, 2003, p. 27)

A Lei de Terras não obteve êxito no disciplinamento do território brasileiro, principalmente no controle das terras públicas, sendo a grilagem de terras um dos fenômenos que mais comprometeram os objetivos da lei. Tal fenômeno burlou o controle de terras, de modo que estas eram apropriadas, não registradas em cartório e seus documentos eram “grilados” (envelhecidos), forjando a veracidade para dominar espaços no território de forma irregular e através de documentação, mas sem o devido registro legal da terra. Além disso, o controle era estabelecido por cartórios e a propriedade registrada era feita pela folha pessoal determinando que tal pessoa é proprietária de um território. Essa folha pessoal se revelou altamente conflitiva, pois em diversos lugares haviam sobreposições de interesses entre pedaços de terra registrados de forma imprecisa e sobreposta.

Outro dispositivo importante foi o Registro do Vigário, que obrigava aos possuidores se registrarem de forma auto-declaratória, com finalidade de simples conhecimento estatístico das terras e sem intenção de cadastro. No entanto, o que aconteceu foi que o Registro do Vigário foi apresentado como prova de domínio de particulares sobre terras, em geral, devolutas.

Embora a lei fosse clara no sentido de negar-lhe a validade como título porque seria sobremodo estranho que ao particular se conferisse a liberdade de criar seu próprio domínio sobre determinada porção do território pátrio, o Registro do Vigário teve uma importância que talvez nenhum outro dispositivo da lei de terras igualou. (SILVA, 1996, p. 175)

Enquanto o Estado realizou uma estatística das terras, seus cadastrantes interessados no domínio da terra ressignificaram a funcionalidade em benefício próprio e a política apresentou efeitos fundiários muito diferentes do esperado, favorecendo uma espécie de grilagem pela compra e venda de terras

com o uso do Registro do Vigário. A proximidade desse dispositivo com o CAR se revela pelo cadastro autodeclaratório, e os resultados desse tipo de política, segundo Ligia Silva (1996), são uso indevido dos instrumentos.

No que tange aos códigos de proteção às florestas, o primeiro Código interessado em limitar o direito de propriedade foi o Código Florestal de 1934, que inaugurou a reserva da “quarta parte” da propriedade para manutenção das florestas e de mato nativo, com o intuito de assegurar que as propriedades não acabassem com as florestas. A “quarta parte” da propriedade inaugura o que hoje se conhece como Reserva Legal, sendo o primeiro mecanismo direcionado à proteção ambiental/florestal. O período de vigência desse Código Florestal (1934) foi marcado pela criação de diversos outros Códigos, na tentativa de centralizar a estrutura material do Estado através do aparelho tecnoburocrático das legislações.² (DRAIBE, 1985) E por ser um Código pioneiro mas pouco restritivo e aplicável, o Código Florestal foi substituído em 1965 pela Lei Federal 4.771, e determinou os limites mínimos de Área de Preservação Permanente (APP) e os percentuais mínimos de Reserva Legal (RL). Nesta época definiu-se a APP de 5 (cinco) metros de para rios de menos de 10 (dez) metros de largura, igual à metade da largura dos cursos que meçam de 10 (dez) a 200 (duzentos) metros e de de 100 (cem) metros para todos os cursos cuja largura seja superior a 200 (duzentos) metros. A reserva legal era de 50% das propriedades na Amazônia e 20% das propriedades nas demais regiões do País. O Código Florestal de 1965, em vigor até 2012, teve o reforço da Lei dos Crimes Ambientais (Lei nº 9605/1998).

Voltando à década de 1960, o dispositivo fundiário criado foi o Estatuto de Terras de 1964, que, complementado pela Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/1973), modificou o processo de transferência da propriedade de imóveis rurais, processo este dificultado pela falta de confiança nos cadastros imobiliários.

Até a promulgação da Lei de Registros Públicos, os atos de transmissão de domínio imobiliário eram realizados por meio de transcrições em livro próprio e em ordem cronológica, fazendo menção precária ao título do transmitente e à qualificação

2 “A elaboração dos Códigos e regulamentações dos serviços de utilidade pública afetos à vida econômica visavam, desde logo, a atualizar uma legislação ou de caráter incipiente, ou que já se tornara obsoleta em face da modernização do país. Em 1934, foram promulgados os importantes Código de Água e Código de Minas; entre 1931 e 1934, definiu-se a legislação básica de regulamentação dos Serviços de Radiocomunicações em Território Nacional. O Código Brasileiro do Ar é de 1938; o de Caça e Pesca e o de Florestas são de 1934. Foram elaborados, também, o Código da Propriedade Industrial, a Lei das Sociedades por Ações e o anteprojeto do Código de Obrigações. [...] Isso não definia apenas um quadro legal de legitimação do intervencionismo estatal; abria espaço para que ele avançasse para formas ainda mais profundas: a propriedade da União sobre recursos estratégicos passíveis de exploração industrial foi o ponto de partida para a presença do Estado-empresário nessas áreas fundamentais para o desenvolvimento econômico.” (DRAIBE, 1985, P. 85)

do imóvel e das partes. Com o advento da LRP, cada imóvel passou a ter o seu histórico concentrado em um único documento, a matrícula, o que confere, decerto, maior controle e segurança. (MORAES, 2014, p. 88)

A lei inaugurou a matrícula do imóvel como pré-requisito do registro, o que seria um primeiro passo para o completo cadastro imobiliário, adotando como ponto referencial o imóvel, independente de sua titularidade. A matrícula substituiu o fôlio pessoal ou folha pessoal para o fôlio real ou folha do imóvel, inovando o sistema de registro imobiliário. Em outras palavras, a propriedade deixa de estar atrelada a alguém e passa a estar atrelada a um espaço físico.

O cadastro de imóveis rurais (art. 46 do Estatuto da Terra) é criado para melhorar a tomada de decisões políticas, tendo em vista que a matrícula do imóvel passou a solicitar dados da família, natureza da posse e forma de administração, valor das benfeitorias, equipamentos e instalações existentes, condições da exploração e uso da terra. A conveniência desse novo modelo era o melhor redirecionamento da atuação estratégica do Estado. Com isso, foi criado o Sistema Nacional de Cadastros Rurais, com finalidade parafiscal dos cadastros.

A matrícula transformou a produção do cadastro e deu maior precisão e controle às transações e registros de imóveis rurais, possibilitando uma interessante conexão entre propriedade e proteção ambiental por meio da Reserva Legal (Lei 7803/1989). Essa conexão é a exigência de averbação ou registro de Reserva Legal na matrícula do imóvel, o que convenia a propriedade com a reserva florestal, garantindo segurança jurídica da Reserva Legal mesmo sob a venda/aluguel/arrendamento do imóvel. No entanto, o Novo Código Florestal (2012), de acordo com o art. 18, dispensa averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel, de modo que a Reserva Legal deve ser registrada apenas por meio do CAR, sem a antiga necessidade de averbação. O retrocesso em matéria ambiental tende a ser muito significativo, tanto pelo caráter auto-declaratório do Cadastro Ambiental Rural quanto pela perda do mecanismo de averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel, que consolidava segurança jurídica à Reserva Legal através da matrícula. Tais transformações acabam por separar a base de regularização ambiental da base de regularização fundiária, o que causa desproteção jurídica e promove uma estrutura ambiental que desobriga proprietários/posseiros dos passivos ambientais anteriores.

Em matéria legal, o novo Código autorizou a regularização ambiental dos imóveis rurais com passivos anteriores a 2008 assim como estabeleceu parâmetros mais flexíveis para as áreas consolidadas em APPs e Reserva Legal, uma vez que admite o cômputo das APP no cálculo do percentual da RL para todos os imóveis, bastando estar no CAR, além de alterar o cálculo de faixas

marginais de proteção ao longo de cursos de água, entre outras mudanças, diminuindo o grau de proteção ambiental. Para se ter uma ideia da diminuição da proteção, o estudo de Britaldo Soares Filho e outros (2014) apresenta que o passivo ambiental e as áreas a serem recompostas tiveram uma redução de 58% com as mudanças implementadas pelo Código Florestal, com maior redução nos estados de Mato Grosso, Pará, Minas Gerais e Bahia.

Ao realizar a genealogia dos mecanismos de formalização do controle da terra no Brasil, se percebe a Lei de Terras destituindo a figura jurídica da sesmaria para regularizar como negócio jurídico as ocupações e posses para adaptação à economia capitalista liberal; a Lei de Registro Público desfocando o negócio jurídico para a matrícula do imóvel e o folio real; e o Novo Código Florestal dispensando averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel, devendo ser registrada apenas por meio do CAR através do georeferenciamento de todas as propriedades do Brasil.

Uma série de legislações implementadas e situações legais de sobreposição de documentação, desde os tempos das sesmarias, por problemas de medição ou por duplicação de documentação pelas autoridades provocam grande confusão legal, inclusive com documentações que não comprovam titularidade dominial – como as produzidas no Registro do Vigário – utilizadas para comprovação de domínio, instaurando regime fundiário frágil, favorecendo grileiros, governantes e cartórios a expulsar camponeses de regiões de interesse do grande capital.

O conjunto de leis, governando o acesso e ocupação de terras, é imensamente complexo, sendo que inúmeras leis, decretos-leis, regulamentos, instruções, portarias e explicações nunca foram unificadas. Diz-se que no Brasil estão em vigor 120 mil leis, e a única que falta é a lei para obedecê-las. (FOWERAKER, 1981, p. 147)

Um país que por diferentes formas vem sendo ocupado, se transforma no país do esquadrinhamento minucioso por meio de dispositivos cada vez mais apurados. A questão é de que maneira esses dispositivos administrativos, com objetivos aparentemente democratizantes, vem sendo manipulados até favorecer os mais fortes num quadro em que camponeses, agricultores familiares, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais aparecem como obstáculos à expansão indefinida do capital.

A sucessão de cadastros e de mapeamentos ampliam o projeto de simplificação territorial (SCOTT, 1998) a partir da consolidação de informações, na melhora na capacidade de controle, no atrelamento do crédito agrícola à adesão ao mapeamento e na ampliação tecnológica através do georeferenciamento. A renovação dos métodos de composição da malha fundiária encontra na proteção ambiental um aliado para a melhoria da fiscalização do desmatamento e dos imóveis rurais. Entre cartórios, políticos e proprietários de terra, o anúncio de tecnologias como as de georreferenciamento são o prelúdio de novas formas de controle do território, mas não necessariamente de ampliação da segurança jurídica dos povos tradicionais, das comunidades rurais e das florestas.

O CADASTRO AMBIENTAL RURAL

A presente seção apresentará o Cadastro Ambiental Rural (CAR), pensando a partir dos principais regramentos e do instrumento de cadastramento e mapeamento de todas as propriedades e posses rurais brasileiras. O CAR é registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, que integra as informações ambientais das propriedades e posses rurais numa base de dados com fins de monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento, conforme o artigo 29 da Lei 12.651/2012.

O CAR foi regulamentado pelo Decreto 7.830/2012, que dispõe sobre o Sistema de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), sobre o próprio Cadastro Ambiental Rural (CAR) e estabelece normas de caráter geral para os Programas de Regularização Ambiental (PRA), complementada pelo Decreto 8.235/2014. Além desses, a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 2 e 3 dispõem sobre procedimentos para integração, execução e compatibilização do Sicar e procedimentos gerais do CAR e sobre a integração e segurança da informação do Sicar.

Para realizar o cadastro, o cadastrante necessita da identificação do proprietário/possuidor rural, da comprovação da posse ou propriedade e da identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo, contendo a indicação das coordenadas geográficas com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel, informando a localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das Áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e, caso existente, também da localização da Reserva Legal.

Dentro da política ambiental, o CAR está situado dentro do Programa de Regularização Ambiental (PRA), disposto no Decreto 8.235/2014. O PRA é o conjunto de ações a serem desenvolvidas por proprietários e posseiros rurais com o objetivo de adequar e promover a regularização ambiental tendo como estratégia formas de recuperação, recomposição, regeneração ou compensação de Áreas de Preservação Permanente, de Uso Restrito e de Reserva Legal no interior dos imóveis rurais, objetivando enquadrar situações de passivos ambientais dos produtores rurais e regularizar as multas e passivos ambientais.

O PRA possui como instrumentos, além do CAR, o termo de compromisso entre agricultores e Estado, o Projeto de Recomposição de Áreas degradadas e as Cotas de Reserva Ambiental. Os passivos ambientais podem ser negociados através de acordos, de projetos de recomposição e de cotas de reserva ambiental. Após a adesão do produtor/posseiro rural ao PRA, suspende-se as multas para cumprir as obrigações compromissadas, resolvendo antigas multas ambientais. As infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008 não poderão ser autuadas caso o proprietário ou possuidor tenha assinado termo de compromisso para sua regularização ambiental.

O prazo para os cadastrantes entrarem no sistema é 31 de dezembro de 2019, após uma série de prorrogações já realizadas, o que significa que cadastros novos estão sendo aceitos na plataforma do Sicar. Após o cadastrante inscrever posse ou propriedade no sistema, deve aguardar as Secretarias de Meio Ambiente fazerem a análise do registro para validação de seus dados e de suas áreas protegidas. Segundo o artigo 29 do Novo Código Florestal, o cadastro no CAR não é considerado título para fins de reconhecimento do direito de posse ou propriedade. Além disso, a inscrição no CAR é autodeclaratória e permanente, sendo responsabilidade do declarante as informações declaradas, incorrendo em sanções penais e administrativas se forem declaradas informações parciais ou totalmente falsas, enganosas ou omissas. Contudo, enquanto não houver análise e manifestação do órgão competente acerca de pendências ou inconsistências nas informações, a inscrição é considerada efetivada e ativa para todos os fins previstos em lei. Caso a declaração do cadastrante incidir sobre outro imóvel rural, terras públicas ou áreas consideradas restritivas, o Sicar envia alerta à Central do Proprietário/Possuidor por meio de filtros automáticos. É de se destacar na nova legislação que se o proprietário ou possuidor de imóvel tenha reserva legal conservada e inscrita no CAR superior à exigida pela lei, poderá utilizar a área excedente para fins de servidão ambiental, cotas de reserva ambiental e outros instrumentos da lei, como recebimento de pagamento por serviços ambientais.

As principais instituições que gerenciam o Sicar são o Ministério do Meio Ambiente do Governo Federal e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que é responsável em nível federal por apoiar a implantação, gerir e integrar as bases de dados ambientais do CAR junto aos Órgãos Gestores do Sicar nos estados. Outra instituição chave é a Universidade Federal de Lavras (Ufla) de Minas Gerais, através de apoio técnico desde a concepção do sistema até cursos à distância de capacitação para acesso ao Cadastro Ambiental Rural, realizando cursos para técnicos das secretarias estaduais de todo o Brasil, para instituições ligadas ao setor rural brasileiro, para cadastrantes individuais e interessados em geral.

Antes de ser institucionalizada, a política do CAR teve início através de iniciativas de ONG's internacionais no Mato Grosso e logo após no Pará. O objetivo dessas organizações era de conciliar a produção agrícola com preservação ambiental através de instrumentos de georreferenciamento, tendo como objetivo mostrar para os consumidores internacionais de soja que as fazendas brasileiras conciliam agricultura e floresta através da proteção ambiental. Assim, através de alianças nos estados do Mato Grosso e Pará, os produtores, a ONG The Nature Conservancy (TNC) e a empresa Cargill iniciaram processos de licenciamentos ambientais e mapeamento dos espaços produtivos para reconhecimento da agricultura sustentável praticada pela empresa. O primeiro dispositivo estatal criado para atender essa demanda foi o SLAPR (Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais), licenciando produtores à atividades agrícolas ao mesmo tempo que demarcando áreas protegidas dentro das propriedades através da tecnologia do geoprocessamento. Através do sistema, era possível emitir a Licença Ambiental Única (LAU)³ e estar regularizado ambientalmente para realizar atividades agrícolas. (AZEVEDO, 2009) Essas iniciativas de emissão de licenças tiveram como pretexto inúmeras denúncias de desmatamento em regiões amazônicas e no Mato Grosso.

Em 2004 o Pará criou a LAR (Licença Ambiental Rural) também com o intuito de regularizar produtores na questão ambiental. Os grandes apoiadores das políticas de licenciamento ambiental foram empresas do agronegócio como Cargill e ONG's como TNC, Conservation Internacional, Ipam (Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia), Imazon (Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia), tendo em vista o aumento significativo do

³ A Licença Ambiental Única (LAU) foi criada através da Lei Complementar Estadual nº 38 de 1995 que estabeleceu o Código Ambiental do Mato Grosso.

desmatamento na região e a urgência da regularização por parte dos produtores. Em 2008 foi publicado no Pará o Decreto Estadual 1148/2008, instituindo o CAR como um dos instrumentos da Política Estadual de Florestas e Meio Ambiente, tornando obrigatório o cadastramento de todo imóvel rural localizado no estado do Pará.

Tanto no Mato Grosso quanto no Pará, o sistema de licenciamento tinha natureza autodeclaratória, fomentado pela necessidade de certificação para o mercado mundial de commodities e a moratória da soja de 2006, onde os produtores precisavam provar que suas posses/propriedades eram sustentáveis e não oriundas de processos de desmatamento. Assim, com o desafio de “desburocratizar” os dispositivos ambientais, a parceria entre agronegócio e ONG’s foi crucial para iniciar as regularizações dos produtores e contemplar a demanda conciliatória entre produção agrícola e conservação ambiental. Nessa mesma seara, a discussão do Novo Código Florestal acontecia com forte apelo dos setores do agronegócio para a desburocratização das leis ambientais, para a flexibilização das licenças ambientais e da diminuição das áreas com restrições ambientais e reconhecimento jurídico das áreas consolidadas (áreas antropizadas e com cultivo agrícola). E foi sob essas tensões que o debate do Código Florestal foi conduzido entre pesquisadores, empresários do ramo do agronegócio, parlamentares, ONG’s, líderes e movimentos sociais, tendo em vista a crescente produção agrícola esperada pelo mercado mundial e a necessidade de flexibilização das leis ambientais, sob o argumento de conciliação entre proteção ambiental e produção agrícola. (CHIAVARI; LOPES, 2016)

O CAR foi aprovado através da lei 12.651, de 25 de maio de 2012, também conhecida como Novo Código Florestal, substituindo a lei 4.771/1965. A política se propõe a ampliar o uso de registros cartográficos pelo uso do GPS (Global Positioning System), abrindo nova forma de fiscalização e de planejamento através do georreferenciamento para o Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente (Sinima). O Brasil comprou uma megafotografia do território nacional, através de uma parceria entre Ministério do Meio Ambiente, Caixa Econômica Federal, o Banco Alemão para o Desenvolvimento (KfW) e a Agência de Cooperação Alemã (GIZ), e a partir dela é possível cadastrar os pontos de GPS das propriedades brasileiras e realizar a política ambiental.

Diante disso, renova-se uma trama entre direito e território, onde a partir do mapeamento de áreas é possível renovar as formas de controle e aperfeiçoar o panóptico, ao mesmo tempo que regularizar o território significa ajustar situações de ilegalidades em matéria ambiental e, pelas características de autocadastramento e baixa verificação de dados, abrir espaço para grilagem

de terras. O CAR está evidenciando inúmeras sobreposições em terras públicas – como terras indígenas, assentamentos, unidades de conservação – e está se tornando um instrumento para “grilagem” de posses em terras públicas e de compra e venda. Como aponta Eliane Moreira (2016), um documento de ordem ambiental sem finalidade fundiária está sendo usado para legitimar e comprovar propriedade da terra.

ANALISANDO OS EFEITOS DA POLÍTICA DO CADASTRO AMBIENTAL RURAL

Dentro dos estudos sobre análise das políticas públicas, uma abordagem que vem ganhando importância é a da antropologia das políticas públicas. O trabalho de 1997 de Cris Shore e Susan Wright, denominado “Anthropology of policy: critical perspectives on government and power”, inaugura uma antropologia voltada para as políticas de governo e de poder, com especial atenção às categorias criadas pelo Estado, para as tecnologias de governança e para a política enquanto linguagem e poder. Assim, a antropologia da política centrou esforços nas políticas públicas e no Estado, trazendo elementos culturais para dentro da análise e que diferentes culturas produzem diferentes Estados, questionando a visão weberiana e marxista de que só o Estado produz cultura. A estrutura da autoridade burocrática depende de repetir encenações na prática cotidiana para sua reprodução e reconhecimento, às vezes silenciosamente aproveitando práticas já constituídas pela população, às vezes mostrando sua presença e seu poder.

Com grande influência do filósofo Michel Foucault e da noção de biopolítica, a governança assume o papel da “condução das condutas” e as políticas públicas são uma das possibilidades de estudo. A antropologia das políticas públicas tenta estudar “através das políticas públicas”, e não a política pública em si, tentando capturar a existência, a prática cotidiana e os efeitos das políticas públicas, possibilitando compreender a mudança de estilo dos sistemas de governos. Os conceitos sobre Estado e as nuances em relação às diferenças de governamentalidade atuais se tornam centrais na análise, assim como a troca do poder disciplinar para a biopolítica, que abrange o poder disciplinar mas está mais interessado no controle da economia como forma ideal da gestão da população. Michel Foucault (2008) observa que os governos passaram a “fazer viver” a economia da população, atuando na gestão das condutas como produtor de subjetividades na medida do interesse da gestão, através de categorias que pos-

sam servir para a sociedade. Essa construção de governo passa a servir como referência até naturalizar-se na população enquanto categoria a-histórica e parâmetro de normalização à sociedade. É importante enfatizar que governar a biopolítica é observar as práticas cotidianas e dar vazão à potencialidades já existentes na sociedade. “Conduzir as condutas” (FOUCAULT, 2008) incita antes observar as condutas já existentes, incentivando ou promovendo categorias para a população

José Renato Porto (2016) sugere que a noção de “agricultura familiar” é uma categoria que possui uma história e que induz a população rural a enquadrar-se nessa forma-estado. Assim, tornar-se “agricultor familiar” para a sociedade está carregado de significados, que por sua vez conecta-se a uma série de políticas públicas, dando sentido ao trabalhador. Ou ainda, quando o trabalhador não possui as características de “agricultor familiar”, sua entrada para quaisquer políticas de incentivo ou de previdência social se torna anormal para o governo. No caso do CAR, a categoria “posseiro/proprietário rural” é responsável por realizar o mapeamento e o cadastro informando aos registros ambientais do país as parcelas de terra com as áreas protegidas, as reservas legais e compromete-se, caso tenha algum passivo ambiental, a regularizar suas áreas de preservação dentro de sua propriedade.

A partir do cadastro autodeclaratório é que os governos farão suas fiscalizações e regularizações, criando uma situação de regularidade e/ou regularização que até então não existia. Para aquele “posseiro/proprietário rural” que possui passivos ambientais anteriores a junho de 2012, a nova legislação possibilitou a regularização. Se antes do CAR o “posseiro/proprietário rural” possuía um passivo ambiental e possivelmente respondia a processo criminal na seara ambiental, após a adesão ao CAR cria-se uma situação onde a multa e o passivo ambiental (poder disciplinar) dão lugar à regularização ambiental e a negociação de passivos ambientais (biopolítica). (FOUCAULT, 2008)

Além da problematização das categorias que o Estado produz, as tecnologias de poder são intenso foco da antropologia das políticas públicas, ao tentar compreender de que formas e sob que condições hoje o governo opera para e com as populações. Assim, o governo passa a necessitar de instrumentos de medição aptos a controle e aptos a normalização, tais como censos, biometrias, cadastros, mapeamentos.

Para tentar compreender o Estado na modernidade, a noção de governamentalidade tenta aportar as modificações e características na forma-estado, para tentar compreender na sequências as tecnologias de poder que operam os Estados nas políticas neoliberais. Assim, como características gerais, Michel

Foucault (2008) apresenta a governamentalidade como um conjunto formado por instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício do aparato de poder, tendo a população como seu foco principal; a formação de um forte aparato governamental baseado na soberania e disciplina, e a formação de uma rede complexa de saberes; o resultado do processo, onde o estado de justiça da Idade Média se transforma gradualmente em Estado administrativo “governamentalizável”.

A visão de Estado como monolítico e coeso em sua tomada de decisões parece uma das possíveis consequências das tradições de estudo sobre o Estado, e que em alguma medida se repete na análise de Michel Foucault. Ainda, a sensação de pouca mobilidade para a categoria “população” e uma regência excessiva estatal sugerem especial atenção para o presente estudo. Apostando que o Estado possui autonomia relativa/relacional em relação à população, como Bob Jessop (2009) buscando em Nicos Poulantzas apresentou, a característica fundamental da potência de governamentalidade e do poder em Michel Foucault ainda permanece intacta, porém os movimentos e flutuações das ações políticas e das frações de classes disputando a estrutura estatal, além do alcance das políticas estatais, nem sempre almejam aquilo que prometem, quando não acabam por realizar ações não esperadas pelas políticas.

A política pública traz consigo uma série de dispositivos e de tecnologias que os gestores da política imaginam trazer efeitos para os territórios. Analisar os efeitos de políticas públicas é foco desse trabalho e interessa investigar que o Cadastro Ambiental Rural vem trazendo uma série de efeitos, alguns esperados e almeçados, outros não diretamente esperados mas previstos enquanto possíveis empecilhos. Entre o que é esperado e o que efetivamente acontece, há um expressivo campo de análise e nos permitirá avançar as discussões sobre as políticas públicas, Estado e cadastros.

James Scott (1998) analisa com grande acurácia processos de mapeamento e cadastramento, na tentativa do Estado de simplificar o território para nele incidir, sem que isso necessariamente contemple as complexidades do território. Diferentes dispositivos são acionados para melhorar o registro e a cobrança de impostos através de técnicas de simplificação e planejamento moderno. A promessa da racionalidade moderna posta em prática é expandir controle e soberania do território, e para isso lança mão de simplificações para mensurar as parcelas de terra. Dentro da ideia de Estado moderno, o suporte científico torna-se central para o exercício do domínio e produção de simplificação radical e legibilidade do território, para torná-lo calculável, remunerável e, acima de tudo, previsível.

A limitação do conhecimento do Estado, em parte, era devido à complexidade e variedade da produção local. Mas não era essa a principal razão. A forma de taxação coletiva significava que era do interesse dos oficiais locais deturpar sua situação para minimizar sua taxa local e a carga recrutada. Para isso, eles precisavam minimizar a população local, subestimar a área cultivada, esconder novos lucros comerciais, exagerar na perda das lavouras depois das tormentas etc. O ponto do mapa cadastral e registro de terras era precisamente eliminar o fiscal feudal e racionalizar a receita fiscal do Estado. Assim como os cientistas da floresta necessitavam um inventário de árvores para realizar o potencial comércio de florestas, assim o fiscal precisa de um inventário da propriedade da terra para alcançar o máximo rendimento de receita sustentável (tradução livre). (SCOTT, 1998, p. 38)

O uso de instrumentos aptos a deter o território para melhor governá-lo tem como objetivo a redivisão da propriedade em menores áreas, para aperfeiçoar o sistema de arrecadação estatal. Segundo o autor, os senhores feudais fraudavam a sua produtividade real escondendo-se atrás de uma malha coletiva de atividades, e assim um novo recorte através de mapas cadastrais renova a capacidade de domínio do território. A condição do homem pré-moderno era de uma cegueira relativa do território, e o advento de novas técnicas parece renovar malhas de controle e fiscalização, contando com instrumentos de legibilidade cada vez mais complexos. Ainda assim, James Scott (1998) pondera que os instrumentos falham exatamente pela racionalidade altamente simplificada que não capta a realidade do terreno, as possíveis manipulações feitas pelos cadastrantes e uma série de práticas e de modos de vida não são rastreados pelos sistemas. O desafio desses instrumentos teóricos será detectar quais características que o CAR apresenta para expandir a malha cadastral e realizar a fiscalização e combate ao desmatamento; o cadastro é auto-declaratório e superou as expectativas de informações ambientais e lança mão de instrumentos econômicos como o Pagamento por Serviços Ambientais, as Cotas de Reserva Ambiental, possuindo particularidades em relação a outros cadastros e registros promovidos pelo Estado.

James Ferguson (1980) quando analisa políticas de desenvolvimento para eliminar a pobreza em áreas rurais em Lesotho através da modernização da agricultura, apresenta que as políticas “falharam” mas que produziram “efeitos colaterais” ou “efeitos-instrumento” que tornam possíveis o exercício do poder. Então, o aparato do desenvolvimento não foi uma máquina para eliminar a

pobreza, mas sim uma máquina para reforçar e expandir o exercício do poder burocrático do Estado, que incidentalmente teve a “pobreza” como ponto de entrada.

Reduzindo intransigentemente a pobreza a um problema técnico e prometendo soluções técnicas aos sofrimentos de pessoas impotentes e oprimidas, a problemática hegemônica do “desenvolvimento” é o principal meio pelo qual a questão da pobreza é despolitizada no mundo de hoje. Ao mesmo tempo, tornando os desenhos intencionais de “desenvolvimento” tão visíveis, um projeto de “desenvolvimento” pode acabar realizando operações políticas extremamente delicadas, envolvendo o entrincheiramento e a expansão do poder do Estado institucional quase invisível, sob a cobertura de uma missão técnica neutra, à qual ninguém pode objetar. O “efeito-instrumento”, então, é duplo: ao lado do efeito institucional da expansão do poder estatal burocrático, está o efeito conceitual ou ideológico da despolitização da pobreza e do Estado. (FERGUSON, 1980, p. 273, tradução livre).

O autor vai tratar da questão do poder de Estado por ponderar que mesmo com o planejamento do estado e de seus funcionários, o que acontece em um projeto que “falha” é a ampliação das relações de poder e dos circuitos burocráticos reforçados pelas políticas de desenvolvimento. Através de uma análise que questiona o estado como o único instrumento de racionalidade que controla a sociedade na execução de planejamento através de um centro de poder, James Ferguson acredita que o planejamento estatal é mais um elo da engenhosidade do poder e que outros elementos devem ser explorados para compreender os efeitos das políticas na sociedade. Para o trabalho, pensar o “efeito-instrumento” que a política do CAR é o caminho teórico a ser percorrido, tanto no que concerne a expansão do poder estatal burocrático quanto ao efeito de despolitização através da “solução ambiental” da política cadastral. A ideia a ser desenvolvida é que o CAR despolitiza a questão ambiental através de um instrumento que aparentemente gestiona a natureza, mas que parece estar mais preocupado em gerar “posseiros/proprietários rurais” regularizados para o mercado de commodities.

O que está em jogo são estratégias de controle geopolítico, onde planejamento econômico e ambiental inauguram plataforma de racionalização de recursos naturais, territoriais e econômicos através da “potência técnica” (ACSELRAD, 2002) a ser instaurada pelo Cadastro Ambiental Rural. Como resultados desse cadastramento, o Boletim Informativo do CAR apresenta que o Brasil já

cadastrou 503.834.037 ha, sendo que possui 397.836.864 ha de áreas cadastráveis, ultrapassando as áreas passíveis de cadastros do Brasil. Em todas as regiões do país os cadastros realizados já superam as áreas passíveis de cadastro.

Em alguns estados chama atenção a discrepância entre o cadastro de base do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 e o número de cadastros já realizados. No caso da região norte do país, foram cadastrados 142 milhões de hectares, sendo que são 93 milhões de hectares passíveis de cadastro. Dados de março de 2017 do Boletim Informativo do CAR demonstram que a região norte do país registra 60,73% dos hectares e 54,20% dos imóveis rurais envolvidos em sobreposição com terras indígenas; e 99% dos hectares e 24,66% de imóveis rurais envolvidos em sobreposições com Unidades de Conservação. A respeito das sobreposições em unidades de conservação, destaca-se no estado do Amazonas a presença de uma Unidade de Conservação muito extensa (cerca de 3 milhões de hectares) que foi sobreposta com outras propriedades, e esse caso justifica a porcentagem de 99% das sobreposições com Unidades de Conservação.

Os cadastros são auto-declarações dos posseiros/proprietários das terras, o que vem provocando uma série de sobreposições e situações conflituosas nos registros. Ao mesmo tempo, essas declarações alertam uma situação de avanço dos cadastros em terras públicas, terras indígenas, Unidades de Conservação. O Ministério do Meio Ambiente argumenta que há sobreposição de cadastros das terras e que isso se deve às terras irregulares que sobrepõem-se a outras terras. Além disso, o Ministério afirma que serão feitas as devidas correções.

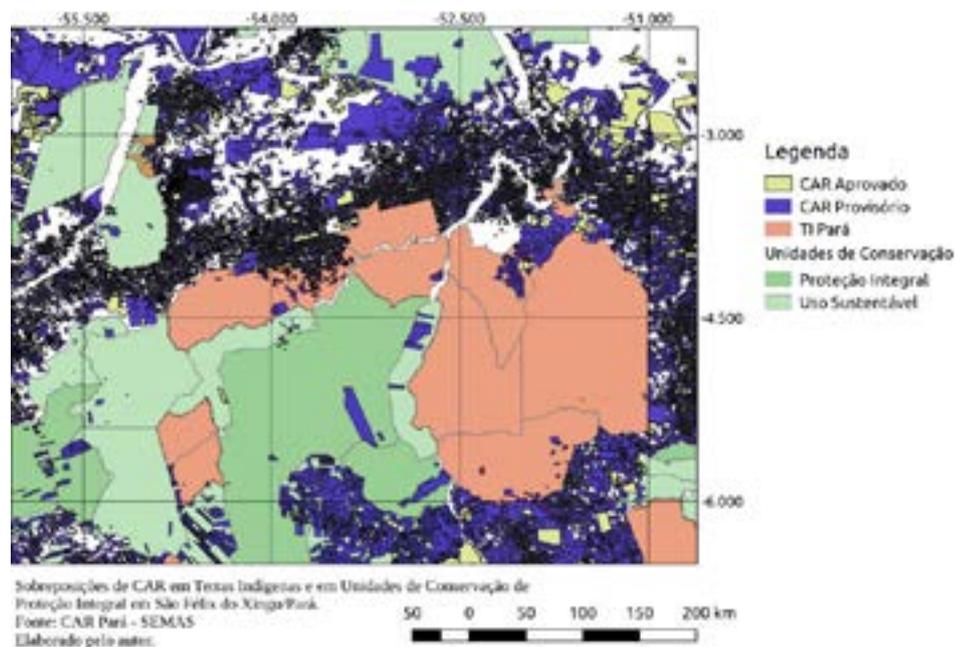
O CAR vem sendo usado para grilagem de terras em vários lugares do país. Ao georreferenciar uma área e ter facilmente um documento provisório do Estado sobre determinada área sem necessidade de comprovação fundiária, o instrumento do CAR que possui como finalidade a regularização ambiental acaba sendo uma oportunidade de venda de terras públicas, terras indígenas, UCs e outras, passando a ser usado como um instrumento fundiário. Nessa perspectiva, a Promotora de Justiça e Professora da Ufpa Eliane Moreira traz os usos do CAR, principalmente no Pará:

O CAR jamais fora concebido como mecanismo fundiário, mas sim como mecanismo de regularização ambiental. Todavia, sempre teve por pressuposto a existência de uma propriedade ou posse válidas sobre as quais incidiria o cadastro. Ocorre, porém, que na prática este pressuposto tem sido deixado de lado e com isto o CAR passa paulatinamente a servir-se de instrumento para grilagem. [...] Num contexto em que a regra é a ausência de checagem rápida e eficiente dos títulos de propriedade e documen-

tos possessórios, o CAR se estabelece como um sutil instrumento de apropriação de áreas públicas, sob o qual paira uma presunção de propriedade ou posse absolutamente falaciosa, que tem causado ou agravado conflitos na Amazônia. (MOREIRA, 2016, s/p)

A fusão entre regularização ambiental e fundiária tem um papel central nesse processo de georrefenciar o território. Tendo em vista que o cadastramento é autodeclaratório e que se dá através de polígonos em uma delimitação geoespacial, os efeitos da política de regularização ambiental são discrepâncias entre áreas cadastráveis e áreas cadastradas, sobreposições de territórios e o indevido uso para venda de terras e a abertura de terras públicas.

Figura 1 – Exemplo de sobreposições de CAR em Terras Indígenas e em Unidades de Conservação em São Félix do Xingu/Pará.



Fonte: CAR Pará – Semas (2019). Elaborado pelo autor.

A imagem acima demonstra diversos cadastros sobrepostos a terras públicas, e até que o Estado faça as correções de sobreposições, esses cadastros estão ativos. Assim, documentos de caráter ambiental avançam na esfera fundiária, sendo considerados uma espécie de grilagem de terras. Após todo um histórico de legislações, o CAR abre a possibilidade de evidenciar e alavancar

conflitos de terras, assim como expulsar comunidades tradicionais do espaço rural.

Quando se nota o grande emaranhado dominial, ou a inexistência documental dele, pela constatação, por exemplo, de que um território quilombola não homologado está sobreposto pela posse de uma ou várias famílias ou de uma propriedade particular, a primeira reação é pensar que o CAR nos ajuda a visualizar e a “espacializar” o problema. Isso pode até ser verdade. Contudo, é importante lembrar que a espacialização desses conflitos e de suas consequências para a própria reprodução social e cultural de vários grupos já é por eles vivida cotidianamente, e não é o CAR que desvela isso. O CAR registra o processo, por vezes, com incongruências a depender de quem mapeia. (VELCHIONE, 2016, p. 1)

Nesse sentido, se instaura um novo regime de verdade num território sobreposto que pode modificar as relações de força em um território. Evidenciar a sobreposição de terras compõe parte da “agroestratégia” (ALMEIDA, 2010) para avançar sobre territórios onde gestão ambiental e controle territorial não são sinônimos de resolução de conflitos e, muito menos, de garantia de direitos a comunidades tradicionais. (VELCHIONE, 2016)

O Novo Código Florestal, de acordo com o art. 18, dispensa averbação da Reserva Legal na matrícula do imóvel, assim, a Reserva Legal deve ser registrada apenas por meio do CAR, sem a antiga necessidade de averbação na matrícula. Por isso, o autocadastramento do CAR reduz segurança jurídica das áreas de Reserva Legal por descolar a Reserva Legal da matrícula do imóvel. Ao mesmo tempo, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 640/2015 foi aprovado para considerar o georrefereciamento do CAR para fins de apuração de área tributável do Imposto Territorial Rural, ultrapassando sua finalidade de regularização ambiental para decretar o imposto a ser pago. Assim, inaugura o caráter fundiário, abrindo margens para quem pagar imposto sobre determinada área buscar via judicial a posse/propriedade, mesmo em terras públicas. O trabalho de Alberto di Sabatto (2008) em análise sobre a arrecadação do ITR fez interessante análise sobre a autodeclaração de informações sobre imóveis, ponderando que a informação vinda de autocadastramento, ainda que mais fácil de ser obtida, diminui a qualidade do cadastro e, por consequência, diminui a arrecadação:

Essas acentuadas diferenças indicam que pode estar havendo uma forte “manipulação” das informações por parte dos contribuintes, que estariam dessa forma evitando uma elevação do imposto que ocorreria com

a incidência de altas alíquotas sobre os imóveis de baixo grau de utilização. Constatada a presença de “manipulação” das informações, o que se deve indagar é a razão pela qual ela é possível, já que se trata de elemento crucial do imposto, uma vez que a progressividade do ITR depende justamente de uma rigorosa apuração do grau de utilização da terra. A resposta pode ser encontrada em duas ordens de considerações, evidentemente interligadas. A primeira delas diz respeito ao fato de que a legislação do imposto, como já se viu, não estabelece parâmetros de produtividade para a área efetivamente utilizada dos imóveis rurais, exceção feita às áreas com pastagens e com atividades extrativas.

A segunda está ligada ao modo pelo qual essas informações são obtidas, já que se trata, na legislação atual, de um imposto autodeclarado. Desse modo, observando-se o preenchimento da declaração verifica-se que é bastante simples a informação sobre os dados que resultam, em particular, nas áreas efetivamente utilizadas e aproveitáveis do imóvel, a partir das quais é calculado o seu grau de utilização. Associando-se as duas ordens de considerações conclui-se que a única possibilidade de garantir a fidedignidade das informações é mediante uma ativa e abrangente fiscalização no campo, o que não parece estar ocorrendo. (SABATTO, 2008, p. 118)

Salientando a conexão das bases dos cadastros para o cálculo do ITR por meio do CAR e o caráter autodeclaratório das duas políticas, é de se esperar que a junção dos cadastros seja problemática. O ITR tem manipulações nas informações e o CAR já ultrapassou o número de imóveis passíveis de cadastros. Se na história dos cadastros, tínhamos o fôlio pessoal na Lei de Terras substituído pelo fôlio real através do sistema de registro imobiliário, podemos esperar da autodeclaração de território e o presente quadro de sobreposição de território como um retrocesso em matéria de domínio do território? E mais, que tipo de ações serão tomadas para corrigir esses registros sobrepostos?

Seguindo a perspectiva teórica adotada, a política autodeclaratória é um dispositivo que por sua baixa capacidade de verificação de dados e fiscalização por parte do Estado traz para os cadastros um grande número de informações que viabilizam as propriedades e posses brasileiras sem que necessariamente resolvam ou imprimam a política de regularização ambiental ou tributária de uma forma abrangente. Na realidade, a política autocadastral parece tentar capturar mais informações a sua malha, mesmo que essas informações não sejam verdadeiras e que não estejam no território. Por se tratar de um “ambiente virtual” onde os cadastros são realizados sem verificação in loco, o processo de simplificação e legibilidade do território (SCOTT, 1998) aposta confiar em todos

os registros acionados no sistema, mesmo que com pouca verificação e fiscalização. O efeito dessa aposta é, em parte, a elucidação de milhares de sobreposições de terra que realmente existem e, em outra parte, o uso indevido da ferramenta como título fundiário e regularização ambiental de áreas em locais que não necessariamente são as do proprietário. Ao mesmo tempo, a política autocadastral possui como “efeito-instrumento” a despolitização da questão ambiental, tendo em vista que o CAR imprime autenticidade ambiental ao posseiro/proprietário, tornando-se a “identidade” da propriedade, mas a natureza do cadastro provém de uma desburocratização e flexibilização que viabiliza certificação ambiental mesmo que concebida de forma equivocada ou pouco precisa.

Portanto, os efeitos diretos da política do CAR são a expansão do número de informações ambientais para fiscalização ambiental, a política autocadastral de geração de dados altamente tecnológica e expansiva sem verificação in loco, a possibilidade de contabilizar recursos naturais e negociá-los pelas cotas de reserva ambiental, do pagamento por serviço ambiental e incentivo à política de carbono. Essas políticas combinadas com a necessidade de verificação das condições ambientais das propriedades e as denúncias de desmatamento em território brasileiro são em parte demandados pela cadeia global de commodities, que incide sobre países fornecedores de matéria-prima. O “efeito-instrumento” (FERGUSON, 1980) permite que agricultores permaneçam produzindo matérias-primas mesmo que desmatando e possuindo passivos ambientais, através de manipulações de cadastros e programas de regularização ambientais que ainda não estão em ação. Também é importante constatar alguns efeitos indiretos no território como os efeitos fundiários por sobreposição de terras públicas, onde posseiros e proprietários entregam cadastros em cima de Unidades de Conservação, terras indígenas, áreas embargadas pela União, sem nenhum tipo de responsabilização caso o cadastro seja irregular e ainda “regularizando” a situação ambiental de sua propriedade.

CONCLUSÕES

O trabalho objetivou demonstrar todo o processo de formalização de terras e de proteção ambiental brasileiro para pensar que em diferentes momentos os dispositivos acionados pelo governo acabaram se revelando ambíguos em suas intencionalidades, funcionando para amplificar as burlas já existentes, como grilagem de terras e regularização de passivos ambientais. Então, o conceito de “efeito-instrumento” de Ferguson (1980) nos ajuda a compreender

o ferramental do novo caminho apresentado para a política pública ambiental do CAR.

Esse estudo se revela inicial a possíveis outros efeitos que possam vir a acontecer, inclusive os efeitos diretos nas áreas protegidas no Brasil, o que deverá ser feito a partir do momento em que a política pública se estabeleça de forma mais contundente e que o prazo para prorrogação do CAR, 31 de dezembro de 2019, seja cumprido e assim a política possa mostrar seus potenciais e suas carências. A constante prorrogação do prazo para realização do CAR parece aprofundar ainda mais os efeitos indiretos dessa política, alcançando objetivos exatamente contrários aos pretendidos pela política, tais como ampliação de desmatamentos e uso indevido do cadastro como documento fundiário. Por último, a atenção a políticas autocadastrais podem trazer contribuições interessantes para as análises sobre gestão de populações e biopolítica (FOUCAULT, 2008), tendo em vista que sua baixa capacidade de verificação não impede ou constrange o governo a adotar a política, mas tanto no caso do CAR quanto no ITR são incentivados. Por isso, a importância dos estudos sobre efeitos das políticas públicas, para pensar as ações estatais e as possíveis consequências de dispositivos administrativos aparentemente democráticos e benéficos que podem oportunizar efeitos dos mais diversos no território assim como revelar formas mais atualizadas de governança da terra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. W. B. Agroestratégias e desterritorialização: os direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. In: ALMEIDA, A. W. B. *et al. Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. p. 101-142.

AZEVEDO, A. A. *Legitimação da insustentabilidade? Análise do Sistema de Licenciamento Ambiental de Propriedades Rurais – SLAPR (Mato Grosso)*. 2009. 325 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

CHIAVARI, J.; LOPES, C. L. Os caminhos para a regularização ambiental: decifrando o novo Código Florestal. In: SILVA, A. P. M da; MARQUES, R.; SAMBUICHI, R. H. R. (org.). *Mudanças no código florestal brasileiro: desafios para a implementação da nova lei*. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. p. 21-44.

DWYER, M. B. Building the Politics Machine: Tools for “Resolving” the Global Land Grab. *Development and Change*, Holanda, v. 44, n. 2, p. 309-333, 2013.

FERGUSON, J. *The Anti-Politics Machine: “Development”, Depoliticization, and Bureaucratic Power in Lesotho*. London: University of Minnesota Press, 1980.

FOUCAULT, M. *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FOUCAULT, M. *Verdade e Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Ed. NAU, 1997.

FOUCAULT, M. *Arqueologia do Saber*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

FOUCAULT, M. *Nascimento da Biopolítica: Curso dado no College de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOWERAKER, J. *A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

MARTINS, P. *Cadastro Ambiental Rural para a agricultura familiar: experiências e dificuldades*. Curitiba: Terra de Direitos, 2016. Disponível em: <http://terradedireitos.org.br/2016/06/01/cadastro-ambiental-rural-para-a-agricultura-familiar-experiencias-e-dificuldades/>. Acesso em: 1 jun. 2016.

MCMICHAEL, P. A Food Regime Genealogy. *Journal of Peasant Studies*, Londres, v. 36, n. 1, p. 139-169, 2009.

MORAES, B. B. Q. Registro da propriedade imobiliária no direito brasileiro – aquisição de terras por estrangeiros. In: ALEXEEVA, T. (org.). *Земля как Объект Права в России и Бразилии*. São Petersburgo: HSE, 2014.

MOREIRA, E. *O cadastro ambiental rural: a nova face da grilagem na Amazônia?* Disponível em: <http://www.abrampa.org.br/site/?ct=noticia&id=230>. Acesso em: 24/04/2017.

NEVES, E. F. *Posseiros, rendeiros e proprietários: estrutura fundiária e dinâmica agromercantil no Alto Sertão da Bahia (1750-1850)*. 2003. 423 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

PORTO, J. R. S. *Poder e território no Baixo Sul da Bahia: os discursos e os arranjos políticos de desenvolvimento*. 2016. 308 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

SABBATO, A. *A intervenção no mercado de terras rurais no Brasil: um estudo sobre o crédito fundiário e o imposto territorial rural no período 1997-2002*. 2008. 148 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2008.

SCOTT, J. C. *Seeing Like a State: How Certain Schemes to Improve the Human Condition Have Failed*. Yale University Press, Londres, 1998.

SHORE, C. WRIGHT, S. *Anthropology of Policy: Critical Perspectives on Governance and Power*. London: Routledge, 1997.

SILVA, L. O. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

SOARES FILHO, B.; RAJÃO, R.; MACEDO, M.; CARNEIRO, A.; COSTA, W.; COE, M.; RODRIGUES, H.; ALENCAR, A. Cracking Brazil's Forest Code. *Science*, Washington D.C., v. 344, p. 363-364, 2014.

THE NATURE CONSERVANCY. Cadastro Ambiental Rural (CAR): nasce a identidade do imóvel rural. Curitiba: TNC, 2015. Disponível em: <https://www.nature.org/media/brasil/cadastro-ambiental-rural.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2017.

TRECANNI, G. Violência e Grilagem: instrumentos de aquisição de propriedade da terra no Pará. Belém: UFPA, 2001.

VELCHIONE, M. Cadastro Ambiental Rural (CAR) e a secundarização de reformas fundamentais para a garantia da posse da terra. *Terra de Direitos*, 14 jun. 2016. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/acervo/artigos/artigo-cadastro-ambiental-rural-car-e-a-secundarizacao-de-reformas-fundamentais-para-a-garantia-da-posse-da-terra/22476>. Acesso em: 5 set. 2017.

COMUNIDADES TRADICIONAIS E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO: DESAFIOS PARA A ARTICULAÇÃO ENTRE JUSTIÇA SOCIAL E PRESERVAÇÃO AMBIENTAL NO PARQUE NACIONAL DA CHAPADA DIAMANTINA²

TRADITIONAL COMMUNITIES AND PRESERVATION AREAS: CHALLENGES FOR ARTICULATION BETWEEN SOCIAL JUSTICE AND ENVIRONMENTAL PRESERVATION IN THE CHAPADA DIAMANTINA NATIONAL PARK

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo aprofundar as reflexões sobre os desafios encontrados para a articulação entre justiça social e preservação ambiental nos casos de sobreposição territorial entre comunidades tradicionais e Unidades de Conservação (UC). Por meio de um estudo de caso sobre o Parque Nacional da Chapada Diamantina, o texto apresenta o panorama dos direitos das populações tradicionais no Brasil e na América Latina, as transformações operadas no sentido de identidade das comunidades rurais e como os temas justiça social e reconhecimento contribuem nas reflexões sobre o conflito socioambiental em questão. A pesquisa realizada aponta que, embora a Constituição Federal brasileira e outras leis e decretos garantam direitos específicos a grupos sociais tradicionais, dialogando com as estratégias de um constitucionalismo plurinacional adotado por alguns países sul-americanos, essas orientações não se efetivam nos casos em questão. Os obstáculos para a efetivação de direitos se apoiam na dualidade que se estabelece entre mundo formal e informal, comprometendo a estabilidade institucional e o funcionamento dos acordos. As estratégias para a superação de tais obstáculos, assim como de (re)ação e resistência das comunidades afetadas aos seus territórios serão aspectos abordados no decorrer do texto.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Comunidades tradicionais. Parque Nacional da Chapada Diamantina.

1 Doutora em Ciências Sociais pelo Universidade Federal da Bahia. Docente e ativista socioambiental na Chapada Diamantina. *E-mail:* mariamedradon@gmail.com.

2 O presente artigo integra parte da pesquisa de doutorado da autora, defendida em março de 2018, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia.

ABSTRACT:

This article provides some reflections on the challenges found for the articulation between social justice and environmental preservation in cases of territorial overlap between traditional communities and Conservation Units. This case study of the Chapada Diamantina National Park presents the panorama of the rights of traditional populations in Brazil and Latin America, the transformations made in terms of identity of rural communities, and how the themes “social justice” and “recognition” contribute to the debate on the socio-environmental conflict in question. The research shows that, although the Brazilian Federal Constitution and other laws and decrees guarantee specific rights to traditional social groups, dialoguing with the strategies of a plurinational constitutionalism adopted by some South American countries, these guidelines are not effective in the cases in question. The obstacles to ensuring rights are based on the duality established between the formal and informal world, compromising the institutional stability and the functioning of agreements. Strategies for overcoming such obstacles, as well as the (re)action and resistance of affected communities to their territories will be addressed throughout the text.

Keywords: Socio-environmental conflicts. Traditional communities. Chapada Diamantina National Park.

INTRODUÇÃO

Situado no estado da Bahia, Brasil, o Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), uma Unidade de Conservação de Proteção Integral, foi criado em setembro de 1985 pelo Decreto nº 91.655. Sua criação foi um elemento bastante importante no aumento da visibilidade desse território no cenário turístico nacional e internacional, provocando profundas mudanças na vida dos habitantes do seu interior e do seu entorno.

Embora previsto no referido Decreto o prazo de quatro anos para edição do Plano de Manejo do Parque, normatizando o uso público e a forma de gestão da Unidade em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), importante instrumento que integra a legislação ambiental brasileira, tal documento somente foi publicado em 2009. A participação de agências governamentais e da sociedade civil através da formação do Conselho Consultivo do PNCD e de suas reuniões periódicas para a discussão de temas relacionados ao Parque foi um elemento que marcou a construção do Plano de Manejo.

Após finalizado, a implementação das normas apresentadas pelo Plano de Manejo se deparou com alguns desafios para o Órgão Gestor do Parque. Um deles é referente à permanência das comunidades no seu interior, que contra-

ria as orientações dadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2000), no qual o Plano de Manejo está fundamentado. A determinação é de indenização e realocação dessas pessoas para outros lugares.

Contudo, encontra-se um conflito de direitos quando identifica-se que tais comunidades são assistidas por diferentes leis e decretos que, em alguns aspectos, se contrapõem à legislação ambiental. Destacamos aqui o caso da comunidade Fazenda Velha, já reconhecida pelo Estado brasileiro como remanescente de quilombo e, como tal, tem o direito à propriedade definitiva da terra que ocupa. De acordo com a Constituição Federal de 1988, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em seu art. 68, “aos remanescentes das comunidades quilombolas que estejam ocupando suas terras, é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

Também, outras comunidades, uma vez reconhecidas como tradicionais, têm o amparo do Decreto n.º 6.040/07, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT, 2007) e visa apoiar grupos sociais no reconhecimento e na consolidação dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. Ainda que o citado decreto não garanta a permanência das pessoas no interior de áreas de proteção integral, entre os seus objetivos específicos destaca-se “solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável”.

Nesse contexto, este artigo pretende desenvolver algumas reflexões sobre a forma de atuação do governo brasileiro em relação ao conflito socioambiental que se apresenta, tendo como estudo de caso o Parque Nacional da Chapada Diamantina. Parte da reflexão sobre as novas constituições latino-americanas que se constituíram no decorrer da década de 1980, possibilitando avanços no reconhecimento territorial de populações originárias e negras, incorporando novos instrumentos de reconhecimento dos direitos das populações tradicionais. Em seguida, analisa a complexidade do conflito territorial vivenciado entre comunidades nativas e Unidades de Conservação, focando no sentido da identidade “tradicional” como elemento de mobilização social em prol de justiça social e reconhecimento na contemporaneidade. Por fim, busca identificar os elementos que permitem a (re)existência das comunidades tradicionais em seus territórios e as alternativas de superação do conflito em questão.

SOBRE OS DIREITOS DAS POPULAÇÕES TRADICIONAIS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

Para a compreensão do conflito em questão, é importante refletir sobre a trajetória histórica das formações nacionais latino-americanas, considerando o processo de expropriação territorial e exclusão social que as populações nativas vivenciam desde a colonização até a contemporaneidade. A expansão do capitalismo e a necessidade de domínio constante de novos territórios têm trazido insegurança e constante ameaça aos modos de vida dessas populações tradicionais. Contudo, avanços significativos nas legislações nacionais latino-americanas a partir da década de 1980 têm trazido novas possibilidades de resistência e enfrentamento, enfatizando o multiculturalismo como estratégia de respeito a diferença.

De acordo com Rocha (2015), a orientação multiculturalista foi significativamente difundida nas novas constituições latino-americanas, dando espaço para a criação de Estados plurinacionais, sendo pioneiras as constituições da Guatemala, em 1986, e da Nicarágua, em 1987. Anos depois, as novas constituições da Colômbia, em 1991, e Venezuela, em 1999, afirmaram a perspectiva dos direitos pluriétnicos salvaguardados nos territórios nacionais, dando autonomia às formas de autogestão aos diferentes grupos culturais originários.

Ainda que não seja uma nação pluriétnica, o Brasil assegura direitos diferenciados aos povos originários e afrodescendentes, como o direito à terra aos grupos sociais que foram marginalizados, excluídos ou deportados de seus territórios quando das investidas coloniais ocorridas a partir do final do século XV. Como forma de reconhecimento desses grupos, no processo indenitário brasileiro, e de reparo às injustiças das quais foram vítimas, a especificidade de tais populações foi abarcada na Constituição Federal de 1988. Os indígenas foram contemplados nos artigos 231 e 232 e os quilombolas no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, com direito à garantias diferenciadas em relação aos territórios ocupados. No caso dos indígenas, a legislação brasileira reconhece a posse e o usufruto exclusivo da terra, contudo, reserva a propriedade à União. Aos quilombolas, a legislação confere a propriedade coletiva da terra, cuja titulação fica atribuída ao Estado. Destaca-se, ainda, no que se refere ao direito dos grupos em questão, os capítulos 215 e 216 dessa Constituição dedicados à proteção da cultura e ao respeito das diferentes formas de manifestação cultural, afirmando uma perspectiva multiculturalista, nos quais

são garantidas também as formas de manifestação cultural de povos com identidades diferenciadas. (BRASIL, 1988)

Além de orientação multiculturalista, Santilli (2005) afirma que a Constituição Federal brasileira de 1988 foi bastante influenciada pela perspectiva ambientalista. No artigo 225, no capítulo VI, intitulado “Do Meio Ambiente”, se detém à defesa do meio ambiente, afirmando que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. (BRASIL, 1988) Retifica-se, também, o comprometimento do país nas agendas internacionais voltadas para as estratégias de preservação ambiental.

Portanto, o novo século que se inicia mostra os limites e imperfeições da democracia representativa, indicando que não só em relação ao meio ambiente, mas nos contextos políticos de forma geral, se faz necessário dar respostas à crise de representação por meio de novas práticas de participação. Um exemplo está na obrigatoriedade da escuta aos povos e comunidades atingidos por diferentes empreendimentos, desde estradas, barragens e Unidades de Conservação, até a instituição de Conselhos Consultivos e Deliberativos, como fóruns de discussão que visam a dar suporte à gestão de áreas protegidas. Contudo, ainda que as discussões tenham surtido efeito na própria Constituição Nacional e na legislação ambiental, com o exemplo da inserção das Reservas Extrativistas na tipologia de Unidade de Conservação no Brasil, tais mudanças não foram capazes de superar os conflitos entre territórios tradicionalmente ocupados e a abordagem de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Em termos jurídicos nacionais, outras comunidades reconhecidas como tradicionais, além das indígenas e quilombolas, receberam o amparo do Decreto Federal nº 6.040, em 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Este decreto visa a apoiar esses grupos no seu pleito por reconhecimento dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, considerando a sua particularidade identitária, suas formas de organização e modos de vida. Ainda que o decreto não indique uma solução clara para as sobreposições territoriais, o texto afirma “solucionar e/ou minimizar os conflitos gerados pela implantação de Unidade de Conservação de Proteção Integral em territórios tradicionais e estimular a criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável”. (BRASIL, 2007)

Segundo o SNUC, em seu artigo 42:

As populações tradicionais residentes em Unidades de Conservação nas quais sua permanência não seja permitida serão indenizadas ou compensadas pelas benfeitorias existentes e devidamente realocadas pelo Poder Público, em local e condições acordados entre as partes.

[...]

Até que seja possível efetuar o reassentamento de que trata este artigo, serão estabelecidas normas e ações específicas destinadas a compatibilizar a presença das populações tradicionais residentes com os objetivos da unidade, sem prejuízo dos modos de vida, das fontes de subsistência e dos locais de moradia destas populações, assegurando-se a sua participação na elaboração das referidas normas e ações. (SNUC, 2000)

Os Termos de Compromisso são reafirmados pelo Decreto Federal de nº. 4.340, de agosto de 2002, que regulamenta artigos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Consta em seu art. 39:

Enquanto não forem reassentadas, as condições de permanência das populações tradicionais em Unidades de Conservação de Proteção Integral serão reguladas por termos de compromisso, negociados entre o órgão gestor e as populações, ouvindo o conselho da Unidade de Conservação. (BRASIL, 2002)

Além das novas orientações que foram agregadas à legislação ambiental, a remoção destas populações também encontrou grandes dificuldades, em especial quando os direitos dos povos e das comunidades tradicionais foram fortalecidos com o Decreto Federal de nº. 6.040, em 2007. O referido decreto instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais. Dentre os princípios da referida política, conforme consta no artigo primeiro, destaque-se:

o reconhecimento, a valorização e o respeito à diversidade socioambiental e cultural dos povos e comunidades tradicionais, levando-se em conta, dentre outros aspectos, os recortes etnia, raça, gênero, idade, religiosidade, ancestralidade, orientação sexual e atividades laborais, entre ou-

tros, bem como a relação desses em cada comunidade ou povo, de modo a não desrespeitar, subsumir ou negligenciar as diferenças dos mesmos grupos, comunidades ou povos ou, ainda, instaurar ou reforçar qualquer relação de desigualdade. (BRASIL, 2007)

No artigo segundo, ressalta-se como principal objetivo

promover o desenvolvimento sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições. (BRASIL, 2007)

Embora amplo e com poucas orientações de ações práticas para o alcance dos objetivos propostos, o Decreto Federal de nº. 6.040 tem tido grande importância para a visibilidade e as lutas pelos direitos territoriais dessas populações que, em muitos casos, não possuem a propriedade formal de suas terras.

Não apenas as formulações e reformulações jurídicas sobre a permanência de comunidades nativas em Unidades de Conservação de Proteção Integral se apresentam como fatores determinantes na forma de lidar com os casos de sobreposição. É importante destacar a própria incapacidade do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em resolver a questão apresentada. No contexto do presente conflito, a realocação das comunidades depende de uma ação conjunta entre o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e outras entidades públicas municipais, estaduais e federais. Esse fato implica em uma articulação que não se faz presente no caso em questão. A falta de condições institucionais e interinstitucionais de levar adiante um processo de regularização fundiária em curto prazo é um fator importante que se apresenta como obstáculo à realocação.

É neste contexto de insegurança em relação à permanência na terra que o “ser tradicional” se posiciona como agente político na construção e afirmação de uma identidade. Manifesta características do próprio local, expressas nos modos de vida e nas formas de se relacionar com os territórios que fazem parte. Segundo Castells (2013), a identidade é definida como fonte de experiência de um povo; como processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou mesmo um conjunto de atributos culturais inter-relacionados.

Com risco da realocação, a identidade desses grupos vem à tona como parte da reivindicação por sua permanência, não apenas para a geração atual, mas também a futura. Utilizando a tipologia construída por Castells (2013), percebe-se a luta travada pela identidade de resistência que, no caso estudado, poderia representar o próprio “ser tradicional”, inserida em uma complexa disputa pela afirmação da legitimidade, ainda que esta seja constantemente remodelada pelas transformações sociais, culturais e econômicas. Também se faz presente no estudo em questão a identidade de projeto, como busca por alternativas de sustentabilidade por meio da formulação de projetos que articulem desenvolvimento comunitário e preservação ambiental.

O caso das populações nativas em Unidades de Conservação no Brasil se torna ainda mais instigante pelo fato da identidade dos grupos não estar definida, mas em construção, em busca de legitimidade ou mesmo de reconhecimento. Segundo a definição de comunidade tradicional encontrada no Artigo 3º do Decreto Federal de nº. 6.040:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007)

A classificação de grupos sociais como tradicionais, em especial aqueles de raízes étnicas, como indígenas e quilombolas, conduzem a reflexões sobre os “novos direitos” incorporados na Constituição Brasileira de 1988, fortemente influenciados pelo multiculturalismo constitucional que se difundiu pela América Latina. Ainda que no caso brasileiro não se constitua como um Estado Plurinacional, tal como nas outras experiências latino-americanas, o reconhecimento pelo Estado de direitos específicos das populações indígenas e quilombolas que, historicamente, foram colonizadas e exploradas durante os processos de construção nacional, indicam como a questão das classificações sociais estão inseridas no campo jurídico. (ROCHA; SERRA, 2015)

Aproximando os aspectos apresentados à perspectiva teórica sugerida por Bourdieu (2007), pode-se analisar que a classificação de grupos sociais e a posição ocupada por cada um deles estão condicionadas à detenção de dois tipos de capital – o econômico e o cultural –, os quais se distribuem de forma desigual no conjunto das sociedades. Para cada classe de posição, há uma classe de habitus correspondente, ou seja, a forma que as estruturas são incorporadas

aos indivíduos, compondo uma unidade de estilo de vida produzida pelos condicionantes sociais e associada à condição correspondente da posição de classe. A relação entre a questão identitária, na qual a questão étnica e a territorial aparecem como distintivas, e a situação de classe em que tais grupos se encontram suscita algumas reflexões sobre como as estruturas sociais são formadas. A existência de sistemas simbólicos que operam tanto como estrutura estruturada como estrutura estruturante, nos quais estão em jogo diferentes tipos de poder, é um importante referencial para compreender o caso em questão.

Seguindo a perspectiva de Bourdieu (2007), a classe pode ser compreendida como o resultado da luta pela classificação, tanto como luta política, mas também simbólica, para impor uma visão do mundo social na qual os instrumentos de distinção legitimam a cultura dominante. Diferentes classes e frações de classe estão envolvidas nessa luta simbólica, a qual é travada nos conflitos simbólicos da vida cotidiana. O autor destaca a importância do papel dos especialistas da produção simbólica – antropólogos, juristas e demais cientistas sociais – na definição ou caracterização do modo de vida de grupos específicos. Voltando o olhar do autor para as comunidades estudadas, a sua luta pela classificação de “tradicional” coloca em evidência o próprio modo de vida e sua continuidade, ainda que temporária, em determinado território.

A reação desses grupos à realocação, considerada um processo de des-territorialização forçada devido ao avanço de novas fronteiras que delimitam áreas de proteção ambiental, pode ser compreendida como luta pelo reconhecimento de formas de organização social distintas, que tem colaborado para a preservação de dado território, coadunando-se com os objetivos das áreas protegidas. A defesa dos laços materiais e simbólicos que fundamentam seus modos de vida, projetos de desenvolvimento e as teias de relações sociais que os sustentam permitem compreender a noção de território considerando as suas múltiplas escalas e inserindo em um contexto multiculturalista elementos que revelam a sua complexidade. Conforme afirma Ribeiro e Loiola (2009), a perspectiva multiescalar possibilita entender o território como espaço de interesses e teia de poderes que irão se refletir nas formas de pensar os projetos possíveis de desenvolvimento, o que impõe a necessidade de se repensar a relação entre o social e a natureza, assim como as escalas de tempo e espaço, levando em conta a diversidade de racionalidades presente em um mesmo território.

Apoiando-se nas análises de Ribeiro e Loiola (2009), a sobreposição de territórios de Unidades de Conservação e comunidades nativas revelam a necessidade de se pensar sobre as suas diversas dimensões e escalas, assim como as inúmeras percepções tanto das comunidades locais sobre si mesmas, quan-

to de organismos nacionais e transnacionais referentes aos novos regramentos que regem as áreas protegidas. Como forma de conciliação de interesses, os projetos de desenvolvimento das comunidades, assim como seus modos de vida e de organização social, devem estar acordados com os princípios de preservação ambiental que fundamentam a existência da Unidade de Conservação e seus objetivos. Para que isso seja possível, é necessário o estabelecimento de compromissos baseados no entendimento comum e na confiança, elementos de grande importância no estabelecimento de relações de cooperação.

DE NATIVOS A TRADICIONAIS: A IDENTIDADE COMO LUTA POR DIREITOS

O argumento de haver uma identidade “tradicional” permeando as comunidades nativas, o que possibilita um status diferenciado nas negociações, é um elemento significativo na trama do conflito analisado neste artigo. A partir da disputa pelo reconhecimento de tal identidade, introduz-se uma perspectiva de direito coletivo, fundamentada na identidade de grupo, sob o argumento de que não se trata de uma luta de proprietários particulares isolados, mas de comunidades rurais que, além de reivindicarem o direito privado de propriedade (ou mesmo despossuídos do mesmo), se apoiam em uma perspectiva de construção coletiva do território, assim como das formas de gestão coletiva dos recursos naturais ali disponíveis.

Os diferentes termos utilizados na definição dos grupos sociais, assim como suas diferentes traduções presentes nos diversos documentos internacionais, se revelam como um elemento de destaque na compreensão de seu sentido que permanece como uma questão chave, sendo construído e reconstruído de acordo com as relações que se estabelecem seja no mundo formal, das normas, acordos e decretos, seja no mundo informal, das práticas cotidianas. Sobre esse tema, Diegues (2001) afirma que o debate sobre os termos populações nativas, tribais, indígenas e tradicionais não é apenas de conceito, mas de expressão nas diversas línguas. Como observa o autor, o termo *indigenous*, utilizado em muitos documentos internacionais não se refere apenas a “indígenas” no sentido étnico e tribal, mas sim a nativos de modo geral, evidenciando a pluralidade e as complexidades das definições e dos sentidos.

Na realidade latino-americana, é interessante perceber como essa definição também se constitui, permitindo que a reflexão seja aprofundada quanto à definição do ser “tradicional”. Voltando o olhar à realidade argentina, é de

grande importância os trabalhos desenvolvidos por Hocsman (2011; 2014) ao analisar a dinâmica de vida de comunidades campesinas andinas no que tange à sua caracterização, às suas vinculações étnicas e à forma com que estas lidam com seus territórios, assim como às políticas públicas desenvolvidas para estas populações. Na experiência argentina, o termo “populações tradicionais” não encontra sinônimo, gira em torno de “poblaciones campesinas” ou “pueblos originários”, concepções marcadas por elementos étnicos nos quais a identidade indígena está fortemente presente, ainda que não de forma exclusiva. Na visão do autor, o termo “campesino” aparece como uma palavra polissêmica: um modo de vida comunitário e fraterno que não interiorizou por completo as grandes frações da modernidade, tais como a mercantilização da natureza e a separação da sociedade política da sociedade civil.

A falta de um entendimento comum referente aos termos que definem as populações e comunidades que se fundamentam em um modelo tradicional de vida rural torna-se um obstáculo à garantia de direitos diferenciados para essas populações, como, por exemplo, a possibilidade de acordos para as suas permanências, ainda que temporárias, nas Unidades de Conservação de Proteção Integral. Conforme as considerações da pesquisa desenvolvida por Talbot (2016) referente ao tema dos Termos de Compromisso (TC) no Brasil, a necessidade de se afirmar a “tradicionalidade” de determinada comunidade como condição para se construir um TC é uma das dificuldades no estabelecimento de acordos.

Comunidades e povos “nativos” ou “tradicionais” expressam contradições e incertezas, sendo significativos os debates e as produções bibliográficas sobre o tema, em especial no campo das ciências humanas e sociais latino-americanas. A contraposição entre “tradicional” e “moderno” é um dos desafios na classificação e na própria defesa desses povos frente aos projetos de um desenvolvimento de vida conservador e excludente, que contempla a construção de estradas, hidrelétricas, assim como Unidades de Conservação, afetando diretamente as populações nos territórios.

A visão evolucionista do mundo na qual a humanidade passaria por etapas e a modernidade chegaria a todos expressa bem como o “tradicional” é pensado (e repensado) em um contexto contemporâneo. As formas múltiplas de definições em um mundo no qual as consequências da modernidade redundam em grande fluidez e transformações das identidades coletivas, explicitam as dificuldades das reivindicações de grupos sociais envolvidos em complexas relações de poder. (BAUMAN, 2001)

Considerando a definição e legitimação da identidade como base de disputas, nas quais diferentes interesses estão presentes na luta pela classificação, é importante estar atento para que, ao analisar um dado grupo social, não seja utilizada a noção de identidade coletiva como algo sólido, fechado e apático em relação às relações de poder que estão envolvidas. De acordo com as lições de Bourdieu, Chamboredon e Passeron (2005), as definições/classificações sobre os grupos sociais devem ser observadas como elemento de reflexão crítica e não simplesmente aceitas pelo pesquisador. Nesse sentido, é necessário pensar sobre os interesses materiais e simbólicos que estão envolvidos, destacando o fato de o status de “tradicionais” estar em curso nas negociações sobre a resolução dos conflitos de sobreposição territorial.

É em meio a essa disputa de sentidos que se destacam as questões: quem são as “comunidades tradicionais” na contemporaneidade? Elas chegarão à pós-modernidade ou estarão fadadas a permanecerem como tradicionais para sempre? Qual o sentido geracional que esta classificação traz consigo? Na leitura realizada por Siqueira e Pinto, publicada em 2007, há mais de uma década atrás, as autoras afirmam que as “comunidades tradicionais” têm sido vítimas de uma desqualificação pela representação social hegemônica de sociedades altamente individualizadas. Termos como caboclos, sertanejos, ribeirinhos, dentre outros manifestam ideias relacionadas a um entendimento dessas populações como um estorvo ao progresso, em meio ao qual a modernidade avançada deve o mais rapidamente adentrar.

A disciplina que o trabalho moderno exige, o consumo que transcende a necessidade, a mercantilização da produção e a monetarização da troca de bens são elementos que Siqueira e Pinto (2007) apontam como decisivos na pressão por uma transformação do tradicional, então percebido como velho e ultrapassado, idealizando-se o moderno como novo e avançado. Contudo, as práticas fundamentadas na hierarquização entre moderno e tradicional têm sido questionadas e são alvos de mudanças na própria ação governamental, como foi mencionado nos exemplos supracitados da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT) e da criação de Reservas Extrativistas (Resex), modalidades aceitas como um tipo de Unidade de Conservação. Esses são os elementos apontados pelos autores como fortalecedores da organização comunitária e do reconhecimento da importância dos saberes tradicionais para o sistema de gestão compartilhada dos recursos naturais.

Ainda que a definição mais precisa de comunidades nativas encontre desafios em se firmar, em um contexto de complexificação das identidades co-

letivas, observa-se que muitas formas de organização social presentes nas Unidades de Conservação, assim como em outras áreas protegidas, pela maneira de lidar com os seus territórios, apresentam características que possibilitam percebê-las como parceiras das estratégias de conservação. Conforme a pesquisa de campo revelou, quando questionados sobre o papel das comunidades nativas na gestão das Unidades de Conservação, as respostas dos analistas ambientais entrevistados explicitaram a possibilidade de articulação e parcerias como formas de avançar na gestão das áreas protegidas, encontrando nas populações residentes apoio para o enfrentamento de outros interesses que poderiam impactar negativamente na própria preservação:

Nas Resex isso é bem claro [...]. Em alguns lugares ela [a comunidade] ajuda a manter uma distância desses outros setores mais voltados para a destruição, né. Especulação imobiliária, grilagem de terra, onde tem essas comunidades, existe essa resistência. (Entrevistado 1, 2015)

Quando você tem populações tradicionais dentro da Unidade de Conservação, essas políticas têm muito mais dificuldades de serem implementadas. Quando você não tem ninguém dentro da Unidade de Conservação, o cara só vai brigar com o Ibama e com a gente, aí para ele é mais fácil, entendeu? Inclusive se os interesses do governo permanecerem em apoiar esses royalties, acho que eles não vão querer gente dentro de Unidades de Conservação; o social está indo por água abaixo. (Entrevistado 3, 2015)

Pode-se afirmar que a transição da condição do “ser nativo” para “ser tradicional” está presente nos conflitos que se manifestam nos campos político, econômico, ambiental e cultural. Aceitar a identidade de “ser tradicional” se contraporia aos avanços dos modos de modernização capitalista no campo, assegurando uma proteção ambiental mais adequada e responderia à necessidade de justiça social. Esta abordagem oferece aos atores tanto desvantagens, relacionadas à produção de estigma, como vantagens, permitindo que certos grupos sejam contemplados em políticas e planos que os favoreçam pela capacidade de trazerem benefícios para a preservação do local. No entanto, esses percursos não podem ser pré-determinados e os caminhos que podem indicar são imprevisíveis, tendo em vista a fluidez e as rápidas transformações hoje em todos os domínios. Ser “tradicional” na pós-modernidade representa uma complexa teia de relações que deve ser vista de maneira crítica e multidimensional,

considerando tanto as subjetividades que permeiam as formas e lógicas de ação dos indivíduos, quanto os condicionantes impostos pelas estruturas sociais de hierarquização e desigualdade.

Quanto ao problema identitário, as contribuições de Stuart Hall (2005) são bastante pertinentes. O autor afirma que as identidades modernas estão sendo “descentradas”, ou seja, deslocadas ou fragmentadas, associadas a uma mudança estrutural que transformou as sociedades modernas no final do século XX, possibilitando diferentes “posições de sujeito”. Na perspectiva do autor, a fragmentação e pluralização das identidades apresentam consequências significativas, como a manifestação de identidades contraditórias que atuam tanto fora, na sociedade, quanto dentro, na cabeça de cada um. Há também as identificações rivais e deslocantes advindas da erosão da “identidade mestra” de classe e da emergência de novas identidades, pertencentes à nova base política definida pelos novos movimentos sociais; ademais, há a mudança de uma política da identidade para uma política da diferença.

No caso empírico em questão, as “posições de sujeito” utilizam-se da possibilidade das comunidades nativas se firmarem no conflito por meio de uma identidade “tradicional” posicionada na luta por direitos, aproximando-se de uma forma de “identidade de resistência”, conforme propõe Castells (2013), uma forma de ação coletiva. Por outro lado, a afirmação de uma identidade garante, simultaneamente, uma sensação de segurança – ser incluído em um grupo de iguais – e de aprisionamento a uma definição fechada em um mundo tão fluido. Segundo orientações da própria política ambiental, tal visão se configura como a possibilidade, ainda que provisória, para a permanência das comunidades nos territórios em contestação.

A formulação da identidade “tradicional” em um mundo globalizado, em que as constantes transformações tecnológicas modificam as noções de espaço e tempo, convida a uma reflexão sobre as dificuldades de ainda se manter um padrão homogêneo de classificação a uma dada coletividade, de uma só referência identitária. Segundo Bauman (2005), seguindo a perspectiva de Hall (2005), a globalização é um elemento de grande importância para a compreensão da fluidez dos laços sociais, representando uma longa transformação. Portanto, identidade, segundo o autor, não pode ser compreendida como algo pronto e acabado:

Numa sociedade que tornam incertas e transitórias as identidades sociais, culturais e sexuais, qualquer tentativa de “solidificar” o que se tornou líquido por meio de uma política de identidade levaria inevitavelmente o pensamento crítico a um beco sem saída. (HALL, 2005, p. 12)

De acordo com a citação acima, a busca por uma afirmação identitária se configura como uma tarefa para alcançar o impossível, uma vez que não é sólida e nem garantida, evidenciando uma luta contra a dissolução e a fragmentação. Este tipo de conflito é marcado por dois elementos que caminham juntos: a debilidade do conjunto de crenças, símbolos e normas que une todos os membros da sociedade politicamente organizada e a riqueza, densidade e diversidade dos símbolos identitários alternativos que compõem as coletividades.

Na descrição dessas formas de vida e trabalho, inclusive as relações familiares de laços fortes, é possível perceber similitudes entre o “nativo” e o “tradicional”, identidades mantidas e transformadas em um mundo no qual padrões tradicionais de vida estão inseridos na dinâmica de um mundo globalizado. Neste mundo, as políticas nacionais e internacionais, tanto de preservação do meio ambiente quanto de defesa da diversidade cultural, encontram elementos conflitantes, que opõem interesses e lógicas de cooperação, exigindo a realização de acordos e práticas convergentes.

A classificação como tradicional, no entanto, não garante direitos com certeza. O caso dos grupos sociais já legitimados como tradicionais no Brasil – indígenas e quilombolas – apresenta uma situação ainda conflitiva. Mesmo tendo direitos territoriais firmados na Constituição Federal, na prática, se encontram muito aquém no que se refere aos direitos atendidos. O estudo de Vitale (2015) sobre as comunidades amazônicas indica que, embora as conquistas legais nacionais e internacionais tenham avançado, com decisões tomadas no âmbito de cada Estado Nacional, restritas ou condicionadas por fatores externos, há um déficit de sua efetividade face às tensões empresariais e governamentais no nível local, regional e nacional. Esse descompasso conduz a questionamentos de como devem ser encaminhadas as questões referentes ao déficit democrático na arena transnacional. A autora argumenta que as políticas internacionalmente organizadas, em especial aquelas voltadas aos temas do meio ambiente, desenvolvimento e direitos humanos, não são acompanhadas de transparência, prestação de contas, monitoramento e avaliação contínua.

JUSTIÇA SOCIAL E RECONHECIMENTO

Como já foi identificado anteriormente, o conflito entre comunidades nativas e Unidades de Conservação toma três dimensões. A primeira é relacionada ao direito privado da propriedade da terra, que é vista como um bem público, sem que o Estado tenha realizado as devidas indenizações. A segunda dimensão é sobre o direito coletivo relativo à forma e aos critérios de utilização das áreas comuns que integram os territórios comunitários. Por fim, a terceira dimensão é a do direito público, relativo à normatização de uma área de proteção, atendendo a direitos difusos relacionados ao meio ambiente.

Estas três dimensões permitem que o conflito observado se refira não apenas a proprietários individuais, mas a grupos sociais específicos, com características que podem defini-los (ou não) como comunidades “tradicionais”; uma classificação que pode situá-los em um status diferenciado no embate em questão. O “ser tradicional” e as relações sociais com base nessa identidade conduzem a reflexões sobre as formas de solidariedade social na contemporaneidade, considerando o impacto da modernidade nas configurações de grupos sociais específicos. Para Habermas (1988), sobre a base da teoria durkheimiana, a sociedade capitalista se fundamenta na transição operada entre uma forma de solidariedade para outra, modificando as bases de integração social e das formas de vida. Enquanto nas sociedades primitivas a integração se dá por meio de um consenso normativo básico, nas sociedades complexas a integração entre os atores se dá através de uma conexão sistêmica de multiplicidades de ação funcionalmente especificadas.

A formação de uma moral capaz de servir de base à integração social pode ser alcançada, segundo o autor, por meio de duas possibilidades: através de um consenso assegurado normativamente e comunicativamente, ou mediante uma regulação não normativa de decisões particulares, situadas além da consciência dos atores. Tais alternativas de constituição da integração social levam Habermas (1988) a compreender a sociedade simultaneamente como o “mundo da vida” de um grupo social, assim como o “sistema” de ações. Mundo da vida e sistema, conceitos chave de sua obra, são essenciais para entender como o autor articula essas duas esferas na construção de uma perspectiva teórica da ação social fundamentada no agir comunicativo.

O mundo da vida, segundo Habermas (1988), é compreendido como contexto da ação comunicativa, processo cooperativo de interpretação em que

o mundo objetivo, o mundo social e o mundo subjetivo acontecem simultaneamente. É na prática comunicativa cotidiana que se reproduz a cultura, a sociedade e a pessoa, mantendo a tradição e a renovação do saber cultural associadas com a integração social, a criação de solidariedade e a formação de identidades pessoais. Se nas sociedades primitivas o mundo da vida é coextensivo a um sistema social pouco diferenciado, este vai se transformando progressivamente, passando a se expressar como um subsistema com a capacidade de influenciar a consistência do sistema social em seu conjunto.

O processo de racionalização do mundo da vida, articulado com o potencial de racionalidade que a ação comunicativa traz, possibilita estabelecer novos níveis de diferenciação sistêmica que só podem ser alcançados quando a racionalização se der com orientações valorativas cada vez mais formais. Contudo, o processo de racionalização pode acarretar crises sobre a reprodução social, tais como a perda de sentido, anomia e alienação. (HABERMAS, 1988)

Por meio das concepções de sistema e mundo da vida, as contribuições de Habermas (1988) seguem no sentido de compreender como a interação social interfere nas dinâmicas sociais, indicando que a razão instrumental não é a única forma de racionalidade no capitalismo, mas coexiste junto com a razão comunicativa. A formação linguística passa a especializar-se em determinados aspectos de validade e de hierarquização dos processos de entendimento. Tal hierarquia se manifesta nas estratificações decorrentes de relações de poder, em que a autoridade política ganha legitimidade em sobreposição às demais autoridades tradicionais, alterando a consciência dos membros em relação à ordem jurídica. A abordagem desse autor sobre a forma que o agir comunicativo se manifesta dialeticamente, tanto nos sistemas sociais como no mundo da vida, permite explicar as estruturas de poder descentralizadas. Portanto, as duas formas de racionalidades que convivem juntas – a instrumental e a comunicativa – dão sustentação ao questionamento da neutralidade ética da ordem jurídica e política, cujos agentes são tanto constituidores como constituídos pelas relações desiguais de poder.

As relações desiguais de poder são expressas, entre outras, nas desigualdades de privilégios estatais entre as diferentes formas de organização social que coincidem em um mesmo território nacional, contrariando os anseios por um reconhecimento recíproco. Ainda que o universalismo dos princípios jurídicos indique uma tentativa de compartilhamento racional, uma hierarquia de saberes se faz presente na formulação e no controle das regras, o que afasta a ideia de neutralidade dos princípios universais adotados.

Nas análises sobre a teoria habermasiana, Mattos (2006) comenta a passagem das hierarquias sociais que, antes, baseadas no nascimento, agora, vinculam-se a um novo elemento com lugar central no campo dos conflitos sociais: o conhecimento. O confronto de lógicas na construção das noções de preservação evidencia que, dentro da estrutura de poder do conhecimento constituído na modernidade ocidental, as formas de saberes tradicionais são subjugadas ao conhecimento científico, o que gera dificuldades para que a consolidação de acordos aconteça dentro de um jogo equilibrado de poder e de reconhecimento mútuo.

Ao transpor tais reflexões teóricas aos casos empíricos de sobreposição territorial observados no presente estudo, percebem-se, nas negociações entre os interesses pleiteados pelas comunidades e aqueles concernentes às Unidades de Conservação, as disputas de poder que estão em jogo na formulação dos planos de manejo e das orientações técnicas sobre a preservação ambiental, em que se articulam razão instrumental e razão comunicativa em construções discursivas que reafirmam o papel privilegiado do saber técnico (como preservar o meio ambiente) enquanto detentor dos recursos aceitáveis de reconhecimento e legitimidade.

Segundo Habermas (2004), um grande desafio da contemporaneidade é como as constituições modernas, com orientação positivista e individualista do Estado de direito, fundamentadas na ideia de universalidade, podem dar conta das lutas por reconhecimento das identidades de minorias ou coletivas que se manifestam de diferentes maneiras em um contexto multiculturalista, e reivindicam a legitimidade de novas formas de conhecimento sobre a formação dos sujeitos, os quais, muitas vezes, são subjugados ao conhecimento consagrado e dominante. Tais reivindicações assentam-se não apenas no pleito pela igualdade de condições sociais de vida, mas também no anseio pela integridade de formas de vida e tradições de grupos, incluindo as suas maneiras de fazer e saber com as quais os seus membros se identificam.

A adaptação do Estado a essas novas reivindicações implica em uma transformação paradigmática do direito, em que as tradições culturais e formas de vida podem se reproduzir, possibilitando a internalização de novos valores na estrutura de personalidade dos indivíduos. Contudo, as relações econômicas desiguais, reflexo da má distribuição de renda, expõem a situação de exclusão social ou de inclusão precária de tais atores, pois estes não gozam da autonomia necessária, já que não acessam, em grande parte dos casos, direitos fundamentais, como saneamento, educação, saúde etc. Dessa forma, não lhes é permitido entenderem a si mesmos como atores de direito e cidadãos.

A incompatibilidade da permanência das populações residentes nas Unidades de Conservação de Proteção Integral com a legislação ambiental vigente, assim como a inoperância deliberada do Estado frente às questões sociais e aos processos de indenização e realocação tornam incerto o futuro desses atores e, também, levantam o tema sobre como vingam as orientações jurídicas no Estado democrático de direito. Considerando a realidade das desigualdades sociais e diferenças culturais, cujos códigos e normas formais são compartilhados e assimilados de diferentes formas pelos grupos presentes, é importante analisar os desafios que a diversidade social impõe às regras democráticas e às orientações individualistas do direito na contemporaneidade.

Retornando a Habermas (2004, p. 253), o reconhecimento das diferenças traz à tona a questão da neutralidade ética da ordem jurídica e da política, uma vez que “toda ordem jurídica é também expressão de uma forma de vida particular, e não apenas o espelhamento do teor universal dos direitos universais”, ainda que razões éticas desempenhem também um papel de “aconselhamento e justificação” das decisões políticas. Assim, a coexistência equitativa dos diferentes grupos socioculturais não pode ser garantida por um tipo de direito criado para o atendimento de pessoas individuais universais, sendo necessário avançar sobre os regramentos legais para atender novas demandas que surgem em contextos de expressões multiculturais e de luta por reconhecimento, envolvendo as esferas emotiva, jurídica, moral e de estima social.

Um aspecto que merece destaque refere-se ao fato de os confrontos desencadeados pela luta por reconhecimento não serem estáticos, mas mudarem de sentido e se formarem de acordo com a dinâmica de transformação das próprias identidades culturais que tentam se afirmar. Segundo Honneth (2011), a coexistência equitativa de formas de vida implica tanto na possibilidade dos grupos se confrontarem com o seu universo de origem, dando continuidade aos modos de vida perpetuados pela tradição, quanto de transformá-lo e distanciar-se ou mesmo romperem com seus imperativos. As transformações e continuidades operadas nas formas de vida dos grupos sociais, para que sejam reconhecidas e legitimadas, implicam na necessidade de garantias jurídicas que se adaptem às novas formas e condições de vida. Delineia-se, assim, a necessidade de constantes mudanças que as lutas por reconhecimento conseguem aportar para o Estado democrático de direito.

Para os dilemas apontados, novas conexões podem ser estabelecidas entre um novo paradigma de conservação, a etnoconservação, e os conflitos sociais contemporâneos, nos quais as identidades sociais grupais substituem os interesses de classe como mobilizador político, conforme aporta a teoria do

reconhecimento. Para Alexandre (2002), no caso das sobreposições territoriais de áreas protegidas, a etnoconservação surge como alternativa que enfatiza o reconhecimento de populações localizadas, permitindo uma política de meio ambiente possível, que encontra desafios políticos de resistência e integração ao mundo globalizado. A possibilidade de articulação entre etnoconservação e reconhecimento de comunidades nativas confere outra lógica para a gestão das áreas protegidas, com a participação desses grupos na construção e operação das estratégias de preservação ambiental, alimentando um processo de autorrealização da comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Imersa em um conflito de regras e normas referentes ao território, deixando transparecer as relações desiguais de poder, a situação investigada nesta pesquisa enseja reflexões sobre determinadas formas de ação (e reação) frente à sobreposição territorial e aos embates que dela emergem, assim como revela os diversos interesses que estão em jogo no percurso da disputa.

Embora o Brasil adote tanto nos seus princípios constitucionais, quanto nas legislações específicas, uma perspectiva multicultural e de reconhecimento das identidades subjugadas e desfavorecidas na história nacional, na prática essa orientação encontra obstáculos para serem seguidas. Replicando as ideias de Wanderley Guilherme dos Santos (1994) para o caso em estudo, o híbrido institucional marca a cultura política brasileira e contrapõe o mundo da vida (mais informal, presentes nas práticas cotidianas) aos mecanismos formais de regulação (das leis e regras formais) que orientam a dinâmica do território, visando à indenização e realocação das populações do local. Contudo, enquanto o que afirma a lei não é cumprido, sem haver sequer uma previsão para isso, observa-se que o excesso de comandos, diretrizes e planos, ainda que estes pretendam regular comportamentos individuais que espontaneamente seriam insuficientes para promover a ordem social, gera externalidades negativas, em especial quando as normas não são cumpridas, violando a credibilidade da lei. (SANTOS, 1994)

O autor enfatiza que, em situações de híbrido institucional, o conflito social tende a ser dissimulado frente às dificuldades que encontra em estabelecer relações de confiança e soluções entre as instituições públicas e os indivíduos. Apoiando-se nas contradições expostas por Santos (1994), Laniado (2001a) analisa a forma como se estruturam os sistemas de troca e reciprocidade que

compõem as normas sociais e a institucionalização da política no Estado, por meio das agências públicas e da legislação, assim como a capacidade dos indivíduos de aderir a elas para garantir os compromissos sociais na coletividade. O híbrido institucional enfraquece os sentidos de liberdade, obrigação e confiança da comunidade política, elementos base dos sistemas de reciprocidade modernos, bem como a confiança nas leis e instituições para solucionar conflitos. A autora considera que o híbrido institucional no sistema político e no funcionamento do Estado produz ambivalência entre direitos e obrigação, combinando valores sobre o tradicional e o moderno de modo particular na cultura política e social nacional, muitas vezes postergando deliberações e soluções, e frustrando os atores.

É possível afirmar que as ambivalências que se destacam na cultura política brasileira, (des)orientadas pelo híbrido institucional, podem repercutir nos territórios em questão, onde uma duplicidade de sistemas de normas convive em um mesmo espaço socioambiental. A incapacidade do Estado brasileiro em realizar a regularização fundiária de tais áreas protegidas por meio de indenizações, realocações e valores acordados com os proprietários, moradores ou não do local, é um ponto relevante do conflito que se dá no âmbito do direito público, direito privado e do direito coletivo.

A ambiguidade entre a área delimitada e a efetivação da regularização fundiária cria um complexo sistema de lentas negociações, afetando a visão dos nativos sobre justiça e injustiça, assim como dos demais membros da sociedade civil e das instituições que operam os instrumentos legais para administrar o conflito. Enquanto não se efetivam as orientações previstas, proprietários ou ocupantes migram ou permanecem sob a ameaça da realocação. Por um lado, lentamente, incorporam, em maior ou menor grau, os novos princípios de preservação nas suas práticas diárias, articuladas a outras práticas tradicionais de preservação que já eram executadas. Por outro, reinterpretam regras que conduzem a ambivalências e ambiguidades, ou mesmo as desobedecem como tentativa de deslegitimá-las, opondo-se ao conjunto de restrições impostas. (GERTZ, 2006)

A busca do entendimento da capacidade dos indivíduos em aderir às novas normas referentes aos valores ambientais deve levar em consideração a confiança como sentimento de crença que vincula os indivíduos entre si e ao sistema social. As relações de confiança operam por meio da procura por reconhecimento, cujas referências estão fincadas nos costumes, na racionalidade e na percepção, influenciados pela cultura política de cada configuração específica do mundo globalizado.

Assim, a descrença na lei contribui para os entraves na consolidação e efetivação de um modelo capaz de estabelecer acordos participativos. Essa deficiência tem raízes históricas, indicando que as contradições existentes na realidade brasileira “desenham um modo específico de percepção da reciprocidade e trocas entre cidadão e Estado, entre cidadão e normas sociais” (LANIADO, 2001a, p. 18). Estes argumentos evidenciam as dificuldades de superação da dualidade que se estabelece entre mundo formal e informal – o híbrido institucional a que se refere W. G. dos Santos –, o que compromete a estabilidade institucional e o funcionamento dos acordos.

É nesse contexto de fragilidade de uma cultura política democrática que a questão do conflito relativo à sobreposição territorial se situa. O seu enfrentamento implica em uma articulação entre diferentes atores e instituições que, ainda que permeada de dificuldades, vem se constituindo em um novo paradigma de conservação, o qual considera o papel das populações locais nas estratégias sobre meio ambiente: a etnoconservação.

Em meio ao confronto de diferentes interesses e lógicas em um mesmo espaço social, revelando a multiplicidade de concepções territoriais e a fragilidade dos compromissos, que se faz importante retornar às reflexões sobre a forma que as políticas governamentais são implementadas e a maneira mais adequada para serem efetivadas. Segundo Santos (1994), para que tais políticas tenham sucesso, depende-se não apenas de qualidade técnica, mas também da capacidade de adequá-las às expectativas sociais implícitas, o que implica em articulações e parcerias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALEXANDRE, A. F. Etnoconservação como política de meio ambiente no Brasil: desafios políticos de resistência e integração ao mundo globalizado. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*, Porto Alegre, v. 3, n. 3, p. 55-64, 2002.
- BAUMAN, Z. *Identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BOURDIEU, P.; CHAMBOREDON, J-C.; PASSERON, J-C. *Ofício de sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia*. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 14 jan. 2018.
- BRASIL. Decreto nº. 98.897, de 30 de janeiro de 1990. Dispõe sobre as reservas extrativistas, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, jan. 1990.

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/antigos/d98897.htm. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. Convenção da diversidade biológica, de 5 de junho de 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1998/anexos/and2519-98.pdf. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº. 4.340, de 22 de agosto de 2002. Regulamenta artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, ago. 2002b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4340.htm. Acesso em: 14 jan. 2018.

BRASIL. Decreto nº. 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). *Diário Oficial da União*: Brasília, fev. 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 14 jan. 2018.

CASTELLS, M. *O poder da identidade*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

DIEGUES, A. C. (org.). *Etnoconservação: novos rumos para a conservação da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec: Nupaub-USP, 2000.

DIEGUES, A. C. O mito moderno da natureza intocada. São Paulo: Hucitec: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e Áreas Úmidas Brasileiras, 2001.

GEERTZ, C. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

HABERMAS, J. A luta por reconhecimento no Estado democrático de direito. In: HABERMAS, J. *A inclusão do outro*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 229-267.

HALL, S. *A identidades cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOCSMAN, L. D. *Estrategias territoriales, recampesinización y etnicidad en los andes de Argentina*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2011.

HOCSMAN, L. D. Agricultura familiar y descampesinización: nuevos sujetos para el desarrollo rural modernizante. *Perspectivas Rurales. Nueva Época, Heredia*, n. 25, p. 11-27, 2014.

HONNETH, A. *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34, 2011.

LANIADO, R. N. Troca e reciprocidade no campo da cultura política. *Estado e Sociedade*, Brasília, v. 16, n. 1-2, p. 222-244, 2001.

MATTOS, P. *A sociologia política do reconhecimento*. São Paulo: Annablume, 2006.

- RIBEIRO, M. T. F.; MILANI, C. R. *Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar*. Salvador: Edufba, 2009.
- ROCHA, J. C. S.; SERRA, O. *Direito ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais*. Salvador: Edufba, 2015.
- ROCHA, J. C. S. Direito, grupos étnicos e etnicidade. In: ROCHA, J. C.; SERRA, O. *Direito ambiental, conflitos socioambientais e comunidades tradicionais*. Salvador: Edufba, 2015. p. 13-30.
- SANTILLI, J. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- SANTOS, W. G. Fronteiras do estado mínimo: indicações sobre o híbrido institucional brasileiro. *Caderno do IPRI*, Brasília, n. 14, Brasília, p. 27-56, 1994.
- SIQUEIRA, D.; PINTO, É. Política nacional de povos e comunidades tradicionais e reservas extrativistas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 13., 2007, Recife. *Anais [...]*. Recife: UFPE, 2007. p.13.
- SOUZA, J. V. C. *Congressos mundiais de parques nacionais da UICN (1962-2003): registros e reflexões sobre o surgimento de um novo paradigma para a conservação da natureza*. 2013. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- TALBOT, V. *Termos de compromisso: histórico e perspectivas como estratégia para a gestão de conflitos em unidades de conservação federais*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional em Biodiversidade em Unidades de Conservação) – Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, Escola Nacional de Botânica Tropical, Rio de Janeiro, 2016.
- VITALE, D. Democracia global e movimentos indígenas na cooperação sul-americana: um olhar para as comunidades amazônicas. In: VITALE, D.; KRAYCHETE, E. S. (org.). *O Brasil e a cooperação Sul-Sul: dilemas e desafios da América do Sul*. Salvador: Edufba, 2015. p. 20-50.

O TRABALHO NÃO AGRÍCOLA COMO ESTRATÉGIA DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS DO AGRESTE DE PERNAMBUCO

NON-AGRICULTURAL LABOR AS A STRATEGY OF THE PEASANT FAMILIES IN PER-
NAMBUCO, BRAZIL

Resumo

O presente artigo oferece uma discussão sobre a pluriatividade e o trabalho não agrícola como estratégias de reprodução camponesas. Pretende-se, com isso, compreender a multiplicidade das formas de vida e as estratégias econômicas sob as quais estão organizadas as populações rurais, em regiões nas quais existe um movimento pendular – para mais ou para menos – de combinação de atividades. Corroborando com essa discussão, trago como exemplo o Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco, onde o trabalho não agrícola da costura vem, desde os anos 1950, sendo utilizado como uma das principais fontes de renda de algumas famílias rurais locais. A pesquisa empírica, que embasa as discussões presentes neste texto, foi realizada em três comunidades rurais da região e tem como base metodológica a observação participante, a história oral e 30 entrevistas semiestruturadas que foram realizadas com agricultores(as) e/ou costureiros(as). Este artigo procura oferecer uma análise sob o ponto de vista antropológico, valorizando as experiências, narrativas, trajetórias e categorias de pensamento dos indivíduos que compõem o cenário da pesquisa. O estudo considera que existe um equívoco em conceber o campesinato e o trabalho não agrícola como noções excludentes. A partir desta pesquisa, pode-se perceber que o rural não se resume apenas ao agrícola e que a inserção de camponeses em processos de trabalho não agrícolas não é suficiente para indicar uma ruptura com um modo de vida.

Palavras-chave: Trabalho não agrícola. Pluriatividade. Costura.

¹ Doutora e Mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. E-mail: renatamilanes@hotmail.com

Abstract

This paper discusses pluriactivity and non-agricultural labor as peasant reproduction strategies in order to understand the multiplicity of life forms and the economic strategies under which rural populations are organized in regions where there is a pendulum movement – for more or less – of combination of activities. Corroborating this discussion, I take as an example the *Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco*, where the non-agricultural work of sewing since the 1950s is used as one of the main sources of income for some local rural families. The empirical research which supports the discussions in this text was carried out in three rural communities in the region and is based on participant observation, oral history and thirty semi-structured interviews that were carried out with farmers and/or seamstresses. An anthropological point of view was adopted, valuing the experiences, narratives, trajectories and categories of thought of the individuals who constitute the research scenario. The study considers that there is a mistake in conceiving peasantry and non-agricultural work as excluding notions. From this research, it can be seen that rural labor is not limited to agriculture and that the insertion of the peasant in non-agricultural work processes is not sufficient to indicate a break with a way of life.

Keywords: Non-agricultural work. Pluriactivity. Sewing.

A PLURIATIVIDADE E O USO DO TRABALHO NÃO AGRÍCOLA COMO ESTRATÉGIAS DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS

As mudanças desencadeadas pelo avanço do capitalismo, sobretudo nos séculos XIX e XX, têm demonstrado uma grande habilidade das comunidades rurais de se reajustarem diante das novas condições que lhes são impostas. Face à grande multiplicidade de fenômenos aos quais os camponeses podem estar envolvidos, eles trazem consigo uma grande flexibilidade, no sentido de encontrarem “novas formas de se adaptar e ganhar a vida”, como bem destacou Shanin (2008, p. 25).

Diante do questionamento acadêmico nas últimas décadas acerca do “conceito romântico” definidor do “camponês tradicional” e também diante de um processo de “diferenciação” do campesinato, que tem se manifestado a partir dos movimentos sociais, gerando identidades coletivas e reivindicações de direitos, torna-se necessário observar os ambientes intrafamiliares que existem atualmente no mundo rural e analisar a existência de novas formas de produção e de trabalho. Tal exercício implica em considerar os casos em que as famílias não restringem suas ocupações e formas de obtenção de renda apenas voltando-se para atividades agropecuárias, mas também ganham a vida por meio de uma combinação do trabalho agrícola com o trabalho não agrícola.

Para Shanin (2008), a resposta do campesinato às situações de crise nas quais os camponeses estão submetidos é, sobretudo, complexa. Estes grupos

são extremamente ativos, pragmáticos e imediatos, e não ficam esperando que alguém lhes traga a solução. Além disso, as saídas encontradas para o fato de permanecer no campo e assegurar a reprodução da família são flexíveis e inventivas, pois os “camponeses têm mostrado ser extremamente resilientes e criativos em situações de crise”. (SHANIN, 2008, p. 25)

Shanin (2008) considera ainda, que a família é a unidade de análise mais eficaz para se entender o campesinato, pois este se define historicamente em torno da economia doméstica e familiar, que tem seus próprios modelos, suas próprias estruturas e um significado próprio, que não desaparece ao longo do tempo. É também através da família que se definem e se determinam as atividades ou estratégias que serão capazes de manter a reprodução do grupo doméstico, seja a curto prazo ou a longo prazo.

De maneira semelhante, Carneiro (1998) também aponta que, mesmo imersa em contradições, a unidade familiar “plástica e mutante” é que tem a capacidade de elaborar novas estratégias para se adaptar frente às diferentes condições econômicas e sociais de reprodução do grupo. Portanto, é importante que um estudo que se propõe a observar a recorrência de trabalhos não agrícolas no meio rural, tenha como base a unidade familiar camponesa e suas dinâmicas constitutivas, a partir das quais são orientadas articulações com outros setores econômicos, pois é ela que organiza a reprodução social do grupo doméstico.

Levando em conta essa questão, convém pontuar que, ao longo do tempo, vários têm sido os debates nas Ciências Sociais que discutem a importância da família como uma unidade básica que apoia a estrutura da lógica camponesa, seja economicamente (ABRAMOVAY, 1992; CHAYANOV, 1981; SHANIN, 2008), seja por fatores que vão além do econômico. (CARNEIRO, 2000; COMERFORD, 2003; GALESKI, 1972; WOORTMANN, 1990)

De acordo com Almeida (1986), em geral, os trabalhos acadêmicos que buscam entender a família através de um foco mais estritamente econômico, têm como preocupação central a ideia de um modo de produção camponês, que vê na família a sustentação deste sistema. Nesse sentido, o que se destaca é um debate sobre a lógica econômica, que toma as categorias de família, trabalho e consumo como interligadas e articuladas. Já os estudos que priorizam uma perspectiva extraeconômica tratam da unidade familiar, não apenas sob a ótica de um componente funcional para a dinâmica de acumulação capitalista, mas também levam em conta outros elementos importantes para a reprodução camponesa, tais como as relações de parentesco, a ética e a moral, as relações matrimoniais, a herança e outros aspectos culturais e sociais.

Destarte, independente do debate gerado sobre este tema e das distintas perspectivas de análise estritamente econômicas ou extraeconômicas, talvez o mais importante seja considerar que a família e o parentesco têm um papel crucial dentro das sociedades camponesas, pois são responsáveis por articular toda uma cadeia de relações sociais que estruturam o grupo do qual os indivíduos fazem parte.

Levando em conta a coletividade e as redes de relações pessoais, não se deve entender a família camponesa como uma dimensão “isolada” (pois ela não se articula apenas no interior do setor rural), mas sim como uma unidade pluri-setorial, cuja lógica de funcionamento não deve ser vista e definida apenas pela produção agrícola. (MATTEI, 2007)

Assim como afirma Mattei (2007), há que se notar também que dentro de um amplo contexto de globalização e modernização, algumas mudanças vêm ocorrendo e impactando as formas de articulação das famílias, pois:

As transformações estruturais do capitalismo agrário impactaram decisivamente sobre a forma tradicional de articulação das famílias com as unidades de produção, subordinando estas às estratégias gerais das primeiras. Com isso, a incorporação de novas atividades à paisagem rural possibilitou a redefinição das estratégias das famílias, tanto em termos das ocupações como em termos das estratégias de reprodução social. (MATTEI, 2007, p. 1069)

Dentro desse contexto, o que se tem percebido é que as transformações socioeconômicas globais acabam atingindo o âmago da estrutura camponesa e modificando tanto a unidade familiar, que tende a se estreitar, passando muitas vezes de família extensa à moderna nuclear (seja por condições modernas demográficas, seja pelos próprios meios insuficientes de reprodução); como também o modelo produtivo de subsistência, pois o rural passa a assumir novas atividades que não podem mais ser resumidas à produção agrícola ou pecuária. Por essa razão, tal como também observa Carneiro (2000, p. 131):

Eleger a unidade familiar ou o grupo doméstico como unidade de observação, revela-se um procedimento fundamental para a compreensão das transformações recentes no campo brasileiro, onde o aumento das atividades não agrícolas, articuladas ou não à agricultura, exige um maior grau de complexidade analítica.

Destarte, os camponeses na atualidade se veem obrigados a realizarem modificações importantes no que diz respeito a sua vida social e a sua forma de produção. Muitas vezes, ao dispor de poucos recursos e de restrições para potencializar a força produtiva da sua unidade doméstica, o trabalho não agrícola se torna então para o camponês uma “necessidade estrutural”. (WANDERLEY, 1998) Além disso, em meio a um cenário no qual a atividade agrícola não tem a capacidade de suprir a existência no meio rural, o esforço da família camponesa se apresenta no sentido de buscar outras formas de renda, se submetendo e se adaptando a uma economia que muitas vezes “se aproveita de sua fraca mobilidade profissional”. (TEPICHT, 1973, p. 26)

Vale frisar que a combinação das atividades agrícolas com outras não agrícolas para a manutenção da subsistência familiar das populações do campo, não é um fenômeno novo na história da agricultura. Kautsky e Chayanov se destacam como os primeiros autores que fizeram referência acerca de “trabalhos acessórios” e “outras atividades não agrícolas” no meio rural. (SCHNEIDER, 2003)

Kautsky, por exemplo, acreditava que a agricultura iria pouco a pouco ser sucumbida pelos ditames industriais, ou, dito de outra maneira: “o desenvolvimento do capitalismo na agricultura tende a seguir uma trajetória em que se dá sua lenta e gradual subordinação à indústria”. (KAUTSKY apud SCHNEIDER, 2003, p. 80) Kautsky também já atentava para a crescente ocupação dos camponeses em indústrias a domicílio, como uma forma de “trabalho acessório”, pertinente aos pequenos produtores rurais. Segundo ele, este fenômeno poderia ocorrer em regiões que possuíam pouca aptidão agrícola para firmar uma agricultura competitiva e em locais onde a indústria em domicílio detinha a vantagem de se apoiar na agricultura.

Já para Chayanov, a busca de atividades complementares no meio rural se constituía como uma estratégia de alocação da força de trabalho familiar, frente aos condicionantes da unidade produtiva agrícola. Para este autor, ao ser adotada, essa estratégia poderia expressar: “o sentido da racionalidade que a família imprime às suas atitudes para manter o balanço entre trabalho e consumo e garantir sua reprodução”. (CHAYANOV apud SCHNEIDER, 2003, p. 84)

No início, dentro da literatura acadêmica, essa estratégia da combinação de atividades dos camponeses foi vista tanto como uma “fase de transição”, assim como algo que poderia resultar no fim do campesinato, pois a própria noção de “dupla atividade” expressava, por vezes, um processo de diferenciação

e de mudança que estava em curso, e que resultaria no “desaparecimento” dos pequenos agricultores que eram considerados “inviáveis” dentro do contexto da modernização rural. (CARNEIRO, 1996, p. 90)

Dentro desse contexto, visando dar conta de entender todos esses fenômenos que estavam acontecendo no mundo rural, em meados da década de 1980 a noção de “pluriatividade” entra em cena, inicialmente no debate francês e depois ganha força em outras partes do mundo, inclusive no Brasil. Segundo Schneider (2003), essa noção embora seja bastante genérica, pode ser definida resumidamente como a combinação de duas ou mais atividades realizadas pelos camponeses, sendo uma delas a agricultura. Este fenômeno tenta expressar ainda, as situações nas quais as famílias camponesas, devido à fragilidade social e econômica sob as quais estão submetidas, recorrem às atividades não agrícolas, no intuito de buscar empregos externos ao seu contexto e novas formas de assalariamento.

Para os fins deste artigo, o que evidencia a importância sumária acerca da pluriatividade é a intrínseca relação que se estabelece entre o mundo rural e a sociedade industrial, que não podem ser vistas como fenômenos antagônicos. Sendo assim, é importante assumir este tema, sob a perspectiva de mostrar que existe um equívoco, muitas vezes difundido no meio acadêmico (sobretudo em alguns debates marxistas), em conceber o campesinato e o mercado de trabalho como noções em posição mútua de exclusão em que, para que um exista, o outro teria que deixar de existir.

Um dos autores que ajuda a desconstruir o equívoco anteriormente citado é Garcia Jr. (1989), que ao tentar compreender a multiplicidade dos efeitos dos deslocamentos dos trabalhadores do Brejo e do Agreste da Paraíba, em direção ao mercado de trabalho do Sudeste, atenta para o fato de que não existe uma trajetória única no desenvolvimento capitalista, na qual a reprodução ampliada da existência de trabalho assalariado signifique a negação insofismável do campesinato. Ao contrário, o caso analisado por ele demonstra que a reprodução do campesinato é simultânea e não oposta ao crescimento do proletariado urbano e industrial. Além disso, Garcia Jr. (1989) percebeu que o trabalho no Sudeste do país era um mecanismo que assegurava a permanência das famílias agrícolas dos migrantes nas suas propriedades.

Se aproximando do que propõe Garcia Jr. (1989) e em acordo com Wanderley (1998), acredita-se, portanto, que a pluriatividade não necessariamente representa a desagregação da agricultura camponesa, mas pode contribuir para a viabilização de estratégias de reprodução presentes e futuras com as quais a família pode contar. Muitas vezes, o trabalho não agrícola ou pluriativo, pode

ser considerado como uma “resposta” ou até mesmo uma forma de resistência em meio às crises econômicas e até mesmo climáticas em que estão envolvidas as famílias rurais e das quais não podem sair, pois como afirma Carneiro (1996), os espaços abertos para a prática de atividades complementares não agrícolas são, em sua maior parte, as regiões desfavoráveis ou que se encontram incapacitadas para a intensificação da agricultura. Portanto, o que se percebe é que, longe de significar um processo linear “evolutivo”, que afastaria o camponês do meio rural, a possível combinação de atividades ressalta cada vez mais a complexidade das formas e dos elementos utilizados por alguns atores para garantir a reprodução do núcleo familiar, assim como veremos a seguir, através do exemplo do Agreste pernambucano.

A pesquisa de campo que orientou as reflexões trazidas neste artigo foi fruto de uma dissertação de Mestrado, na qual foram realizadas trinta entrevistas semiestruturadas, entre 2013-2015, com agricultores(as) e/ou costureiros(as) da zona rural² do Agreste pernambucano. Além das entrevistas, também foram utilizadas a observação participante, a história oral e a etnografia com a intenção de compreender e reelaborar os significados e as particularidades das ações dos indivíduos nas suas práticas e representações do cotidiano.

O SURGIMENTO DO POLO DE CONFECÇÃO DE ROUPAS NO AGRESTE DE PERNAMBUCO

O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco consiste em um dos mais importantes aglomerados econômicos existentes na Região Nordeste, particularmente no setor de confecções (atualmente é o segundo maior polo têxtil do Brasil). O Polo produz, basicamente, roupa casual (masculina e feminina), brim (jeans, bermuda, saias, shorts e camisas), malharia (camisetas, tops, blusas, vestidos), moda infantil e lingerie. Suas atividades produtivas e comerciais se encontram instaladas principalmente nas cidades de Santa Cruz, Toritama e Caruaru, englobando também alguns povoados rurais da região.

Esse espaço se situa em uma região que, antes de se ocupar com a produção e comercialização de roupas, tinha como principal fonte de trabalho e renda, a agricultura. O período que marca o início de uma dinâmica socioeconômica de tipo mais industrial e comercial, tem a ver com o quadro de di-

2 O campo empírico da pesquisa faz parte da zona rural do município de Taquaritinga do Norte, Pernambuco. As comunidades pesquisadas foram: Vila do Algodão, Assentamento Nova Esperança, Sítio Situação do Algodão e pequenas propriedades no entorno dessa região.

ficuldades historicamente dadas no Nordeste enfrentadas pela população, no que diz respeito à escassez dos meios de sustento. Situação essa, que sempre se agravava em períodos de seca e que sofreu, nos anos 1950, um revés ainda mais contundente com a crise do algodão. Com a crise da cotonicultura, provocada pelas condições climáticas e pela praga do bicudo, os moradores locais passaram a viver dentro de um contexto de recursos limitados para a produção no meio rural, que ameaçava a reprodução social de suas famílias. Tal contexto fez com que se tornasse necessária a busca de novas estratégias geradoras de renda, dentre as quais as pessoas encontravam nas atividades não agrícolas, o sustento econômico e social do grupo doméstico.

Neste período de crise, uma das “saídas” encontradas por esses pernambucanos foi, correntemente, a migração dos moradores da região para o Sul/Sudeste do país, fator este influenciado pelo período de grande industrialização que o Brasil vivia na época. Outras estratégias também foram perseguidas e uma delas se traduziu na produção e comercialização de roupas em feiras locais, denominadas de “Feiras da Sulanca”.

A “Feira da Sulanca” surge em meados de 1950 com a iniciativa de alguns comerciantes de Santa Cruz do Capibaribe, que se deslocavam para Recife levando galinhas, carvão, queijo, entre outros produtos locais para vender, e retornavam com retalhos de tecidos para suas casas. Estes passaram a ser convertidos, pelas mulheres da zona rural da região, em colchas, assim como em peças de vestuário para uso familiar. Depois essas peças passaram a ser costuradas para a venda em feiras do sul do Estado e nas cidades de Estados vizinhos. Todas as mercadorias tinham como principal atrativo o preço baixo, as peças eram simples, sem muita diversificação e se destinavam geralmente às populações de baixa renda. (LIRA, 2006)

Mesmo sem amparo estatal, o sucesso das vendas fez com que a oferta se expandisse, principalmente nos anos 1960 e 1970, pressionando assim a busca por uma maior quantidade de tecidos para abastecer a produção. Estes começaram a ser trazidos do Rio de Janeiro e de São Paulo pelos caminhoneiros da época, e consistiam em retalhos e resíduos que “sobravam” das confecções das grandes cidades do Sudeste. Alguns motoristas também adquiriam as peças e comercializavam em outras partes do país. Esse processo foi dando certo e a “Feira da Sulanca” passou a ganhar uma repercussão para além dos limites locais.

Com o aumento da demanda de mercado, algumas pessoas passaram a investir em máquinas industriais de baixa rotação, porque as máquinas manuais e domésticas já não davam mais conta do processo produtivo. Isso fez com

que a qualidade dos produtos melhorasse e as vendas se ampliassem para pessoas de diferentes classes sociais.

As décadas de 1980 e 1990 constituíram o auge do desenvolvimento produtivo e comercial da região. Nessa época ocorreu o retorno de várias pessoas que antes haviam migrado para o Sul/Sudeste do país, com o intuito de voltar para investirem no ramo de confecções. Aliado a esse movimento, surgiu também um fluxo de migração rural dos sítios do Agreste de Pernambuco, e até mesmo de Estados vizinhos, para o Polo, todos em busca de emprego, o que acarretou um demasiado aumento populacional nas três cidades principais: Caruaru, Toritama e Santa Cruz. Além do aumento populacional, o crescimento econômico da região ganhou destaque e foi cada vez mais impulsionado pela fabricação de roupas, ao passo que se tornou necessário aumentar e ampliar demasiadamente a produção, pois semanalmente a região passou a receber muitos compradores de todos os lugares do país.

A “Feira da Sulanca” passa a se chamar “Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco”,³ a partir de 2000. Isso decorre do empenho por parte de alguns empresários e comerciantes em desconstruir a imagem da Sulanca, que na atualidade é relacionada a produtos de pouca qualidade, e seu uso pode ser pejorativo. Dessa maneira, como Vêras de Oliveira (2011, p. 23) observa: “Ope-rou-se uma reelaboração discursiva visando pôr no lugar da ‘Feira da Sulanca’ o ‘Polo de Confecções’; no lugar de ‘sulanqueiro’, a denominação ‘empresário’ ou ‘empreendedor’”.

Além dos espaços de comercialização no Polo, é comum encontrarmos microunidades de produção familiares por toda parte, normalmente instaladas nas próprias residências dos trabalhadores (misturando-se utensílios domésticos, equipamentos industriais e matérias primas), nas formas de “fabricos” e “facções”. Estes empreendimentos são os principais responsáveis por sustentar e garantir a confecção das mercadorias que posteriormente serão vendidas nas feiras ou nos shoppings populares. A separação do processo de trabalho que ocorre no caso do Polo, terceiriza e divide a confecção das peças para ser feita em vários locais diferentes. Antes do surgimento da Sulanca,⁴ a produção da peça inteira era feita apenas por uma pessoa, agora, devido à produção em larga escala, os trabalhadores são contratados por empresas maiores para desenvol-

3 Vale ressaltar que embora os centros principais do Polo sejam Santa Cruz, Toritama e Caruaru, esse espaço se abrange a outros municípios tais como Taquaritinga do Norte, Brejo da Madre de Deus, Jataúba, Vertentes, Riacho das Almas, São Caetano, Surubim etc.

4 A definição do termo “sulanca” será explicitada mais adiante.

ver apenas algumas tarefas específicas, não tendo no final uma visão da peça totalmente finalizada.

Dentre as inúmeras configurações possíveis, o Polo tem sido caracterizado por alguns autores como um espaço que conta com a forte presença da produção domiciliar de caráter informal (tanto na zona urbana, como na rural) e suas unidades de produção se destacam tanto por se apoiarem nas relações de trabalho familiares, como também por evidenciarem a predominância do trabalho feminino e infantil na região. (VÉRAS DE OLIVEIRA, 2011; BEZERRA, 2011, SILVA, 2009)

A COMBINAÇÃO DE ATIVIDADES AGRÍCOLAS COM A COSTURA

De acordo com Vêras de Oliveira (2011), as relações de trabalho no Polo do Agreste pernambucano reconfiguraram a dinâmica urbano-rural da região. Quanto a isso, pode-se destacar o fato de que muitos moradores do campo migraram para as cidades em busca de novas chances de trabalho, outros passaram a trabalhar com a costura na zona rural, e existem ainda os casos das pessoas que, embora morando atualmente nas cidades, continuam mantendo uma casa nos seus sítios apenas para fins de lazer. Nesse sentido, o meio rural na região apresenta características semelhantes ao meio urbano no que diz respeito às atividades produtivas de confecções, pois desde esse período até os dias atuais, em alguns sítios da região é comum andarmos pela zona rural de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruaru e nos depararmos com o barulho das máquinas de costura, em quase todas as casas, onde por trás das mesmas estão inúmeras mulheres e alguns homens trabalhando para o sustento familiar. Dessa maneira, atualmente o espaço rural dessa região não se destina exclusivamente para atividades agropecuárias, pois ele passa a ser reintegrado também à dinâmica produtiva de roupas e como um local de “distração” e “fuga” das atividades industriais e comerciais do Polo.

O Agreste de Pernambuco faz parte de uma região denominada “polígono das secas”,⁵ que corresponde à área mais seca do país, onde as chuvas são irregulares e escassas. Levando em conta a estrutura produtiva e as condições climáticas locais, as estiagens ou a “falta de inverno” são temas que estão sempre presentes nas falas dos moradores locais, pois a ausência de chuvas nunca permitiu aos pequenos produtores uma forma que lhes garantisse viver e se de-

5 A região denominada de “polígono das secas” possui um índice pluviométrico anual de aproximadamente 500mm.

dicar apenas à plantação agrícola. Aliado a isso, o descaso político, assim como a ineficiência e a falta de planejamento também demonstram que o Agreste pernambucano não tem encontrado historicamente um forte apoio público no sentido de minimizar os velhos e conhecidos danos que decorrem das estiagens e que vem se repetindo por décadas. Uma das agricultoras entrevistadas, por exemplo, me informou com total convicção que: “ninguém vive mais só de agricultura por aqui. Aqui mesmo é um sítio, mas não chove, aí você vai viver de quê? Vai morrer de fome se não arrumar outra coisa!”. Para ela: “Se você é do sítio, hoje em dia tem que saber costurar, porque se for esperar pela agricultura não tem como sobreviver. Esse ano mesmo, ninguém lucrou nada”.

Muito semelhante ao caso dos cortadores de cana do Sertão paraibano analisado por Cover e Menezes (2020), a região na qual essas pessoas moram tem um baixo índice de oferta de empregos e, por essa razão, a busca de atividades econômicas diversas é indispensável para a manutenção da unidade doméstica das famílias locais. Além do mais, o contexto dos sertanejos paraibanos se aproxima muito aos camponeses do Agreste pernambucano, pois como demonstram os autores, diante da escassez de terras, da falta de água, da ausência de crédito e assistência técnica, os pequenos proprietários rurais estudados por eles “não tinham capital para se tornarem criadores de gado e dependiam da comercialização do algodão para garantir a parte monetária de sua subsistência. São frágeis às crises de produção na região, em geral, causadas pelas secas”. (COVER E MENEZES, 2020, p. 460)

No caso do Agreste pernambucano, as dificuldades crescentes que sempre afetaram a agricultura se impõem como um obstáculo para a manutenção das famílias. Nesse sentido, o crescimento do setor de confecções de roupas acabou estimulando outros arranjos na lógica de reprodução social. O que vem acontecendo na região é um processo de revitalização das formas de produção e de reprodução da força de trabalho, que combinam a atividade da costura com a atividade agrícola e configura o que se tem designado como fenômeno da pluriatividade, tal como sugere Mattei (2007).

O fato do dinheiro da sulanca ter se tornado a principal fonte de renda na região e ter melhorado as condições de sobrevivência das pessoas da zona rural, também foi apontado por um dos agricultores locais ao afirmar que: “a sulanca aqui foi a salvação da gente! A gente vive mais no campo e na sulanca para ir arrumando o pão mais fácil. Eu acho que 90% da nossa região aqui sobrevive por causa da sulanca”, pois como ele complementa a seguir: “mesmo que a gente trabalhe de pedreiro e de outras coisas, mas se a sulanca afracar lá, nós ficamos aqui sem serviço”. Dessa maneira, o passado de “não ter nada”, de

pobreza e miséria, começa a ser transformado e relatado através da atividade costura, que é vivida como algo que melhorou a vida da população local, porque emprega muitas pessoas na atualidade.

É nesse sentido que o assalariamento surge para alguns(as) agricultores(as) como uma alternativa ou estratégia que visa responder às dificuldades enfrentadas pelo seu grupo doméstico. Percebe-se ainda, que a dimensão agrícola também é determinante no que diz respeito a esse fenômeno, pois as regiões onde a agricultura não produz o suficiente para manter a reprodução familiar se tornam mais propícias a esse tipo de combinações de atividade, ou mesmo a preferência por executar atividades não agrícolas.

Outro fator muito interessante revelado pela pesquisa é que as comunidades rurais mais próximas dos centros urbanos de Santa Cruz, Toritama e Caruaru foram incorporadas mais intensamente no que diz respeito às atividades de confecções do que os sítios que ficam mais distantes geograficamente destes municípios.

Destarte, a extensão das propriedades, a distância entre as comunidades rurais e o meio urbano, o acesso à terra e aos meios de produção, a demarcação de gênero, o apego, afeto ou “amor” pela tradição agrícola, os percalços climáticos e a possibilidade de novas fontes de renda, podem ser fatores determinantes para que se possa entender a multiplicidade e as diferentes maneiras de inserção nas atividades do Polo e a sua possível relação (ou não) com as atividades agrícolas, que por sua vez podem permanecer ou diminuir diante da inserção das famílias rurais no mercado de trabalho de roupas.

Porém, mesmo enredados em um contexto de escassez de chuvas e recursos hídricos, cabe salientar que a falta de água não é sinônimo da ausência de agricultura na região, pois mesmo com as recorrentes estiagens, nos sítios e assentamentos, “todo mundo sempre bota um roçadinho”. A pesquisa de campo revelou que alguns agricultores, sobretudo os homens mais velhos, se mantêm resilientes e continuam plantando seus roçados e resistindo frente às crises climáticas e aos riscos do fracasso na colheita. Para entender essa questão, convém pontuar o que sinaliza Wanderley (2000) ao afirmar que, mesmo quando os agricultores são economicamente fragilizados e socialmente minoritários, a atividade agrícola permanece “real e simbolicamente” como um dos eixos definidores das suas identidades.

No caso do Agreste de Pernambuco, o que se percebe é que a motivação destes agricultores e costureiros para manter a atividade agrícola é muito mais social e cultural do que meramente econômica, pois essa atividade está inserida em um modo de vida. Dessa forma, “continuar plantando um roçadinho” se

revela importante para a manutenção de vários elementos, tais como da identidade social, do patrimônio familiar, assim como das redes de solidariedade e de sociabilidade. Do outro lado, o trabalho com a costura também pode ser como uma maneira que essas famílias encontraram para permanecerem no campo, pois a possibilidade de trabalhar em casa com as confecções evita que essas pessoas migrem para a cidade em busca de emprego.

No que diz respeito às combinações de atividades agrícolas com outras formas de renda responsáveis pela manutenção e reprodução das famílias camponesas pesquisadas, consegui identificar três principais possibilidades existentes na região, seriam elas: 1) a produção agrícola existe, mas não consegue se destacar mais do que a produção de roupas no que diz respeito ao subsídio do sustento familiar, por isso ela é combinada com a costura (esse exemplo corresponde aos casos das famílias que vivem nos sítios e assentamentos); 2) existe um abandono agrícola e o que se mantém nas residências é apenas a confecção de roupas, que acaba sendo a responsável pela maior parte da renda familiar (esse caso corresponde à uma vila rural localizada mais próxima da cidade); e 3) existe ainda a possibilidade onde a renda da família provém tanto das confecções têxteis e da agricultura, como também de outras atividades não agrícolas, como por exemplo, a comercialização de produtos têxteis, a prestação de serviços, a inserção das mulheres em serviços domésticos e dos homens no trabalho na construção civil, a comercialização de produtos têxteis, dentre outras possibilidades. Cabe lembrar, todavia, que essas formas de combinações não são as únicas possíveis e elas também podem variar e ocorrer de maneira distinta, a depender do contexto particular em que cada grupo familiar está inserido.

Detalhando melhor essas variações encontradas, percebe-se ainda que, nos sítios e assentamentos nos quais os terrenos são maiores e propícios para pequenas plantações ou pecuária, não houve um abandono agrícola por completo, pois as famílias continuam mantendo algum roçado e a criação de galinhas, bodes, vacas e porcos. Além disso, por mais que o trabalho com a costura assumo o papel de principal responsável pela maior fonte de renda no domicílio, a atividade da costura é vista como uma “complementação” ou “combinação” nos rendimentos da família, de forma que o dinheiro adquirido com a confecção pode ser investido na agricultura e vice-versa. Todavia, deve ser acentuado que o peso das rendas não agrícolas, como também da agricultura, não segue um padrão, pois os limites de uma ou outra atividade, o fato de manter as duas ou de optar apenas por uma e abandonar a outra, podem variar de acordo com cada família.

A agricultura, por sua vez, embora mantida como uma atividade parcial, também é conciliada com a produção de roupas e permite aumentar a renda do lar, pois quando é preciso, outras estratégias também são acionadas, como, por exemplo, a venda de animais ou dos seus derivados para comprar uma máquina de costura ou outro bem que a família esteja necessitando. Especificamente em casos desse tipo, a agricultura é referenciada pelos entrevistados como algo que faz parte do modo de vida e as falas sempre exaltam o “amor pela terra”, a “vocação pela profissão” e as “raízes agrícolas”. Isso significa dizer que, mesmo existindo como uma atividade marginal, há uma valora o de cunho emocional colocada tanto na agricultura como na terra, que manifesta uma forte simbologia afetiva.

Diferente dos sítios e assentamentos, na vila rural, justamente por ser mais próxima da cidade de Santa Cruz do Capibaribe, a situa o se configura de maneira diferente, pois as pessoas que moram neste local não desenvolvem mais nenhum tipo de atividade relacionada à agricultura ou pecuária, elas se mant m apenas costurando. Fato este que reafirma a hipótese de que quanto mais perto a comunidade rural estiver das cidades sedes do Polo, maior será o abandono agrícola, pois a região e os moradores estarão mais fortemente vinculados à atividade de produ o de roupas. A exemplo disso, convém destacar o depoimento de um dos agricultores entrevistados, que ao ser questionado se o pessoal da sua comunidade vive mais através da renda da costura ou da agricultura, assim me respondeu: “são os dois aqui na região da gente, pra c  pro sítio ainda tem agricultura e sulanca, mas já pegando ali na Vila do Algodão, o povo ali s  costura mesmo”. Ele ainda conclui dizendo que: “vamos dizer que nós aqui somos meio a meio, entendeu? Os mais velhos na agricultura e os mais novos tão tudo na sulanca”.

A articula o dessas duas esferas volta a ser descrita por outro agricultor chamado João, que ao explicitar sua rotina diária e como ocorre na prática a “mistura” da sulanca com o trabalho na roça, me fala: “eu acordo cedinho, ajeito a ra o dos animais e quando é no tempo de inverno mesmo, o cabra tira dois, três dias na semana só para trabalhar na roça. E as vezes a gente ganhando na sulanca a gente se vira, paga um ou outro para ajudar aqui”. Ele conclui sua fala dizendo ainda que: “hoje em dia a renda daqui da agricultura é pouco, mas eu crio umas cabras, aí mato um bode e vendo a carne, vendo um porco, vendo o ovo da galinha, aí mistura com o ganho da sulanca”.

João confirma ainda que as pessoas que são ligadas às confec es de roupa reinvestem nos sítios, a renda obtida com o trabalho não agrícola da costura, pois como afirma: “o cabra aqui tira da sulanca e emprega na agricultura, pra

comprar um bode, um garrote, um porco”. Complementando sua fala, é interessante perceber ainda, que esse processo de complementação de rendimentos tem uma via dupla, pois os ganhos obtidos com a agricultura também podem ser reinvestidos na sua confecção de roupas doméstica, tal como aponta João: “aí as vezes, quando o cabra já tem quatro ou cinco bichos, aí ele pensa assim: – vou vender esses bichos e investir na sulanca, comprar mais máquina, montar uma facção e assim vai. Uma coisa vai ajudando a outra, né?”.

A experiência trazida por João demonstra que o próprio dinheiro obtido com a costura não só é reinvestido na agricultura e na criação dos animais, mas até permite que ele também possa contratar mais alguém para auxiliá-lo na lavoura. Além disso, embora a agricultura assuma um peso menor na renda final dos domicílios rurais, isso não impede que os ganhos obtidos com as atividades agropecuárias também possam ser direcionados para as confecções de roupas.

Os exemplos do Polo se assemelham bastante ao contexto do sertão da Paraíba estudado por Cover e Menezes (2020), no qual os autores observaram que a migração sazonal das pessoas dessa região para o corte de cana no Sudeste acabou possibilitando a vários trabalhadores da zona rural a compra de lotes de terra para que eles se estabelecessem como pequenos proprietários rurais. Segundo Cover e Menezes (2020, p. 469), durante a pesquisa de campo na Paraíba, eles ouviram muito a explicação dos entrevistados de que: “através do corte de cana, a vida das famílias tinha melhorado, e que muitos passaram a ter terra, casa e moto por causa do dinheiro proveniente do assalariamento nas usinas canavieiras”. Os autores perceberam que os recursos obtidos com o assalariamento no corte de cana assumiam uma importância muito significativa na renda das famílias sertanejas, não só no que diz respeito ao sustento de itens básicos, como alimentação e moradia, mas também pelo fato de possibilitar investimentos de outra natureza, como, por exemplo, a compra de motos, carros e a compra ou reforma de casas e terrenos.

Entretanto, embora os benefícios econômicos dessas estratégias sejam muito relevantes para as famílias rurais, convém destacar que no Agreste pernambucano, o processo de incorporação desses agricultores no mercado de trabalho também tem seus custos. Com relação a isso, convém pontuar que o crescente interesse da contratação dos camponeses pelos empresários locais, se justifica pelo preço mais baixo da mão de obra rural em comparação aos trabalhadores da cidade, para desenvolverem a mesma atividade. Some-se isso ao fato de que a lógica inerente do setor têxtil sempre foi influenciada pelo aumento da produção e pela redução dos custos. Nesse sentido, a subcontratação se revitaliza atualmente através de uma dinâmica que mantém relações

contínuas entre o formal e o informal, deslocando os processos produtivos para setores rurais ou peri-urbanos.

É, portanto, dentro deste cenário que emergem também novas relações de trabalho atrativas para a mão de obra disponível e ociosa do campo, permitindo cada vez mais que os limites industriais saiam do urbano e adentrem o rural. Schneider (1994, p. 16) descreve processos desse tipo da seguinte maneira: “as indústrias, visando ampliar a acumulação de capital, descentralizam suas unidades de produção para o meio rural e repassam a terceiros e subcontratados a execução de determinadas fases do processo industrial”.

Carneiro (2006, p. 102) aponta que a relação entre o setor agrícola e o setor industrial sempre foi um componente importante, tanto da lógica do processo de capitalização das empresas, bem como do processo de reprodução social das famílias agrícolas. De acordo com a autora: “as formas transitórias assumidas pela indústria de confecção na sua origem – a manufatura, o artesanato em domicílio – persistiram, transformando-se em características estruturais do processo de produção e coexistindo com a produção fabril propriamente dita”.

O que se percebe através do caso do Polo é que há um claro interesse logístico dos empresários locais em descentralizar a produção para áreas periféricas, onde os custos pesam menos no orçamento total. Nesse sentido, atualmente existe uma procura muito grande por locais com pouca infraestrutura, baixa fiscalização e mão de obra barata e abundante. Todos esses elementos passam a ser encontrados no campo, sobretudo nos espaços em que a agricultura vem perdendo a importância como meio de vida e de trabalho. O trabalho com a costura, por sua vez, acaba entrando em cena e assumindo um peso cada vez maior na renda dessas famílias.

Muito semelhante ao caso do Brejo paraibano, analisado por Garcia Jr. (1989), a prática da combinação das atividades agrícolas com não agrícolas no Agreste pernambucano, não corresponde a um fenômeno particular, que é estranho a lógica de reprodução social camponesa local, mas ao contrário, foi e é, desde sempre, um dos múltiplos mecanismos que vêm sendo acionados para complementar a renda das famílias camponesas do interior do Nordeste. Dessa maneira, o possível recurso às múltiplas e diversificadas atividades não estaria “rompendo com um padrão de reprodução social, mas ao contrário, seria a expressão de uma maneira de exercer a condição de agricultor”, conforme bem aponta Carneiro (2006, p. 175).

Para além do que já foi discutido, é importante atentar para o fato de que, no Agreste pernambucano, a inserção dos camponeses em atividades não

agrícolas se deu num nicho precário de mercado, no qual a força de trabalho dessas pessoas foi incorporada pelos empreendimentos do Polo sob um preço muito inferior ao dos trabalhadores urbanos. Dessa forma, embora as atividades de confecção de roupas possam ser consideradas como fontes de renda para muitas famílias rurais da região, acredita-se que essa dinâmica de mercado tem também seu preço. Pois, do outro lado estão os empregadores, que imersos em um ambiente muito competitivo, buscam flexibilidade, redução de custos e transferência de riscos e tudo isso passa a ser feito às custas do não cumprimento de encargos trabalhistas e da informalização do emprego, que tem como uma das principais consequências “a precariedade dos empregos e das condições de trabalho a que são submetidos os trabalhadores”. (SCHNEIDER, 1994, p. 159)

A redução de custos dos contratantes é garantida também pelo regime de ganho por produção, dessa maneira o trabalho flexível se torna usual e se expressa nos subcontratos de fabricos e na terceirização de serviços (feita por empresas maiores) que recorre às facções, tendo como consequência a precarização nas condições de trabalho. Ao dividir a produção em microunidades, as empresas diminuem o custo das mercadorias e acabam se “livrando” de muitos direitos sociais que deveriam ser garantidos por lei, caso os contratos fossem formalizados. Sendo assim, a informalidade combinada à intensificação do trabalho (com a produção em série em grandes quantidades) e ao trabalho domiciliar, garante o baixo custo das mercadorias do Polo e também exige dos(as) costureiros(as) um maior dispêndio de horas trabalhadas para que se possa receber uma maior remuneração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os camponeses têm demonstrado ao longo do tempo uma grande flexibilidade e multiplicidade de respostas em face dos desafios e das crises econômicas que eles enfrentam, acionando muitas vezes recursos ou trabalhos que se distanciam de uma realidade agrícola, para com isso sustentar a reprodução da sua família. Em alguns casos, o fato das populações rurais exercerem atividades não agrícolas (sobretudo em meio a um contexto de estagnação), não deve ser visto apenas como um processo de “proletarização” do camponês ou uma “descampesinação” do mesmo, mas ao contrário, tais atividades podem ser requisitos fundamentais até mesmo para a permanência da unidade familiar no campo, pois muitas vezes, a remuneração que advém de outras esferas re-

presenta para alguns grupos a única (ou a maior) forma de ingresso de renda nos domicílios.

Semelhante ao caso do Brejo paraibano analisado por Garcia Jr. (1989), no Agreste pernambucano a prática da combinação das atividades agrícolas com não agrícolas não corresponde a um fenômeno particular, que é estranho à lógica de reprodução social camponesa local, mas ao contrário, foi e é, desde sempre, um dos múltiplos mecanismos que são acionados para complementar a renda das famílias camponesas conforme as necessidades dos grupos domésticos.

Tal como foi demonstrado através da pesquisa de campo, o aumento das atividades não agrícolas não resulta necessariamente no abandono completo ou permanente do espaço rural ou das atividades agrícolas, pois existe uma complementação de renda mediante aos distintos trabalhos realizados. Dessa forma, as diferentes rearticulações entre as esferas e o possível recurso às múltiplas e diversificadas atividades não estaria nesse contexto, “rompendo com um padrão de reprodução social, mas ao contrário, seria a expressão de uma maneira de exercer a condição de agricultor”, conforme aponta Carneiro (2006, p. 175), ou seja, seria uma forma desse campesinato se reconfigurar diante dos desafios cotidianos.

Destarte, fugindo de um debate que constrói tipologias ou classificações, devemos estar atentos para que a noção de pluriatividade não seja vista com ingenuidade nem categorizada de maneira positiva ou negativa, mas sim como algo que designa um processo social e, como o próprio nome diz, “plural”, e isso significa reconhecer processos incorporadores de atividades não agrícolas como constitutivos da própria dinâmica social da agricultura familiar, como afirma Carneiro. (1999, p. 326)

Partindo para uma análise mais ampla, o crescimento das atividades não agrícolas não só no Agreste pernambucano, mas também em outras regiões do país, vêm se constituindo como um elemento muito importante na atual fase de desenvolvimento da economia rural, pois têm criado novas oportunidades de trabalho para as famílias, viabilizando práticas e estratégias dentro e fora dos estabelecimentos e também têm se apresentado como alternativa de renda complementar aos ganhos obtidos com as atividades agrícolas. Diante desse fenômeno, o que evidencia a grande relevância acerca do trabalho não agrícola (da costura) na região pesquisada é a intrínseca relação que o rural (outrora marcado mais fortemente pela produção agrícola) e o industrial (frequentemente associado com o “urbano”) não podem ser vistos como antagonicos.

A partir deste caso empírico em específico, pode-se constatar, por exemplo, que o rural não se resume apenas ao agrícola e que a inserção de agricultores em processos de trabalho não agrícolas, não são suficientes para indicar uma ruptura com um modo de vida. Além do mais, o aumento das atividades não agrícolas no meio rural não deve ser entendido e interpretado de maneira precoce como uma perda de importância das atividades agrícolas por completo. Nesse sentido, através do caso do Polo, é importante perceber que longe de significar uma fase de transição e um processo linear que afastaria o agricultor do meio rural ou algo que poderia resultar no fim do campesinato, a possível combinação de atividades, ou a recorrência ao trabalho não agrícola da costura ressalta cada vez mais a complexidade das formas e dos elementos utilizados por alguns atores para garantir a permanência da unidade familiar no meio rural. Além disso, essa combinação de atividades pode ser entendida tanto como uma forma de aumentar o rendimento familiar ou individual, como também pode ser uma oportunidade de inserção econômica e social das mulheres em uma profissão remunerada.

Sendo assim, é importante, que as atividades “industriais” exercidas pelas populações do campo devam ser entendidas, também, como estratégias familiares dos grupos, nas quais se exploram novas possibilidades de inserção da mão de obra, pois em contextos de limitações da produção agrícola, a agricultura não tem mais capacidade de absorver o trabalho do núcleo da família disponível, então, esse papel fica destinado aos setores urbanos ou industriais, que se apresentam na maioria das vezes como as únicas formas de complemento ou de ingresso da renda para a reprodução econômica dos mesmos. Nesse sentido, o meio rural entra em cena como o sustentáculo desse sistema e passa a ser utilizado como resultado da convergência de duas estratégias: “de um lado, encontra-se o capital buscando introduzir novas formas de expropriação da mais-valia⁶ e da ampliação do lucro, e do outro, a família na qual se estabelece uma divisão sexual do trabalho que visa garantir à reprodução do seu núcleo”. (SCHNEIDER, 1994, p. 304)

Convém destacar que, no Agreste de Pernambuco, o trabalho domiciliar da costura vem, desde os anos 1950, incorporando inúmeras pessoas da região, o próprio caráter familiar dos empreendimentos pode aparecer no discurso de algumas pessoas como um trabalho “mais confortável”, por estar sendo realizado no seu lar (“sem a presença de patrões” para lhes ditarem ordens). Essa “liberdade profissional”, no entanto, traz consigo algumas consequências, como,

6 Para mais detalhes sobre a forma como Schneider utiliza o conceito de mais-valia, proveniente das obras de Karl Marx, conferir Schneider (1994).

por exemplo: jornada de trabalho indefinida ultrapassando as horas estipuladas socialmente para a realização do trabalho profissional, a mistura dos papéis reprodutivos com os produtivos,⁷ o envolvimento de crianças e idosos para “ajudarem” a atender as demandas solicitadas no tempo estipulado, dentre outras.

O que se percebe no local é que o setor informal, evidenciado pela produção de confecções têxteis, apareceu como uma oportunidade de atividade rentável para inúmeras famílias camponesas que se viam impossibilitadas de manter sua reprodução social apenas com atividades agrícolas. Ademais, sob as franjas do capitalismo periférico e o espírito do capitalismo moderno, para o camponês do agreste de Pernambuco “a condição de precariedade transforma o presente em algo contra o qual não se pode lutar; ele se impõe enquanto necessidade”. (SOUZA, 2012)

Dessa forma, as atividades de caráter familiar e domiciliar geralmente encontram suporte nas condições de trabalho precárias, flexíveis e subcontratadas, semelhante ao que ocorre na China e é relatado no texto de Castro (2012). Todavia, atentar para essas questões não significa desconsiderar a total relevância que a costura tem enquanto uma fonte rentável de subsistência para a população camponesa do Agreste pernambucano, que se encontrava com a reprodução ameaçada devido à insustentabilidade da produção agrícola local pois, embora seja precário, este tem sido um trabalho que lhes permite adquirir uma renda garantida, que não depende das intempéries da colheita agrícola. No entanto, o que deve ser percebido é que dentro de um processo de incorporação da mão-de-obra rural feita por um mercado informal, algumas consequências se evidenciam como alarmantes no que diz respeito às condições de trabalho.

Portanto, embora o trabalho não agrícola ou pluriativo no Polo possa ser considerado como uma oportunidade indispensável para manter a reprodução de muitas famílias camponesas, acredita-se que essa dinâmica de mercado tem também seu preço, pois se mantém em meio a um contexto no qual a intensificação do trabalho se torna uma característica comum no local e se revela através das jornadas que duram até 15 horas por dia, através da utilização do trabalho infantil, do adoecimento dos trabalhadores por conta de produtos tóxicos utilizados na tinturaria, da inalação dos pelos dos tecidos, dos problemas de coluna, da amputação de membros pelas “facas elétricas” que cortam as peças, da falta de equipamentos de segurança no trabalho.

7 “Muitas mulheres não conseguem mais diferenciar sua identidade de trabalhadora, de seus papéis de mães, esposas, cozinheiras, domésticas, entre outras funções que geralmente acumulam.” (LIMA, 2009, p. 141)

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Ed. Unicamp, 1992.
- ALMEIDA, M. W. B. Redescobrimo a família rural brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 66-83, 1986.
- BEZERRA, E. M. *O trabalho em domicílio das mulheres do Cariri Paraibano no Polo de Confeções do Agreste de Pernambuco*. 2011. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2011.
- CARNEIRO, M. J. T. Pluriatividade no campo: o caso francês. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 11, n. 32, p. 89-105, 1996.
- CARNEIRO, M. J. T. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, L. F. C.; BRUNO, R.; MOREIRA, R. J. (org.). *Mundo rural e tempo presente*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento rural e o novo rural. In: CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. (org.). *O novo rural brasileiro*. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, v. 4, p. 117-149, 2000.
- CARNEIRO, M. J. T. Trabalho, “ajuda” e disputas: uma etnografia das confecções de lingerie em domicílios rurais. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 11, n. 20, p. 99-125, 2006.
- CASTRO, A. C.; CASTRO, L. B. *Do desenvolvimento renegado ao desafio sinocêntrico: reflexões de Antônio Barros de Castro sobre o Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2012.
- CHAYANOV, T. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: SILVA, J. G.; STOLCKE, V. (org.). *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- COMERFORD, J. *Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural*. Rio de Janeiro: NuP/Relume Dumará, 2003.
- COVER, M.; MENEZES, M. A. Estratégias de renda de trabalhadores migrantes e a mecanização da colheita de cana-de-açúcar: um olhar desde o Sertão Paraibano. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 458-475, 2020.
- GALESKI, B. *Basic concepts of rural sociology*. Manchester: Manchester University, 1972.
- GARCIA JR., A. R. *O Sul: caminho do roçado. Estratégias de reprodução camponesa e transformação social*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1989.
- LIMA, A. M. S. *As faces da subcontratação do trabalho: um estudo com trabalhadores e trabalhadoras da confecção de roupas de Cianorte e região*.

2009. 357f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

LIRA, S. M. Os aglomerados de micro e pequenas indústrias de confecções do Agreste/PE: um espaço construído na luta pela sobrevivência. *Revista de Geografia*, Recife, v. 23, n. 1, p. 98-114, 2006.

MATTEI, L. A relevância da família rural como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, Brasília, v. 45, n. 4, p. 1055-1073, 2007.

SCHNEIDER, S. *Os colonos da indústria calçadista: expansão industrial e as transformações da agricultura familiar no Rio Grande do Sul*. 1994. 363f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

SCHNEIDER, S. *A pluriatividade na agricultura familiar brasileira*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.

SHANIN, T. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (org.). *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA, S. R. A. *A juventude na “Sulanca”: os desafios da inserção no mundo do trabalho em Taquaritinga do Norte – PE*. 2009. 176f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

SOUZA, J. *Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.

TEPICHT, J. *Marxisme et Agriculture : le paysan polonais*. Paris: Armand Colin, 1973.

VÉRAS DE OLIVEIRA, R. O Polo de Confecções do Agreste de Pernambuco: ensaiando uma perspectiva de abordagem. In: ARAÚJO, A. M. C.; VÉRAS DE OLIVEIRA, R. (org.). *Formas de trabalho no capitalismo atual: condição precária e possibilidades de reinvenção*. São Paulo: Annablume, 2011.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*. Passo Fundo: UPF, 1998.

WANDERLEY, M. N. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o rural como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 87-145, 2000.

WOORTMANN, K. “Com parente não se neguceia”: o campesinato como ordem moral. *Anuário antropológico*, Rio de Janeiro, n. 87, p. 11-73, 1990.

Lidia Maria Soares Pires Cardel¹
Paulo Henrique Dantas Pita²
Lara Rosa Meirelles Barros³
Marina Ferreira de Araújo Fernandes⁴
Caio Araújo dos Santos⁵

UM BALANÇO DA UTILIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE AUXÍLIO À PESQUISA QUALITATIVA (CAQDAS): TRINTA ANOS DE MST NA MÍDIA IMPRESSA (1984-2014)

A BALANCE OF THE USE OF TOOLS TO AID QUALITATIVE RESEARCH (CAQDAS):
THIRTY YEARS OF THE LANDLESS MOVEMENT IN THE PRINT MEDIA (1984-2014)

Resumo

A finalidade deste artigo é relatar a relevância da utilização dos CAQDAS (computer-assisted qualitative data analysis software) na coleta e na análise dos discursos da mídia impressa nacional publicados desde o aparecimento do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), em 17 de abril de 1984, até o ano de 2014, quando o movimento completou 30 anos de existência. Esse levantamento justifica-se pela importância do MST na formação de um novo cenário sobre a questão fundiária no Brasil, como tam-

-
- 1 Professora associada IV do Departamento de Sociologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), coordenadora do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais. E-mail: lcardel@ufba.br.
 - 2 Doutorando do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade de Campinas (Unicamp), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisador do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (Nuclear). E-mail: paulohenrique.ba@gmail.com.
 - 3 Mestranda do Programa de Pós-graduação de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: lararosamb@gmail.com.
 - 4 Doutoranda do Programa de Ciências Políticas da Universidade de Brasília (UnB), mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais. E-mail: maricotafe@hotmail.com.
 - 5 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (Uneb) e bacharel em Psicologia pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: caio.psicologia@hotmail.com.

bém pela capacidade deste movimento social em influenciar o Estado Brasileiro na elaboração e produção de “políticas públicas transversais” (IVO, 2005) que impulsionaram a mitigação da pobreza no meio rural, a concepção de novas tecnologias para a agricultura familiar e a criação de novos espaços educacionais voltados para a população ligada à agricultura familiar e agroecológica. Por outro lado, visando complexificar o objetivo desta investigação, esta pesquisa também teve como meta compreender o processo de burocratização do MST a partir do momento em que este escolheu se aproximar da estrutura burocrática do Estado, elegendo suas lideranças para cargos no legislativo, como também cedendo seus quadros para governos municipais, estaduais e federais.

Palavras-chave: MST. Mídia impressa. CAQDAS. Movimentos sociais.

Abstract

The purpose of this article is to report the relevance of the use of CAQDAS (computer-aided qualitative data analysis software) in the collection and analysis of national print media discs since the appearance of the MST (Landless Workers' Movement), April 17, 1984, through the year 2014, When the movement has completed 30 years of existence. This research is justified by the importance of the MST in the formation of a new scenario on land problems in Brazil, as well as in the capacity of this social movement to influence the Brazilian State in the elaboration and production of “transversal public policies” (IVO, 2005), Which promoted rural poverty alleviation, a conception of new tools for family farming, and the creation of new educational spaces for a population linked to family and agroecological agriculture. In order to complicate the objective of this research, this research also had as its purpose the process of bureaucratization of the MST from the moment this Social Movement chose to approach the bureaucratic structure of the State, electing its leadership to positions in the legislature, as well as, Giving his paintings to municipal, state and federal governments.

Keywords: MST. Print media. CAQDAS. Social movements.

INTRODUÇÃO

Objetivamos neste artigo analisar metodologicamente quais os ganhos e as limitações da utilização dos softwares na pesquisa sociológica com recortes temporais de médio e longo alcance. Como aponta a ampla literatura sobre os processos metodológicos na área das Ciências Sociais, a codificação é um dos processos cruciais para a classificação, o ordenamento e a construção do referencial de análise em pesquisas com um vasto e complexo grupo de material coletado (big data)⁶. Sendo assim, no caso específico da nossa pesquisa, procu-

6 Segundo Gibbs (2009, p. 60): “a codificação é a forma como você define sobre o que se trata os dados em análise e envolve a identificação e o registro de uma ou mais passagens de texto ou outros itens dos dados, como partes do quadro geral que, em algum sentido, exemplificam a mesma ideia teórica ou descritiva”. Nesse mesmo sentido, Basit (2003, p. 152) afirma em seus estudos metodológicos sobre estudos de caso etnográficos na área da Educação, nos quais utilizou técnicas de investigação e análise multivariadas, que “os softwares para codificação e busca de dados tornaram mais simples a vida do pesquisador. No primeiro projeto [sem o uso das ferramentas] a análise dos dados foi entediante e frustrante. No segundo,

raremos relatar quais foram os ganhos e as dificuldades encontradas ao utilizarmos tais recursos na coleta e análise sobre os discursos das mídias impressas nacionais publicados desde o aparecimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em 17 de abril de 1984, até o ano de 2014, quando o movimento completou 30 anos de existência. Esse levantamento justifica-se pela importância do MST na formação de um novo cenário sobre a questão fundiária no Brasil, como também pela capacidade desse movimento social em influenciar o Estado Brasileiro na elaboração e produção de “políticas públicas transversais” (IVO, 2005) que impulsionaram a mitigação da pobreza no meio rural, a criação de novas tecnologias para a agricultura familiar e a criação de novos espaços educacionais voltados para a população ligada à agricultura familiar e agroecológica. Por outro lado, visando complexificar o objetivo da investigação proposta, a pesquisa central também tem como meta compreender o processo de burocratização⁷ do MST a partir do momento em que este escolheu se aproximar da estrutura burocrática do Estado, elegendo suas lideranças para cargos no legislativo, assim como cedendo seus quadros para governos municipais, estaduais e federais.

Assim sendo, com a pesquisa ainda em curso, esperamos encontrar no discurso da mídia impressa dos últimos 30 anos elementos esclarecedores para elucidar o papel do MST no cenário político nacional contemporâneo. Entretanto, em função do recorte temporal dilatado para uma investigação qualitativa de cunho sociológico, foi necessário delimitar a abrangência das mídias escritas a serem analisadas. Desse modo, por meio da democratização da produção textual e pela importância alcançada por alguns grupos editoriais em nível nacional, optamos por trabalhar com o acervo de três grandes jornais brasileiros: a Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de S. Paulo, que já possuem todo o seu material digitalizado e disponibilizado para pesquisas dessa natureza⁸.

a codificação foi mais tranquila, apesar do tempo considerável investido na aprendizagem do software. O computador permitiu maior aprofundamento da análise e os relatórios gerados foram inestimáveis. De qualquer forma, a codificação foi um exercício intelectual nos dois casos. O software não eliminou a necessidade de pensar e deliberar, gerar códigos e rejeitar ou substituí-los quando necessário’.

7 No sentido weberiano (WEBER, 1991), em que o processo de burocratização está intimamente ligado ao processo da dominação legítima.

8 É importante ressaltar que o uso de dados veiculados pela mídia impressa vem sendo utilizados pelos pesquisadores da área das Ciências Sociais há algumas décadas. (BARRANCO; WISLER, 1999; FRANZOSI; 1987; MUELLER, 1997; MYERS; CANIGLIA, 2004; OLIVER; MANEY, 2000) Especificamente no Brasil, podemos incluir outros autores que realizaram pesquisas na mesma temática (Movimentos dos Trabalhadores Sem Terra e mídia), mas que se pautaram por metodologias qualitativas e quantitativas sem o uso de softwares. Entre eles, Bruno Konder Comparato (2001), Maria da Glória Gohn (2010) e Melo e Tatagiba (2017), para citarmos os mais recentes. O que diferenciou a nossa pesquisa e lhe conferiu uma originalidade frente às pesquisas dos autores citados foi a criação e a análise de uma extensa base de dados (big data) que exigiu, da nossa parte, a utilização dos CAQDAS e a criação do manual de códigos para a análise qualitativa sobre uma base quantitativa. Em suma, o diferencial desse trabalho

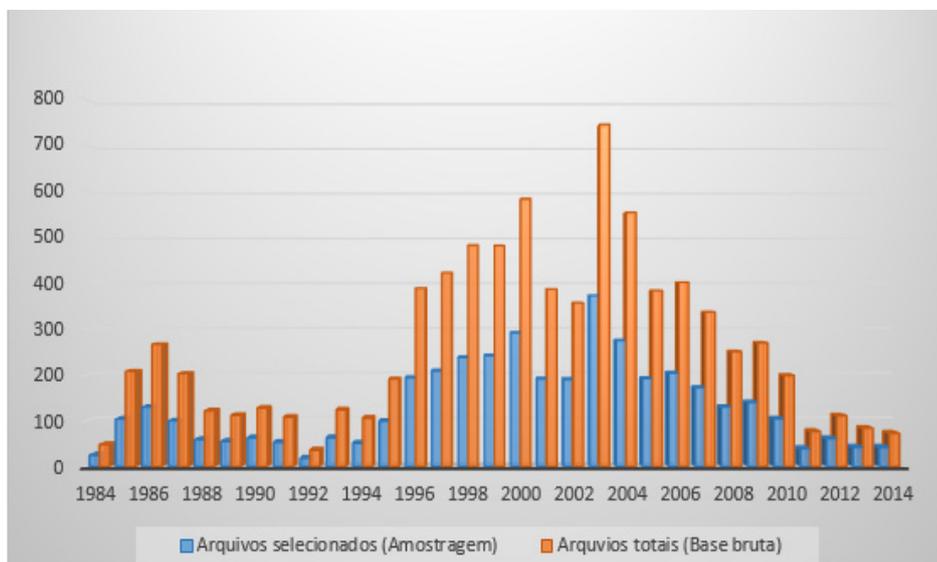
A BASE EMPÍRICA DA PESQUISA

Diante do volume dos dados coletados até o momento, apenas no jornal O Estado de S. Paulo⁹ e na busca por operacionalizar metodologicamente o objeto pesquisado, optamos pela utilização dos softwares de apoio a análise de dados qualitativos (CAQDAS: computer-assisted qualitative data analysis software) e quantitativos. Assim, após a análise amostral da primeira coleta de dados¹⁰ reunidos por meio do software R, passamos a utilizar o software Atlas.ti, para a análise qualitativa dos dados textuais, imagéticos e audiovisuais, e o software Sphinx, para a construção de um questionário digital que aglutinou quantitativamente os dados da mesma temática, possibilitando a criação de tabelas e gráficos, o cruzamento de variáveis e a elaboração de análises estatísticas¹¹. Para tanto, construímos um manual de códigos por meio da leitura prévia de 10% do total de 8.264 arquivos com uma ou mais matérias recolhidas no acervo do jornal O Estado de S. Paulo entre os anos de 1980 (momento que antecede a criação do MST, em 1984, mas que já nos apontava a reorganização da luta pela terra) à 2014, totalizando 834 matérias lidas, debatidas e codificadas à luz da teoria sociológica e do arcabouço epistemológico da Sociologia Rural, da Sociologia das Mídias e dos estudos sobre os movimentos sociais para a elaboração das palavras-chave.

está na criação de uma metodologia interdisciplinar que visa dar suporte às pesquisas sociológicas que pretendem trabalhar com grande quantidade de dados e com um extenso recorte temporal no campo das Ciências Sociais.

- 9 A base de dados do estado de São Paulo possui 8.264 arquivos em PDF e cada arquivo possui de duas a três matérias sobre a temática estudada. Esses arquivos foram inicialmente coletados em formato JPEG e convertidos para PDF com caracteres reconhecidos por meio do software ABBYY.
- 10 Para analisar todo o material coletado, utilizamos a técnica de análise de discurso/conteúdo que nos facultou a condição da análise objetiva e subjetiva dos dados. Essas técnicas transversalizadas de utilização de softwares e análise de discurso/conteúdo nos deu a condição de termos acesso ao contexto imediato da enunciação e, no sentido mais amplo, os requisitos para compreender a dimensão e o contexto sócio-histórico e ideológico do objeto estudado.
- 11 Para explanar as etapas de utilização dos softwares é importante demonstrar o desenho metodológico que elaboramos para nossa pesquisa: 1) coleta de dados em acervos digitais por meio de script e software R; 2) formatação da base de dados; 3) elaboração de amostragens aleatórias (divisão em decênios); 4) elaboração de novas amostragens aleatórias dentro dos decênios; 5) levantamento de palavras-chave de matérias em cada decênio; 6) equalização das palavras-chave em categorias para a estruturação do questionário digital, no Sphinx, e dos códigos, no Atlas.ti.; 7) criação de um manual de preenchimento e operacionalização das categorias elaboradas.; 8) aplicação de questionários e codificação das matérias visando a relação com os eixos de análise.

Gráfico 1 – Comparativo de arquivos selecionados versus arquivos totais



Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, visualiza-se por meio deste gráfico que o recorte amostral possível para a nossa pesquisa, mesmo utilizando softwares com grande capacidade de abrangência analítica, não supera mais da metade do total dos arquivos coletados pelo script R.¹² Isso ocorre em função das limitações impostas pela temática e pelo recorte temporal da pesquisa, pois, ao nos propormos a investigar toda a produção textual de uma mídia escrita num período de 30 anos, nos deparamos com uma extensão de dados que, se fossem trabalhados in totum, consumiriam um tempo inexecutável de organização do material.

Nesse sentido, a qualidade e a abrangência desses softwares nos indicaram a possibilidade da criação de modelos conceituais e redes de informações sobre a trajetória do MST entre 1984 a 2014, evidenciando a conexão entre os dados, além de oferecerem recursos para a geração dos relatórios e a visualização dos resultados. Obviamente, todo pesquisador que utiliza essas ferramentas deve ter a consciência epistemológica de que nenhum desses softwares estabelece os caminhos a serem seguidos pelo processo investigativo, assim como não são ferramentas epistemológicas sobre como analisar os dados ou como inter-

12 Versão utilizada: RIPLEY, et. al. (2013)

pretar a codificação. Essas tarefas são de responsabilidade do pesquisador, que deve estar munido de um aparato teórico sólido sobre o tema pesquisado.

Ainda que se questione o quão legítimo, em termos científicos, seja a utilização dos CAQDAS nas pesquisas em Ciências Sociais, negar o quão facilitadores são, no que tange ao tratamento dos dados, denota uma falta de aproximação e contato com a guinada digital que as Ciências Humanas vêm tomando. Por intermédio dos softwares, passa-se a ter recursos sumamente importantes para o pesquisador, pois, além da possibilidade de se armazenar e agrupar uma quantidade elevada de informações acerca do objeto investigado, ainda é possível a extração de seus resultados e o cruzamento das informações obtidas. Nessa pesquisa, o problema central com o qual nos deparamos no processo da coleta dos dados foi como equalizar os percalços e as oportunidades a fim de criar um método de fato eficiente e válido para trabalharmos com uma realidade de dados bastante extensa. O desafio não está posto necessariamente no “tamanho dos dados”, mas na complexidade que se expande quando pensamos em minimizar os possíveis erros metodológicos durante o processo.

No caso da nossa pesquisa, esbarramos na extensão temporal da temática estudada. Propomo-nos, no início, a trabalhar os 30 anos da história do MST de forma monolítica. Entretanto, o tempo histórico e político brasileiro entre o período de 1984 a 2014 apresentou mudanças e rupturas sociais, econômicas e culturais profundas, e os nossos dados refletiam essas complexidades. Após nos vermos impedidos empiricamente de criar categorias totalizantes dos trinta anos da história do MST, decidimos dividir a base de dados em três decênios (1984-1994; 1995-2005; 2006-2014). Essa proposta seguiu o critério das mudanças sociopolíticas presentes na história recente do país, como a abertura política iniciada em 1984 (a partir do movimento das Diretas Já); as eleições presidenciais de Fernando Henrique Cardoso (1994-2012), de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011) e de Dilma Rousseff (2012-2016); assim como o apogeu da visibilidade dos movimentos sociais por meio de políticas públicas restitutivas e redistributivas (FRASER; HONNETH, 2006)

Dessa forma, mediante o exposto acima, constatamos que uma pesquisa que vise como resultado um trabalho metodologicamente confiável e com relevância científica precisa problematizar o método previamente com equidade, a fim de dar conta antecipadamente da maioria dos problemas que poderão se tornar presentes em seu estudo. Essa etapa é o que chamaremos de fase exploratória, onde o tema a ser pesquisado possui uma amplitude que deverá ser remodelada epistemologicamente pelos conceitos teóricos e metodológicos do campo científico escolhido. É importante que o pesquisador visualize

esse momento com uma sensatez que o distancie do senso comum erudito,¹³ pelo fato desse momento singular de construção do modelo e do estado da arte se tonar, posteriormente, a base de todas as diretrizes que serão tomadas dali para frente.

Nesse momento, é imprescindível que se tenha noção da realidade dos dados que serão processados, assim como do tipo de análise qualitativa que será feita, uma vez que o tipo de investigação interfere na ferramenta a ser utilizada.¹⁴ Para Lage (2011), a seleção dos CAQDAS deve estar diretamente relacionada à abordagem metodológica eleita pelo pesquisador, considerando que todo software de análise qualitativa é elaborado sob um tipo de metodologia específico proposto pelo seu desenvolvedor. Todavia, na prática, outros fatores precisam ser levados em consideração. No caso da pesquisa que estamos elaborando, os dados brutos coletados mostraram-se inoperantes em uma primeira abordagem. Quando começamos a lançar mão do conhecimento sociológico adequado, qual seja, das ferramentas epistemológicas da Sociologia das Mídias, da Sociologia Rural e dos Movimentos Sociais, moldamos o método a ser utilizado para depurar o material coletado. Assim, os links e os insights começaram a dar forma e esteio ao tratamento dos dados. Foi só após superarmos essas dificuldades que a pesquisa começou a apresentar os primeiros resultados.

Em termos práticos, foi necessário adequar (para além da metodologia, pensando também em quesitos operacionais ligados a informática) os dados à plataforma de análise que usamos em relação ao tipo de documento, tamanho, forma de armazenamento e recursos analíticos disponíveis. Entre um software e outro, por mais que se busque cumprir com o mesmo tipo de análise, há uma diferença considerável no que diz respeito a seus recursos e possibilidades. Aqui entra a perspectiva do recorte empírico da pesquisa e a escolha do arcabouço teórico e epistemológico.

Lewins e Silver (2009) recomendam que o pesquisador responda a um conjunto de questões antes de partir para a escolha de seu CAQDAS. De forma resumida, algumas delas são: qual o tipo e volume de dados de sua pesquisa? Qual é a sua abordagem teórica para o tratamento dos dados? Qual é o tipo de questionamento ou consultas que precisará fazer aos dados? Será necessário usar algum processo de codificação? Em caso afirmativo, quais as suas características? Será preciso trabalhar com temas e/ou categorias de informações? A

13 Como aponta Bourdieu (2002).

14 A preocupação com a possibilidade de apagões sistemáticos nos aplicativos e o receio de perder repentinamente meses e até anos de pesquisa pela contingência do programa “travar” por meio de bugs e crash geram dúvidas pertinentes sobre a confiabilidade dos CAQDAS na área de pesquisas qualitativas.

pesquisa é executada em grupo? Em síntese, prepara-se um terreno fértil para a adoção das técnicas mais propícias a cada contexto; essa é tarefa intransferível do pesquisador.

Superada a definição da ferramenta, todos os olhares direcionam-se à amostra, tendo ela total importância entre a fase exploratória e o início do estado da arte sobre a temática explorada. Ao considerar a amostra o principal objeto deste trabalho, idealmente, a ferramenta precisa se adequar a ela e não o contrário. No nosso caso, enfrentamos dificuldades quanto a isso por conta de alguns fatores. O primeiro foi devido ao tamanho elevado do nosso universo de matérias. Ao propor trabalhar com trinta anos de veiculações nos jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo e O Globo sobre todos os assuntos veiculados relativos ao MST, não tínhamos o completo conhecimento de que o processo de coleta nos renderia alguns milhares de matérias pela frente. Com isso, enfrentamos alguns percalços inesperados devido a nossa tamanha despreensão da complexidade de alguns quesitos, por exemplo, o armazenamento dos dados. Para que todos os pesquisadores do projeto pudessem manipulá-los conjuntamente foi necessário depositá-los em nuvem, utilizando um servidor especializado em armazenagem de big data.

Outro entrave que surgiu diz respeito à codificação. Possuímos um sujeito a analisar (o MST) que muda de configuração nos discursos da mídia, ao longo dos 30 anos, de forma latente. Isso traz um desafio na codificação que é exatamente o de criar categorias que se proponham a dar conta dessas diferentes leituras a partir da reportagem e que viabilizem uma análise concisa posteriormente. O desafio estabelece-se, sobretudo, no momento em que essas categorias de análise devem abarcar toda a realidade posta para que seja viável uma análise de conteúdo/discurso,¹⁵ inclusive atentando-se para que não se caia no fetichismo da codificação exacerbada, um problema comum quando se lida com uma gama de dados extensos e heterogêneos. É fundamental, nesse sentido, “considerar que os principais softwares atuais para apoio à análise de dados qualitativos foram desenhados com base na premissa de que o pesquisador precisa tanto de proximidade quanto de distância de seus dados”. (RICHARDS, 1998; BAZELEY, 2007 apud LAGE; GODOY, 2008, p. 81)

Vencida a fase exploratória, constatamos que esse é o momento mais trabalhoso do estudo, sendo essa etapa muito mais laboral do que organizacio-

15 No caso dessa pesquisa, após levantarmos mais de uma centena de categorias empíricas referentes ao objeto estudado, criamos um questionário único que nos possibilitou instrumentalizar, por meio de uma análise sociológica apurada, conceitos-chave que emergiram da análise sobre a enorme complexidade social encontrada no material analisado.

nal/analítica. É necessário frisar que todo o trabalho presente nessa fase inicial consiste na diminuição de impactos negativos que venham a emergir durante a pesquisa em si e que viabilizem um estudo posterior eficiente e rico em substrato para a análise.

Uma das técnicas mais utilizadas para superar as dificuldades da investigação de uma grande base de material é a construção de uma base amostral. No nosso caso, com o auxílio dos softwares de análise qualitativa e quantitativa, foi possível trabalhar com 50% dos dados coletados, um percentual bem acima da média utilizada, que nos trouxe ganhos analíticos sólidos e confiáveis. Com efeito, uma amostra tão alta lança luz e converge na direção de uma percepção mais apurada e, ao mesmo tempo, precisa acerca da realidade dos dados, sobretudo no momento inicial.

Assim, visando compreender a história e os processos sociológicos que envolvem a relação do MST com o Estado, essa pesquisa tem um viés inovador ao propor trazer à luz, por meio do discurso sociológico, todas as matérias já publicadas (nas mídias escritas mencionadas) sobre esse movimento social desde a sua fundação, em 1984, até o ano de 2014, quando a sua relação com o governo do Partido dos Trabalhadores tornou-se tensa em função da escolha explícita da então presidente Dilma Rousseff pela política de incentivo ao agronegócio.

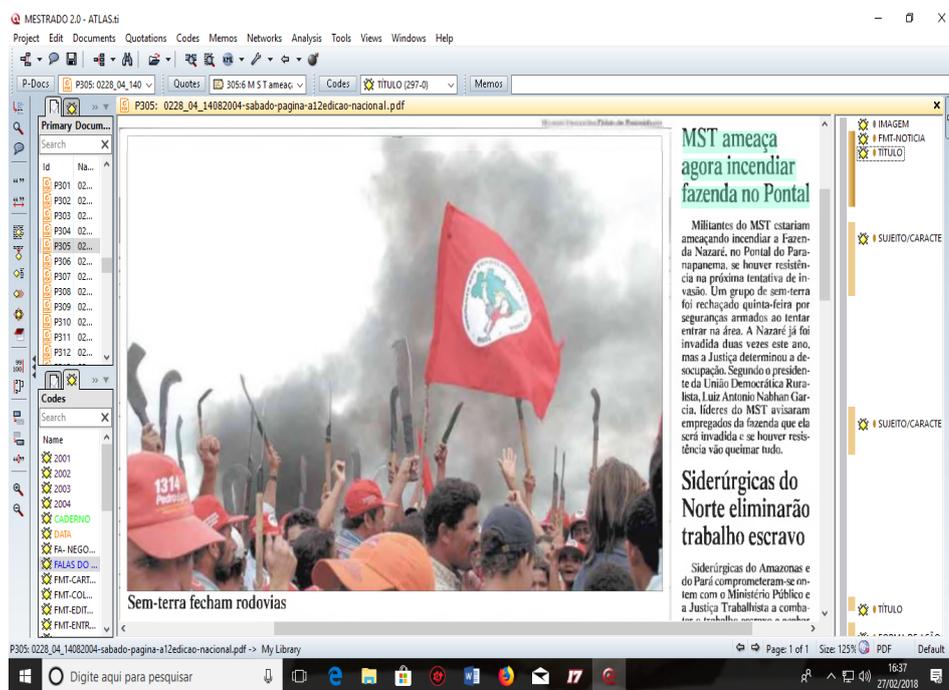
Para tanto, optamos por iniciar a coleta de dados pelo jornal O Estado de S. Paulo, devido a sua complexidade em relação à temática pesquisada. Na fase exploratória, por meio de rodadas de leitura¹⁶ das amostragens das matérias, foram encontrados elementos fundamentais que justificaram a sua escolha como ponto de partida na pesquisa, a exemplo do caderno Questão Agrária, criado na década de 1980 com a finalidade de reunir, independente da região do país ou dos agentes envolvidos, todas as notícias sobre as ações relacionadas ao MST e às questões fundiárias em nível nacional.

Ao optarmos por pesquisar sociologicamente trazendo para o escopo do trabalho todas as matérias publicadas, já sabíamos de antemão, posteriormente à revisão bibliográfica, que não havia ainda nenhuma investigação dessa magnitude. Obviamente, o desafio só foi lançado por termos como ferramentas de pesquisa os programas Atlas.ti, Sphinx e R como ferramentas fundamentais para buscar, organizar e analisar o volume de matérias coletada através da busca por palavras-chave e categorias específicas; uma vez que pelo recorte temporal

16 A técnica de rodadas de leitura refere-se à fase exploratória da referida pesquisa. A base de dados foi dividida em 3 decênios e foram realizadas 5 amostragens por decênio, o que resultou em 15 rodadas de leitura. Cada rodada envolveu a leitura coletiva dos pesquisadores que levantaram as categorias, os posicionamentos discursivos, os atores e a representação social a fim de encontrar padrões da mídia impressa sobre o MST em cada decênio.

e pela quantidade de dados seria extremamente laborioso, ou mesmo inviável, trabalhar com mais 10.000 matérias por mídia¹⁷ sem os recursos desses softwares. Obviamente, como já foi mencionado, essas ferramentas não trabalham por si e aqui entra o papel decisivo do pesquisador. Assim, por meio das leituras prévias e da criação de categorias sociológicas e de mediação, conseguimos, até o momento atual de pesquisa (após o processo de extração elaborado pelo software R e de quantificação pelo software Sphinx), trabalhar sistematicamente com um processo de codificação laborioso por meio do software Atlas.ti, como demonstramos na figura abaixo.

Figura 1 – Exemplo de aplicação de códigos teóricos e empíricos



Fonte: Elaborado pelo autor.

17 A estimativa foi feita levando em conta o total de 8.264 arquivos encontrados na mídia impressa O Estado de S. Paulo. Cada arquivo possui uma ou mais matérias, assim como gráficos e imagens.

Em suma, o que buscamos com esta pesquisa? Em um sentido amplo, ela visa dar continuidade aos estudos realizados na linha de pesquisa sobre mídia e movimentos sociais, direcionando-se para a análise da mídia impressa pela sua importância enquanto construtora de um discurso multifocal do cotidiano brasileiro. No sentido específico dos estudos sobre o MST, esperamos contribuir para a compreensão da dinâmica política interna e externa desse movimento identificando os atores sociais e os interlocutores que são chamados para falar a favor e/ou contra o movimento. Por meio dos nossos estudos será possível, inclusive, elencar mudanças de comportamento de ações e narrativas do MST ao longo dos seus 30 anos, assim como as suas transformações referentes às pautas e estratégias de ações relativas à reforma agrária e as temáticas que tangenciam as políticas públicas sobre a estrutura fundiária brasileira.

Responder essas questões e tabular todas as matérias por meio da análise de conteúdo/discurso, gráficos e nuvens de palavras¹⁸ faz parte dos aparatos metodológicos fundamentais dentro das Ciências Humanas. Na Sociologia contemporânea, os estudos sobre movimentos sociais e mídia têm permitido compreender os movimentos para além de sua atuação interna, pois a interação destes com os meios de comunicação é central para o entendimento e a consolidação das suas dinâmicas.

Segundo Penn:

A semiologia e a análise de conteúdo [e discurso] são consideradas, muitas vezes, como sendo instrumentos de análise radicalmente diversos, mas, como afirmam tanto Leiss et al. (1977), como Curan (1976), há muitas razões para uma aproximação. Os semiólogos podem incorporar os procedimentos sistemáticos de amostragem da análise de conteúdo. Isto levará, de alguma maneira, a discutir as críticas de que o enfoque produz resultados autoconfirmadores e de que não é legítimo generalizar as conclusões de uma análise semiológica para outro material. A sistematização mais aprimorada da análise, que a análise de conteúdo [e discurso] defende, pode levar também a ajudar o semiólogo a combater acusações de seletividade (por exemplo, na construção de inventários de denotação e matrizes de possíveis sintagmas). A análise resultante deverá ser mais fidedigna (replicável) e menos dependente de idiosincrasias e habilidades de determinados analistas. (PENN, 2002, p. 339)

18 As nuvens de palavras ou word cloud serão fundamentais para a análise através de recursos visuais.

Seguindo os passos analíticos dessa autora, ressaltamos que a utilização dos softwares tem possibilitado, para essa pesquisa, a criação de modelos conceituais e redes de informações sobre a trajetória do MST nos jornais analisados, evidenciando a conexão entre os dados e oferecendo recursos para a geração de relatórios e visualização dos resultados. Por meio da análise de conteúdo e discurso, da definição de categorias que são apresentadas na narrativa da mídia impressa, e, inclusive, da utilização das técnicas de produção desse discurso, deparamo-nos com vários veiculadores sobre o objeto estudado: o sujeito formal (sem autoria); o identificado (jornalistas e articulistas); os atores sociais integrantes do movimento; os interlocutores preferenciais da mídia (aqueles atores que são recorrentes nas matérias, como empresários rurais e políticos de várias tendências partidárias). Por meio dessas técnicas de análise e investigação, também é possível identificar quais os eventos noticiados e quais aqueles que não são suficientemente analisados, como marchas, ocupações, assentamentos e congressos nacionais e regionais.

Nessa perspectiva, para recortarmos as narrativas e os dados estatísticos e imagéticos mais representativos do foco central da pesquisa, a codificação foi guiada por um questionário digital com 54 perguntas, decodificadas via o software Sphinx, em que cada matéria lida tem como produto um questionário respondido¹⁹. Esse questionário digital foi fruto de um trabalho árduo elaborado seguindo uma rotina extensa de lapidação dos dados empíricos, que consistiu nos seguintes procedimentos: tendo como base as palavras-chave da pesquisa inicial, catalogamos empiricamente – por meio de 15 rodas de leituras mensais, com 10 matérias cada, durante seis meses – 132 categorias que serviram de base para o script R, com o qual criamos a base de dados global. Essas categorias empíricas seguiram as bases sólidas da teoria sociológica dos estudos rurais e dos movimentos sociais, que foram amadurecidas com uma vasta bibliografia referente aos dois campos de pesquisa.

Como todo discurso, a mídia impressa possui um viés hermenêutico e valorativo. Por trás da linguagem aparente utilizada, que é propagada como neutra e objetiva, existe um ou vários grupos, classes e frações de classe que se posicionam e defendem seus pontos de vista e interesses sociais, econômicos e culturais. Na linguagem simbólica e polissêmica da mídia (e de todas as formas de linguagem), esconde-se um sentido que convém desvendar. Assim, os

19 A base de dados dessa pesquisa está sendo foco de duas dissertações de mestrado, realizadas no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), e de três trabalhos com bolsistas PIBIC, sendo que, em 2017, recebeu o prêmio de melhor pesquisa desenvolvida com alunos de Iniciação Científica da Área de Ciências Humanas da UFBA.

métodos de análise de conteúdo e de discurso possibilitam uma leitura profunda²⁰ das comunicações, indo além da leitura aparente.

Com relação à análise quantitativa, o que serve de referencial é a frequência com que surgem certas características do conteúdo. Através do questionário digital feito no software Sphinx, é possível tabular questões multifatoriais (políticas, sociais, econômicas, históricas, entre outras) sobre o MST, quantificando informações desde a sua gênese até o ano de 2014. É justamente a presença ou ausência de uma informação, característica de conteúdo ou de um conjunto de aspectos num determinado fragmento da mensagem que levamos em consideração na nossa pesquisa.

ANÁLISE CRÍTICA E TEÓRICA

A utilização da tecnologia vem acompanhando o processo histórico de desenvolvimento das pesquisas em Ciências Sociais. Alguns desses instrumentos impactaram de maneira profunda as metodologias e as formas de fazer pesquisa, como as máquinas de escrever, os gravadores, as máquinas fotográficas e, mais recentemente, os aparelhos celulares, os computadores e a internet. Uma grande parcela dessas ferramentas proporcionou mudanças operacionais nas pesquisas em Sociologia, Antropologia e Ciências Políticas; já outras foram incorporadas aos processos metodológicos e fizeram emergir novos campos de pesquisa como no caso das etnografias visuais e audiovisuais. (LAGE, 2011)

Uma importante metodologia de pesquisa que impactou os estudos sociais e se consolidou como um excelente instrumento de coleta de dados foi o questionário ou survey. O uso de pesquisa survey em Ciências Sociais remonta a autores clássicos como Marx, Weber e Durkheim (BABBIE, 1999) que lançaram mão de dados qualitativos e quantitativos, estabelecendo o campo de pesquisa das Ciências Sociais. A utilização dessa técnica passou por percursos diversos, mas se consolidou como um instrumento importante de pesquisa nas várias correntes de estudos sociais norte-americanos, como na Escola Sociológica de Chicago do início do século XX. Os estudos sobre a intenção de voto, a pesquisa de opinião e as correntes migratórias foram as linhas de pesquisas que inicialmente construíram os maiores vetores de desenvolvimento dos surveys. (BABBIE, 1999; SIMÕES; PEREIRA, 2007)

20 Os programas de computadores permitem uma análise mais detalhada dos textos no que diz respeito a sua mensuração, ou seja, à frequência de uma determinada unidade de análise. Assim, técnicas estatísticas avançadas puderam ser aplicadas. (BARDIN, 2009)

A tabulação dos dados criados por meio dos surveys pode ser organizada de variadas formas. Até os anos 1990, utilizava-se cartões de papel em que eram feitas marcações de controle para posterior quantificação. Recentemente, alguns softwares considerados simples e de uso comum estão sendo utilizados com essa finalidade, como o Excel. Outro software utilizado é o SPSS, que demanda alguns conhecimentos específicos, mas opera por uma lógica próxima à do Excel. Uma variedade de outros softwares, mais específicos para pesquisa com questionários, tem alcançado visibilidade nos últimos 20 anos e um deles é o Sphinx. Esse programa foi o escolhido no desenho dessa investigação e permite ao pesquisador um entrosamento dos vários processos que envolvem a pesquisa survey, desde a construção do questionário e a coleta de respostas, passando pela tabulação e englobando alguns testes estatísticos. (BARDIN, 2009) No entanto, a utilização do Sphinx contempla uma parte restrita da pesquisa, centrando-se especificamente nos dados quantitativos. Como nossa pesquisa possui o duplo caráter quali e quanti (como já expusemos acima), utilizamos, em associação a esse software, outra ferramenta de auxílio à pesquisa, voltada para a análise qualitativa: o Atlas.ti.

O software Atlas.ti é considerado um instrumento computacional, sendo uma ferramenta que apoia análise de dados qualitativos em pesquisas acadêmicas. A utilização desse tipo de instrumento, de auxílio a análises em investigações científicas, vem crescendo desde os anos 1980. São variadas as funcionalidades desses instrumentos, mas a maioria deles opera pela organização, pelo armazenamento e pela indexação de dados, o que pode facilitar algumas análises (LAGE; GODOY, 2008), principalmente em casos de pesquisas que envolvem big data.²¹

O uso de CAQDAS nas práticas científicas das Ciências Sociais é recente no Brasil, mas tem alcançado importante projeção. Alguns programas de pós-graduação brasileiros, como o Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais,²² oferecem treinamento para utilização de metodologias quantitativas com auxílio de softwares. No curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia (UFBA), onde o nosso núcleo de pesquisa está alocado,²³ a utilização desses softwares tem uma emergência

21 Big data é o termo utilizado para designar grande dados oriundos de fontes informacionais, como rastros digitais, metadados ou dados de armazenamento automático. Para mais informações sobre big data e seus impactos nas Ciências Sociais ver Nascimento (2015) e Lupton (2015).

22 Maiores informações em: www.fafich.ufmg.br/cpeqs e www.fafich.ufmg.br/mq.

23 Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (Nuclear), certificado pelo CNPq desde 1999.

muito atual, sendo o aprendizado ainda restrito a alguns grupos de pesquisa de pós-graduação e a poucas disciplinas na graduação.

O Atlas.ti²⁴ é uma das ferramentas mais completas de auxílio à pesquisa qualitativa. Com o seu uso podemos armazenar grandes volume de dados, codificar uma variedade de arquivos de textos e imagens, e organizar essas codificações de forma a entender relações e contextos – essas são algumas das ferramentas que mais utilizamos nesta pesquisa. Dentre as ferramentas computacionais de uso nas Ciências Sociais, muitas não possuem sistemas de desenvolvimento aberto ou compartilhado;²⁵ assim, são pontos negativos na escolha dessas ferramentas a restrição financeira para aquisição de licença e treinamento, e o desconhecimento dos parâmetros de desenvolvimento dos programas. Um software que se destaca pela abertura do código-fonte para desenvolvimento e que tem sido utilizado em pesquisas na área de Ciências Humanas é o R. Esse programa, que opera através de lógica de programação, permite o download em massa de diferentes arquivos da internet, assim como o trabalho com metadados e análises de rede. (NASCIMENTO, 2016)

Mediante o exposto, constatamos que a pesquisa sobre os trinta anos do MST no jornal O Estado de S. Paulo desfrutou de uma trajetória própria, intimamente guiada pela complexidade do objeto em questão. A utilização de ferramentas CAQDAS, com isso, representou não somente um auxílio relevante no que diz respeito à análise qualitativa de uma base de dados referentes aos 30 anos do MST, mas também foi introduzida por nós de forma a se adaptar às demandas do objeto em si. Assim, nossa imaginação sociológica permitiu encontrar a metodologia adequada para a apreensão da questão prévia sobre o processo de burocratização no Movimento dos Sem Terra.

Após intensos debates e revisão bibliográfica, a estrutura do estudo inicial da base de dados foi pautada por elementos descritivos e analíticos. Os dados referentes a data, formato, título e caderno das matérias foram os primeiros a serem identificados. Logo em seguida, a parte analítica deu o tom da

24 O uso de ferramentas computacionais para auxílio em pesquisa qualitativa é de grande valia para determinados desenhos de investigação científica, como no caso da análise com mídia digital, que envolve grande volume de dados. No entanto, a utilização de software dá mais apoio a algumas metodologias do que a outras, como as ferramentas do Atlas.ti, que permitem uma imersão inicial nos dados brutos e podem ser utilizadas como importante suporte a pesquisas embasadas na teoria fundamentada em dados empíricos. (STRAUSS; CORBIN, 2008)

25 “Software livre, segundo a definição criada pela Free Software Foundation, é qualquer programa de computador que pode ser usado, copiado, estudado, modificado e redistribuído com algumas restrições. A liberdade de tais diretrizes é central ao conceito, o qual se opõe ao conceito de software proprietário, mas não ao software que é vendido almejando lucro (software comercial). A maneira usual de distribuição de software livre é anexar a este uma licença de software livre e tornar o código fonte do programa disponível”. Disponível em: <http://www.softwarelivre.gov.br>. Acesso em: 12 fev. 2017.

pesquisa. O mapeamento dos conflitos; a identificação do sujeito em questão; a dinâmica de interação do Estado com o movimento social; as narrativas; os vínculos identitários; os compromissos coletivos do MST e a tipologia de protesto e repertórios de interação apresentaram-nos a necessidade de pesquisar o movimento de acordo com o desenrolar de sua história, repleta de eventos com afinidades eletivas próprias.

A vigilância epistemológica permitiu que inseríssemos esta pesquisa em outra dinâmica de funcionamento. Ao analisarmos as matérias das amostragens de 1984 a 2014, percebemos que a própria natureza do objeto nos exigia outra metodologia. O MST apresentava-se de forma distinta a cada decênio do seu surgimento, o que nos levou a criar a organização da base de dados seguindo os eventos históricos da realidade brasileira, como citado acima. Assim, num momento estafante da pesquisa, quando observamos que andávamos em círculos, tivemos o insight de separar a base de dados em três decênios (1984-1994, 1995-2004 e 2005-2014), cada uma com dez amostragens compostas por 15 reportagens, que foram lidas, categorizadas e serviram de ponto de partida para a construção das categorias analíticas que subsidiaram a elaboração das nuvens de conteúdo (tag clouds) apresentadas abaixo.²⁶

A divisão em três decênios efetivou-se a partir das informações observadas em cada período: a abertura política brasileira no primeiro decênio; o início da redemocratização brasileira por meio de eleições diretas no segundo decênio; a ascensão dos Partidos dos Trabalhadores no terceiro decênio. Observamos que a narrativa sobre o MST se transfigurava e se apresentava de forma distinta a cada decênio, o que abriu um amplo leque de possibilidades de análise.

A primeira década revelou, em primeiro lugar, o sujeito sem-terra como elemento central da dinâmica da política fundiária brasileira. Categorias como “sem-terra”, “colonos”, “boia-fria” e “trabalhador rural” surgiam nas matérias de 1984 a 1994, delineando o sujeito a ser trabalhado. Nesse decênio, a relação do MST com o Estado é dada quase exclusivamente pela via do conflito e prevalecem nos discursos coletados sobre essa relação as categorias como “invasão”, “violência jurídica” e “conflito”, assim como a enorme quantidade de confrontos entre ambos.

²⁶ Foram utilizadas 15 matérias das amostragens de cada decênio, as quais foram rodadas em um programa de reconhecimento de caracteres em que somente as partes referentes à pesquisa foram selecionadas. Depois as matérias foram rodadas no Atlas.ti para que fosse gerada a frequência de palavras, dando subsídio às nuvens obtidas pelo programa R.

Sendo assim, no primeiro decênio, o repertório de interação e as tipologias de protesto tornam-se evidentes, sobretudo pela via da ação direta. As categorias empíricas “tática de guerrilha”, “tática de ocupações” e “conflito armado” apareceram de forma recorrente no discurso da mídia impressa para descrever as ações dos movimentos sociais. E, nesse sentido, a narrativa do MST, seus vínculos de identidade e compromissos coletivos emergiam a partir da compreensão da função social da terra, um princípio ideológico fundador do movimento e que tem como parâmetro as oposições “propriedade” x “posse” e “terras improdutivas” x “desapropriação”, categorias êmicas que deram norte aos sujeitos do MST na década de 1980.

Figura 2 – Nuvem de palavras referente ao primeiro decênio (1984-1994)



Fonte: Elaborado pelo autor no software Sphinx.

O segundo decênio, por sua vez, apresentou-se a partir de algumas ambiguidades. Se, por um lado, a política do conflito porta-se como regente da narrativa e ação do MST, por outro, as primeiras experiências de interação e integração com a arena estatal trariam à tona novos elementos de análise. Esse é o momento histórico em que o jornal O Estado de S. Paulo apresenta o sujeito sem-terra através de seu agente de mediação, ou seja, o sujeito na luta pela terra não era mais o camponês, mas o movimento social.

Podemos perceber que o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra (MST) é o principal responsável pela queda de sua base [do gráfico sobre a história das mobilizações entre 2003 a 2010]. Essa organização é a que apresenta maior concentração de protestos em 2003, 25% deles, e em 2010 ela já se encontra no patamar das demais, por volta de 5%. A Central Única de Trabalhadores (CUT) apresenta dois picos de protesto, os anos de 2007 e 2009, no mais segue quase que uma constante. Já a União Nacional dos Estudantes (UNE) varia pouco. O gráfico que foca nos adversários aponta 2005 como um pico para as 3 organizações: Força Sindical, que é um sindicato mais alinhado à direita, Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU), que são partidos de oposição de esquerda ao governo. (MELO; TATAGIBA, 2017, p. 8)

Destarte, o decênio de 2004 a 2014 apresentou-se sob a moldura da bifocalidade. A ascensão do Partido dos Trabalhadores ao governo federal estabeleceu um novo repertório de interação com o MST, trazendo para a cena um novo padrão de negociação, ainda que a rotinização dos protestos não necessariamente tenha conseguido reduzir os conflitos fundiários no cenário nacional. Com relação à nossa pesquisa, o estudo desse período impulsionou a reflexão sobre até que ponto a institucionalização do MST significou a contenção ou a perda da sua autonomia.

Como um paradigma para a análise da terceira década, fomos guiados pela existência de uma matéria que denominamos de “matéria-tronco”, publicada em 24 de maio de 2009. Nesta, o sociólogo José de Souza Martins, especialista em estudos rurais, aponta que à revelia da presença de um desencontro profundo entre as motivações imediatas do sujeito sem-terra e a ação dos movimentos sociais, a luta agrária tem resistido à ordem latifundiária. Além de problematizar as multiplicidades de organizações voltadas para a luta pela terra, o referido sociólogo questiona a ausência no discurso dos mediadores interpretativos, da crítica à questão da renda fundiária e da reforma agrária de mercado.

Nesse sentido, a base de dados compilada pelos softwares fez-se eloquente. O repertório de interação entre a arena estatal e o MST tornou-se aparente por meio de categorias discursivas como “aproximação”, “negociação” e “aliança”. Termos como “gestão” e “políticas públicas” tornaram-se cada vez mais presentes no discurso do MST e sobre o movimento. Com isso, a tipologia de protesto estabeleceu-se de outra forma. Ainda que as ocupações estivessem presentes, houve outra dinâmica emergindo, a exemplo de “audiências públicas” e “barulhaços”.

CONCLUSÃO

Por meio da codificação das matérias utilizando os softwares Sphinx e Atlas.ti foi possível cotejar as mudanças discursivas que permearam as três décadas de existência do MST. Os dados da fase exploratória apontam que houve mudanças profundas nas estratégias e nos discursos sobre as práticas organizacionais do movimento. As ocupações voltaram-se contra o agronegócio e não mais para o latifúndio improdutivo, sendo que as categorias “multinacionais”, “conglomerados industriais” e “invasão de laboratórios” aparecem como ações mais frequentes. A luta contra a propriedade privada da terra, que, a princípio, era a base de luta desse movimento, transforma-se na luta por uma reforma agrária possível e negociada no interior das estruturas burocráticas do Estado, com líderes do MST ocupando, de forma legítima, cargos no executivo e no legislativo. Observamos, inclusive, que o discurso se ampliou para outras temáticas, como o discurso ambientalista e o produtivista, no sentido de inserir o camponês na agricultura de mercado, não apenas defendendo as bases camponesas da economia moral do grupo doméstico familístico, voltado para a ética camponesa da economia solidária. (CHAYANOV, 1974)

Em função dessa inflexão observada nos 30 anos de ação do MST, relatados pela mídia nacional, tornou-se fundamental para o nosso trabalho analítico pensar quais conceitos se tornaram necessários para operacionalizar a análise à luz da hipótese inicial, como o processo de burocratização e transformação interna das estruturas organizacionais do movimento.

Para além do uso dos softwares, foi necessário salientar que o material coletado a partir da codificação deveria se relacionar com as hipóteses teóricas inicialmente escolhidas e posteriormente refinadas. Os dados, por serem extensos, demandaram o uso de tecnologias sofisticadas para serem tratados e nos ajudaram a traçar novos percursos analíticos trazendo à tona diferentes perspectivas da realidade social analisada, levando-nos a concordar ou discordar dos objetivos originalmente lançados pela questão investigativa preliminar da pesquisa. O ponto positivo da utilização dos programas é a possibilidade de perceber variáveis que se associam aos conceitos teóricos da pesquisa, justamente por nos ajudar a visualizar de forma detalhada um lapso temporal sociologicamente dilatado. No caso dessa pesquisa, os 30 anos da história do MST mostraram-se heterogêneos e hermeneuticamente ricos na medida em que, ao serem cotejados de forma mais refinada e apurada por meio da utilização

dos softwares já mencionados, alcançamos uma profundidade qualitativa e quantitativa expressiva, uma vez que a metodologia utilizada nos possibilitou analisar um pouco mais de 50% de um volume de 8264 arquivos com matérias jornalísticas, gráficos e imagens.

Em resumo, na nossa pesquisa sobre a mídia impressa e o MST, entre os anos de 1984 a 2014, foi possível constatar a inegável contribuição dos CAQDAS para o ordenamento, a organização e o refinamento dos dados na geração de relatórios, assim como realizar novas abordagens analíticas sobre um tema grandemente explorado na pesquisa sociológica sobre os movimentos sociais, as mídias e os estudos rurais. Verificamos, assim, que os CAQDAS aumentaram as possibilidades da pesquisa com imensos volumes de dados estruturados e não estruturados, além de oferecerem a possibilidade de análise de um número maior de variáveis para a investigação de uma determinada realidade social – que, neste caso, implica compreender as mudanças e as afinidades eletivas da história recente do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra inserida no complexo cenário da estrutura fundiária brasileira.

REFERÊNCIAS

- BABBIE, E. *Métodos de pesquisa de survey*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. 70. ed. Lisboa: LD, 2009.
- BARRANCO, J; WISLER, D. Validity and Systematicity of Newspaper Data in Event Analysis. *European Sociological Review*, Oxford, v. 15, n. 3, p. 301-302, 1999.
- BASIT, T. Manual or Eletronic? The Role of Coding in Qualitative Data Analysis. *Educational Research*, Oxfordshire, v. 45, n. 2, p. 143-154, 2003. Disponível em: <http://www.tandf.co.uk/journals>. Acesso em: 23 jan. 2018.
- BOURDIEU, P. *Introdução a uma sociologia reflexiva: em o poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- CHAYANOV, A. V. *La organizacion de la unidad economica campesina*. Buenos Aires: Nova Vision, 1974.
- COMPARATO, B. K. A ação política do MST. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, n. 15, p. 105-118, 2001.

- FRANZOSI, R. The Press as a Source of Socio-historical Data: Issues in the Methodology of Data Collection from Newspapers. *Historical Methods*, Washington, v. 20, p. 5-16, 1987.
- FRASER, N.; HONNETH, A. *¿Redistribución o reconocimiento?: un debate político-filosófico*. Madrid: Morata, 2006.
- GIBBS, G. *Análise de dados qualitativos*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GOHN, M. G. M. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 2010.
- IVO, A. B. L. La destitución de lo social: Estado, gobierno y políticas sociales. *Estudios Sociológicos*, México, v. 23, n. 68, p. 347-374, 2005.
- LAGE, M.; GODOY, A. S. O uso do computador na análise de dados qualitativos: questões emergentes. *RAM – Revista de administração Mackenzie*, São Paulo, v. 9, n. 4, p. 75-98, 2008.
- LAGE, M. C. Os softwares tipo CAQDAS e a sua contribuição para a pesquisa qualitativa em educação. *Revista ETD – Educação Temática Digital*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 42-58, 2011.
- LEWINS, A.; SILVER, C. *Choosing a CAQDAS Package*. Guildford: University of Surrey, 2009.
- LUPTON, D. *Digital Sociology*. London: Routledge, 2015.
- MELO, L. P.; TATAGIBA, L. F. Impactos do “Lulismo” nos padrões de protestos do Brasil (2003-2010): uma abordagem exploratória. In: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE CIÊNCIA POLÍTICA (ALACIP), 9., 2017, Montevédu. *Anais [...]*. Montevédu: ALACIP, 2017.
- MUELLER, C. Media measurement models of protest event data. *Mobilization*, San Diego, v. 2, p. 165-184, 1997.
- MYERS, D. J.; CANIGLIA, B. S. All the Rioting That’s Fit to Print: Selection Effects in National Newspaper Coverage of Civil Disorders, 1968-1969. *American Sociological Review*, Menasha, v. 69, p. 519-543, 2004.
- NASCIMENTO, L. F. Digital Sociology de Deborah Lupton. *Caderno CRH*, Salvador, v. 28, n. 75, p. 671-673, 2015.
- NASCIMENTO, L. F. A sociologia digital: um desafio para o século XXI. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, p. 216-241, 2016.
- OLIVER, P.; MANEY, G. Political Processes and Local Newspaper Coverage of Protest Events: From Selection Bias to Triadic Interactions. *American Journal of Sociology*, Chicago, v. 106, p. 463-505, 2000.
- RIPLEY, B. *et al.* *D.R Core Team. R: A Language and Environment for Statistical Computing*. Vienna: R Foundation for Statistical Computing, 2013.

SIMÕES, S.; PEREIRA, M. A. A arte e a ciência de fazer perguntas. In: AGUIAR, N. (org.). *Desigualdades sociais, redes de sociabilidade e participação política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007. p. 241-261.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. *Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

WEBER, M. *Economia e sociedade*. Brasília: Universidade de Brasília, 1991.

PADRÕES DE CARREIRA E FORMAS DE RECONVERSÃO DA MILITÂNCIA POLÍTICO- PARTIDÁRIA

CAREER PATTERNS AND WAYS OF RECONVERTING POLITICAL AND PARTY MILITANCY

Resumo:

A sociologia das elites tem dedicado fundamental atenção aos estudos relacionados ao processo de seleção e ascensão daqueles que ocupam posições de destaque em diferentes espaços. Buscando contribuir com esse debate, o presente trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla, a respeito do processo de recrutamento e seleção de líderes de partidos políticos. Os dados colhidos na pesquisa permitiram apreender o perfil do grupo considerado, os diferentes padrões de carreira e de reconversão de recursos de diferentes origens e o peso que exercem no tocante acesso aos postos de comando disponíveis no interior do partido. O estudo demonstrou que os líderes que compõem o Partido Verde se assemelham a outras elites partidárias, sobretudo, quando se tratando de origens familiares e categorias profissionais, mas também demonstrou que lidamos com um grupo relativamente singular, desprovidos daquilo que poderíamos chamar de capital político e militante, recursos importantes para a ascensão em qualquer espaço do universo político. A hipótese da qual se assenta esse artigo é a de que o grupo analisado faz uso de atributos como capital social e cultural, que lhes permite tanto a entrada e ascensão no partido quanto a reconversão desse envolvimento partidário, a partir da ampliação das redes de relações que potencializam suas chances de ocupação profissional. O universo empírico do qual trata esse trabalho é composto pelos líderes do Partido Verde, seccional Sergipe. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujas informações foram acessadas por meio de entrevistas semiestruturadas.

Palavras-chave: Padrões de carreira. Liderança político-partidária. Reconversão. Partido Verde.

1 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: bergsonvieira@hotmail.com.

2 Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe. E-mail: max_alex86@hotmail.com.

Abstract

The sociology of elites has devoted prime attention to studies related to the process of selection and rise of those who occupy prominent positions in different spaces. Seeking to contribute to this debate, this paper presents part of the results of a broader research on the process of recruiting and selecting political party leaders. The data collected allowed to determine the profile of the considered group, the different career patterns, the conversion of resources from different origins and the weight they exercise regarding access to the command posts available within the party. This study showed that the leaders that make up the Green Party resemble other party elites, especially when it comes to family backgrounds and professional categories, but it also demonstrated that it is a relatively unique group, devoid of what we would call political capital and militancy, important resources for the rise in any space of the political universe. The hypothesis of this article is that the analyzed group makes use of attributes such as social and cultural capital, which allows them both to enter and rise in the party, as well as the reconversion of this party involvement based on the expansion of the networks of relationships that enhance one's chances of professional occupation. The empirical universe comprising this study are the leaders of the Green Party, sectional Sergipe. This is a qualitative research whose information was accessed through semi-structured interviews.

Keywords: Career patterns. Political-party leadership. Reconversion. Green Party.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta parte dos resultados de uma pesquisa mais ampla³ a respeito do processo de recrutamento e seleção de líderes⁴ de partidos políticos. Os dados colhidos na pesquisa permitiram apreender o perfil do grupo considerado, sobretudo, no que diz respeito às origens sociais, recursos culturais e profissionais. Enfim, permitiu-nos identificar a composição social do partido político analisado. A partir dessas informações passamos a objetivar uma análise das diferentes modalidades de carreira e de reconversão dos recursos sociais dos líderes e/ou dirigentes,⁵ no sentido de analisar os mecanismos que transformam diferentes recursos (sociais, escolares e profissionais) em “trunfo” que permite a inserção do grupo aos postos de comando disponíveis no

3 Dissertação de mestrado cujo título é “Recrutamento e Seleção de Elites partidárias em Sergipe: o caso dos líderes do Partido Verde”, defendido em 30 de agosto de 2013.

4 O universo empírico do qual trata esta pesquisa é composto pelos dirigentes do PV. Conquanto, para uma melhor explicitação dos agentes considerados para os fins da pesquisa, são considerados os ocupantes dos seguintes cargos no referido partido: 1) Presidente; 2) Vice-presidente; 3) Secretário de Organizações; 4) Secretário de Finanças; 5) Secretária da Mulher; 6) Secretário de Comunicação; 7) Secretário de Formação; 8) Secretário Jurídico; 9) Secretário da Juventude; 10) Secretário da Mobilização; e 11) Secretário de Administração.

5 No texto as expressões líderes e dirigentes serão usadas como sinônimos. Portanto, serão usadas em diferentes pontos do trabalho para expressar a mesma coisa, que é a posição de destaque no partido.

partido. Para isso, o texto apresentará três diferentes itinerários⁶ que ajudam a entender as formas de acesso aos postos disponíveis pelo partido. Considerando, enquanto universo empírico, os líderes do Partido Verde (PV), seccional Sergipe.

Os trabalhos que lidam com essa problemática (BOURDIEU, 1980; 2007; 2011; CORADINI, 1996; 2001; GAXIE, 1977; PETRARCA, 2007; OLIVEIRA, 2008a; 2008b) demonstram que as posições de chegada têm a ver com determinantes de bases sociais, à exemplo das origens sociais, a inserção em espaços de socialização, assim como a inserção profissional. Esse postulado nos leva a um conjunto de implicações que se assentam no princípio segundo o qual a posição ocupada no interior do partido resulta de um conjunto considerável de recursos acessados por meio do trânsito em diferentes espaços sociais. Recai sobre essa premissa o principal desafio desse texto, qual seja: a de que o líder partidário é um sujeito imerso em uma rede de relações constituída ao longo de sua vida (FILLIEULE, 2001) e são, portanto, pessoas com origens sociais (grupo familiar e escolar), origens associativas (movimentos sociais, religiosas, entre outras) e origens profissionais singulares diferentes. São sujeitos ímpares e a posse de diferentes recursos e/ou trunfos não são apenas condicionantes para a entrada no partido, como também ampliam ou não a possibilidade de reconversão dos recursos (adquiridos antes, durante ou depois da passagem no partido).

Os dados revelam que os líderes do PV se assemelham a outras elites partidárias, sobretudo, quando se tratando de origens familiares e categorias profissionais. (RODRIGUES, 2009) O estudo também demonstrou que estamos tratando de um grupo bastante singular, desprovido do que poderíamos chamar de capital político e militante, recursos importantes para a ascensão em qualquer espaço do universo político. Nossa hipótese é a de que o grupo analisado faz uso de atributos como capital social e cultural que lhes permite tanto a entrada e ascensão no partido, quanto a reconversão desse envolvimento partidário a partir da ampliação das redes de relações que potencializam suas chances de ocupação profissional⁷ relacionada ao saber político.

6 Os padrões de carreira apresentados ao longo do artigo foram definidos pelo pesquisador a partir de um trabalho de campo e um conjunto de entrevistas, ambos realizados entre março e outubro de 2012. Nesse período observou-se uma maior incidência de frequentadores no escritório, isso em função das eleições daquele ano, ocasião na qual o partido lançou o nome de Reynaldo Nunes (à época presidente estadual do partido), ao posto executivo municipal da Capital Aracaju-SE.

7 Sobre isso, ver em especial Weber (2003), em que o autor esmiúça a relação entre saber profissional e política, destacando algumas categorias profissionais tais como bacharel em direito, engenharias, professores, jornalistas como sendo favoráveis à aquisição de saberes que podem se converter em saber político.

A estratégia de análise e levantamento de dados nos permitiu compreender as divisões do grupo considerado, assim como os princípios de entrada e ascensão na hierarquia do partido. Para tanto, nossa proposta precisou considerar dois níveis de análise: num primeiro nível, se fez necessário categorizar os dirigentes dentro de uma ordem dos prováveis, ou seja, encontrar padrões e lógicas de investimentos que expliquem o acesso aos postos de destaque no PV e; num segundo nível, identificarmos as retribuições materiais e imateriais que esses podem ter acesso em função da posição ocupada no partido. Em relação a essas dimensões analíticas alguns trabalhos são considerados. (CORADINI, 1996; 2001; GAXIE, 1977; OLIVEIRA, 2008a; 2008b; PÉCHU, 2007; PETRARCA, 2007; SAINTENY, 1999; SEIDL, 2009) Eles demonstram que, em se tratando de sujeitos imersos em diferentes modalidades de organizações associativas, o fato de ocupar postos de destaque lhes permite estabelecer redes de relações que podem se converter em “trunfos” a serem usados em momento oportuno. Esses “trunfos” (ou recursos) não necessariamente se restringem à esfera profissional, mas também podem ser acionados em outras esferas sociais.

A partir do estudo mais amplo foi possível identificar três padrões de recrutamento: *militantismo real, político por vocação e categorias profissionais*. Nem todos que se engajam em partidos políticos objetivam acesso às disputas eleitorais, nem tampouco às retribuições materiais que o partido pode dispor, e isso pode ser observado no primeiro padrão observado (militantismo real). Para esses líderes os partidos funcionam como espaço de satisfação, de defesa de um ideal, de ter um compromisso, de modo que o partido se torna um ambiente de socialização e de inserção em grupos de amigos dispostos a falar de assuntos referentes à política e ao partido. (GAXIE, 1977) Para esse padrão de dirigente ativista – não significa dizer que os outros não o sejam – o ativismo no partido representa uma parte significativa de sua vida. É ele quem mais frequenta as dependências do diretório estadual, participa das reuniões, se dedica em organizar campanhas políticas de seus companheiros de partido, entre outras funções. Por possuir uma lógica de engajamento diferente daquela que pretendemos debater aqui, esse padrão não será analisado com maior atenção, nos atendo aos dois padrões restantes: político por vocação e categorias profissionais.

PADRÃO 1: POLÍTICOS POR “VOCAÇÃO” OU TENTATIVAS DE AQUISIÇÃO DE UM CAPITAL POLÍTICO?

O caso a ser apresentado tem uma importância para o estudo em pauta, na medida em que representa o recrutamento de “dirigentes-políticos”, ou seja, de líderes que se inserem no ambiente do partido visando exclusivamente maiores oportunidades para disputar eleições. Como ponto de partida, conforme já demonstrado em outro lugar (VIEIRA, 2012), o fato de ocupar postos de destaque no partido favorece os dirigentes no momento de escolha de representantes⁸ para às eleições. Isto é, dentro de um universo de “aspirantes” à representante do partido no pleito, o fato de ser dirigente serve de distinção entre este e os demais que são apenas filiados, não raro, esses dirigentes são favorecidos em momentos de crise e de escolhas de representantes. Outra questão, igualmente importante, tem a ver com o fato de que, mediante a posição ocupada dentro do partido e das exigências que essa posição requer, esses dirigentes passam a adquirir um *savoir-faire* político. Ou, dito de outra forma, estar no partido ocupando postos de destaque permite a esses o acesso a uma “gramática de grupo” de modo que, tanto os saberes adquiridos quanto a posição ocupada, possam ser acionados durante o pleito enquanto “trunfo” político.

O primeiro caso é o de um dirigente, atualmente com 43 anos, proveniente de uma família de políticos, tendo convivido durante sua infância e adolescência com seu avô paterno o qual exercera três mandatos de prefeito em uma cidade do interior, isso entre às décadas de 1960 e 1970. Trata-se de Simão Dias, cidade do agreste sergipano, segundo dados do IBGE/2012, com aproximadamente 38.988 mil habitantes e classificada como uma pequena cidade. Em função desse contato (entrevistado/avô), o entrevistado se diz “herdeiro” político de seu avô, pretendendo “seguir seus passos” e “servir ao próximo como ele serviu”. Chama atenção, neste caso, o fato de seu pai não ter dado continuidade a “carreira” política do progenitor, pois, em virtude dessa ruptura por parte de seu genitor, o entrevistado perderia o reconhecimento social da “herança”

8 Alguns trabalhos têm se esforçado para analisar o papel dos partidos na sociedade. Por um lado, temos trabalhos que partem do princípio de que os partidos seriam uma espécie de link entre a sociedade e o universo político, assim, esses funcionariam enquanto instituições capazes de formar uma elite específica, a saber, a própria elite política. (DUVERGER, 1980; WEBER, 2003) No geral, esses trabalhos convergem no sentido de indicar que o recrutamento aconteceria de baixo para cima, de modo que os membros recrutados para compor a elite política seriam recrutados das bases sociais e, como consequência, dentro deste esquema, esses partidos deveriam representar variados grupos dessa mesma sociedade, fazendo valer o direito dos grupos sociais de serem representadas em sua plenitude por parlamentares. Por outro lado, temos uma linhagem de estudos que apresentam os partidos enquanto instituições autônomas e não subordinada à sociedade, assim, seus representantes tendem a representar os anseios do partido e não os grupos sociais. Dentro dessa lógica, nos partidos ocorreria uma “filtragem” por meio da qual o amplo universo de “selecionáveis” (aspirante aos cargos eletivos) seria reduzido, pelos “seletores” (líderes) partidários, a um universo bem menor de aspirantes e candidatos. (PERISSINOTTO; MIRÍADE, 2009)

política da família. Nesse sentido, o trajeto social desse agente demonstra algumas tentativas de, por um lado, acessar os bens simbólicos advindos do reconhecimento social dessa “herança” e, por outro lado, de alcançar seus objetivos de ocupar um cargo eletivo em sua cidade. A questão que interessa saber é: em que medida ser dirigente do PV permite ao entrevistado a possibilidade de ter acesso a seus anseios políticos.

Trata-se, portanto, da trajetória social do Entrevistado I.⁹ Sua carreira política iniciou-se quando tinha 21 anos de idade. É pertinente destacar que esta carreira se deu, exclusivamente, através de filiações em partidos políticos, ou seja, tal como outros dirigentes do partido, não se observou em sua trajetória qualquer tipo de engajamento militante, participação em movimentos estudantis que demonstrasse associação em organizações não partidárias. Seu único envolvimento é o religioso de viés kardecista, religião esta que segue desde muito cedo, depois que completou 17 anos de idade, o que contrariava alguns membros de sua família, de maioria católica.

Suas principais referências na política advêm, mesmo, do ambiente familiar. Ocorre que esse entrevistado é bisneto e neto de políticos que ocuparam em momentos diferentes o posto máximo do executivo municipal. Seu bisavô, Leopoldo Araújo de Sousa, foi prefeito por três mandatos (1930, 1935 e 1937) e seu avô, Raimundo Oliveira Sousa, também conhecido na região como “seu Raimundinho”, à exemplo do pai, também se envolverá com a política local, sendo eleito prefeito também por três vezes (1946, 1967 e 1973). Em função dessa referência “caseira”, o entrevistado apresenta sua família como uma família de “políticos natos” de modo que a política estaria “no sangue” de seus membros.

Embora não tenha conhecido seu bisavô, viveu com seu avô até os 18 anos de idade quando este “veio a desencarnar”. Para o entrevistado, o período vivido ao lado de seu avô foi de fundamental importância para sua politização, pois lhe permitiu a aquisição de um “entendimento da política” e de saberes que faria parte de sua vida pública. Todavia, apesar dessa “linhagem” política bem definida, seu pai não se envolve com essa atividade, rompendo com uma “carreira” de bases familiares. Essa ruptura vai repercutir diretamente na carreira política de nosso entrevistado, ocorre que ele passaria a buscar o reconhecimento social de sua “herança” política através do acionamento de sua ligação com seu avô. Aliás, no decorrer de sua fala, o entrevistado demonstrava seu ponto de vista a respeito do não envolvimento de seu pai com a política, como diz:

9 Faremos uso da nomenclatura apresentada no sentido de preservar a identidade dos agentes entrevistados, a apresentação de algumas de suas características, bem como da posição que ocupa no partido será dada ao final do texto.

“meu pai não se envolveu por fraqueza, por medo”, demonstrando total aversão ao posicionamento de seu pai. O fato é que seu tio (irmão de seu pai) teria dado continuidade na “carreira” política da família, disputando e sendo eleito vereador desse município por dois mandatos (1992 e 1996), por sinal, o primeiro mandato de seu tio coincide com o tempo em que o entrevistado iniciou sua carreira eleitoral. Tal acontecimento levou a uma disputa entre familiares, tornando-se rivais políticos no município, fato este associado à busca pelo reconhecimento dos laços familiares, ou seja, quem pode se apresentar como legítimo “herdeiro” de seu Leopoldo (bisavô) e seu “Raimundinho” (avô). A esse respeito, tal como observa Canedo (2005), os laços familiares podem ser convertidos em capital político, porém essa conversão não se dá de maneira automática, contrário disso, a transmissão da “herança” familiar e sua reconversão em recurso político só pode obter êxito através do acionamento desses laços, de modo que a sociedade possa assimilar e associar a relação entre uma família política e seus respectivos membros.

À exemplo de tantos outros sergipanos, sua trajetória é marcada por um deslocamento geográfico caracterizado pela saída de sua cidade natal para Aracaju. Fato justificado em função de suas atribuições profissionais, ocorre que, no final da década de 1990, exercia um cargo comissionado de oficial de justiça, sendo transferido dessa cidade para Aracaju em função de mudanças políticas ocorridas no município. Ao que tudo indica, esse deslocamento repercutiria em sua ascensão escolar, na medida em que “passaria a ter mais facilidade de estudar morando aqui”, assim pôde dar continuidade nos estudos que havia sido interrompido anos antes, quando concluído a educação básica em sua cidade. Dessa forma, em 2000 passou a cursar pedagogia, concluído em 2004, e já no ano seguinte iniciaria uma nova etapa profissional e escolar, caracterizado por sua entrada no mestrado em Educação. Conforme relata em um trecho da entrevista:

Vir para Aracaju foi muito importante e me permitiu avançar em meus estudos, fazer a faculdade no curso de pedagogia, profissionalmente foi muito bom também, porque passei a trabalhar na área que realmente gostava. Pense você que, quando era oficial de justiça, tinha que levar ofícios, intimações para as pessoas, era muito perigoso, já fui até ameaçado de morte, sabe como é essas coisas. Logo que terminei a faculdade, quis dar continuidade nos estudos, foi aí que entrei no mestrado em Educação lá na UFS [...] nessa ocasião já tinha voltado pra Simão Dias. (Entrevistado I)

Em outro momento, o entrevistado passaria a apontar a importância política de sua vinda para Aracaju, sobretudo, para sua entrada no PV, em suas palavras: “foi nessa época que conheci o pessoal do PV, mas não tinha me filiado ainda, não era o que queria na época”. Apesar de ter se inserido em redes profissionais e políticas durante o período em que esteve na capital, sua “raiz” política estaria mesmo em Simão Dias. Ou seja, mesmo morando em Aracaju, seus objetivos políticos só poderiam se concretizar em Simão Dias em função da “ligação política”, por isso ele nunca perdia a oportunidade de ir passear em sua cidade natal. Por sinal, o entrevistado relata algo bastante interessante, e que com frequência é destacado pela mídia local, o fato de muitos sergipanos que moram na capital estarem sempre ligados à política das cidades onde nasceram, em algumas cidades, inclusive, o número de eleitores é maior que o de habitantes. O fato é que, mesmo morando em Aracaju, passaria a disputar eleições em Simão Dias. Essas várias tentativas de acessar o cargo eletivo em sua cidade o levaria a “construção” de um “currículo” extenso de filiações partidárias. Como diz:

Já atuei no PMDB, que no início era MDB, meu avô foi um dos fundadores desse partido, sabe! Disputei três cargos para vereador nesse partido, depois, por questão de existir uma ditadura disfarçada no partido, quer dizer, todos os partidos pregam a democracia, mas tem sempre um grupo que comanda quem vai e quem não vai disputar os cargos. Então, eu saí desse partido, né. Em consequência disso, eu fui pro PHS pra disputar a eleição pra deputado estadual, em 2006, apoiando João Alves Filho e, depois disso, pra disputar a prefeitura, eu fui para o PMN, agora estou no PV, espero poder representar o partido nessa eleição, mas como sabemos o sistema é bruto. (Entrevistado I)

Em outro caso, essa questão também pode ser observada, quer dizer, a migração de um partido para o outro com o objetivo de poder disputar eleições:

Pergunta: O senhor já disputou alguma eleição? Já me candidatei em Rosário do Catete para vereador em 2004, nesse momento eu me candidatei pelo PFL, acho que não consegui êxito por conta de inexperiência política, eu não tinha experiência como candidato mesmo, essa é a verdade. O grupo político que eu estava inserido no momento também não favoreceu, acredito eu que, o principal problema enfrentado foi mesmo por conta do grupo político que não me favoreceu em nada [...]

Pergunta: O senhor pode dizer como foi sua filiação nesse partido e o que te fez sair? Me filiei em 2003, por conta de alguns amigos lá, ocorre que o PFL era o partido de oposição ao partido do prefeito. Então, assim que me filiei disputei “logo de cara” a eleição de 2004, após o fim desta eleição, em conversa com meus familiares, percebi que fui desfavorecido pelo grupo que controlava o partido na cidade, assim me “desfiliei” do partido [...] foi quando eu fui para o Partido Verde, já fui de imediato. Na verdade, já me filiei com a intenção, a filiação no partido demorou por conta de alguns problemas burocráticos, mas a intenção mesmo era me filiar para poder disputar às próximas eleições representando o partido. (Entrevistado II)

Os dois relatos apresentados acima chamam atenção para a migração partidária entre dirigentes do partido e manifesta, em ambos os casos, o objetivo de disputar eleições e isso pode ser verificado, sobretudo, na fala do Entrevistado II, quando este diz ter entrado no Partido Verde já “na intenção” de se candidatar. Relatos como estes implicam em dizer que a migração entre os dirigentes se dá pela busca de um espaço que lhes permita disputar cargos eletivos. Assim, sempre que surgir algum entrave a tal objetivo, não hesitam em se “desfiliar” e filiar em outro partido.

Segundo o Entrevistado II, após ter saído do PMN (Partido da Mobilização Nacional) não teria entrado direto no PV, ocorre que, ele havia dado “entrada nos papéis” necessários para instituir um novo partido no Estado, o PN (Partido Nacional), chegando ir à Brasília estabelecer as relações e os contatos necessários. A instituição desse novo partido, segundo ele, garantiria a possibilidade de dominar as “regras” e o “jogo” interno, de modo que pudesse se promover e disputar eleições “quando bem quisesse”. Foi nesta mesma ocasião que procurou o então presidente do PV, na época Carlos Pinna Júnior, o qual conheceu durante o período em que morou em Aracaju, quando ambos trabalhavam em uma faculdade particular da cidade.

Tais contatos, favorecidos pela ocupação profissional, permitiam-lhe uma primeira aproximação com o PV. Assim, diante das imposições acerca da formação de um partido político, o PN, o dirigente em questão procuraria Carlos Pinna Júnior novamente, objetivando desta vez a possibilidade de fundar o diretório municipal tal como lhe havia sido oferecido em outra ocasião. Tanto o presidente do partido quanto outros membros aceitaram essa oportunidade e deram “carta branca” para formar tal diretório em Simão Dias. Nesta cidade, o entrevistado em questão seria designado como presidente municipal, tendo obrigatoriamente que recrutar outros membros para formar o contingente

necessário. Isso ocorreu em 2007, mesmo ano em que ele seria mais uma vez convocado pelo presidente do partido para uma conversa em que lhe seria oferecido “um posto na estadual”, que foi aceito prontamente, passaria a ocupar também a função de secretário de formação do PV estadual.

Os efeitos dessa relação com o PV foram sentidos na cidade onde mora, pois, por ser uma cidade relativamente pequena, todos passariam a ter conhecimento de tal filiação, bem como de suas pretensões futuras de se candidatar enquanto representante da agremiação no município. É pertinente destacar que, dado o fato de se tratar de uma cidade pequena, onde o espaço político é reduzido, onde poucos podem ter acesso à disputas eletivas, o fato de poder disputar eleições já pode ser o diferencial, pois, não raro, grande parcela dos que pleiteiam tal participação são excluídos do “jogo” pelos “selecionadores” antes mesmo de se filiarem em partidos políticos. Ou seja, em se tratando da trajetória política do Entrevistado I, o acionamento dos laços familiares e das capacidades adquiridas pelo convívio com seu avô poderia lhe trazer vantagens, de modo que o reconhecimento social desta “herança” seria convertido em “trunfo” político, na medida em que o voto deixaria de ser individual, tornando-se um voto de adesão a facções políticas distintas. (CANEDO, 2002; 2005; PALMEIRA, 1996) Porém, como visto ao longo do texto, às disputas internas por conta de quem pode se apresentar como “herdeiro” do seu “Raimundinho” acabou prejudicando os anseios políticos do entrevistado em questão, na medida em que o “reconhecimento” da “herança” política de seu avô ficaria mesmo nas mãos de seu tio. Em virtude disso, ainda que seja possível se filiar a outros partidos – como o fez sempre – a indicação como representante destes para disputar eleições dificilmente ocorreria. Neste sentido, se engajar no PV e ascender hierarquicamente neste partido lhe permitiu dominar o “jogo” dos “selecionadores”, passando a disputar, desde então, campanhas políticas no município ou mesmo à nível estadual como o fez em 2010 quando concorreu para deputado estadual.

Essa modalidade de engajamento permite mostrar a importância do partido frente às necessidades dos “dirigentes-políticos”, quer dizer, de agentes que se filiam em partidos políticos objetivando exclusivamente disputar eleições. As relações estabelecidas a partir da posição ocupada por esses permitem uma atuação mais eficaz no meio político, pois na qualidade de dirigente de um partido podem acessar tanto o reconhecimento social de uma “gramática de ação” própria, quanto a oportunidade de estar concorrendo a cargos eletivos, na medida em que, mediante a posição ocupada no partido, passa-se a ser um “selecionador”

e não mais um “selecionável”. Ou seja, nesta perspectiva, segundo Gaxie (1977), o partido funcionaria como uma “empresa” comprometida com a conquista do poder político de suas lideranças.

Todavia, há alguns perigos em categorizar os líderes considerados nessa pesquisa desta forma, pois se, num primeiro ponto, às ideias lançadas nesse tópico parecem mesmo encontrar embasamento, na medida em que um grupo de dirigentes encontra no partido meios para se inserir em disputas eletivas, por conseguinte, essa conduta analítica não aborda todas as variáveis que podem estar por trás dos motivos pelos quais os agentes se engajam em um partido. Ao contrário disso, essa visão levantada no trabalho de um “dirigentes-políticos” dá a impressão que lidamos com um universo empírico extremamente politizado, e não foi o que demonstramos ao longo do texto. Isto é, se foram encontrados dirigentes com essas características, também surgem outros padrões de engajamento que merecem ser destacados.

PADRÃO 2: POLÍTICOS POR “FORMAÇÃO” – EXCELÊNCIA PROFISIONAL E RECRUTAMENTO DE LÍDERES DO PV

Enquanto na modalidade anterior mostrou-se que o engajamento de lideranças partidárias pode ser também resultado de um investimento político, e a partir dele o dirigente passaria a ter maiores chances de disputar eleições assim como um maior domínio simbólico do eleitorado do partido, a modalidade ora apresentada objetiva avaliar em que medida às categorias profissionais compõe as bases de recursos dos que “chegam” aos postos de comando no partido e como essas categorias se combinam com outros recursos (adquiridos ou herdados) ao longo do trajeto social. Para isso, dois grandes padrões foram marcantes entre os entrevistados: 1) em uma primeira modalidade encontramos os que combinam recursos escolares, profissionais e econômicos como fator de recrutamento no partido; 2) já em uma segunda modalidade, observamos agentes que combinam o engajamento no partido com inserção de redes de relação que possibilita a reconversão de recursos profissionais em ocupação de postos profissionais para além do espaço do partido. Esses padrões servem de base para visualizar um dos principais tipos de reconversão encontrado entre os agentes investigados ao longo da pesquisa.

PADRÃO 2.1: RECURSOS SOCIAIS E PROFISSIONAIS – O RECRUTAMENTO FEITO “DE CIMA”

O presente tópico representa o padrão de associação e reconversão característica daqueles que fizeram carreira profissional ascendente, tornando-se profissionais reconhecidos no “mercado” ao mesmo passo em que essa carreira profissional lhes permite um “bom” acúmulo de recursos econômicos e a inserção em espaços de “poder”. Esse perfil de dirigente é fundamental para a ascensão do partido dentro da conjuntura política local. Permite, entre outras coisas, a “promoção” do partido antes e durante o “tempo da política”, não raro, se tornam o “homem de frente” do partido, aquele que vai à mídia, negocia alianças com líderes de outros partidos, já que os conhece e também é reconhecido, busca apoio econômico nas “altas rodas” e, além disso, eleva o partido à condição de igualdade frente às disputas eleitorais.

O caso a ser apresentado é o de um dirigente, atualmente com 72 anos de idade. Filho de militar da marinha e de mãe dona de casa, natural de Ceará-Mirim, Rio Grande do Norte, vivenciou em sua infância algumas das consequências da Segunda Guerra Mundial, uma das lembranças mais marcantes de sua infância é o fato de não poder “acender as luzes à noite”, ocorre que Natal-RN se tornaria, naquela época, uma das bases militares dos EUA e um possível alvo das tropas nazistas. Outro fato que marcaria sua infância naquele estado também está relacionado à Segunda Guerra Mundial. Ocorre que seu pai, militar da marinha, havia sido convocado para a guerra, mas, como moravam no interior, em uma chácara onde não havia qualquer meio de comunicação, seu pai não foi informado. Quando retornou ao serviço militar meses depois foi imediatamente preso. O entrevistado relata que nesta ocasião estavam sua mãe, irmãos e ele, a esperarem fora do quartel, quando um oficial veio comunicar-lhes do ocorrido. Preso, seu pai foi julgado e condenado pela corte marcial a um ano e meio no quartel. Esse episódio causaria em sua família uma grande perda financeira, uma vez que seu pai era o único responsável pelo provimento do lar. Ainda, segundo relato, tal episódio de “injustiça” seria também decisivo para o desenvolvimento de seu principal objetivo profissional, qual seja o de se tornar advogado, pois “não queria que algo desse tipo acontecesse com outros pais de família”.

Trata-se da trajetória do Entrevistado II. Depois de ocorrido o episódio com seu pai, a família resolveu mudar de cidade indo morar, no início da década da década de 1950, no Rio de Janeiro. Nesta cidade viveria boa parte de sua infância e início da adolescência. Por incentivo de seu pai, se dedicou aos estudos,

tendo sido um bom aluno. Apesar de seu pai não ter concluído o segundo grau, relata que se tratava de um homem culto e “de uma sabedoria incrível”, sempre acompanhava seus estudos e de seu irmão e irmã. No Rio de Janeiro passou a estudar em um colégio interno, bastante exigente, por sinal. Lembra de episódios onde era severamente castigado por qualquer que fosse o “desvio de conduta”. O fato é que ele teve em sua escola uma professora, dona Maria Josefa, que se tornou uma boa amiga, que lhe ajudara em momentos difíceis e que conversava com ele e seus colegas sobre política e sobre “coisas da vida”. Segundo o entrevistado, esse teria sido os primeiros contatos com a política, já que em casa “não se falava no assunto”. Por conta disso, atribui a sua passagem pela educação básica uma referência que lhe causaria o desenvolvimento do “gosto” pela política.

Eu vejo que a escola tem um papel importante, quer dizer, a escola ministra o conhecimento, mas deve saber que seu principal papel é educar pra vida [...] me recordo, aliás, que em 1950, eu era aluno da escola primária, isso lá no Rio de Janeiro, estava tendo eleições para presidente, eu entrei correndo na sala com a foto de Getúlio Vargas dizendo pra professora “olha o velhinho, vote no velhinho” foi quando ela se voltou pra mim e disse: “eleição é uma coisa séria, devemos levar à sério aquilo que traz tantas consequências na vida da gente”. Desde então passei a ver a política como uma coisa séria e que deve igualmente ser levado à sério. (Entrevistado II)

A esse respeito, a literatura sociológica tem demonstrado uma ligação entre a formação básica (universo escolar) e a aquisição de competências políticas. (GAXIE, 1978) Aos 16 anos de idade, agora já morando na Bahia, seu pai o matriculou em outro colégio interno, como diz em sua fala, a formação rígida foi uma marca de sua vida escolar, seja por parte da escola ou das cobranças de seu pai. O fato é que nessa escola passaria a se envolver mais com a política estudantil, relata que quando era seminarista passou a participar de campeonatos de oratória no colégio, sendo campeão por duas vezes. O que lhe inseriu no universo político da escola onde estudava, foi também, nesta mesma época, o fato de ter sido eleito presidente do grêmio estudantil, chegando a ocupar posteriormente o posto de diretor de Cultura da Associação baiana de Estudantes Secundaristas. Isso o levaria a participar de passeatas de apoio aos estudantes e de protestos pela rua, em uma ocasião conta que conseguiu reunir mais de cinco mil pessoas em uma única passeata. Um fato que chama atenção em seu relato é que, ao contrário de boa parte dos estudantes da época, ele se manifestava contra os “comunistas”, porém, por muitas vezes tivera que “camuflar” esse

ponto de vista político-ideológico e atribui tais valores a sua formação rígida e sua ligação familiar com o militarismo. Seu envolvimento no grêmio estudantil teria sido seu último envolvimento militante-associativo.

Terminado a educação básica em fins dos anos de 1950, conseguiu entrar logo em seguida no curso superior. Tal como havia prometido a seu pai, no início dos anos 1960 iniciou o curso de direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). O comprometimento demonstrado na educação básica foi também observado na carreira acadêmica, fato que lhe rendeu a oportunidade de advogar “mesmo antes de se formar”. Segundo ele, a “boa” formação que estava tendo e as oportunidades que lhe surgiam por morar em uma cidade pequena permitiram essa possibilidade. Como diz: “na cidade que morava havia só três advogados, então fui chamado para ser advogado, antes mesmo de me formar”. Logo que terminou o curso superior fez concurso para o Procurador da República, tendo sido aprovado em primeiro lugar, ocorre que, em um dos pontos do edital especificava que deveria ter no mínimo cinco anos de experiência para poder assumir o cargo. Desse modo, quando foi apresentar os documentos necessários, foi-lhe questionado como ele, tendo apenas um ano de formado, poderia estar preenchendo tal requisito. Após comprovar os “serviços prestados” como advogado em sua cidade, sua aprovação foi deferida, passando a trabalhar como Procurador da República, emprego este que lhe traria uma considerável ascensão econômica. Como Procurador da República foi designado para trabalhar em São Paulo, lá iniciaria mais uma etapa de seu itinerário acadêmico. Logo que chegou na cidade, se matriculou no mestrado em Direito Criminalista pela Universidade de São Paulo (USP).

Sua carreira profissional seria o meio que o traria para Aracaju, como diz: “vim para Aracaju para substituir um procurador da república, amigo meu, nesta ocasião vim pra ficar apenas 60 dias, mas me apaixonei pela cidade de modo que nunca mais sai daqui”. Assim, consegue transferência para trabalhar em Aracaju. Iniciando uma carreira profissional ascendente e que, em alguns momentos o levaria a inserção na política, passando a nutrir um “sonho de ser constituinte”.

Quando chegou à Aracaju, em pleno auge da ditadura militar, passou a militar no Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Nesse partido teria ganhado projeção e disputado algumas eleições. Essa projeção no partido e na política local tornou-se mais acentuada quando, em uma ocasião teria participado de um famoso caso jurídico do Estado, pois defendeu “Chico de Miguel”,¹⁰ em

¹⁰ Esse é um dos mais famosos casos de crime político do Estado. O comerciante Francisco Teles de Mendonça, também conhecido na região como “Chico de Miguel”, era um importante cabo eleitoral do

função disso, ganharia ali um importante aliado político e, além disso, projeção profissional, pois sua “vitória em uma derrota quase certa” lhe fez se tornar um advogado famoso no Estado. Segundo seu relato:

Meu partido na época, o MDB, eu tinha feito um júri aqui no Estado, famoso, defendi “Chico de Miguel”, quando acabou o julgamento, ele me chamou e disse como eu não tinha cobrado nada ia me ajudar a ser eleito. Segundo ele eu seria com certeza eleito senador na próxima campanha. Mesmo com sua ajuda, o MDB tinha feito alguns acordos e resolveram me ‘segurar’ um pouco, para que eu pudesse me candidatar à deputado. Nessa ocasião eu disse que não tinha condições na época, e o partido disse que ia me ajudar, bom eu confiei, né. Mas, pra você ter uma ideia, no decorrer da campanha o MDB me deu cinco mil cartazes para a campanha à deputado, enquanto um candidato para vereador gastava cerca de cinquenta mil cartazes em Aracaju. Quer dizer, fui candidato com a derrota certa. Esta seria uma boa oportunidade de assumir um posto legislativo estadual, mas infelizmente, a oportunidade fugiu de minhas mãos. Não culpo o “Chico” por isso, ele fez a parte dele, era um homem de palavra, mas tem coisas que não estavam em suas mãos. (Entrevistado II)

O fato é que em Aracaju ele conseguiu construir uma carreira jurídica e política sólida. Em 1978, durante o governo de Augusto Franco, assumiu o posto de Secretário do Estado da Administração, tendo permanecido nessa função por onze meses. Como diz: “Augusto queria me eleger deputado, mas me pedia que eu nada falasse, nada fizesse, precisava naquela época de um homem com sabedoria suficiente para guiar os ‘burros’”, se referindo ao grupo que lhe cercava. Durante o governo de Valadares foi nomeado secretário do Estado, “ele criou a secretaria de Estado para Assuntos Parlamentares”. Em função desta ligação com Valadares, teria sido um dos juristas escolhidos para escrever o anteprojeto da Constituição do Estado de Sergipe, como diz: “entreguei a ele e ele entregou à assembleia legislativa”.

udenista Euclides Paes Mendonça, quando este e seu filho foram assassinados, fato este ocorrido em agosto de 1963. Ocorre que, uma conhecida “rixa” comercial e política entre Euclides e Manuel Francisco Teles (Partido Social Democrático – PSD), teria sido os motivos do assassinato. Esse duplo assassinato incomodaria os udenistas de Itabaiana por cerca de quatro anos, agora sob o comando de “Chico de Miguel”. Em 1967, Manuel Teles foi assassinado por um pistoleiro conhecido como Antônio Letreiro, sem demora “Chico de Miguel” foi acusado de ter sido o mandante do assassinato, fato que levou a cassação de seu mandato de Deputado. Além de ter sido preso pelo exército que o entregou à justiça comum. “Levado a júri, depois de mais de três anos de cadeia, foi absolvido”. As informações sobre a história de “Chico de Miguel” foram colhidas no texto de Mendonça (2011).

Em 1988, foi também indicado para a vaga de Diretor Jurídico e, depois, para Diretor Administrativo, ambos na Assembleia Legislativa. Segundo ele, dois convites inusitados. O primeiro foi feito por Antônio Passos, quando este foi pessoalmente em sua casa e disse que havia assumido a presidência da assembleia e que precisava de alguém no departamento jurídico. Como diz: “bom, ele chegou em minha casa e disse pra mim eu quero alguém no departamento jurídico, alguém que eu confie”. O segundo cargo citado foi por convite de Antônio Carlos Franco, permanecendo nesse cargo por um ano e meio. Esse conjunto de cargos não eletivos demonstra a influência e sua circulação nas “altas rodas” políticas do Estado. Sendo possível dizer que, tais contatos, favorecidos pela função profissional e política, permitiram-lhe a possibilidade de se eleger vereador de Aracaju. Fato este alcançado na eleição de 1992, quando estava filiado no Partido Democrático Trabalhista (PDT).

Porém, ter sido eleito vereador o levaria a um “desapontamento” com o “poder”, ocorre que, nos quatro anos em que esteve na Câmara dos Vereadores não conseguiu aprovar nenhum projeto, nenhuma lei. Percebeu que os “conchavos existentes no meio político impedem de um bom desenvolvimento daqueles que tem ‘boa’ vontade”. De todo modo, não viu este como um “bom” momento de sua vida, percebeu, na prática, que não teria “nascido para isso”, como diz: “não sou demagogo o suficiente, não sou falso, não sei agradar ou beijar no rosto das pessoas só pra ganhar voto”. Em função disso, depois de terminado seu mandato, resolveu não se candidatar novamente. Para não sair de vez da política, mudou de partido, passando a militar no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), seria uma espécie de retorno ao MDB, partido que teria marcado sua vinda para Aracaju, todavia, desta vez, sua filiação não duraria muito, pois entraria em desavenças com o “grupo dos Franco”, grupo que comandava o partido no Estado.

Depois dessas desavenças políticas com membros do grupo Franco, eu fiquei um pouco sumido do cenário político local, pra você ter uma ideia eu dava entrevistas todos os dias, e depois disso fiquei sete anos sem sequer ser procurado por repórter nenhum, bom, você sabe quem controla a mídia local, né? Então aí já explica os motivos desse ‘anonimato’. Isso só mudou quando peguei um caso de repercussão nacional, e foram me procurar para me entrevistar, eu poderia, naquele momento dizer que não dava entrevista, mas fiz diferente, respondi tudo que me perguntaram. (Entrevistado II)

É pertinente destacar que sua carreira política esteve sempre relacionada à sua carreira jurídica, de modo que uma não estava dissociada da outra. Na verdade, sua atividade profissional lhe permitiu a inserção no universo político, frequentar lugares, desenvolver amizade com pessoas influentes da política local, como por exemplo, membros da família Franco, do grupo de João Alves Filho, entre outros. Dado o fato de ser um dos advogados mais conhecidos da região e sócio majoritário de um dos principais escritórios jurídicos do Estado, que também leva seu nome, seu reconhecimento social e profissional o levaria a ocupação de mais um posto profissional, pois iniciaria sua carreira na área da educação.

Para ilustrar o reconhecimento profissional do dirigente em questão, cita-se duas reportagens disponíveis em jornais eletrônicos da região:

“[...] O advogado criminalista XXX esteve na tarde desta segunda-feira (16) no presídio Jacinto Filho, bairro Santa Maria, em Aracaju (SE), por temer que atentassem contra a vida do seu cliente, Fábio Calheiros, interno do complexo penitenciário desde o dia 10 de abril de 2011. Fábio é filho do empresário Floro Calheiros Barbosa, morto no ano passado numa operação policial. XXX informou que a rebelião já era anunciada, como também anuncia outras rebeliões em outros presídios de Sergipe e destacou que continua temendo pela vida de Fábio Calheiros. “Vocês todos sabem, não é segredo que de 20 a 28 de março, eu anunciei a Sergipe que Floro, Fábio e Lucas morreriam antes que abril terminasse. Eu pergunto a você: Morreu quantos? Claro que numa rebelião alguém quisesse se aproveitar da confusão e satisfizesse interesses primitivos, que felizmente são acalentados pela alma humana [...]”.

“[...] Não vou defender quem foge. Até mesmo porque iria misturar o emocional com o racional. Foi o que afirmou o conhecido advogado criminalista [...]”.¹¹

Como dito, o entrevistado em questão também passaria a trabalhar no meio educacional, tornando-se professor universitário, lecionando disciplinas relacionadas ao seu espaço de trabalho. Portanto, passaria a combinar em suas aulas competências adquiridas na academia (com sua pós-graduação, por exemplo) e os saberes adquiridos com a vivência de mais de 44 anos como advogado criminalista, vivenciando na prática todas as nuances de um tribunal

11 Informações disponíveis em: EVALDO. Campos não quer nome associado ao do sogro. Infonet, Aracaju, 23 nov. 2009. Disponível em: <https://infonet.com.br/noticias/cidade/evaldo-campos-nao-quer-nome-associado-ao-do-sogro>. Acesso em: 14 ago. 2013.

do júri. Por essa inserção também na profissão de professor universitário, não raro, se apresenta como jurista e professor. Acrescenta-se ainda que sua inserção na carreira acadêmica passaria a ocorrer em simultâneo com a atividade de jurista. Por falar nisso, seu retorno à atividade política tem muito a ver com essa segunda profissão, pois ministra aula de ciência política e relata que, em uma ocasião, um de seus alunos o teria indagado sobre qual partido estava filiado, o que o levaria a refletir sobre sua posição em relação à política e passaria a pensar em seu retorno. Segundo ele:

[...] foram meus alunos, meus alunos de ciência política. Eu cobrava deles participação na vida pública. Lembro que um dia, um aluno meu me perguntou qual partido eu estava filiado, eu respondi que em nenhum, ele sem demora respondeu-me: então que autoridades têm de nos cobrar filiação partidária. Chegando em casa, procurei minha mulher e falei o acontecido, ela disse então por que não procura um partido. Confesso que este momento voltei a pensar em voltar para a política, mas aquela lembrança ainda me perseguia [...] (Entrevistado II)

O relato acima permite avaliar a importância que sua carreira como professor têm sobre sua volta à política. Passaria, por um bom tempo, a pensar em tal possibilidade, porém, não via “um partido que pudesse lhe trazer tal oportunidade”, quer dizer, oportunidade de se “envolver em um ideal, defender uma bandeira”, mas sem necessariamente ter de disputar cargo eletivo. Essa questão implica em uma questão bastante importante a respeito do ponto de vista do agente sobre sua vida política. Se a experiência como legislador não tinha sido de grande importância para sua vida, suas atribuições burocráticas assumidas em função de seu conhecimento político lhe trazem certo orgulho. Durante a entrevista e em conversas não formais, demonstrava o quão importante foi pra ele se envolver daquele modo com a política, como diz: “ser chamado pra trabalhar em cargos burocráticos como trabalhei era uma forma deles me dizerem assim olha, você é um excelente profissional, é o melhor e por isso quero você ao meu lado”. Em consequência desse conjunto de relações proporcionadas por sua carreira política e profissional ascendente, é possível dizer que estamos lidando com um agente dotado de prestígio social, o que lhe permite o reconhecimento entre o meio político do Estado e, mais tarde, a aproximação com o pessoal do PV, sobretudo o desenvolvimento de uma amizade com o então pre-

sidente (Entrevistado V)¹² do partido. Fato este que, conforme já demonstrado em outro momento, o agente em questão passaria a ser sondado por lideranças do partido, no sentido de se filiar ao mesmo, até que em 2008, em face de uma constante insistência, filiou-se ao PV.

[...] me pediu, eu não tenho tempo, mas não poderia negar essa ajuda no partido. Até por que, não é vaidade não, mas eu tenho nome que merece respeito na sociedade, claro que eu não vou contentar a todos, então meu nome ajuda o PV, e se ajuda o PV eu acho que não posso negar. Eu não tenho atribuições no partido que não entrem em conflito com minhas posições profissionais. Embora eu seja um homem ocupado, dá pra conciliar trabalho com a participação no partido, ir às reuniões, participar dos debates e, se tiver campanha de algum candidato do partido eu vou apoiar o partido. (Entrevistado II)

O último partido que estive filiado antes do PV foi o PMDB, na verdade, eu saí por que queria sair de tudo, eu só sei disso, eu não queria mais me envolver com a política [...] E aí eu pensei, onde? Busquei um partido que tinha compromisso com a natureza, com a sustentabilidade, um partido que sequer ia me exigir sequer disputas eleitorais. Quando procurei fui questionado por outros membros do partido se eu estava me filiando para ser candidato, então respondi que seria apenas ser mais um “soldado” do partido. (Entrevistado II)

Debater esse caso em particular nos permite perceber a compilação de diversos fatores sobre os pontos de chegada aos postos de liderança no PV. Diferente de vários outros líderes desse partido, o entrevistado em questão possui o que podemos chamar de capital político, acumulado ao longo de sua vida através da ocupação de cargos públicos e eletivos. Já tendo feito parte de grêmios estudantis e ocupado cargo comissionado na secretaria municipal, bem como o cargo de vereador da capital.

Apesar disso, atribuir o recrutamento só às condições politicamente acessíveis reduziria os motivos a uma única variável. Chama atenção também o reconhecimento profissional e social que o Entrevistado II detém. Esse reconhecimento lhe proporcionou ao longo de sua trajetória político-profissional um considerável prestígio social.

12 Trata-se de um homem de 52 anos com Ensino Superior Completo (Engenharia Civil) e servidor concursado do Fisco Estadual. A entrevista foi realizada em março de 2012.

Considerando que as posições políticas resultam da associação entre recursos profissionais e sociais, é possível dizer que neste caso lidamos com um exemplo em que a compilação de diferentes recursos (social e político), somados a uma trajetória profissional ascendente – representado aqui pela carreira de jurista, de professor universitário e de burocrata do Estado – nos permite entender o lugar que esse entrevistado ocupa dentro do partido. Isto é, tanto a trajetória social e profissional quanto o capital político detido por esse agente permitem entender o convite a fazer parte do partido, bem como a oportunidade de ocupar o posto de vice-presidente assim que se filiou.

O fato é que o padrão de recrutamento demonstrado nessas linhas eleva o partido e permite aos membros uma projeção no espaço político local. Sobre essa questão, o fato desse agente possuir um capital social elevado o torna sempre uma referência externa do partido. Nas eleições para prefeito de 2012, o partido não se coligou com nenhum outro, entrou com “chapa” própria, o entrevistado em questão foi indicado à vice-prefeito e o candidato à prefeito foi o então presidente do partido. (Entrevistado V) Mesmo se tratando de um partido sem muita influência dentro do “jogo” político do Estado, observa-se que as posições de poder do qual o partido dispõe para suas lideranças são reservadas para membros que podem também estar trazendo “vantagens” para o partido.

PADRÃO 2.2: INSERÇÃO PROFISSIONAL E ENGAJAMENTO DE LIDERANÇAS NO PV

Enquanto no tópico anterior os esforços foram feitos no sentido de demonstrar como os recursos profissionais criam condições de recrutamento dos líderes do PV, nesta modalidade pretende-se discutir outra variável do recrutamento, feito a partir de categorias profissionais. Ocorre que, conforme foi observado, o fato de engajar-se no PV também pode provocar uma ampliação das redes (sociais, profissionais) de relações. Em se tratando do viés eminentemente profissional dos líderes, notamos um padrão de recrutamento relacionado à inserção profissional e às influências do engajamento sobre a inserção profissional de determinados líderes. Como pressuposto, é pertinente destacar que a conquista de cargos e o acesso a benefícios materiais, bem como a recompensas simbólicas (prestígio, poder, honra), podem ser acessadas a partir das posições ocupadas pelas lideranças partidárias. (GAXIE, 1977)

O caso a ser descrito é o do dirigente (Entrevistado VII), nascido em Brasília – DF, em 1981, que ainda muito cedo teria vindo morar com seus pais em

Aracaju. De origem social elevada, a relação com a política marcaria a trajetória ascendente de sua família e estaria sempre relacionada a conquistas profissionais. Seu avô materno já ocupou o posto de deputado federal entre as décadas de 1970 e 1980, fator que o levaria a morar em Brasília. Nesta ocasião, sua mãe, já adolescente, teria passado no vestibular e entrado no curso de Pedagogia pela Universidade de Brasília (UNB), onde mais tarde conheceria seu futuro esposo, que cursava Economia na mesma universidade. Com ele casou-se e tivera três filhos, entre eles o líder em questão, seu filho mais velho. Assim, é possível dizer que ele teria crescido em um ambiente relativamente favorável à atividade cultural e política, manifestada, por um lado, pela carreira política de seu avô e, por outro, pela formação superior de seus genitores.

Neto do ex-deputado federal Tertuliano Azevedo, que foi eleito nas eleições de 1978, antes mesmo de nascer “já estava na política”, ocorre que, em função da posição política de seu avô, toda sua família teria ido morar na capital federal. Acontecimento este que marcaria a trajetória do grupo familiar e repercutiria sobre o itinerário escolar e profissional de seus membros. O fato é que, neste ambiente, caracterizado por um nível social relativamente elevado em função das atribuições profissionais de seu avô, o líder em questão pôde estar sempre “envolto do poder”, pois, apesar da “aposentadoria” política de seu avô, este ainda nutria “velhas amizades”, as quais lhe renderiam “favores” políticos e profissionais por bastante tempo.

Quando terminado o mandato, seu Tertuliano retornaria para Aracaju, porém, sua filha continuaria morando em Brasília, pois já casada e ainda terminando o curso superior de pedagogia ficaria impossibilitada de retornar com seu pai. No ano seguinte, já concluído o curso superior, ela teria feito um concurso para a área em que se formou, mas não chegaria a exercer a profissão. Acontece que seu Tertuliano tinha “alguns amigos aqui em Aracaju” e, também, “por estar com saudade de sua filha e netos” consegue transferi-la para Aracaju, além de “arranjar um emprego no Tribunal de Contas” para seu marido. Dessa forma, a mãe e o pai do entrevistado vieram morar na capital sergipana. Ficariam nesta cidade por alguns anos, pelo menos até nosso entrevistado completar 14 anos, quando voltaram para Brasília, onde sua genitora passaria a ocupar um cargo no Senado federal. Nas palavras do entrevistado “lá ela trabalhou no RH, depois para o departamento médico, onde trabalha até hoje”. Seu pai também assumiria cargo de comissão no governo, “lá em Brasília começou no Ministério do Planejamento, depois quando veio para Aracaju passou a trabalhar no Tribunal de Contas e quando retornou ocupou seu antigo posto no Ministério do Planejamento”, onde esta as vésperas da aposentadoria.

Ao que tudo indica, o retorno de sua família para Brasília marcaria sua vida, no sentido de lhe inserir em ambientes onde a proximidade com a política passaria a ser constante, se inserindo, por assim dizer, em redes de relações favoráveis ao envolvimento político-associativo. Em função de sua mudança para a capital federal, passaria sua infância e adolescência longe de seu avô materno, uma importante referência política para ele e sua família. Todavia, pontualmente, seu avô ia para Brasília passear e matar a saudade da filha e dos netos. Nessas ocasiões, o entrevistado passaria a acompanhar seu avô “em encontros com ‘antigos amigos’”, adquirindo assim toda uma “gramática política” simultaneamente com uma inserção em redes de relações favoráveis a seu itinerário profissional e político. O fato é que seu avô era uma referência para ele, de modo que passaria a seguir seus passos, inclusive, tornando-se bacharel em direito, tal como seu progenitor.

Em uma das ocasiões em que seu avô foi passear em Brasília, levou-o para conhecer um amigo que era, na época, deputado federal, deixando aos cuidados deste amigo o “currículo” de seu neto. Conta que, passando-se alguns meses, quando já estava “sem esperanças de ser chamado”, toca o telefone, era esse amigo de seu avô convidando-o para trabalhar no Congresso Federal. Conforme relata:

[...] meu avô sempre que ia nos visitar me levava ao congresso nacional, ele podia entrar lá, tinha alguns amigos ainda daquela época que foi deputado, uma vez eu “tava” trabalhando em um escritório imobiliário, já fazia direito já, ai ele me pediu que eu fizesse um currículo que ele daria um jeito, então ele me levou junto com ele, procurou um amigo seu aqui de Sergipe, e falou sobre mim e deixou meu currículo, mas assim, eu não tinha aquela coisa assim, bom eu não esperava, é que eu vejo um interesse muito forte na política, sabe, e como meu avô já fazia tempo que não estava envolvido com esse pessoal, não esperava mesmo que fosse chamado para o cargo, mas passado um tempo, acho que mais ou menos uns quatro meses, toca meu telefone, fiquei meio sem acreditar, mas deu certo, fui chamado para ocupar um cargo de liderança no partido, era na época o PFL, hoje DEM, na verdade. Eu não fiquei ligado a nenhum deputado, prestava serviço pro partido [...] fiquei lá por quatro anos, só sai mesmo por que eu quis, queria vir pra Aracaju [...]. (Entrevistado VI)

O trecho apresentado acima ajuda a entender os contornos que conduziram o líder em questão ao seu primeiro cargo de confiança. À exemplo de sua

mãe, os conhecimentos de seu avô permitiram-lhe a inserção em postos burocráticos do Estado. Nessa ocasião, suas atribuições profissionais estavam ligadas ao Partido da Frente Liberal (PFL) – atual Democratas (DEM) –, em que teria como tarefa a assessoria legislativa, mas, como diz, não estava subordinado a nenhum deputado específico, prestava serviços para todos os deputados da legenda. Por falar nisso, apesar de ter permanecido nesta função que estava ligada ao PFL, o entrevistado não se filiaria a esse partido, sendo que sua primeira filiação seria no PV.

Em 2006, esse líder pediria demissão do seu cargo no Congresso Nacional, essa demissão estava relacionada a um antigo desejo de voltar para Aracaju e, nesse momento, já formado bacharel em direito, teria a grande chance de alavancar sua carreira profissional. O fato preponderante para sua decisão foi alguns contatos feitos entre ele e um amigo seu de infância, que havia morado no mesmo prédio que ele durante o tempo em que morou em Aracaju. Tais contatos se tornaram mais frequente em função da possibilidade desse seu amigo “arranjar” alguma coisa para ele: trata-se do também advogado Carlos Pinna Júnior, na época presidente do PV. Ocorre que Pinna Júnior é filho de Carlos Pinna de Assis, presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, e quando seu pai assumiu esse posto Pinna Junior passou a oferecer a oportunidade do entrevistado vir para Aracaju e trabalhar no Tribunal de Contas.

Assim que chegou à cidade já iniciaria seu trabalho no Tribunal de Contas, lá assumiria a função de assessor jurídico, portanto “passaria a exercer a função que havia me formado para exercer”. Além das atribuições profissionais conquistadas neste espaço, também passaria a manter contato diário com Pinna Junior, que se tornaria seu colega de trabalho. Certamente, o contato diário com esse agente seria a explicação de sua entrada no PV, pois era constantemente sondado sobre tal possibilidade, até que, ainda em 2006, se filiaria ao PV. Nesse mesmo ano, seria também designado como Secretário da Juventude do partido, função que exerce até hoje.

Os dois casos apresentados representam uma modalidade de engajamento cuja base principal vem das relações profissionais e, como visto, do acionamento de redes de relações que permitem a conversão desse recurso em posição no interior do partido. Como visto, embora esse recurso tenha se mostrado eficiente, conjuga-se que tais recursos servem como justificativa dos “postos de chegada”. Em relação às categorias profissionais, observamos na trajetória dos dois agentes apresentados duas modalidades de reconversão. No primeiro caso apresentado, observamos que a carreira profissional ascendente inseriria o agente em questão em espaços que potencializara seu capital social e político

de modo que sua carreira política e profissional passaria a se tornar um “trunfo” para o partido, na medida em que se tornaria uma das principais lideranças do partido no Estado, representando o partido em disputas eletivas e também frente à mídia. No segundo caso apresentado, observamos que mesmo se tratando de um engajamento por vias profissionais, o recrutamento está mais relacionado à uma estratégia do agente em questão de iniciar sua carreira profissional, neste caso, o engajamento representa a possibilidade de ascensão profissional e também a manutenção das relações que esse inseriu no “mercado”.

A comparação entre as duas trajetórias sociais permite avaliar por que esses líderes obtiveram rendimentos desiguais dos mesmos recursos. (BOURDIEU, 1998) A esse respeito, conforme argumenta Gaxie (1977), a probabilidade de líderes partidários converterem às posições que ocupam dentro do partido em posições profissionais depende, de um lado, da posição hierárquica que ocupa no partido e, por outro lado, da posição social que o mesmo ocupa e da estrutura de recursos sociais dos quais ele dispõe. Então, a posição ocupada no partido reflete, por um lado, às estruturas sociais das quais esses agentes advêm e, por outro lado, às retribuições materiais que o partido pode trazer aos seus dirigentes depende da posição social que esses ocupam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve por objetivo compreender o líder partidário enquanto sujeito imerso numa rede de relações estabelecida ao longo de sua vida. Esse assunto trouxe como implicação considerar uma dupla assertiva: a primeira, que determinantes sociais exercem força sobre a chegada aos postos de liderança disponíveis no partido, e a segunda, que a ocupação destas posições permite com que esses líderes se insiram em espaços favoráveis a sua ascensão política e social. Ou seja, a dificuldade principal desse estudo pousou sobre a necessidade de ter de considerar o líder enquanto um sujeito imerso num conjunto de situações e em trânsito constante em diferentes espaços.

Para operacionalizar metodologicamente esse objetivo, a estratégia utilizada foi a de apresentar/comparar três diferentes padrões de trajetórias que conduzem os agentes considerados aos postos de comando disponíveis pelo partido. Em termos práticos, essa estratégia analítica baseada na apresentação de três padrões de recrutamento/engajamento permitiu avaliar de que maneira a conjugação desse conjunto de determinantes (sociais, culturais e profissionais) define as posições de destaque no partido. A esse respeito, chamou aten-

ção que os pontos de chegada – no caso, a ocupação dos postos de liderança no partido – são resultados de diferentes estratégias e itinerários dos agentes considerados pelo trabalho em tela. O que também demonstrou que lidamos com um universo empírico bastante singular, no sentido de serem desprovidos do que poderíamos chamar de capital político e militante, ainda embora essas “ausências” sejam supridas por outros recursos igualmente reconhecidos no universo político, à exemplo do nível social elevado e inserção em redes de relação favoráveis, capital cultural, ocupação profissional entre outros.

O primeiro padrão apresentado intitulado “Políticos por Vocação ou tentativas de aquisição de um capital político?” teve uma importância para o estudo na medida em que apresentou um padrão de líder que se envolve no partido objetivando maiores oportunidades para disputar eleições. Dado o fato de lidarmos com um partido cujas bases institucionais demonstraram-se frágeis, o acesso às disputas eleitorais se apresenta como resultados das posições ocupadas na hierarquia do partido. Essa modalidade de engajamento permitiu demonstrar a importância da posição frente às necessidades dos “dirigentes-políticos”. Em outras palavras, as relações estabelecidas a partir da posição ocupada pelos agentes considerados permite uma atuação mais eficaz, no sentido de proporcionar a oportunidade de concorrer a cargos eletivos, na medida em que, mediante a posição ocupada no partido, passa-se a ser um “selecionador” e não mais um “selecionável”.

Já no segundo padrão de engajamento intitulado “Políticos por ‘formação’: Excelência profissional e recrutamento de líderes do PV”, permitiu-nos avaliar a relação entre categorias profissionais e a ocupação de postos de liderança no partido. Para tanto, renunciou-se a dois padrões marcante entre os agentes com tais características: na primeira modalidade observou-se os que combinam recursos escolares, profissionais e econômicos com o recrutamento no partido; na segunda modalidade apresentou-se um grupo de agentes que combinam o engajamento no partido com inserção de redes de relação que possibilita a reconversão de recursos profissionais em ocupação de postos profissionais para além do espaço do partido. Padrões estes que nos permitiram observar algumas estratégias de reconversão dos recursos profissionais e de expertise.

Um dos casos apresentados mostrou a carreira ascendente de um dos líderes, tornando-se profissional reconhecido no “mercado” ao passo em que essa carreira profissional lhe permitiu um “bom” acúmulo de recursos econômicos e a inserção em espaços de “poder”. Esse perfil de dirigente parece fundamental para a ascensão do partido dentro da conjuntura política local, na medida em que permite a “promoção” do partido antes e durante o “tempo da política”. Não

raro, se tornam o “homem de frente” do partido, aquele que vai à mídia, negocia alianças com líderes de outros partidos, já que os conhece e também é reconhecido, busca apoio econômico nas “altas rodas”. Em outras palavras, esse tipo de líder demonstrou os sentidos que os recursos profissionais têm sobre a ascensão dos agentes aos postos de comando.

Em outra variável desse tipo de líder, chamou atenção os agentes que, por estarem engajados no PV, ampliam suas redes (sociais, profissionais) de relações, o que lhes permite se inserirem em espaços que admitam a reconversão de sua *expertise*. Em outras palavras, o fato de ocupar os postos de comando no partido permite o acesso a benefícios materiais, bem como a recompensas simbólicas (prestígio, poder e honra).

Por fim, a comparação ao longo do artigo entre esses diferentes padrões de trajetórias sociais que conduzem ao acesso às posições de destaque no partido, perante as divisões do grupo considerado, permitiu analisar os princípios de entrada e ascensão na hierarquia do partido estudado e permitiu também avaliar os motivos que levaram os líderes a obter rendimentos desiguais dos mesmos recursos. Isso demonstrou que as posições de liderança no partido são resultantes dos recursos de base sociais dos quais esses agentes dispõem, de modo que a posição ocupada no partido reflete, por um lado, às estruturas sociais das quais esses agentes advêm e, por outro lado, às retribuições materiais que o partido pode trazer aos seus dirigentes depende da posição social que estes ocupam.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. Le capital social. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Lyon, v. 31, p. 2-3, 1980.

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, P. O campo político. *Revista brasileira de ciência política*, Brasília, v. 3, n. 5, p. 193-216, 2011.

CANEDO, L. B. Herança na política ou como adquirir disposições e competências necessárias às funções de representação política (1945-1964). *Pro-Posições*, Campinas, v. 13, n. 2, p. 169-198, 2002.

CANEDO, L. B. Ritos, símbolos e alegorias no exercício profissional da política. In: CÂNEDO, L. B. (org.). *O sufrágio universal e a invenção democrática*. São Paulo: Estação e Liberdade, 2005. p. 477-506.

- CORADINI, O. L. Grandes famílias e elite “profissional” na medicina no Brasil. *História, Ciência e Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 425-466, 1996.
- CORADINI, O. L. *Em nome de quem? Recursos sociais no recrutamento de elites políticas*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- DUVERGER, M. *Os partidos políticos*. São Paulo: Zahar, 1980.
- FILLIEULE, O. Propositions Pour une Analyse Processuelle de L'engagement Individuel. *Revue Française de Science Politique*, v. 51, n. 1-2, p. 199-217, 2001.
- GAXIE, D. Économie des partis et rétributions du militantisme. *Revue française de science politique*, n. 1, p. 123-154, 1977.
- GAXIE, D. *Les cens caché : inégalités culturelles et ségrégation politique*. Paris: Éditions du Seuil, 1978.
- MENDONÇA, C. Chico de Miguel: a história de um líder. / Carlos Mendonça. Aracaju: Gráfica J. Andrade LTDA, 2011.
- OLIVEIRA, W. J. F. Elites dirigentes, engajamento político e retribuições do militantismo ambientalista. *Tomó*, São Cristóvão, n. 13, p. 201-237, 2008a.
- OLIVEIRA, W. J. F. Engajamento político, competência e elites dirigentes do movimento ambientalista. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, n. 30, p. 167-186, 2008b.
- PALMEIRA, M. Política facção e Voto. In: PALMEIRA, M.; GOLDMAN, M. (org.). *Antropologia, voto e representação política*. Rio de Janeiro: Contra-Capa Livraria, 1996.
- PÉCHU, C. Laissez Parler Les Objets! De l'objet des mouvements sociaux aux mouvements sociaux comme objets. In: FAVRE, P.; FILLIEULE, O.; JOBARD, F. (dir.). *L'atelier du politiste – Théories, actions, représentations*. Paris: Découverte, 2007.
- PETRARCA, F. *O jornalismo como profissão: recursos sociais, titulação acadêmica e inserção profissional dos jornalistas no Rio Grande do Sul*. 2007. 308 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- PERISSINOTTO, R. M.; MIRIADE, A. Caminhos para o parlamento: candidatos e candidatas nas mudanças para deputado federal em 2006. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 52, n. 2, p. 301-333, 2009.
- RODRIGUES, L. M. *Partidos, ideologia e composição social: um estudo das bancadas partidárias na Câmara dos Deputados*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2009.
- SAINTENY, G. *Logiques d'engagement et logiques de rétribution au sein de l'écologisme français*. *Cahiers Internationaux de Sociologie*. 106 v. Paris: Presses Universitaires de France, 1999.
- SEIDL, E. Disposições a militar e lógica de investimentos militantes. *Pró-posições*, Campinas, v. 20, n. 2, p. 21-39, 2009.

VIEIRA, B. M. Processo de recrutamento e seleção de candidatos a cargos legislativos no Partido Verde em Sergipe na eleição de 2010. *In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DO NORTE E NORDESTE E PRÉ-ALAS BRASIL*, 15., 2012, Teresina. *Anais [...]*. Teresina: UFPI, 2012.

WEBER, M. A política como vocação. *In: WEBER, M. Ciência e Política: duas vocações*. Brasília: Editora UNB, 2003. p. 55-124.

RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL: MULHERES NEGRAS COM DOENÇA FALCIFORME ENTRELAÇADAS EM OPRESSÕES

RACE, GENDER AND SOCIAL CLASS: BLACK WOMEN WITH SICKLE CELL DISEASE
INTERTWINED IN OPPRESSION

Resumo

Para se entender as experiências vividas por mulheres negras com Doença Falciforme (DF) precisa-se aplicar uma análise interseccional ao se debruçar sobre suas trajetórias de vida. A presente pesquisa explorou a trajetória dessas mulheres conhecendo suas experiências cotidianas. Delineou-se um estudo descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, desenvolvido a partir das histórias de vida de nove mulheres negras com DF residentes de Salvador e região metropolitana. As entrevistas foram realizadas entre os meses de abril e novembro de 2017. Identificamos neste estudo que as mulheres negras com DF informam uma dinâmica no serviço de saúde que desconsidera suas condições sociais e culturais e desqualifica as suas experiências vividas. Conclui-se que é necessário reconhecer as mulheres negras com a doença como sujeitas ativas, pois esse reconhecimento abre espaço para o cuidado compartilhado e melhor qualidade de vida destas.

Palavras-Chave: Interseccionalidade. Mulheres negras. Doença falciforme.

¹ Bacharela em Antropologia pela Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia (FFCH/UFBA) e mestranda em Saúde Comunitária pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA). E-mail: jucigomes82@gmail.com.

Abstract

To understand the experiences lived by black women with sickle cell disease (SCD), it is necessary to apply an intersectional analysis when looking at their life trajectories. The present research explored the trajectory of these women knowing their daily experiences. A descriptive and exploratory study with a qualitative approach was developed, based on the life stories of nine black women with DF living in Salvador and the metropolitan region. The interviews were carried out between April and November 2017. In this study, we identified that black women with SCD report a dynamics in the health service that disregards their social and cultural conditions and disqualifies their experiences. It is concluded that it is necessary to recognize black women with the disease as active subjects, as this recognition opens space for shared care and a better quality of life for them.

Keywords: Intersectionality. Black women. Sickle cell disease.

INTRODUÇÃO

Neste artigo, mostro os resultados de uma pesquisa sobre a relação entre mulheres negras com Doença Falciforme (DF) e a compreensão das vivências dessas mulheres acerca das questões raciais e suas relações com a doença. Nele serão abordadas as trajetórias pessoais, bem como as suas experiências no que se refere ao acesso ao cuidado, caracterizando o contexto e os motivos que as levaram a buscar ajuda, onde procuraram atendimento e/ou tratamento, e como foram suas experiências nos espaços que oferecem atenção à saúde.

Raça, gênero e classe estão interligados em um eixo de opressões que se expressa diariamente na vida de mulheres negras. A maioria das pesquisas sobre desigualdades em saúde emprega uma única abordagem, geralmente, priorizando apenas classe social. Porém, a vida de um indivíduo pode apresentar uma intersecção de dois ou mais eixos de opressões. Sendo assim, o conceito de interseccionalidade busca dar visibilidade a múltiplos sistemas de opressões atuando em conjunto para moldar as experiências de sujeitos e grupos socialmente vulnerabilizados. (BERNARDO et al., 2018)

Cecília Sardenberg (2015) discute que “matrizes de opressão” como capitalismo, sexismo, racismo etc. não agem de forma independente. Essas se enlaçam e reforçam forjando sistemas de estratificação e opressões interseccionadas, assim como gênero, raça, classe social e demais marcadores de diferença não atuam separadamente, elas não são autônomas, se intersectam e se recortam modificando uns aos outros. A intersecção não é somente a soma de opressões, essas opressões/subordinações não podem ser separadas; a intersecção é, também, opressões que interagem. (CRENSHAW, 2002)

A partir do cruzamento da raça, gênero e classe compreende-se a produção das desigualdades sociais e iniquidades em saúde. Parte-se do pressuposto que ser negra e, principalmente com uma doença crônica, contribui para a dificuldade de mulheres no contexto brasileiro ao acessar serviços de saúde em busca por cuidados. A doença falciforme é uma condição crônica que marca a vida de mulheres negras com a doença e cujas interseccionalidades de opressões a que estão submetidas ficam ainda mais evidentes na busca de enfrentamento da doença.

A doença falciforme é umas das doenças genéticas e hereditárias mais comuns no Brasil e no mundo, principalmente em regiões de maior contingente da população negra. Ela altera a hemoglobina, molécula responsável por transportar o oxigênio dos pulmões para os tecidos. Essas alterações podem ser classificadas em diferentes formas clínicas como a homozigose HbSS (anemia falciforme) e as heterozigoses (associações do HbSS com outras hemoglobinas) HbSC, HbSD e as interações com a talassemias, (HbS/ β^0 , HbS/ β^+ , HbS/ α) além do traço falciforme (HbAS) que irão induzir uma mudança no formato das hemácias – forma de meia lua ou foice, daí o nome falciforme – e provocar a anemia crônica e a dificuldade dessas células para circularem pelos vasos sanguíneos, causando dores no corpo, infecções, comprometimento crônico de múltiplos órgãos podendo levar à morte. Apesar da gravidade, a DF apresenta alta variabilidade clínica, fazendo com que o desenvolvimento dos sintomas seja variável entre as pessoas e até na mesma pessoa ao longo dos anos. Tais variações estão relacionadas a características genéticas, fisiológicas, ambientais e socioeconômicas. (NAOUM, 2004) Pelos dados do Programa Nacional de Triagem Neonatal (PNTN), calcula-se que a cada ano nasçam cerca de 3.500 indivíduos com doenças falciformes e 180 mil pessoas com o traço falciforme no Brasil. O traço falciforme, geralmente, não apresenta sintomas e, por isso, não há um consenso que pessoas com o traço sejam assintomáticas. Ele é uma característica genética que é herdada dos genitores que possui a probabilidade de 25% de terem filhos(as) com a doença (BRASIL, 2006). A distribuição do gene da DF se deu de forma diferenciada nos estados brasileiros, sendo mais frequente no estado da Bahia. A cidade de Salvador tem o maior índice de pessoas com DF, sendo uma criança que nasce com a doença a cada 650 crianças nascidas vivas. (SALVADOR, 2005)

As pessoas com DF e seus familiares vivenciam uma constante proximidade e temor da morte. A família se encontra constantemente com receio de perda, o que muitas vezes leva a superproteção do/a filho/a com a doença.

(GUIMARÃES et al., 2009) Além disso, Rosa Cândida Cordeiro (2007),² firma em seu estudo que a experiência com a discriminação afeta a saúde e fragiliza a imagem que se tem do próprio corpo, a identidade e autoestima.

MÉTODO

O estudo adotou uma perspectiva descritiva e exploratória, com abordagem qualitativa. Foi desenvolvido a partir das histórias de vida de nove mulheres negras com a doença, residentes de Salvador e região metropolitana, e suas percepções acerca da convivência com a DF. A função exploratória da pesquisa qualitativa, a partir de pontos de vista, propicia visualizar diferentes posições praticadas pelos indivíduos, compreendendo as concepções sobre um tema num determinado espaço. (GASKELL, 2002)

A perspectiva feminista e antirracista foi a base para o desenvolvimento deste artigo. Para Maria Natália Rodrigues e Jaileila Menezes (2013), o feminismo negro tem bases na perspectiva da igualdade e propõe mudança nas relações socialmente e racialmente desiguais. Portanto, o feminismo negro, enquanto projeto teórico-epistemológico, traz contribuições essenciais para o desenvolvimento desta pesquisa. Conforme Carla Akotirene (2018), o feminismo negro foi, e é, um lugar de solidariedade política entre as minorias. O movimento racializa e situa as experiências de mulheres negras, sem universalizações e explicitando a raça como fator determinante na forma em que se dará a vivência da opressão de gênero e classe social. (AKOTIRENE, 2018)

A construção do material empírico foi possível devido a um período de imersão na instituição de saúde em que foi realizada a observação participante, semanalmente e registrada em caderno de campo, entrevistas com as interlocutoras acompanhadas pela instituição e a consulta aos arquivos médicos – prontuários dessas mulheres. Dispúnhamos, também, dos dados sobre a história de vida das mulheres entrevistadas. Inicialmente, apresentava-se a pesquisa e os objetivos, apontando a relevância do tema e a importância das histórias e percepções das interlocutoras. As interlocutoras relataram suas vivências, histórias, maneiras de autocuidado, evidenciando os impactos da DF em suas vidas.

2 Conforme a pesquisa realizada por Rosa Cândida Cordeiro em sua dissertação de mestrado, mulheres negras com anemia falciforme relatam e descrevem práticas de discriminação racial e de gênero no acesso e permanência nos serviços de saúde. Dissertação disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452009000200016. Ver mais em: CORDEIRO, R.C.; FERREIRA, S.L. Discriminação racial e de gênero em discursos de mulheres negras com anemia falciforme. Esc. Anna Nery, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v13n2/v13n2a16.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

Colaboraram com a pesquisa nove mulheres negras com DF, das quais sete têm doença falciforme tipo HbSS, conhecida como anemia falciforme, uma com doença falciforme tipo HbSC e uma com doença falciforme tipo HbS β , a Beta Talassemia, com idade variando entre 18 e 42 anos de idade. Oito das nove mulheres são moradoras de bairros periféricos e populares de Salvador e uma da região metropolitana. Todas proveniente de famílias de baixa renda. Ressaltamos a importância da heterogeneidade das interlocutoras, visando uma melhor compreensão do fenômeno. Em observância aos princípios éticos da confidencialidade das identidades e de acordo com a norma 510/2016, destaco que os nomes das interlocutoras foram substituídos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As mulheres deste estudo se autodeclararam todas negras. Mulheres negras são consideradas sujeitos através da intersecção de marcadores de raça, gênero e classe em suas relações sociais. As experiências vividas por essas mulheres se relacionam com o seu contexto histórico-cultural que se articula com cada história pessoal. Importante ressaltar que neste estudo conferi destaque à raça como elemento que classifica e hierarquiza os seres humanos, estabelecendo limites à sua participação social.

A maioria das mulheres negras está em situação de maior vulnerabilidade por causa do impacto de discriminações, racismo, sexismo e outras formas de opressão em suas vidas. As desigualdades geradas pelo racismo e sexismo confinam mulheres negras ao patamar inferior no sistema de exploração e dominação. Por sua vez, a articulação de desigualdades raciais, classe e gênero reforça a vulnerabilidade dessas mulheres.

Boa parte das mulheres negras com doença falciforme desta pesquisa está em situação de vulnerabilidade social, todas são de classe popular. Seis dessas mulheres recebem programa de transferência de renda, benefício de assistência social e suporte familiar. De acordo com a literatura, essas mulheres estão em situação de exclusão social. Somente duas mulheres estão cursando o ensino superior e uma tem o ensino superior completo, porém não está inserida no mercado de trabalho de forma estável.

A interlocutora Isabella retrata em sua narrativa o quanto sua história de vida é marcada pelo o entrelaçamento da raça, gênero e classe. E tais marcadores vão desenhando sua subjetividade, composta por invisibilidade e silenciamento.

[Isabella, 35 anos] [...] eu sou uma mulher preta, pobre e ainda com anemia falciforme, eu acho que juntando esses três aspectos as coisas ficam mais difíceis. Você tem que provar mil vezes que pode fazer algo... que tem capacidade de realizar algo, como trabalhar, estudar, seguir seus sonhos. As pessoas olham o tempo todo pra (sic) você com desconfiança: “será que ela vai dar conta, ela é doentinha”. Algumas pessoas te veem como a doente que não pode realizar algo, não confia em seu potencial. Sempre vem na frente a doença, eu posso falar que tenho formação em x coisa, especialista em x assunto, mas quando digo que tenho a doença é isso que fica. Em alguns espaços sempre querem que sejamos eternamente passivas. Não nos querem como sujeitas ativas [...].

O entrelaçamento de racismo e sexismo implica em as mulheres negras serem vistas como alguém que não deveria estar em determinados espaços. Identidades negras foram silenciadas à medida que outras identidades foram fortalecidas. Simone de Beauvoir, em *O segundo sexo* (1949), inaugura a categoria do “outro”, em que a mulher é definida em relação ao homem, a partir do olhar do homem e não definida em si mesma. Este olhar do homem para a mulher a confina em um papel de submissão na sociedade. Lélia Gonzalez (1983)³ reflete acerca do lugar ocupado pelas mulheres negras na discussão sobre racismo e sexismo. A autora demonstra como esse corpo se torna “mulher negra” e o destino na sociedade que o naturaliza em lugares subalternos. Sob este prisma, Grada Kilomba (2019) nos informa que mulheres negras têm suas identidades construídas em relação ao “outro” que é o sujeito branco. São sempre colocadas como “outro” e nunca como “eu”, são o outro dos outros.

Parte-se do pressuposto de que ser negra e, principalmente, viver com uma doença crônica, contribui para a vulnerabilidade das mulheres no contexto brasileiro ao se afirmarem como mulheres ativas. O corpo é uma construção social e simbólica que interfere nas relações sociais. De acordo com Iací Palmeira e colaboradores (2012), é através do corpo que o indivíduo estrutura sua identidade social, pessoal e subjetiva. Numa sociedade capitalista patriarcal, o corpo é definido por padrões estéticos rígidos que propõe como norma o corpo branco, magro e jovem. O corpo que não se enquadra nesses rígidos padrões estéticos, saúde e normalidade, muitas vezes é excluído, principalmente se for um

3 Lélia Gonzalez foi militante negra e feminista. Sua atuação sempre foi caracterizada pela capacidade de articular sobre a questão do povo negro, em geral, e da mulher negra, em particular. Atuou como desencadeadora das mais importantes propostas de atuação do Movimento Negro Brasileiro. Ver mais em: GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. Lugar de negro. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasenbalg-lugar-denegro1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

corpo adoecido. Um corpo doente causa repulsa social, além de desestruturação emocional do indivíduo. Para Rosa Cândida Cordeiro e colaboradoras (2013), a vivência de pessoas com DF é marcada por sofrimento, devido aos sinais e sintomas da doença. A intensidade da dor trouxe para a vida dessas mulheres dificuldades físicas e emocionais que provocam a sensação de impotência, desconforto e insegurança.

Mulheres com doença falciforme muitas vezes são estigmatizadas por seu corpo trazer marcas que testemunham suas dores. Essas mulheres têm sua imagem corporal comprometida, deixando-as, assim, com a autoestima prejudicada. Segundo Erving Goffman (2012)⁴, estigma é estabelecido a partir de uma lógica social onde os atributos pessoais que desqualificam o indivíduo variam de acordo com o período histórico e a cultura, negando uma aceitação plena. Para Goffman, a sociedade é responsável por categorizar as pessoas e fixar atributos, naturalizando-as. O autor argumenta que o estigma sentido é consequência de experiências que são vividas pelos indivíduos, nas quais o que lhe é diferente será a base para a discriminação. O estigma antecipado corresponde ao temor de que uma possível discriminação possa lhe ocorrer.

Mulheres negras com doença falciforme, além de sofrerem com o racismo e sexismo, sofrem também por ter a doença. Silvia Lúcia Ferreira e Rosa Cândida Cordeiro (2010) alertam que o grau de comprometimento clínico de mulheres com DF sofre a influência mútua de fatores genéticos e ambientais os quais validam que a qualidade e a expectativa de vida dessas mulheres que convivem com a doença estão associadas às condições socioeconômicas.

A doença falciforme tem grande repercussão na vida das mulheres, principalmente no período reprodutivo, provocando uma gravidez de alto risco. As crises de dor, principal sintoma causado pela DF, se agravam, reduzindo consideravelmente a qualidade de vida das mulheres com a doença, o que aspira cuidados contínuos nos serviços de saúde. Lilian Amparo Sobrinho (2012) alerta que anualmente cerca de 50% das pessoas com DF apresentam crise grave, sendo que a duração das crises algícas varia. Em mulheres, os episódios de crises dolorosas são mais longos que em homens. A DF é marcada por variadas manifestações clínicas. Os sinais e sintomas da doença trazem impactos negativos na vida das pessoas com a DF. Causa mal-estar, insegurança ou medo do prognóstico, ausências escolares e afastamento precoce do trabalho e escola, isolamento social, dificuldade nos relacionamentos e convívio com a iminência de morte.

4 Ver mais em: GOFFMAN, E. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Editora Vozes, 2009; GOFFMAN, E. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1988 124 p.

OPRESSÕES CRUZADAS ATRAVESSANDO O CORPO DE MULHERES NEGRAS COM DOENÇA FALCIFORME

Para explorar o universo de mulheres negras com DF se faz importante problematizarmos a interseccionalidade de raça e classe estruturando o gênero no sentido de conhecer e analisar a sua vivência com a doença. O racismo está nas bases estruturais da sociedade brasileira, de modo que o impacto de vida e saúde de mulheres negras é inegável. Mas não apenas o racismo, também o sistema patriarcal marca as relações sociais, assim como o sistema capitalista.

Desta forma, as categorias raça, gênero e classe operam conjuntamente para o entendimento dessas condições diferenciadas e opressões vivenciadas por estas mulheres. O entrelaçamento desses três eixos é inevitável para a compreensão das desigualdades contemporâneas. Estudos têm comprovado que raça, gênero e classe se articulam produzindo experiências distintas para homens e mulheres.

Nestes termos, Kimberlé Crenshaw (2002)⁵ informa que mesmo que tenhamos algum conhecimento sobre os problemas ou a condição de vida das mulheres negras, é necessário atentar para a interseccionalidade de marcadores de subordinação, isto é, reconhecendo “[...] o papel que o racismo ou alguma outra forma de discriminação possa ter exercido em tal circunstância [...]” (CRENSHAW, 2002, p. 174), para além da opressão de gênero, enxergando as interações das opressões. De acordo com Crenshaw, a interseccionalidade permite enxergar as interações das opressões. Carla Akotirene (2018) mostra que a interseccionalidade questiona a categoria de mulher universal,

O pensamento interseccional explicou a matriz de opressões cisheterossexista, etária, divisora sexual do trabalho, segundo a qual [...] as mulheres negras eram trabalhadoras nas casas das “mulheres brancas instruídas” [...]. (AKOTIRENE, 2018, p. 21)

5 Conforme Kimberlé Crenshaw, a interseccionalidade é, simultaneamente, a maneira sensível de pensar identidade e sua relação com o poder, não sendo exclusivo para mulheres negras, mesmo porque as mulheres não-negras devem pensar de modo articulado suas experiências articuladas. Ver mais em: CRENSHAW, K. Mapeando as margens: interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra as mulheres não-brancas. Tradução de Carol Correia. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mapping-the-marginsintersectionality-identity-politics-and-violence-against-women-of-color-kimberle-crenshaw1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.

bell hooks (2014)⁶ insere a interseccionalidade em articulação com o impacto sexista na experiência de mulheres negras durante e após a escravidão mostrando a desvalorização da subjetividade da mulher negra através do machismo dos homens negros e do racismo do feminismo branco. Angela Davis (2016) trata dos efeitos da escravidão pela qual ocorreu a desumanização da mulher negra. Para Davis, se faz necessário centralizar a questão racial e considerar a intersecção de raça, gênero e classe para se tornar possível um novo modelo de sociedade.

O acesso e utilização dos serviços públicos de saúde muitas vezes são dificultados por vários fatores como o racismo, sexismo e condições socioeconômicas e culturais. Nesse contexto mulheres negras experimentam diferentes tipos de discriminação de raça e gênero que, quando se interseccionam, comprometem sua inserção na sociedade como pessoas de direito, principalmente no que tange à saúde. Silvia Lúcia Ferreira e Rosa Cândida Cordeiro (2009) fazem uma observação sobre a discriminação racial sofrida pelas mulheres negras que têm doença falciforme nos serviços de saúde da cidade de Salvador. Para as autoras, as discriminações raciais, de gênero e classe se articulam e não é possível compreender as desigualdades de gênero sem considerar o modo como as pessoas negras estão mais vulneráveis nas diversas questões em saúde, particularmente na questão da doença falciforme, tendo em vista sua prevalência entre a população negra. As autoras observam que as mulheres negras têm menos acesso a políticas de educação e saúde, vivendo um processo de exclusão social.

O RACISMO INSTITUCIONALIZADO

A interlocutora Lourdes considera que a doença falciforme é uma doença relacionada à população negra e isso significa, muitas vezes, um descaso do poder público e a invisibilidade da DF e das pessoas com a doença.

[Lourdes, 35 anos] [...] É uma doença que não é falada, é uma doença de preto, de nego, mas não é tão divulgada assim... a maioria das pessoas que

6 Nascida Gloria Jean Watkins, assume o nome da sua bisavó materna e prefere que seja escrito em minúsculo. bell hooks analisa o impacto do sexismo em mulheres negras durante a escravidão, a desvalorização da feminilidade negra, o sexismo do homem negro, racismo entre as feministas, e envolvimento da mulher negra com o feminismo. hooks tenta nos mover além pressupostos racistas e sexistas.

têm essa doença... é uma doença de preto, é uma doença de negro e a gente está à margem, né? É uma discriminação, é um preconceito [...].

A doença falciforme provoca, atualmente, discussões sobre raça no Brasil em função de ser representada como uma doença da população negra. Kabengele Munanga (2003)⁷ explica que o conceito de raça é ideológico, determinado pela estrutura social e as relações de poder. O autor considera o conceito de raça como uma categoria social de exclusão e dominação na realidade social e política. Para ele, os processos de discriminação, desumanização, hierarquização, perpetuação e manutenção de privilégios e hegemonia justificados pelo racismo estão apoiados numa ideologia racista. Racismo seria uma crença de existência das raças sendo elas naturalmente hierarquizadas, logo, a pessoa percebe que um grupo diferente do seu é naturalmente inferior e que as características intelectuais e morais de um grupo são consequências de suas características físicas ou biológicas.

As pessoas com a doença falciforme viveram por anos sem uma assistência integral devido à invisibilidade histórica e em decorrência do racismo. O racismo é reconhecido como um sistema que se organiza e se desenvolve através de estruturas políticas, econômicas, ideológicas e culturais. É um fenômeno complexo com força hegemônica, que reproduz valores da classe dominante na manutenção de estruturas de poder e privilégios raciais.

A interlocutora Marcelina percebe que a DF é uma doença invisibilizada e que faltam pessoas que se sensibilizem e trabalhem para que a DF saia do esquecimento,

[Marcelina, 21 anos] [...] as pessoas não são especializadas pra (sic) tratar a anemia falciforme, falta visibilidade nessa doença, entendeu? Não é uma doença tão famosa que todo mundo conhece, tipo diabetes. As pessoas dão mais importância pra (sic) uma e esquecem as outras, sabe? A anemia falciforme tá (sic) nessa parte esquecida [...].

O racismo institucional não é percebido de forma direta, ele se insere na dinâmica organizacional, se estabelecendo de uma maneira que as pessoas não percebam. Assim, o racismo produz silêncio e invisibilidade.

7 O antropólogo Kabengele Munanga é um sofisticado intelectual e pesquisador das questões da população negra. Munanga escreve sobre democracia racial, branqueamento, negritude e sistema de cotas. Ver mais em: MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. São Paulo: Editora Ática, 1988.

Para se entender como o racismo age sobre a dinâmica institucional se faz necessário reconhecer que as instituições, especialmente as públicas, estão inseridas num contexto de uma ordem social e econômica capitalista que preserva as vantagens acumuladas pela elite branca na formação do Brasil, que refletem interesses dominantes. Dessa forma, o racismo define oportunidades e valores para pessoas e populações, atuando em diferentes níveis: pessoal, interpessoal e institucional. O conceito de racismo institucional foi definido pelos ativistas do grupo Panteras Negras, em 1967 nos Estados Unidos, para explicar como se manifesta o racismo nas estruturas de organização da sociedade e nas instituições. O racismo institucional explica as desigualdades raciais e é descrito como:

O racismo institucional atua no nível das instituições sociais, dissimulado por meio de procedimentos corriqueiros, e “aparentemente protegidos pelo Direito” (GOMES, 2000 apud JACCOUD, 2008, p. 135) influenciando o cotidiano das instituições e organizações e promovendo a operação diferenciada de serviços, benefícios e oportunidades aos distintos grupos raciais [...]. (JACCOUD, 2008, p. 135)

O racismo institucional se encontra no aparato ideológico formado ao longo das ações de saúde pública, uma vez que, via Estado, cumpre o papel de determinar as desigualdades raciais e o domínio de classes no Brasil, negligenciando as condições de vida da população negra.

A interlocutora Bárbara relata uma das situações que passou em um serviço de urgência e emergência, no qual a sua dor foi negligenciada por profissionais de saúde. E revela a necessidade de se ter um lugar que atendesse somente pessoas com a DF.

[Bárbara, 20 anos] [...] eu acho que deveria ter um lugar só pra (sic) atender quem tem anemia falciforme, que atendesse emergência, que internasse. Às vezes, quando eu passo mal, eu fico horas esperando lá na fila do SUS, lá na UPA esperando. Eu falo que tenho anemia e ninguém dá prioridade. Eu me sinto, assim, pra (sic) trás porque eles botam outras pessoas na frente e deixam a gente pra (sic) trás. Eu mesmo sou uma pessoa que quando chegar eles têm que me atender logo porque não sabe o que é que eu tenho, entendeu? Os profissionais de saúde não sabem o que é que eu tenho. Eles têm que me examinar primeiro pra (sic) saber, né? Não é que eles não saibam o que é

anemia falciforme, mas eles têm que te examinar quando você chega, mas eles botam outras pessoas pra (sic) passar na frente e deixam você pra (sic) trás, não dá prioridade. Não sei por que é assim [...].

A interlocutora mostra sua indignação por restrições ao acessar um serviço de saúde e uma preocupação com o desconhecimento dos profissionais de saúde sobre a doença e até mesmo a negligência desses profissionais ao atendê-la. A DF implica em diversos riscos e preconceitos, o que urge a necessidade de maior atenção do ponto de vista biomédico, cultural, socioeconômico e psicossocial. A presença de uma Doença Crônica (DC) na maioria das vezes demandará vínculos com instituições de saúde e este é um processo complexo que exige recursos socioeconômicos e psicológicos.

A experiência de adoecimento crônico não é determinada pela doença, mas pelo conjunto de interações ocorridas entre as pessoas com a DC e suas relações sociais. As diferentes lógicas presentes nas redes institucionais e sociais acessadas em busca do cuidado afetam as estratégias de enfrentamento e práticas de cuidado relativo à saúde e doença.

Para Cecília McCallum e Ana Paula Reis (2008), uma jovem negra de classe popular e sem a aparência de uma pessoa de classe média alta (pessoa branca) pertence ao mundo dos “meros indivíduos”, sem o “pistolão” (um conhecido ou um parente com poder na instituição de saúde), não se diferenciando dos outros pacientes que chegam à instituição de saúde e não demandam um tratamento especial, tornando-se uma pessoa que não tem direito a receber explicações para o tratamento recebido.

O racismo institucional opera produzindo a invisibilidade que é decisiva em aspectos dos mais variados espaços, que vai da formação dos estudantes universitários, sendo que o tema da doença falciforme raramente aparece na grade curricular dos cursos de saúde, na formação dos profissionais que estão atuando na rede pública ou privada de

saúde, nos protocolos diversos de assistência.

É possível perceber o racismo institucional através da dificuldade de acesso aos serviços de saúde das pessoas com a doença falciforme, o que resulta num grande número de diagnósticos tardios da doença, o desconhecimento dos profissionais de saúde e a falta de informações (ou informações desencontradas) à população que interferem diretamente nos agravos e na qualidade de vida dessas pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Retomando a questão central que orienta a elaboração desse texto, procurou-se compreender e responder: como gênero, raça, classe e outros marcadores sociais operam nas trajetórias de mulheres negras com doença falciforme?

Para responder essas perguntas analisei nove trajetórias de mulheres negras com DF residentes em Salvador e região metropolitana. Desvendei como elas analisam, percebem e redefinem suas experiências de adoecimento crônico atravessadas por marcadores como raça, gênero e classe.

A DF marca profundamente a vida das pessoas acometidas pela doença, pois impedem que o convívio e os processos de socialização sejam plenamente vividos. Esses elementos foram considerados quando as mulheres negras com DF se referiram às marcas da doença que as impossibilitaram nas interações sociais. Essas mulheres buscam a transformação do papel social que lhes foi dado, o de mulher negra com DF cheio de estigmas, estereótipos e cerceamento.

Diante das dificuldades de acesso da população negra aos serviços de saúde, urge a necessidade de estudos voltados à experiência desta população com os referidos serviços. Maria Lúcia Bosi e Kátia Uchimura (2007)⁸ reforçam que percepções de diferentes atores acerca dos serviços são decorrentes da vivência destes nos espaços acionados. Para elas, se faz importante considerar a história dos atores dentro destes espaços, para conhecer as experiências dos sujeitos e ampliar o olhar sobre o cuidado.

A doença falciforme é uma condição de saúde associada à população negra e esse fator incorpora uma série de marcadores à subjetividade das mulheres negras com DF. Esses marcadores potencializam as experiências cotidianas dessas mulheres. A experiência de adoecimento integra a subjetividade e se organiza no cotidiano e em suas relações sociais, pois a humilhação social e racial que experimentam atravessa a vivência dessas mulheres.

Outro aspecto importante diz respeito a pautar o conceito de interseccionalidade enquanto nova epistemologia e enquanto método de análise de uma problemática social, como os aspectos de raça, gênero e classe no cotidiano dessas mulheres, sendo de fundamental importância subsidiar políticas de

8 Ver mais em: UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M. Qualidade e subjetividade na avaliação de programas e serviços em saúde. Caderno de Saúde Pública. 2002, vol.18, n.6, p. 1561-1569. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v18n6/13251.pdf>. Acesso em: 24 fev. 2019.

equidade no âmbito das instituições públicas e demais formas de acesso aos bens. A interseccionalidade é um exercício analítico que estabelece a necessidade de revelar as experiências vividas pelas interlocutoras.

O racismo institucional é algo que permeia e opera por anos as instituições de saúde, além de ser fator estruturante da condição de vulnerabilidade na qual se encontram mulheres negras com a DF. As pessoas com a doença falciforme viveram por décadas sem uma assistência integral devido à invisibilidade histórica da doença. Conforme evidenciaram as narrativas das interlocutoras aqui consideradas, a inexistência de uma rede de atenção à saúde, ou uma rede fragilizada, deve-se ao racismo institucional que resulta em consequências danosas às pessoas com DF.

Por ser uma doença de maior prevalência na população negra, as autoridades públicas não organizaram o serviço para inclusão e acolhimento dessas mulheres. As interlocutoras não foram assistidas corretamente e a maioria dos profissionais de saúde desconheciam a doença. Essas mulheres, em sua maioria, não tiveram acesso à educação em saúde. Por não conhecer a doença pela pouca e/ou falta de informação, alguns profissionais de saúde, amigos(as), familiares etc. têm uma visão estereotipada e tal desinformação irá influenciar na forma como essa mulher com a DF constrói suas relações sociais. Ela se apresentará muito mais vulnerável, solicitando maior atenção do sistema de saúde. A equipe do serviço de saúde precisa reconhecer a necessidade específica dessa mulher, além de compartilhar o cuidado para que possam administrar a sua saúde.

Por outro lado, o movimento negro brasileiro ressignifica e politiza a ideia de raça de forma positiva, explicitando que ela opera na construção de identidades étnico-raciais. O movimento negro, ao ressignificar a raça, constrói novos instrumentos teóricos, ideológicos, políticos e analíticos para explicar o racismo na estrutura do Estado e na vida da população negra. Concebe, também, outra visibilidade à questão racial como uma grande importância para a construção de uma sociedade mais democrática, onde todos e todas sejam tratados igualmente como sujeitos de direitos. Para o movimento negro, a politização da raça retira os negros e negras do lugar de inferioridade racial divulgada pelo racismo e coloca em questão o mito da democracia racial, interpretando positivamente a raça como constructo social. (TRAD; BRASIL, 2012)

Para se atender as mulheres com DF de forma humanizada, precisamos vê-las como mulheres de direitos e de acesso a esses direitos. Podem-se reduzir barreiras, como comunicação e burocracia institucional e interinstitucional, criar ou fortalecer uma rede integrada e multiprofissional. Precisa-se que haja a corresponsabilidade entre os gestores e profissionais de saúde, dialogar cons-

tantemente com essas mulheres com ferramentas necessárias para a diminuição do racismo institucional nos serviços de saúde.

A relação da doença falciforme com a questão racial proporciona debates no meio acadêmico. Além disso, estabelece novas abordagens de compreensão da doença e formas de promoção da saúde. A partir do debate da DF e questões raciais, foram criadas políticas públicas de saúde para a população negra contribuindo para o enfrentamento do racismo institucional.

Anos depois da descoberta da DF e, devido às lutas dos movimentos sociais de homens e mulheres negras, é que houve avanços nos serviços e nas tecnologias de saúde para as pessoas com a doença. Começando com a inclusão da doença no Programa Nacional Triagem Neonatal (PNTN) em 2001 e a instituição da Política Nacional de Atenção Integral às Pessoas com Doença Falciforme (PNAIPDF), em 2005, colocando, assim, a DF no campo de ação do SUS e dando visibilidade à doença e ao cuidado da pessoa.

As interlocutoras se mostraram capazes de gerir seu próprio corpo estabelecendo os limites e as possibilidades promovendo o autocuidado. Mesmo com todas as dificuldades, essas mulheres desenvolveram estratégias que permitiram prosseguir com seus planos, dando conta do que havia sido elaborado nas suas construções subjetivas. Em alguns momentos, essas mulheres procuravam manter-se longe da fragilidade gerada pela condição de saúde, retiraram a doença da centralidade de suas vidas e se integraram e assumiram sua totalidade como mulheres, mães, trabalhadoras.

REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. *O que é interseccionalidade?*. Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018. (Coleção Feminismos Plurais).
- AMPARO SOBRINHO, L. M. *A experiência da dor pelos pacientes com doença falciforme*. 2012. 54 f. Monografia (Graduação em Medicina) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2012.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo: fatos e mitos*. Tradução de Sérgio Milliet. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1980.
- BERNARDO, F. R.; BASTOS, J. L.; MORETTI-PIRES, R. O. A dança dos números: aferindo experiências de discriminação em grupos multiplamente marginalizados. *Caderno de Saúde Pública*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v34n11/1678-4464-csp-34-11-e00167117.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2018.
- BRASIL. Ministério da Saúde. *Diagnóstico da Doença Falciforme no Brasil*. Brasília, 2006.

- CARVALHO, A. I; BUSS, P. M. Determinantes sociais na saúde, na doença e na intervenção. In: GIOVANELLA, L. (org.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2009. p. 141-66.
- CORDEIRO, R. C. *Práticas de discriminação racial e de gênero na atenção à saúde de mulheres negras com anemia falciforme*. 2007. 89 f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) – Escola de Enfermagem, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- CORREIA, D. B. *Racismo institucional: um desafio na atenção à saúde da população negra com doença falciforme*. 2014. 102 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Centro de Ciências Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, jan. 2002.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.
- GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org.). *Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes. 2002, p. 64-89.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC- Livros e Científicos S.A., 2012.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasenbalglugar-de-negro1.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2019.
- GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Brasília: Anpocs: CNPq, 1983, p. 223-244.
- GUIMARAES, T. M. R.; MIRANDA, W. L.; TAVARES, M. M. F. O cotidiano das famílias de crianças e adolescentes portadores de anemia falciforme. *Revista Brasileira de Hematologia e Hemoterapia*, São Paulo, v. 31, n. 1, fev. 2009.
- HOOKS, B. *Não sou eu uma mulher: mulheres negras e feminismo*. Tradução da Plataforma Gueto. Disponível em: https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a30-sou-eu-umamulher_traduzido.pdf. Acesso em: 25 nov. 2018.
- JACCOUD, L. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: JACCOUD, L.; OSÓRIO, R.; SOARES, S. *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil: 120 anos após a abolição*. Brasília: Ipea, 2008, p. 45-64.
- JESUS, J. A. Doença Falciforme no Brasil. *Gazeta Médica da Bahia*, v. 80, n. 3, p. 8-9, 2010.
- KILOMBA, G. *Memórias de plantação: episódios de racismo cotidiano*. Tradução de Jess Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019, 248 p.

MCCALLUM, C. A.; REIS, A. P. dos. Users' and providers' perspectives on technological procedures for "normal" childbirth in a public maternity hospital in Salvador, Brazil. *Salud Pública de México, Cuernavaca*, v. 50, n. 1, 2008.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: SEMINÁRIO NACIONAL RELAÇÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO, 3., 2003, Rio de Janeiro. *Palestra [...]*. Rio de Janeiro: Penesb-RJ, nov. 2003.

PACHECO, A. C. L. *Mulher negra: afetividade e solidão*. Salvador: Edufba, 2013. 382 p. (Coleção Temas Afro).

PALMEIRA, I. P.; FERREIRA, M. A. "O corpo que eu fui e o corpo que eu sou": concepção de mulheres com alterações causadas pela hanseníase. *Texto & Contexto – Enfermagem, Florianópolis*, p. 379-386, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072012000200016. Acesso em: 21 nov. 2018.

RODRIGUES, M. N. M.; MENEZES, J. A. O desafio de pesquisar: reflexões sobre metodologias e feminismo a partir de uma experiência de pesquisa. *SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 10., 2013, Florianópolis. *Anais Eletrônicos [...]*. Florianópolis, UFSC, 2013.

SALVADOR. Secretaria Municipal de Saúde. *Programa de atenção às pessoas com doença falciforme de Salvador*. Salvador, 2005.

SARDENBERG, C. M. B. Caleidoscópios de Gênero: gênero e interseccionalidades na dinâmica das relações sociais. *Mediações, Londrina*, v. 20, n. 2, p. 56-96, 2015.

TRAD, L. A. B.; BRASIL, S. A. O movimento negro na construção da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e sua relação com o Estado brasileiro. In: WERNECK, J.; LOPES, F.; BATISTA, L. E. (org.). *Saúde da População Negra*. 2. ed. Brasília: Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), 2012.

UCHIMURA, K. Y.; BOSI, M. L. M. Avaliação da qualidade ou avaliação qualitativa do cuidado em saúde? *Revista de Saúde Pública, São Paulo*, v. 41 n. 1, p. 150-153, 2007. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0107/pdfs/IS27\(1\)024.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0107/pdfs/IS27(1)024.pdf). Acesso em: 27 nov. 2018.

WERNECK, J. *Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo*. Disponível em: <http://books.openedition.org/iheid/6316>. Acesso em: 26 abr. 2018.

DESMONTE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS, RETRAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS E A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DURANTE A PANDEMIA DA COVID-19: DESAFIOS E RESISTÊNCIAS!

DISMANTLING PUBLIC POLICIES, RETRACTION OF LABOR RIGHTS AND THE INTERVENTION OF SOCIAL WORK DURING THE COVID-19 PANDEMIC: CHALLENGES AND RESISTANCE!

Resumo

O presente trabalho tem como principal objetivo compreender como a retração dos direitos sociais e trabalhistas repercutem na intervenção das(os) profissionais do serviço social, das áreas da assistência social e saúde pública durante o período pandêmico. Além disso, intenta relatar as estratégias de resistência dessas profissionais para lidar com o desafio de atuar com gestões impositivas e com as novas e velhas imposições institucionais. Nesta perspectiva, este artigo, de caráter qualitativo, buscou analisar o conteúdo do vídeo intitulado: “Expressões sociais: política, direitos e intervenção do serviço social”² associando-o à seleção de material bibliográfico e documental, sem recorte temporal. Sendo assim, concluiu-se que a constitucionalização dos ajustes fiscais e a terceirização do trabalho obstruem respostas contundentes da Política Pública de Assistência Social à população, bem como impulsionam o colapso no Sistema Único de Saúde (SUS), de uma maneira que aumentam e aprofundam as demandas sociais ao

1 Assistente social e mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Bahia (PPGS-UFBA). E-mail: josivieira.as@gmail.com.

2 O vídeo faz parte da playlist intitulada: Plantão da quarentena#47 e integra uma série, disponibilizada pelo canal Esquerda Online (EOL), que aborda temas variados que se vinculam ao novo coronavírus no Brasil.

longo do combate a Covid-19.³ Esse encadeamento rebate, diretamente, na vida pessoal e no processo de trabalho das(os) assistentes sociais de forma que exige intervenções mais atentas, capacitadas e que fortaleçam as iniciativas direcionadas à resistência a essa conjuntura.

Palavras-chave: Serviço social. Assistência social. Saúde. Covid-19.

Abstract

The main objective of this study is to verify how the retraction of social and labor rights has an impact on the intervention of social service professionals, in the areas of social assistance and public health during the pandemic period. With this, it attempts to report the resistance strategies used by these professionals to deal with the challenge of acting with imposing management and with new and old institutional impositions. Thus, this qualitative article analyzed the content of a video titled: "Social expressions: politics, rights and social service intervention", associating it to the selection of bibliographic and documentary material, with no timeframe. The constitutionalization of fiscal adjustments and the outsourcing of work were shown to obstruct strong responses of the Public Policy of Social Assistance to the population, as well as driving the collapse in the Unified Health System (SUS) in the same way that social demands increase and deepen during the fight against Covid-19. This association directly affects the personal life and work process of social workers. Demanding more attentive, trained interventions that strengthen initiatives aimed at resisting against this situation.

Keywords: Social work. Social assistance. Health. Covid-19.

INTRODUÇÃO

O serviço social é uma profissão que tem uma orientação firmada junto a ética profissional, em busca da consumação do projeto ético-político. Isso indica a árdua função de remar na contracorrente, mesmo que seja uma profissão com pouco prestígio social e uma categoria que não é bem remunerada. Para contestar os requerimentos institucionais é fundamental que a(o) profissional seja capacitada/o para propor, negociar e defender o campo de trabalho e as qualificações e funções profissionais. Sendo assim, deve ser uma trabalhadora ou um trabalhador assalariada(o) que vende sua força de trabalho para poder viver e "que não recusa as tarefas socialmente atribuídas [...] mas lhes atribui um tratamento teórico-metodológico e ético-político diferenciado". (IAMAMOTO, 2005, p. 80) Tais habilidades visam alcançar os fundamentos das demandas apresentadas, superando o imediatismo das respostas prontas, tendo em vista o particular sem estar desconectado do todo.

3 De acordo com a Fundação Oswaldo Cruz: "[...] COVID significa COrona VIRUS Disease (Doença do Coronavírus), enquanto '19' se refere a 2019 [...]".

Demandas novas e que precisam de respostas eficazes caracterizam esse período pandêmico que tem desafiado profissionais de todas as áreas. As mais de 126.650 pessoas mortas no Brasil, por causa da Covid-19, têm causado muitas justificativas que responsabilizam a pandemia pela ineficiência das políticas públicas e pelo alto índice de desempregados. (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, 2020; TAVARES, 2020) Mas até que ponto essa justificativa é plausível? Será mesmo que foi a pandemia que ocasionou o colapso nas políticas públicas? É ela responsável pelo crescente número de desempregos? Como esses fatos têm interferido no trabalho dos assistentes sociais? Quais as formas de enfrentamento desenvolvidas por eles?

Pois bem, é importante assinalar que, neste estudo, o objetivo principal é analisar como a retração dos direitos sociais e trabalhistas têm impactado na atuação da(os) assistentes sociais que estão vinculadas(os)⁴ às Políticas Públicas de Saúde e Assistência Social durante a pandemia.

Assim como pretende-se propagar as estratégias de luta e resistências dos profissionais, que mesmo diante do desmantelamento da Seguridade Social⁵ e do esvaziamento dos direitos trabalhistas, lembrando que “antes de ser um profissional, [...] é um trabalhador, está inserido num determinado contexto [...] são pessoas [...] não são protegidos [...] e são assediados de uma maneira inadmissível” (MOTA, 2020, informação verbal), desvelam um posicionamento atitudinal vinculado à população, coerente com a ética profissional, segurança pessoal, vida dos usuários e qualidade dos serviços prestados.

Empenhando-se para alcançar esses objetivos, foi realizada uma análise do conteúdo da live (em homenagem ao dia dos assistentes sociais, comemorado dia 15 de maio de 2020) que foi realizada e pode ser assistida pelo portal Esquerda Online (EOL). A entrevista realizada teve como mediadora Carol Burgos, jornalista da Esquerda Online, e contou com a presença das assistentes sociais: Ivanete Boschetti,⁶ Ana Elizabete Mota,⁷ Karina Vidal⁸ e Marcella Azevedo.⁹ Essas assistentes sociais apresentaram aspectos relevantes sobre o contexto que

4 Desse momento em diante, todas as vezes em que mencionarmos “os profissionais, os trabalhadores, os assistentes sociais” ou termos similares leia-se: as(os) profissionais, as(os) trabalhadoras(es), as(os) assistentes sociais, de forma a abranger os dois gêneros.

5 Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

6 Professora titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

7 Professora aposentada da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e professora visitante da Escola de Serviço Social da UFRJ.

8 Assistente social que atuou na Secretaria de Assistência social de São José do Rio Preto e é doutoranda em serviço social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

9 Assistente social da área da saúde e da Emergência Regional da Barra da Tijuca/RJ.

antecedeu a pandemia no Brasil e sobre os impactos dessa conjuntura na atuação de assistentes sociais da área da saúde e da assistência social.

Para a construção deste artigo, primeiramente, houve a transcrição de toda a live e, após, um levantamento bibliográfico e documental. Em seguida, uma análise sobre quais falas estavam vinculadas ao que se propõe este artigo. No intento de alcançar os objetivos deste estudo qualitativo, as falas das convidadas foram recortadas e intercaladas com a pesquisa realizada em livros, artigos, sítios eletrônicos e documentos. Precisa-se ressaltar que envidou-se esforços para manter o que foi proferido, na live, em contexto original e fiel.

Ainda buscando alcançar os propósitos principais deste artigo, realizou-se três divisões além desta introdução, do resumo e das referências. A primeira parte se dispõe a fazer um panorama sobre a Seguridade Social e sobre a terceirização do trabalho. Na segunda e terceira parte iremos observar, por meio dos fragmentos do relato de Karina Vidal e Marcella Azevedo, como o desmonte das políticas públicas e a flexibilização dos direitos trabalhistas impactam na atuação profissional e quais estratégias de resistência têm sido desenvolvidas coletivamente.

Karina Vidal, segunda convidada a se apresentar, falou como a Política Pública de Assistência Social está sendo ofertada no município de São José do Rio Preto e sobre a organização dos trabalhadores pela garantia do direito à vida dos trabalhadores e da população e por condições adequadas de trabalho. O último relato será o de Marcella Azevedo, ela descreveu um cenário de: desmonte da Política Pública de Saúde e redução dos postos de trabalho. Expôs, também, algumas demandas institucionais que estão sendo atribuídas aos assistentes sociais e propôs algumas possibilidades diante das novas e velhas imposições institucionais.

NÃO FOI A PANDEMIA

Durante o vídeo, as convidadas se esforçaram para dar visibilidade ao fato de que a pandemia não foi a geradora da crise, mas que ela catalisa e revela um quadro que envolve questões como: desmonte das políticas públicas e a retirada dos direitos trabalhistas.

Boschetti (2020) abriu o encontro abordando que algumas medidas implementadas antes da pandemia e se unirem a outras na pós-pandemia, significando a “desapropriação do mínimo de garantia dos direitos da classe trabalhadora». Ela citou alguns desses “ajustes fiscais permanentes”: terceirização, contrarreformas da Previdência Social, reforma trabalhista e a EC nº 95.

Iamamoto (2005) mostra que o deterioramento da prestação de serviços sociais públicos e a compreensão das verbas orçamentárias (no atual momento, reduzida e subordinada) deixam claro o quanto o Estado reduz suas responsabilidades e ações sociais. De acordo com Sara Granemann (2016), a Emenda Constitucional nº 95, que institui o Novo Ajuste Fiscal, transforma os gastos mínimos com a Seguridade Social, visto que essa encontra-se em uma suposta e eterna crise, e com a Política Pública de Educação em máximo e redimensiona o fundo público. A mencionada autora, completa:

Somente os “gastos” estatais destinados à efetivação de direitos das trabalhadoras e trabalhadores devem ser submetidos ao austero programa. A razão para tão vulgar ataque reside na necessidade dos grandes capitais em operar uma nova partilha do fundo público que lhes permita, simultaneamente, o enfrentamento da crise e a abertura de novos espaços de inversão de seus capitais.

Redimensiona-o como? Desconstitucionaliza, congela, reduz, desconstrói e limita aos gastos federais com as políticas sociais por vinte anos,¹⁰ 20 anos! Desvincula a Seguridade Social e a educação das fontes de receitas próprias e vinculadas aos seus orçamentos, conforme previstas na Constituição Federal de 1988. Subordina e associa essas fontes ao aumento da inflação acumulada no ano anterior, conforme o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

É importante sublinhar que os direitos sociais são as expressões dos “sujeitos falantes” que lutaram para que suas reivindicações por justiça e igualdade fossem inscritas no maior marco legal do país. A vinculação dessa conquista a custos ou a ônus é sufocar vozes que, através do dissenso, fixaram sua presença no cenário público, político e jurídico. Retrair direitos é destruir as barreiras que, dentro de certos limites, obstam a assimetria nas relações sociais e “forne- cem proteções contra as incertezas da economia e os azares da vida”. (TELLES, 1998, p. 37)

Ainda sobre medidas que agravam o cenário pandêmico, foi citada a terceirização do trabalho. Essa não é apenas uma forma de precarizar o trabalho, também desestabiliza toda a vida social da classe trabalhadora, gira em torno da volatilidade, efemeridade, e descartabilidade “estamos defronte de novas modalidades e modos de ser da precarização, da qual a terceirização tem sido

10 Com o título: Promulgada Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos, o site do Senado Federal, notícia que EC 95 foi aprovada e explica como essa legislação disciplina os gastos federais.

um de seus elementos mais decisivos”. (GRAÇA; ANTUNES, 2015, p. 25) Verifica-se, desse modo, a intensificação de mulheres e homens que se tornaram trabalhadores descartáveis, desprotegidos e submetidos a flexibilização da legislação trabalhista, resultando na contínua e acentuada destituição dos direitos que foram arduamente conquistados.

Druck (2011) diz que a terceirização é uma das faces da precarização do trabalho e que firma-se na desculpa da necessidade de sobrevivência das empresas. Hoje, justifica-se de acordo com a “lógica da acumulação financeira que, [...], exige total flexibilidade em todos os níveis, instituindo um novo tipo de precarização que passa a dirigir a relação entre capital e trabalho em todas as suas dimensões [...]”. (DRUCK, 2011, p. 49)

A notícia intitulada: “Desemprego aumentou antes da chegada do coronavírus no Brasil, mostra IBGE”, veiculada pelo site Carta Capital, no dia 31 de março de 2020, relata que setores que “tradicionalmente” não demitiam ao final do ano foram os responsáveis pelo aumento no número de desempregados no país. Mas isso não quer dizer que quem têm o histórico de registrar alto índice de demissão rompeu com seu legado, mas, sim, que outros setores foram adicionados a esse “cenário negativo”.

O resultado do combo (desmonte das políticas públicas e retração dos direitos trabalhistas) é o alto índice de desemprego anterior a pandemia, impulsionando a procura pelos equipamentos públicos na tentativa de obter o mínimo do mínimo para a sobrevivência “[...] as solicitações que chegam até os equipamentos, por parte da população, é com relação ao auxílio do governo, dos R\$ 600,00, e com relação a cesta básica”. (VIDAL, 2020, informação verbal)

Filas quilométricas de pessoas “invisíveis” (PINHEIRO, 2020), em busca do auxílio do governo federal, se formaram por todo o país. Muitos desses não receberam o auxílio, visto que não foram considerados dentro do padrão socioeconômico e, vários outros, sequer o perfil passou do processo de análise. Quanto aos “homens empregáveis no curto prazo” podem não receber o auxílio, por estarem acima da renda dos elegíveis para o programa, ou seja, estão completamente descobertos: sem o direito ao auxílio emergencial e sem o direito ao seguro-desemprego.

O aumento da pauperização e, por sua vez, da procura por serviços públicos se esbarram nos cortes com os gastos sociais ampliando “a seletividade dos atendimentos, fazendo com que a proclamada universalização aos direitos sociais se torne letra morta” e o assistente social “um juiz rigoroso da pobreza”. (IAMAMOTO, 2005, p. 160) “[...] A insuficiência de medidas para suprir aquilo que restou do desmonte mercantil e financeirizado do fundo público e das po-

líticas, por eles financiadas, afetam diretamente a profissão de serviço social [...]”. (MOTA, 2020, informação verbal)

Conforme mencionado, os assistentes sociais são trabalhadores e, portanto, sofrem as mesmas consequências, pressões, negligências e vexames que a “classe-que-vive-do-trabalho”, como: precarização das políticas públicas e o esvaziamento dos direitos trabalhistas. A conjuntura nos impõe limites dos mais diversos, como alguns pontuados aqui, mas também abre possibilidades “[.] sempre existe um campo para ação dos sujeitos [...]”. (IAMAMOTO, 2005, p. 21) Na sequência, veremos o relato de duas assistentes sociais que contam: como têm sido atuar nas políticas públicas com orçamento reduzido, como a terceirização e o desemprego tem atingido a rotina de trabalho, como elas lidam com gestões impositivas e com as demandas institucionais que são impostas como atribuições profissionais. Isso, no contexto pandemia da Covid-19.

“[...] DISPONIBILIZAR OS CORPOS DOS PROFISSIONAIS [...]”¹¹

Karina Vidal atuou na Secretaria de Assistência Social (SEMAS) de São José do Rio Preto (SJRP), é doutoranda da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC - SP) e falou logo após Ivanete Boschetti. Ela descreveu sua realidade de trabalho e contou sobre a luta para garantir melhorias na execução da política do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e por condições para trabalhar de forma segura e sem constrangimentos.

Ao narrar sobre como a gestão municipal lidou com a segurança dos trabalhadores e da população atendida, mesmo diante do elevado risco de contágio e da necessidade de organização para lidar com a pandemia, Karina contou que houve omissão da SEMAS e que a única medida realizada pela chefia “foi, exclusivamente, colocar os trabalhadores na linha de frente, não foi feita nenhuma medida pra além disso”. (VIDAL, 2020, informação verbal)

As ações conduzidas pelo órgão gestor não tem considerado nenhum dos aspectos determinados pela regulamentação deste benefício, a ação exclusiva de disponibilizar os corpos dos profissionais nesta situação remete a uma ausência de compreensão que incorpora o escopo da política e uma irresponsabilidade, ausência de garantias mínimas e cuidado com os(as) trabalhadores(as) que neste contexto também encontram-se em uma situação de ameaça a vida. Carta Aberta, FTM-SUAS (2020).

11 Trecho retirado da carta aberta escrita pelo FTM-SUAS (2020).

Karina disse, ainda, que quando compareceu ao Centro de Referência Especial de Assistência Social (CREAS), a chefia de Proteção Social Especial informou que eles receberiam “orientações com relação ao funcionamento dos serviços executados pela política”. No entanto, relatou ela, ao questionarem sobre um plano de ação ou de contingência, foi informado que “não havia nenhum direcionamento”.

De imediato, segundo Karina, o realizado foi: “revezamento entre trabalhadores [...], suspensão das atividades dos grupos [...] e a orientação de que visitas e atendimentos presenciais deveriam ocorrer em caso de extrema necessidade”. Diante do exposto, Karina explicou que houve uma organização dos trabalhadores, por meio do Fórum Municipal dos Trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (FTM-SUAS) de SJRP, e foi dada origem a uma carta aberta, a qual foi protocolada no dia 27 de março de 2020, na SEMAS, e encaminhada aos demais órgãos competentes.

Vale mencionar que o subtítulo: “[...] disponibilizar os corpos dos profissionais [...]” foi um trecho extraído da carta aberta emitida pelo FMT-SUAS (2020). A carta escrita pelos trabalhadores encontra-se no site do Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS-SP) e aponta: denúncias, algumas sugestões para regularização das condições de trabalho e a necessidade de uma regulamentação dos benefícios eventuais no município, observemos algumas:¹²

- Ausência de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's);
- Ausência de orientações adequadas de como atender e lidar com as questões referentes a pandemia;
- Ausência de protocolos de atendimento;
- Condução desordenada e desarticulada por parte da Assistência Social do Município;
- Necessidade de que os trabalhadores do SUAS componham o Comitê Gestor de Enfretamento ao novo Coronavírus;
- Necessidade de diálogo aberto com os trabalhadores;
- Necessidade de intensificar o quadro de funcionários;
- Falta de proposta de proteção para população em situação de rua;
- Falta de vacinação contra gripe para trabalhadores;
- Urgência de regulamentação específica dos Benefícios Eventuais;

12 Por questão de otimização, foram feitos alguns recortes e adaptações na escrita de alguns elementos notificados. Para maior aproximação com o relato dos profissionais, indica-se leitura do próprio documento.

● Quantidade limitada e reduzida de benefícios, os quais não atendem as questões apresentadas no momento de pandemia;

● Servidores obrigados a deslocar-se pelo município, ainda que contaminados, para a coleta de exames da Covid-19, visto que só serão acatados os atestados provenientes da Unidade Básica de Saúde da Família Lealdade e Amizade. Decreto nº 18.564 de 24 de março de 2020;

● Atendimento de porta aberta que implica em risco eminente tanto aos trabalhadores quanto à população. Decreto nº 18.554 de 16 de março de 2020;¹³

● Terceirizados trabalhando desprotegidos;

● Estagiários convocados para atuar de forma desprotegida e sem vínculo formal.

De acordo com o que foi acima citado, observa-se um sistema de desproteção dos trabalhadores. Sem proteção trabalhista para alguns e sem proteção à vida para a maioria. Ao abordar o terceiro tipo de precarização social, Druck (2011) fala sobre a insegurança e a saúde do trabalhador e de como são atingidos por não receberem o treinamento correto ou por não conhecerem os riscos e as formas de prevenção de doenças a que estão expostos. Dessa forma, o número de acidentes, mortes e doenças do trabalho aumentam por causa do desrespeito dos empregadores às normas de segurança.

Ainda de acordo com a autora, quanto mais precário é o vínculo trabalhista mais exposto o trabalhador está à insegurança e às doenças. Os terceirizados, apesar de serem os que mais trabalham, são os que recebem os menores salários, os que têm menos direitos trabalhistas e são, também, os mais expostos aos riscos à saúde provindos do exercício profissional e a morte, tais situações se originam “exatamente desta condição mais precária de trabalho”. (DRUCK; ANTUNES, 2015, p. 27)

É importante assinalar que uma das formas prevenção ao novo coronavírus é manter o distanciamento físico (TANIGUCHI, 2020), então se esses trabalhadores não recebem: treinamento adequado, não têm um protocolo específico para o atendimento dos usuários, não recebem os EPI's, circulam pela cidade (com a possibilidade de estarem contaminados), colocam em risco não só a saúde deles, terceirizados ou não, mas, também, a saúde e vida da população?

13 A partir desse marcador, os trabalhadores, possivelmente, posicionam-se com relação ao disposto no Decreto nº 18.554 de março de 2020.

Com os apontamentos acima, feitos pelos trabalhadores do SUAS, observa-se, também, que a Política de Assistencial Social de SJRP não tinha uma regulamentação específica dos benefícios eventuais. Se for assim, vale lembrar que esse tipo de benefício é compreendido pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, como “as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública”. Sendo assim, será que o município já poderia estar preparado ou organizado para possíveis eventualidades e, dessa forma, responder às necessidades da população durante a pandemia?

Karina cita que houve outra carta enviada a SEMAS-SJRP, no dia 06 de abril de 2020. No entanto, no site do CRESS-SP, até o momento da finalização deste artigo, encontra-se apenas a citada nesse trabalho. Por esse motivo, não referenciamos esse outro documento elaborado pelo FTM-SUAS. De acordo com a segunda palestrante, essa carta é fundamentada “em pesquisa e contatos realizados em outros municípios, são feitas diferentes propostas no que tange ao atendimento da política municipal, resguardando a saúde dos trabalhadores bem como da população atendida [...]”. (VIDAL, 2020, informação verbal)

No dia 14 de abril de 2020, o CRESS-SP apresenta, em seu site, a notícia intitulada: Trabalhadoras(es) do SUAS de São José do Rio Preto atuam com dificuldades durante a pandemia.¹⁴ A notícia informa que o CRESS, após receber as denúncias feitas pela carta aberta, realizou uma reunião com a SEMAS dia 8 de abril de 2020.

De acordo com o relato completo da reunião, foi emitida uma notificação solicitando que a SEMAS se posicionasse sobre quais providências havia tomado e as que estavam visando realizar para a “proteção da vida e saúde das trabalhadoras e trabalhadores, e usuárias e usuários do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) [...]”.

Sendo assim, o relato diz que a SEMAS informou, em reunião, que: “a secretaria [...] envidou esforços na construção de portarias, contratação de serviços, compra de insumos e, estudos sobre questões importantes e pertinentes ao período de calamidade [...]”, comprou material de proteção, que “começou a chegar nessa semana, e está sendo distribuído para todos os serviços”.

A respeito de como os serviços seriam ofertados a população, visando a segurança e proteção dos participantes, o relato informa que a SEMAS declarou

14 No site do CRESS-SP, a notícia é abordada com o tema: Trabalhadoras(es) do SUAS de São José do Rio Preto atuam com dificuldades durante a pandemia da Covid-19 – Faltam EPIs e orientação para o atendimento seguro e de qualidade à população, disponibilizada no dia 14 de abril de 2020.

ter realizado “emissão de portaria municipal orientando as providências que devem ser adotadas para o funcionamento dos serviços de assistência social com a devida proteção à saúde de todas(os) envolvidas(os) [...]”.

Nessa ocasião, foi feito o seguinte questionamento a SEMAS: “qual a possibilidade e capacidade do município reivindicar junto ao governo federal a revogação imediata da Emenda Constitucional nº 95 e outras normas que agudizam o cenário de precarização e desmantelamento das políticas públicas, em especial a de assistência social”.

A Secretaria de Assistência Social do município de São José do Rio Preto – SP, afirmou, na mencionada reunião com o CRESS-SP, ter realizado medidas de prevenção e cuidado com a população e trabalhadores do SUAS, diante do estado de calamidade proveniente da Covid-19. No entanto, por questão de sintetização, alguns recortes na transcrição das falas foram realizados. Sendo assim, sugere-se a leitura do relato completo no site do CRESS-SP.

As providências adotadas, com relação ao funcionamento dos serviços, mencionada pela SEMAS, pode ser a Portaria nº 03/2020 de 23 de março de 2020,¹⁵ que regulamenta “as determinações de organização dos atendimentos e serviços, frente as medidas de prevenção e enfrentamento a pandemia do coronavírus (Covid-19)” e resolve estabelecer o rodízio ou teletrabalho para os servidores da assistência social do município.

Artigo 2º – Adotar, em todas as unidades de atendimento e departamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social, quando tiver número de servidores suficientes para as atividades essenciais de Proteção Social, o regime de rodízio ou de teletrabalho, a fim de reduzir a permanência e circulação de pessoas em cada local, intercalando a jornada dos trabalhadores de modo a manter os atendimentos e funções essenciais nos locais de trabalho [...]. Portaria nº 03/2020.

Pois bem, Karina relatou que, depois que os servidores se organizaram e reagiram a falta de planejamento e estruturação na execução da Política de Assistência Social Municipal, no intento de atender devidamente à população e aos trabalhadores diante da realidade pandêmica, eles sofreram: “[...] diversas manifestações assediadoras, por parte das chefias [...] que publica uma nova portaria [...] que coloca fim no rodízio [...]”.

15 A Portaria nº 03/2020 rege sobre as “novas determinações de organização dos atendimentos e serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social frente as medidas de prevenção e enfrentamento a pandemia do coronavírus (Covid-19)”.

A legislação, citada por Karina, foi publicada no diário oficial do município no dia 12 de abril de 2020,¹⁶ mas é originada no dia 09 de abril de 2020 e versa sobre as medidas para a execução do regime de rodízio:

Artigo 1º – Fica suspenso, em todas as unidades de atendimento e departamentos da Secretaria Municipal de Assistência Social o regime de RODÍZIO (grifo do autor),¹⁷ regulamentado no artigo 2º da Portaria SEMAS 03/20. Portaria nº 06/2020.

Vale lembrar que a Portaria nº 03/2020, publicada no diário oficial do município no dia 24 de março de 2020, disciplina as determinações sobre a organização dos serviços e atendimentos da Secretaria de Assistência Social, ou seja, define como, daquele momento em diante, já no período de pandemia, e quais medidas seriam adotadas para a preservação e oferta dos serviços públicos e atividades essenciais. Visando “reduzir a permanência e a circulação de pessoas em cada local [...]” a mencionada legislação, institui, assim, o rodízio na escala de trabalho dos servidores.

Porém, na Portaria nº 06/2020 (que é de um dia após a reunião com o CRESS-SP) a SEMAS impõe o fim do rodízio aos servidores. Isso quer dizer que, apesar de ter acordado, na reunião com conselho, que garantiria “alguns aspectos que estavam sendo reivindicados nesses documentos” (VIDAL, 2020, informação verbal) a gestão suspende o rodízio de trabalho. Dessa forma, “fluxo de atendimento volta a ser normalizado, com visitas domiciliares nos territórios e o atendimento é presencial, normal [...]”, de acordo com a segunda palestrante. (VIDAL, 2020, informação verbal)

Conforme apresentado, a generalidade das demandas expostas nas cartas são oriundas do período que precede a pandemia e exprimem a necessidade de uma organização na oferta dos serviços do SUAS, serviços de extrema importância para a população, ainda mais em tempos da pandemia da Covid-19, visto que essa política visa a garantia dos “mínimos sociais e provimento de condições para atender contingências sociais e promovendo a universalização dos direitos sociais”. (BRASIL, 1993) As cartas não são orientadas ao favorecimento dos servidores, mas ao conjunto societário que deveria ter acesso ao que é inerente a Política Pública de Assistência Social. Karina (2020) pontua: “[...] é mais

16 Colocar na busca a data 12 abr. 2020 e a palavra-chave “portaria nº 06”. PREFEITURA DE RIO PRETO, [2020]. Encontre o que você procura no portal. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario.action>. Acesso em: 22 jun. 2020.

17 O grifo e o tamanho da fonte encontram-se na Portaria nº 06/2020.

que urgente que o movimento de luta seja fortalecido de forma coletiva e que todas as manifestações autoritárias e arbitrárias sejam repudiadas”. (KARINA, 2020, informação verbal)

“NÃO SOMOS HERÓIS”¹⁸

Marcella Azevedo, assistente social da área da saúde, servidora da Emergência Regional da Barra da Tijuca, Rio de Janeiro (RJ), falou antes da convidada Ana Elizabete Mota, quarta e última convidada a se apresentar. Marcella contou um pouco sobre sua vivência como profissional que atua diretamente na linha frente dos serviços públicos e atividades essenciais. Inserida no contexto em que a Política Pública de Saúde do Rio de Janeiro reverbera a submissão dos serviços de atenção primária à política de cortes e otimização dos recursos, ela abordou o tema “Determinantes sociais e econômicos”. Falou, também, como demandas que são institucionais estão sendo atribuídas aos assistentes sociais e destacou como os profissionais de serviço social podem munir-se contra tais imposições.

Ao falar¹⁹ sobre o desmonte da política de saúde no contexto de precarização dos serviços e do atendimento, Marcella explanou: “[...] a terceirização e precarização desses serviços, a inclusão da nova Política de Atenção Básica que prevê a redução das equipes. Milhares de agentes comunitários de saúde demitidos [...]”. Sob justificativa de corte orçamentário, as demissões e extinções das equipes da saúde da família estão sendo feitas em larga escala no Rio de Janeiro. (TCHAO, 2019) Uma amostra da quantidade de profissionais de saúde que estão sendo demitidos pode ser feita com base nos números noticiados pelo Sindicato dos Auxiliares e Técnicos em Enfermagem do Rio de Janeiro (SATEMRJ).

De acordo com o SATEMRJ, o número de demissões dos profissionais de saúde que trabalhavam na Organização Social Viva Rio chegou a “5.336 trabalhadores das 76 clínicas da família e centros municipais de saúde gerenciados pela OS, incluindo técnicos de enfermagem, farmacêuticos, fonoaudiólogos e outros”.

As demissões, as privatizações, os atrasos dos salários, a redução das equipes da saúde básica (PREFEITO..., 2020) não ocorrem pacificamente,²⁰ sem processo de enfrentamento e recusa da classe trabalhadora “[...] resistir a todos

18 Frase mencionada por Marcella no decorrer de sua fala.

19 A fala da terceira convidada foi recortada para que houvesse a intercalação com as ideias da autora e com a pesquisa realizada. No entanto, envidou-se esforços para mantê-la em contexto original.

20 Em 11 de dezembro de 2019, o G1 informa: Crise na Saúde do Rio: entenda o que levou à greve e à restrição no atendimento – Funcionários reclamam que estão há dois meses sem salários. Rede municipal sofre com falta de pessoal e de insumos. Pacientes sofrem na peregrinação por atendimento.

esses desmontes [...], questionar, não achar que isso tudo pode ser normal [...] vidas acima de lucros! Esse tem que ser o nosso lema”. (MARCELLA, 2020, informação verbal) Para Telles (1998), a demolição dos serviços públicos e sua consequente privatização, sob o discurso de que é uma modernização necessária para mercado ou de que os serviços públicos são dispendiosos, é uma “operação insidiosa que elide a questão da responsabilidade pública”. (TELLES, 1998, p.35) Significam um atraso para os “sempre precários serviços públicos” e desvinculam a noção de direito da justiça e da igualdade, dessa forma, aumentando a disparidade social.

A página Rede Brasil Atual, no dia 1 de maio de 2020, mostra como as privatizações e a terceirização precarizam os serviços públicos e o trabalho ao veicular a seguinte notícia: “Afastados e terceirizados, técnicos de enfermagem sofrem com perda salarial no Rio de Janeiro – Redução de direitos é reflexo da política de cortes implementada pela prefeitura e do abandono por parte de algumas organizações sociais que administravam unidades de saúde”.

Pode-se constatar, nessa reportagem, que apesar de exercerem as mesmas funções que outros servidores, os terceirizados são mais atingidos pela combinação da demolição das políticas públicas e retração dos direitos trabalhista. Devido a política de corte nos gastos públicos e a quebra de contrato com algumas organizações sociais, os terceirizados foram demitidos em massa. De acordo com Druck (2011): “É o tempo de novos (des) empregados, de homens empregáveis no curto prazo, através das (novas) e precárias formas de contrato [...]”. (DRUCK, 2011, p. 43)

O reflexo desse “reordenamento” vivenciado pela população é o crescimento da crise na saúde em meio a pandemia²¹ “[...] o que importa agora é o jaleco do SUS, o jaleco do SUS não apaga o desmonte a que foi submetida a política de saúde brasileira!”. (MOTA, 2020, informação verbal) Só que, agora, esse sucateamento, que é anterior a pandemia, está sendo televisionado a todas as classes após a Covid-19.

Enquanto são aplaudidos e homenageados nas janelas,²² os profissionais trabalham com medo, insegurança e descaso “[...] não somos heróis, somos trabalhadores e precisamos de direitos, de respeito e condições de trabalho [...]”. Em meio às demissões, ao desmonte do SUS e sob a acentuada crise no sistema de saúde do Rio de Janeiro, amplia-se “[...] a necessidade de suporte

21 No dia 31 de março de 2020, a página Tab Uol relata que o: Desmonte de Clínicas da Família deixa favelas vulneráveis à Covid-19 no Rio.

22 O Conselho Federal de Enfermagem (COFEM) apresenta, no dia 21 de março de 2020, em seu site oficial, a informação: Brasileiros aplaudem profissionais de saúde pelo combate ao coronavírus – Movimento espontâneo foi organizado pelas redes sociais.

à saúde dos trabalhadores, que estão na linha frente, muitos machucados, não só fisicamente (uso de máscaras) como também emocionalmente [...]”. (MARCELLA, 2020, informação verbal)

No decorrer de sua fala, ela mencionou alguns pontos (demandas agravadas durante a pandemia, de condições de trabalho, não restringindo-se a unidade em que atua) que sinalizam o que é ser da linha de frente na área da saúde:

- Aumento exponencial das demandas nas unidades de saúde;
- Aumento exponencial em relação a violência intra doméstica;
- Aumento de demandas para orientações sobre o auxílio da assistência e auxílio emergencial do governo;
- Retomada da fome;
- Contexto do Rio de Janeiro (precarização, privatização e terceirização dos serviços);
- Redução das equipes;
- Demissão de milhares de agentes comunitários de saúde;
- Medo e insegurança diante do contexto;
- Escassez de EPI's ou inadequados;
- Falta de treinamento para o uso correto dos EPI's;
- Realização de triagem, no primeiro atendimento, realizada por assistentes sociais;
- Comunicação da evolução clínica feita por assistentes sociais;
- Comunicado do óbito feito por assistentes sociais.

Diante desse cenário, é possível observar vezeiras (e atuais) imposições institucionais que não têm aparato legal, desrespeitam o usuário, a família e o disciplinamento jurídico e político da profissão. Os marcos regulatórios da profissão dispõem e respaldam exatamente o contrário, tais demandas saem do âmbito da saúde e das denúncias feitas aos conselhos e ressurgem abertamente.²³

A título de exemplo, temos a comunicação do óbito. Sobre esse assunto, Marcella frisou: “[...] outra questão importante para pensar [...] é a chamada institucional, feita a categoria, para assumir novas demandas profissionais sob a justificativa da situação da calamidade pública [...]”. Informar a morte do usuário dos serviços de saúde, não constitui atribuição ou competência profissional do assistente social!

23 O site do CRESS-AL, no dia 13 de maio de 2020, divulga uma “nota pública em resposta à matéria veiculada em telejornal de Alagoas sobre óbitos de vítimas do Covid-19”.

Deixar isso claro, impor esse limite, significa respeitar a família, que merece ter esclarecimentos qualificados por meio de respostas dadas por profissionais com conhecimentos específicos quanto a evolução do quadro e a causa da morte de seu parente. Isso faz parte de uma luta antiga da categoria. Os Parâmetros para a Atuação de Assistentes Sociais na Saúde (2009, p. 25), ao abordar sobre as ações em que a equipe não sabe corretamente quais são as competências dos assistentes sociais, dentro do quadro de profissionais, descreve que os empregadores têm: “[...] requisitado diversas ações aos profissionais que não são atribuições dos mesmos, a saber: convocação do responsável para informar sobre alta e óbito; comunicação de óbitos [...]”.

Esse assunto, sempre é retomado, já que nunca deixou de existir nos corredores hospitalares. E diante da rapidez no aumento do número de mortos, aliada ao alto nível de tensão, conjuntura de pânico e urgência instalada, em pleno estágio do desmonte do SUS (CUNHA, 2020), recupera-se:

“[...] a gente já ouviu algumas denúncias de profissionais, que têm feito o processo seletivo para hospitais de campanha e têm sofrido assédio moral, cobrando a necessidade desse profissional, no momento da atuação, de estar junto com o médico na hora da comunicação do óbito [...]”. (MARCELLA, 2020, informação verbal)

Sendo assim, no dia 31 de março de 2020, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) divulga a Orientação Normativa nº 03, que orienta o conjunto da categoria e a sociedade: “A comunicação de óbito não se constitui atribuição ou competência profissional do/a assistente social.” Marcella frisou a importância de que a “categoria tenha clareza das demandas que reconhece, nesse momento, e não reconhece como sua atribuição”. Mas o que devo fazer se me impuserem o contrário?

7. As determinações institucionais que estejam em desacordo com a legislação profissional (lei de regulamentação, código de ética e resoluções) devem ser informadas aos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) em suas jurisdições. (CFESS, 2020, p. 2)

Outro exemplo de demanda, que não é da profissão e que está sendo imposta como tal, de acordo com Marcella, é a:

“[...]comunicação da evolução clínica, em especial, aqui no Rio de Janeiro, né? O decreto do dia 15, ele suspende o processo das visitas

e o direito a acompanhante. E isso é muito grave e sério, porque o decreto ele, simplesmente, suspende, mas não indica como vai ser esse cuidado de direito a humanização desse atendimento. Então, a gente tem relatos de muitas famílias de usuários que não estão conseguindo mais manter contato com suas famílias de forma alguma”. (MARCELLA, 2020, informação verbal)

A legislação citada pode ser a Resolução da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), nº 4.369 de 15 de abril de 2020, publicada do Diário Oficial do Município, dia 17 de abril de 2020, que resolve: “a suspensão das visitas aos pacientes internados na Rede da SMS”. Mas quem é que vai comunicar à família sobre a evolução clínica do usuário?

5. Ao(À) assistente social não cabe informar ao(à) paciente e/ou seus familiares sobre as condições clínicas de saúde, tratamentos propostos, evolução da doença e prognósticos, direitos estes que devem ser garantidos e assumidos por profissionais que tenham competência para tal.

6. Da mesma forma, não cabe ao(à) assistente social a divulgação de boletins médicos, nem tampouco o atendimento prévio de pacientes, visando realizar a triagem das suas condições clínicas para acesso aos serviços de saúde. (CFESS, 2020, p. 2)

Sendo assim, Marcella chamou a atenção para que estejamos aproximados com as legislações da categoria, para que o agir seja balizado na ética e que tenha como fim o projeto de intervenção profissional. Além disso, exortou sobre a necessidade de buscarmos informações em fontes seguras, científicas, como a Fundação Instituto Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) “ir além das rotinas institucionais e buscar apreender o movimento da realidade para detectar tendências e possibilidades nela presentes passíveis de serem impulsionadas pelo profissional”. (IAMAMOTO, 2005, p. 21)

Marcella falou, ainda, sobre a importância da luta coletiva a favor do SUS e deixou o convite para que as pessoas possam acompanhar a página do Fórum de Saúde do Rio de Janeiro da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde. Diz Marcella: “[...] necessidade constante de [...] defesa desse agir ético e técnico da profissão. A resistência, esse é o momento mais importante para essa palavra! [...]”.

CONCLUSÃO

Os depoimentos das entrevistadas da live e a pesquisa realizada possibilitam observar que o desmonte das políticas públicas e a retração dos direitos trabalhistas, os “ajustes fiscais permanentes”, medidas anteriores ao período pandêmico, são apontados como os principais responsáveis pela barbárie instalada. Assim como evidenciam que o vírus, apesar de sua alta mortalidade e rapidez de disseminação, não causou o colapso no sistema de saúde, a incapacidade de respostas da assistência social e o desemprego alarmante, essa crise já vinha sendo constitucionalizada e executada anteriormente. A demolição de direitos, duramente conquistados, inabilita a Assistência Social e o SUS de atenderem devidamente à população, recaindo sobre os trabalhadores o ônus da descaracterização dos direitos sociais e trabalhistas.

A EC-95 e a terceirização são as formas de precarização e destituição dos direitos sociais e trabalhistas mais mencionadas nesta pesquisa, sendo sinalizadas como as principais responsáveis pela falta de recursos financeiros e humanos da Seguridade Social. De acordo com a pesquisa, isso impulsionou o colapso do SUS, a ineficiência do SUAS e o desemprego latente, aumentando e aprofundando as demandas sociais ao longo do combate à Covid-19. No momento em que a população mais necessita do atendimento do SUS e do SUAS, eles estão em processo de desmantelamento, não podendo responder as necessidades da sociedade. Por sua vez, a terceirização tem deixado os homens e as mulheres descartáveis em situação de total insegurança, milhares de desempregados em busca do auxílio do governo, o que, para muitos, nunca passou do processo de análise.

A associação: desmonte das políticas públicas e retração dos direitos trabalhistas rebate, diretamente, na vida pessoal e no processo de trabalho dos assistentes sociais, observamos isso nos relatos das entrevistadas e por meio da pesquisa realizada, sendo essa situação reproduzida em larga escala. Prova disso são os comentários do vídeo analisado: incapacidade do SUAS e do SUS de atender da população, arranjos institucionais para sanar de forma desorganizada e provisória o que é permanente e anterior a pandemia, várias denúncias de assédio moral, vínculos de trabalhos precários, os transtornos e as ansiedades desenvolvidas nesse período, o medo constante de se contaminar, sem mencionar os inúmeros comentários sobre a falta de EPIs, em várias realidades vivenciadas por profissionais em diferentes regiões do país.

Essa conjuntura requer propostas que possam contribuir para o avanço na Seguridade Social e assegure “a prestação de serviços à população que con-

tribua para efetivar direitos sociais tão ultrajados na sociedade brasileira”. (IAMAMOTO, 2005, p. 164) Os exemplos das duas trabalhadoras da linha de frente, citados neste artigo, mostram que além de atuar no enfrentamento a Covid-19, em meio as destituições de direitos sociais e trabalhistas, elas têm que lidar com os desmandos impositivos dos empregadores e com o “surgimento de um conjunto de demandas que vêm para o profissional, quando na verdade, são demandas institucionais!”. (MOTA, 2020, informação verbal) Exigindo, assim, dos assistentes sociais extrema atenção e continua aproximação com os conhecimentos teóricos, com a finalidade de desenvolver as competências profissionais e o fortalecimento de iniciativas direcionadas à resistência ao que está posto. Isso se torna ainda mais imprescindível, neste momento, para os que atuam na linha de frente.

Caso contrário, podem acabar sendo envolvidos pela velocidade dos acontecimentos incorrerem em práticas que negam o direito dos usuários e permitindo, sem questionamentos, que “o emergencial se cronifique”. (MOTA, 2020, informação verbal) Os relatos das entrevistadas evidenciaram caminhos possíveis, mesmo diante desse cenário, e um posicionamento atitudinal vinculado aos marcos regulatórios da profissão e à classe trabalhadora.

Os assistentes sociais, assim como milhares de outros profissionais da linha de frente, têm perdido suas vidas. Perdido suas vidas para a doença e para um sistema precário que produz milhares de desempregados e que continua reduzindo as condições básicas para tratar e conter o vírus, até então, sem cura. Fica aqui o registro de uma atuação de luta balizada em um projeto societário que prioriza a vida, profissionais que prezam pela ação conjunta e que desenvolvem estratégias coletivamente para uma luta diária por condições de trabalho e de manutenção e ampliação dos direitos sociais e trabalhistas para a população.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R.; DRUCK, G. A terceirização sem limites: a precarização do trabalho como regra. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 34, p. 19-40, 2015.

ANTUNES, R. L. C. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 8 jun. 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm. Acesso em: 5 set. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 25 jun. 2020.

BRASILEIROS aplaudem profissionais de Saúde pelo combate ao coronavírus. Conselho Federal de Enfermagem, São Paulo, 21 mar. 2020. Covid-19. Disponível em: http://www.cofen.gov.br/brasileiros-aplaudem-profissionais-de-saude-pelo-combate-ao-coronavirus_78107.html. Acesso em: 22 jun. 2020.

CRISE na Saúde do Rio: entenda o que levou à greve e à restrição no atendimento. G1, Rio de Janeiro, 11 dez. 2019. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/12/11/crise-na-saude-do-rio-entenda-o-que-levou-a-greve-e-a-restricao-no-atendimento.ghtml>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Parâmetros para a atuação de assistentes sociais na saúde*. Versão preliminar. Brasília: CFESS, 2009. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/Parametros_para_Assistentes_Sociais_na_Saude_-_versao_preliminar.pdf. Acesso em: 29 maio 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Orientação Normativa nº 3/2020, de 31 de março de 2020*. Dispõe sobre ações de comunicação de boletins de saúde e óbitos por assistentes sociais. Brasília: CFESS, 2020. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/OrientacaoNormat32020.pdf>. Acesso em: 27 maio 2020.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL SÃO PAULO. *Relato da atuação do CRESS/SP em São José do Rio Preto*. [São Paulo: CRESS/SP], 2020. Disponível em: http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2020/04/Texto-COFI_Sjrp_abr20_covid.pdf. Acesso em: 1 jun. 2020.

CUNHA, B. Sistema de Saúde do Rio beira ao colapso com 93% de UTIs ocupadas. *Jusbrasil*, Rio de Janeiro, 18 abr. 2020. Notícias. Disponível em: <https://dp-rj.jusbrasil.com.br/noticias/832924054/sistema-de-saude-do-rio-beira-ao-colapso-com-93-de-utis-ocupadas>. Acesso em: 23 jun. 2020.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios. *Caderno CRH*, Salvador, v. 24, n. 1, p. 37-57, 2011. Disponível em: http://www.ufjf.br/angelo_esther/files/2012/10/RH-I-PRECARIZA%C3%87%C3%80O-DO-TRABALHO-2011.pdf. Acesso em: 19 maio 2020.

EXPRESSÕES sociais: política, direitos e intervenção do serviço social. Plantão da Quarentena #47. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2h19min). Publicado pelo canal Esquerda Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kgmpXPqUJBk&t=1758s>. Acesso em: 15 maio 2020.

EXPRESSÕES sociais: política, direitos e intervenção do serviço social. Plantão da Quarentena #47. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (2h19min). Publicado pelo canal Esquerda Online. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kgmpXPqUJBk&list=PLJCjTsoxOhd9g4Z1cexjJpFgQH94TEuWN&index=2&t=1757s>. Acesso em: 20 maio 2020.

FÓRUM MUNICIPAL DE TRABALHADORES/AS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. *Carta abertas do Fórum Municipal dos/as trabalhadores/as do SUAS de SJRP frente à pandemia do coronavírus (Covid-19).* São José do Rio Preto: FTMSUAS, 2020. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2019/10/Carta-Aberta-FMTSUAS-SJRP.pdf>. Acesso em: 29 maio 2020.

GALVANI, G. Desemprego aumentou antes da chegada do coronavírus no Brasil, mostra IBGE. *Carta Capital*, São Paulo, 31 mar. 2020. Sociedade. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/desemprego-aumentou-antes-da-chegada-do-coronavirus-no-brasil-mostra-ibge/>. Acesso em: 3 set. 2020.

GARGALOS deixam mais de 30 milhões sem auxílio emergencial. *Jornal da USP*, São Paulo, 12 maio 2020. Atualidades. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/gargalos-deixam-mais-de-30-milhoes-sem-auxilio-emergencial/>. Acesso em: 1 set. 2020.

GRANEMANN, S. O desmonte das políticas de seguridade social e os impactos sobre a classe trabalhadora: as estratégias e a resistência. *Serviço social em Revista*, Londrina, v. 19, n. 1, p. 171-184, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/28165>. Acesso em: 19 maio 2020.

IAMAMOTO, M. V. *O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 32. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LIMA, M. G. Cress Alagoas lança nota pública em resposta à matéria veiculada em telejornal de Alagoas sobre óbitos de vítimas do Covid-19. *Conselho Regional de Serviço Social, Alagoas*, 13 maio 2020. Notícias. Disponível em: <http://www.cress16.org.br/noticias/cress-alagoas-lanca-nota-publica-em-resposta-a-materia-veiculada-em-telejornal-de-alagoas-sobre-obitos-de-vitimas-do-covid-19>. Acesso em: 22 jun. 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Boletim do dia 8 de set. de 2020*. Suíça: OMS, 2020. Disponível em: <https://covid19.who.int/region/amro/country/br>. Acesso em: 8 set. 2020.

PINHEIRO, P. S. O novo coronavírus e os trabalhadores invisíveis. *Comissão Arns*, São Paulo, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://nev.prp.usp.br/noticias/o-novo-coronavirus-e-os-trabalhadores-invisiveis/>. Acesso em: 21 jun. 2020.

POR que a doença causada pelo novo vírus recebeu o nome de Covid-19? *Fundação Oswaldo Cruz*, Rio de Janeiro, 17 mar. 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/pergunta/por-que-doenca-causada-pelo-novo-virus-recebeu-o-nome-de-covid-19>. Acesso em: 21 maio 2020.

PREFEITO Crivella segue com o desmonte da Atenção Básica no Rio de Janeiro. *Centro Brasileiro de Estudos de Saúde*, Rio de Janeiro, 12 mar. 2020. Disponível em: <http://cebes.org.br/2020/03/prefeito-crivella-segue-com-o-desmonte-da-atencao-basica-no-rio-de-janeiro/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

PREFEITURA DE RIO PRETO, [2020]. Encontre o que você procura no portal. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario.action>. Acesso em: 23 jun. 2020.

PROMULGADA Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos. *Senado Notícias*, São Paulo, 23 abr. 2018. Congresso. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>. Acesso em: 27 jun. 2020.

ROZA, G. Desmonte de Clínicas da Família deixa favelas vulneráveis à Covid-19 no Rio. *TAB UOL*, São Paulo, 31 mar. 2020. Disponível em: <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/03/31/desmonte-de-clinicas-da-familia-deixa-favelas-vulneraveis-a-covid-19-no-rio.htm>. Acesso em: 1 jul. 2020.

SATE, R. Demitidos da Viva Rio foram enganados por Crivella. *Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem do Município do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 18 fev. 2020. Disponível em: <https://satemrj.com.br/2020/02/demitidos-da-viva-rio-foram-enganados-por-crivella/>. Acesso em: 17 maio 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. *Decreto nº 18.554, de 16 de março de 2020*. Dispõe sobre medidas de prevenção e enfrentamento do coronavírus. São José do Rio Preto: Câmara Municipal, [2020]. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-jose-do-rio-preto/decreto/2020/1855/18554/decreto-n-18554-2020-dispoe-sobre-medidas-de-prevencao-enfrentamento-do-coronavirus>. Acesso em: 6 jul. 2020.

SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. *Portaria nº 03/2020, de 23 de março de 2020*. Dispõe sobre novas determinações de organização dos atendimentos e serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social frente as medidas de prevenção e enfrentamento a pandemia do coronavírus (Covid-19). São José do Rio Preto: Secretaria Municipal de Assistência Social, [2020]. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/wp-content/uploads/arquivosPortalGOV/coronavirus/PORTARIA-03-2020-SEMAS.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2020.

SECRETARIA DE SAÚDE DO RIO DE JANEIRO. Resolução SMS nº 4369, de 15 de abril de 2020. Orientação sobre suspensão das visitas aos pacientes internados na rede da SMS do Município do Rio de Janeiro frente a pandemia do Covid-19. Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://pge.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=MTA2MzU%2C>. Acesso em: 29 maio 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. *Portaria SEMAS nº 03/2020, de 23 de março de 2020*. Dispõe sobre novas determinações de organização dos atendimentos e serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social frente as medidas de prevenção e enfrentamento a pandemia do coronavírus (Covid-19). *Diário Oficial do Município de São José do Rio Preto*: São José do Rio Preto, 2020. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/wpcontent/uploads/arquivosPortalGOV/coronavirus/PORTARIA-03-2020-SEMAS.pdf>. Acesso em: 28 maio 2020.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL de SÃO JOSÉ DO RIO PRETO. Portaria SEMAS nº 06/2020, de 09 de abril de 2020. Dispõe sobre NOVAS determinações de organização dos atendimentos e serviços da Secretaria Municipal de Assistência Social frente as atualizações das demandas e ações em medidas de prevenção e enfrentamento a pandemia do coronavírus (Covid-19). *Diário Oficial do Município de São José do Rio Preto*: São José do Rio Preto, 2020. Disponível em: <https://www.riopreto.sp.gov.br/DiarioOficial/Diario.action>. Acesso em: 29 maio 2020.

TANIGUCHI, N. Covid-19: ponto a ponto sobre o novo coronavírus. *FioCruz Brasília*, Brasília, 20 mar. 2020. Disponível em: <https://www.fiocruzbrasil.fiocruz.br/covid-19-ponto-a-ponto-do-novo-coronavirus/>. Acesso em: 19 jun. 2020.

TAVARES, V. Os dados invisíveis da Covid-19. *Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio*, Rio de Janeiro, 14 maio 2020. Reportagem. Disponível em: [http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem\(os\)--dados-invisiveis-da-covid-19](http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem(os)--dados-invisiveis-da-covid-19). Acesso em: 20 jun. 2020.

TELLES, V. S. Direitos sociais: afinal, do que se trata? *Revista USP*, São Paulo, n. 37, p. 34-45, 1998.

TCHAO, E. Prefeitura do Rio começa a demitir funcionários do programa Clínica da Família. G1, Rio de Janeiro, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/01/17/prefeitura-do-rio-comeca-a-demitir-funcionarios-do-programa-clinica-da-familia.ghtml>. Acesso em: 20 jun. 2020.

THUSWOHL, M. Afastados e terceirizados, técnicos de enfermagem sofrem com perda salarial no Rio de Janeiro. *Rede Brasil Atual*, São Paulo, 1 maio 2020. Trabalho. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2020/05/enfermeiros-saude-corte-salario/>. Acesso em: 1 jul. 2020.

TRABALHADORAS(es) do SUAS de São José do Rio Preto atuam com dificuldades durante a pandemia da Covid-19. *Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo*, São Paulo, 14 abr. 2020. Notícias. Disponível em: <http://cress-sp.org.br/trabalhadoras-do-suas-de-sao-jose-do-rio-preto-atuam-com-dificuldades-durante-a-pandemia-da-covid-19/>. Acesso em: 26 jun. 2020.

Bruno Cavalcante Leitão Santos¹
Francisco de Assis de França Júnior²
Caroline Soares da Silva³

A CRIAÇÃO DO SENSO COMUM PUNITIVO POR INTERMÉDIO DA CRIMINOLOGIA MUDIÁTICA: UMA ANÁLISE DA REALIDADE CONSTRUÍDA A PARTIR DE MATÉRIAS EXIBIDAS NO PLANTÃO ALAGOAS

THE CREATION OF PUNITIVE COMMON SENSE THROUGH MEDIA CRIMINOLOGY:
AN ANALYSIS OF THE REALITY CONSTRUCTED FROM MATERIALS SHOWN AT THE
PLANTÃO ALAGOAS

Resumo

O presente estudo tem como objetivo geral discutir a contribuição da criminologia midiática na formação do senso comum punitivo, restringindo o pensamento abstrato de forma a levar o receptor da mensagem a acreditar no que o discurso midiático nos revela, direcionando a política criminal de combate ao crime a certos grupos, por meio da criminalização secundária e formação de bodes expiatórios. Com isso, fez-se necessário analisar os discursos midiáticos, principalmente aqueles aos quais estão mais predispostos a influir no pensamento humano, como é o caso dos programas de plantão policial. Desta feita, teve-se como objeto de análise o programa Plantão Alagoas, que vai ao ar das 11h30 às 14h00, sendo observado os discursos de todas as segundas-feiras do

1 Doutor em Direito pela PUCRS. Mestre em Direito Público pela UFAL. Professor de Direito Penal no Centro Universitário CESMAC (Maceió/AL). Líder do Grupo de Pesquisa Sistema penal, democracia e direitos humanos e pesquisador do Grupo Direito, contemporaneidade e transformações sociais junto ao CNPq. Advogado.

E-mail: brunoleitao.adv@hotmail.com.

2 Doutorando e Mestre em Direito pela Universidade de Coimbra. Professor no Centro Universitário Cesmac (Maceió/AL). Líder do Grupo de Pesquisa Sistema penal, democracia e direitos humanos e pesquisador do Grupo Direito, contemporaneidade e transformações sociais junto ao CNPq. Advogado. E-mail: fafjunior2016@gmail.com.

3 Graduanda em Direito pelo Centro Universitário Cesmac (Previsão para conclusão em 2022). Membro Associada do Instituto Brasileiro de Ciências Criminais (IBCCRIM). Membro da Liga de Estudos em Ciências Criminais (LIDECCRIM). Foi membro do Grupo de Estudos Avançados – GEA IBCCRIM (2018-2019). E-mail: carolinnesoares05@hotmail.com.

mês de fevereiro de 2020. Destarte, foi realizada uma investigação a partir do método qualitativo do discurso midiático do programa supracitado atrelado aos conhecimentos da criminologia midiática (hipotético-dedutivo e revisão bibliográfica), não se pretendendo esgotar todos os aspectos que abrangem o tema.

Palavras-chave: Criminologia midiática. Senso comum punitivo. Discurso midiático.

Abstract

Our study aims at discussing the contribution of Media Criminology to the formation of punitive common sense, which restricts the abstract thinking, leading the recipient of the message to believe in the media speech, directing the criminal policy of combating crime against certain groups by secondary criminalization and scapegoating. Hence, we analyzed media speeches, especially those that are more likely to influence human thinking, such as police duty programs. Our object of analysis was the program *Plantão Alagoas*, aired from 11:30am to 2pm. For this analysis, we watched the program every Monday in February 2020. A qualitative study on the media speech of the aforementioned program linked to the knowledge of Media Criminology (hypothetical-deductive and bibliographic review) was conducted, not intending, however, to exhaust the theme.

Keywords: Media criminology. Punitive common sense. Media speech.

INTRODUÇÃO

A criminologia midiática, desde o século XIX, quando a era da informação se consolidava com a transição do uso de jornais de papel para o uso da televisão, e assim por diante, já era amplamente utilizada. Ao perceber seu poderio, tendo sob seu controle a informação a ser difundida, muitos jornalistas profissionais (apresentadores e repórteres em especial, por suas atuações no formato do “ao vivo”, no “aqui e agora”), muitas vezes chancelados pelos proprietários dos meios de comunicação, fizeram o uso da televisão ao seu bel prazer, não transmitindo necessariamente a informação de como de fato ocorreu, haja vista que o foco seria entreter o público a fim de garantir a audiência. Desta feita, o que se chama de criminologia midiática acaba figurando como um processo em que a mídia consolida um discurso que chama a atenção e permite certo controle/influência da dinâmica social em variados aspectos.

Nesse contexto, restou cada vez mais visível como integrantes da mídia atuavam (e atuam) influenciando a percepção de mundo da sociedade, decidindo como merecem ser interpretados os fatos com os quais se têm contato, criando, portanto, certos estereótipos de vitimização, fazendo-se com que o público se sinta estimulado ao aplauso (ou à repulsa) de determinados comportamentos. Fatos, portanto, assim interpretados apenas porque seus interlocutores acham (ou simplesmente decidem) que determinadas medidas (como, por exemplo, a pena de morte), apesar de extremas, valeriam o sacrifício de determinados

valores democráticos (como a regra da inviolabilidade da vida, por exemplo), tudo em função do alegado alto teor de perigo apresentado por determinados grupos sociais (e por sua alegada incorrigibilidade), geralmente constituídos de pessoas historicamente estigmatizadas por aquela outra parcela da sociedade constituída pelo que se denomina cidadãos de bem (melhor seria de bens).

O tripé, que se constitui a partir da impunidade, do medo e da violência, tem sido recorrentemente utilizado pelos discursos midiáticos, objeto da pesquisa, como forma de política criminal cujo objetivo é incitar a segregação e consequente perseguição do eles (os inimigos) para com os tais cidadãos de bem, valendo-se de um falso direito penal garantista. Não obstante, a severidade do castigo se transforma, de forma progressiva, ao que Sozzo (2009, p. 43) intitula de “receita fundamental” para as estratégias de controle do delito, pleiteando um endurecimento da política criminal, tanto no plano dos discursos como também na prática.

Posto isso, o objeto de observação e análise aqui enfocado será o programa televisivo intitulado *Plantão Alagoas*, que vai ao ar no período comumente dedicado ao almoço, na transição entre a manhã e a tarde (normalmente das 11h30min até as 14h), mais especificamente os discursos reverberados pelo apresentador em todas as segundas-feiras do mês de fevereiro de 2020, sobretudo porque esse é o dia em que há notícia acumulada do final de semana, o que permite observar a mensagem midiática elaborada sobre uma quantidade maior de fatos. Analisou-se, portanto, a partir daí, os discursos midiáticos que têm como principal característica o fomento de proposições que induzem ao punitivismo populista, como é caso das famosas frases bandido bom é bandido morto ou só se ensina punindo. Tais jargões deixam claro que o local daquele indivíduo é o de marginalizado e que não parece adiantar tentar mudar o discurso, sobretudo pela pecha promovida também por agentes do próprio Estado.

Porquanto, o presente estudo de abordagem essencialmente qualitativa, com pontuais coletas de dados e revisão bibliográfica, visou discutir criticamente a contribuição da criminologia midiática na formação do senso comum punitivo, restringindo o pensamento abstrato de forma a levar o receptor da mensagem a acreditar no que o discurso midiático pode revelar, direcionando a política criminal de enfrentamento do crime a certos grupos, por meio da criminalização secundária e formação de bodes expiatórios.

A escolha do mencionado programa se deu por ser um dos telejornais mais populares em Alagoas, transmitido no horário de almoço pela TV Ponta Verde, que pertence ao grupo Sistema Opinião de Comunicação, em que muitos que estão em seu horário de descanso se dedicam corriqueiramente a assistir.

Ademais, fez-se uso das segundas-feiras do mês de fevereiro de 2020 para análise dos casos com o fito de observar a linguagem do apresentador e reportar quais tipos de crimes eram mais noticiados e o porquê, o que se desenvolve adiante.

Por conseguinte, na primeira seção foi discutido o modo como se revela a construção dos discursos midiáticos e as consequências deles. Na segunda, explanou-se como o telejornalismo se torna uma referência altamente punitivista, demonstrando por meio de dados, sendo estes materializados com uso de gráficos para maior percepção de ocorrência de supostos crimes. Por último, observou-se como tais discursos influenciam o populismo punitivo, fazendo uso de um direito penal do inimigo para legitimá-los.

A CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS

Os tempos atuais fazem muitos pensarem ser o mais violento do qual a história já possa ter vivido, pensamento este, fruto de uma política criminal que visa o recrudescimento de uma percepção social punitiva, violenta e acima de tudo segregacionista. Ocorre que tudo isso não passa de um viés político que se legitima através de discursos que incitam a violência, pois em apenas uma reflexão histórica, nota-se que, no Brasil – não sendo necessário ir muito longe –, mais especificamente no Código Penal de 1830, detinha em seu rol normativo a aplicabilidade da pena de morte por enforcamento, ou, como se sabe, na época medieval onde havia penas como o trato da corda e o suplício do fogo. (BRASIL, 2020)

Embora não pareça, a criminologia midiática não é recente, pelo contrário, era utilizada até mesmo quando o meio de comunicação consistia apenas no púlpito e na praça. Desta forma, a construção social da realidade se intensifica com o crescimento dos jornais no século XIX, tendo como característica uma causalidade mágica, descrita por Zaffaroni (2012, p. 304), que inclusive poderia estar presente no que ele chamou de “o silêncio cúmplice”, evidenciando o poder que a informação – ou a falta dela – tem sobre o indivíduo.

Não obstante, percebe-se que Zaffaroni (2012, p. 305) observa que a televisão vislumbra tudo aquilo que se pode contrapor à capacidade de pensar, manipulando, assim, a moral do indivíduo que não está preparado para receber o bombardeio de informações trazidas pela televisão.

Que a utilização da mídia é estratégica, não se tem dúvidas, e tal fato se mostra revestido de concretude ao se analisar o comportamento humano dian-

te de certas situações e bem como fazendo uso (desta mesma mídia) a seu benefício, como a estimulação da cultura do medo e as chances de vitimização. Por conseguinte, opera-se conjuntamente com a seletividade penal.

Com isso, há de se pensar em uma verdadeira facção estatal, pois a política criminal como plataforma de governo tem se mostrado como uma legítima política de extermínio, enraizando-se na mente das pessoas através da falácia de que processo eficiente é aquele que pune, e quanto maior a amplitude do sentimento punitivista, melhores seriam os resultados alcançados pela política criminal adotada pelo Estado, o que, aliás, aproxima-nos do período que antecede o iluminismo. Daí porque indaga-se: pretende a política criminal desse Estado (pós)moderno valer-se mesmo do caldo cultural daquele período, onde certas punições durante o processo de investigação, além da tortura, eram tidas como um meio para se legitimar, mantendo-se o desembaraçado (e desmedido) exercício do poder punitivo?

Nessa altura dos argumentos, é relevante constatar, por exemplo, que Girard (1990, p. 13) pontua que a violência irracional não passa de uma violência não saciada,⁴ sendo esta fruto de um judiciário que não faz o ideal de justiça (que na realidade é de vingança) lograr êxito como na expectativa gerada pela população, que, na generalidade, possui um senso de direitos humanos deturpado, como se tais fossem mecanismos de proteção privilegiada dos intitulados como bandidos. Dessa forma, percebe-se que este entendimento é muito utilizado pela mídia, objetivando internalizar o sentimento de justiça não vingada nas pessoas.

Sobre o discurso midiático, diz Natalino (2007, p. 25):

Argumenta-se aqui que a mídia de massa, e em especial o telejornalismo, sustenta uma difusão seletiva de representações sobre criminalidade, justiça e segurança pública, sendo pólo privilegiado de formação do dito e do não-dito sobre o tema. A “verdade” sobre a criminalidade passa pela tela da TV, e os discursos por ela difundidos através de um idioma público específico constroem novas relações de sentido dentro de um mapa de

4 Não obstante, Girard (1990), nesse contexto, tenta esclarecer que a violência, por mais que demonstre ser irracional, existe por muitos motivos, passando a se tornar na realidade algo racional, mas que tais razões nunca devem ser levadas a sério. Uma violência não saciada, por sua vez, na esteira do argumentado pelo mencionado autor, tende, portanto, a buscar uma vítima alternativa.

significados socialmente compartilhado, conformando em grande escala o senso comum e a agenda política.

Em outras palavras, seria dizer que a mídia, especialmente a mídia policial, cria a sua própria verdade sobre o seu tema principal, qual seja esta, a de incitar a repressão diante daqueles socialmente estigmatizados.

A SELETIVIDADE DISCURSIVA

Diante, portanto, dessa sentida influência midiática, que se consolida na medida em que a informação é construída e repassada mais facilmente com sua migração para o ambiente virtual, prescindindo do papel e da movimentação física para sua disseminação, preleciona Natalino (2007, p. 26) a existência de um roteiro imbuído de seletividades, normalmente seguido pelos telejornais, com focos diversos, como, por exemplo, numa seletividade temática, numa seletividade argumentativa e numa seletividade ideológica.

Desta feita, há a necessidade de exibir temas que causem comoção social, constituindo a seletividade temática, que atinjam a moral do indivíduo, fazendo-o questionar sobre a conduta do infrator. Deste modo, o discurso argumentativo é decisivo para a exteriorização do ódio e indignação para com o aparato estatal por não ter criado meios para impedir tal ato ou o fato de não punir mais severamente, construindo os rótulos que recaem ao delinquente, concebendo o papel da seletividade ideológica.

Outrossim, observa-se a crítica feita por Lima (2015, p. 35) acerca do papel da mídia no Complexo do Alemão.⁵

A população assustada aceita soluções drásticas e passa a exigir ações controladoras e cerceadoras de direitos como resposta à informação do perigo iminente de crime. Acolhe-se a militarização da gestão da segurança pública, a substituição do controle democrático por regras de ocupação militar, evoca-se um poder punitivo e coercitivo.

É visível como a mídia atua para com a percepção de mundo da sociedade, decidindo como deve ser pensado, criando estereótipos de vitimização, fazendo as pessoas aplaudirem certos atos incoerentes com o que preconiza o Estado Democrático de Direito apenas porque acreditam que tais medidas,

5 Região localizada no estado do Rio de Janeiro, na zona norte do município do Rio de Janeiro, tendo sido popularizada pela grande mídia por conta da presença de facções criminosas que constantemente rivalizam por conta do comércio ilegal de drogas.

apesar de extremas, são necessárias, haja vista o alto teor de perigo que aquele grupo de pessoas estigmatizadas pode oferecer à sociedade do bem. Em consonância com isso, entende-se que:

A criminologia midiática cria a realidade de um mundo de pessoas decentes, diante de uma massa de criminosos, identificada através de estereótipos, que configuram um eles separado do resto da sociedade, por ser um conjunto de diferentes e maus.[...] Este eles é **construído por meio de** semelhanças, para qual a televisão é o meio ideal, pois joga com imagens, mostrando alguns dos poucos estereotipados que delinquem e, de imediato, os que não delinquiram ou que só incorrem em infrações menores, mas são parecidos. (ZAFFARONI, 2013, p. 197)

A mídia, portanto, utiliza-se do processo de criminalização secundária de forma indistinta, mordaz e totalmente implacável, selecionando assim, quem deverá ser estigmatizado, contaminando até mesmo aquele que não praticou crime algum.

Outrossim, a criminologia midiática, na esteira do argumentado por Zaffaroni (2012, p. 323), disfarça alguns crimes para enquadrá-los em outros que possam gerar maior repercussão, como é o caso do assassinato do cônjuge transformado em roubo com homicídio ou o roubo do vizinho em questão de segurança. Ou seja, sua conduta consiste em transformar uma ocorrência em algo assustadoramente maior, extraordinário, com grande potencial de chamar a atenção. Há, portanto, por parte dos veículos de comunicação, a construção da imagem de que seriam instrumentos imprescindíveis na vida das pessoas, sobretudo para aquelas que querem evitar uma eventual vitimização. Mesmo diante do baixo teor de instrução, da falta de conteúdo que sirva mesmo como instrutivo da prevenção da criminalidade, tais veículos parecem se colocar como a fórmula definitiva na busca pela perseguida paz social.

Não parece, por outro lado, uma tarefa fácil se lembrar de modo constante que se deve pensar criticamente sobre aquela notícia ser verdadeira e até mesmo procurar outras fontes para confirmá-la, uma vez que os apresentadores de atrações sensacionalistas como estas são devidamente treinados para persuadir o público através da argumentação, enraizando um verdadeiro senso comum punitivo.

Por conseguinte, o medo gerado pelo objeto temível deixa de ser normal para ser um fato patológico ao não levar em conta outras situações temíveis e se concentra naquele único. Dito isto, percebe-se que:

De acordo com esse mecanismo de patologização do medo, me precave-nho do roubo e não percebo que em meu próprio lar aumenta a violência; com o pretexto do medo de roubo, ninguém para no sinal da esquina, e, o que é mais grave, por medo de roubo, peço mais vigilância ao Estado e quando me dou conta, os que me vigiam me sequestram. (ZAFFARONI, 2012, p. 319)

Esse trecho evidencia o quanto a mídia é poderosa, moldando na mente o que deve ser temido, ao ponto de ser esquecido que o mundo não gira em torno de um só crime, de um só autor, mas principalmente se faz esquecer dos crimes comuns que acontecem dentro da casa de qualquer um, como a violência doméstica que é tão presente, mas tão invisível. Destarte:

O discurso leigo também está entranhado dessa noção de um criminoso natural, adotando certas concepções de pessoas com instintos ruins ou, como no dito popular, que nasceram tortas – o que demonstra como os saberes dotados de cientificidade, por vezes, reproduzem estereótipos do senso comum, dando-lhes a autoridade da linguagem científica, como já destacado acima. (SANTOS, 2016, p. 4)

A formação do discurso midiático tem como principal característica o fomento de proposições que induzem ao punitivismo populista, como é caso das famosas frases bandido bom é bandido morto ou só se ensina punindo. Ademais, Santos (2016, p. 6) tem argumentado no sentido de que práticas policiais abusivas fazem parte do cotidiano do sistema criminal, em especial no Brasil, sendo legitimadas pela mídia, permitindo-se suas continuidades diante da ausência de investigação da conduta desses policiais. Não à toa, ainda na esteira do argumento do mencionado autor, frequentemente é utilizado o termo auto de resistência, que, não raramente, tem servido para legitimar execuções, simulando-se confrontos inexistentes.

Com isso, nota-se a naturalização da morte dessas pessoas que atuam como bodes expiatórios para satisfazer as pulsões sociais (FREUD, 2013), exemplificando como essa política de extermínio age contra as intituladas minorias.

A REFERÊNCIA PUNITIVISTA: UMA ANÁLISE SOBRE O PLANTÃO ALAGOAS

Como já sinalizado, analisou-se o programa Plantão Alagoas, telejornal transmitido pela TV Ponta Verde no horário em que as pessoas costumam parar (em casa ou mesmo no trabalho) para o almoço.

Desde 2019 a alta audiência se manifesta de modo estático, conforme pronunciamento do próprio jornal:

De acordo com o resultado do Ibope, a TV Ponta Verde está na vice-liderança em toda a programação do horário do almoço, das 11h30 às 14h. O horário começa pelo Plantão Alagoas, apresentado por Lauro Lima, e que tem duração de uma hora e 45 minutos. O programa policial, que tem 25 anos de existência, registrou 11 pontos de média. (MAGALHÃES, 2019)

Posto isso, observa-se que a Figura 1 apresenta os seguintes dados:

Figura 1 – Distribuição da cobertura local da emissora

Alagoas	Domicílios com TV 2016	População 2016	%IPC 2016	Números de Municípios
Total	948.526	3.358.529	1,10266	102
Cobertura Total	828.910	2.907.384	0,99479	83
% Cobertura Total	87,39%	86,57%	90,22%	81,37%
Total Emissoras	810.846	2.837.318	0,98113	80
% Cobertura Emissoras	85,48%	84,48%	88,98%	78,43%
SAT	18.064	70.066	0,01366	3
% Coberta SAT	1,90%	2,09%	1,24%	2,94%
Não Coberto	119.616	451.145	0,10787	19
% Não Coberto	12,61%	13,43%	9,78%	18,63%

Fonte: TV Ponta Verde (2020)

Logo, a tabela acima inserida⁶ demonstra a cobertura que já possuía a TV Ponta Verde desde 2016, presente em 80 de 102 municípios alagoanos. Através dos dados relatados, observa-se o crescimento do alcance de espectadores desde o ano de 2016. Com isso, analisar-se-ão as matérias do referido programa às segundas-feiras do mês de fevereiro de 2020 (05/02;⁷10/02; 17/02 e 24/02). Ademais, serão apresentadas apenas as reportagens com maiores pertinências ao presente estudo.

ANÁLISE DOS DADOS

No dia 5 de fevereiro de 2020 (PLANTÃO..., 2020a) o programa começa com o seguinte anúncio do apresentador:

Apresentador (AP): Bom dia Maceió, bom dia Alagoas! [...] Houve troca de tiros, foi 'terê-tetê', três criminosos, três bandidos, três ladrões foram comer capim pela raiz, foram fazer as pazes com o capeta meu 'fio', morreram, morreram!. Seguida da manchete: "Operação termina com três mortos no Pilar".

A segunda manchete do dia é "Adolescente é apreendido 'desfilando' com arma de fogo no Santa Amélia". Dessa vez, é de suma importância relatar parte da entrevista do repórter com o policial que realizou a operação:

Repórter (RE): [...] Agora ele 'tava' andando com ela (a arma) acredito que enrolado em alguma coisa?

Policial (PO): Não, não. Ele disse que era 'pra' proteção dele, com medo de ser morto. Talvez esteja sofrendo ameaça. 'Pra' gente ele não contou muita coisa, mas creio que 'pra' autoridade competente ele irá informar.

RE: Mas é muita cara de pau, né? Muita audácia achar que a impunidade existe, até certo ponto a gente acredita que sim, mas quando 'tá' o pessoal da polícia militar nas ruas olhando, patrulhando, o resultado é sempre positivo né. [...] Bom, ele já falou se já 'rodou'⁸ alguma vez antes?

PO: Não, ele não informou. Disse que nunca foi preso na realidade.

RE: Vocês foram até a residência dele?

PO: Fomos até a residência, falamos com a mãe, trouxemos 'pra' cá, vamos averiguar.

RE: A mãe falou se era um menino que dá dor de cabeça ou 'pra' ela foi uma surpresa?

6 Os dados de 2016 se fazem presentes em razão da ausência de atualização, dificuldade em encontrar dados atuais, ou de outras fontes confiáveis. Por isso, tornou-se como ponto de partida os dados de 2016 como estatística de cobertura local.

7 Houve a necessidade de substituir a análise da primeira segunda-feira do mês (03/02) para a primeira quarta-feira (05/02), haja vista que o programa só foi ao ar a partir do dia 05 de fevereiro, por motivos desconhecidos.

8 Termo informal utilizado para designar se já foi preso.

PO: Parecia que ‘tava’ esperando, né? Pessoa de bem, buscando o melhor para o filho, muitas orientações. Mas como as crianças de hoje não querem ouvir o conselho dos pais, o resultado é esse.

RE: É, o que os pais não fazem em casa às vezes o Estado, como a Polícia Militar, que é o representante direto, acaba fazendo. Pegando criancinha do mal e trazendo aqui para a Central de Flagrantes. O garoto ‘tá’ aqui né, ele tem 17 anos, não pode ser identificado, lógico, já não podia né, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, agora é que não pode de jeito nenhum. (Mas) não tem nenhum parágrafo, não tem nenhum inciso que proíba de conversarmos com ele para pelo menos para saber, ouvir se a ‘vozinha’ dele é suave. [...] Meu querido, essa ‘arminha’ você comprou ‘pra’ quê? Você ‘tá’ sendo ameaçado por alguém? Quem ‘tá’ ameaçando você? Sua mãe disse que já esperava que a polícia pudesse chegar em casa e encontrar isso. O que você tem a falar? Você já ‘rodou’ antes? Não, né?

O adolescente, por sua vez, não quis se pronunciar para a infelicidade do repórter. Por conseguinte, é a vez do apresentador:

AP: [...] É lamentável, isso mostra o quanto nossas famílias estão fragilizadas. Isso mostra o quanto nós estamos perdendo nossos filhos, sobrinhos, primos mais novos para a criminalidade. Cada vez mais o crime organizado vem ‘arrebanhando’ seus soldados e infelizmente um dia o seu filho, a sua filha corre o risco de se tornar um desses soldados do crime. Eu não quero que isso aconteça jamais, jamais. [...]

Em outra reportagem, a manchete em destaque é “Ex-reeducando é assassinado com seis tiros”, e não poderia faltar a contribuição do apresentador:

AP: Pois é, é aquela velha história, o camarada vivia no mundo do crime, vivia na criminalidade, tinha saído da cadeia, só que não se sabe o que ele andou aprontando antes de ser preso, quando foi preso e até depois de deixar o presídio. É exatamente esse passado de crime que vem em busca da pessoa. (Mas) vem e vem com força, camarada. Se mete com o que não deve, faz o que não deve e uma hora essa conta chega. [...]

Já no dia 10 de fevereiro do mesmo ano (PLANTÃO..., 2020b), o programa se limitou a focar mais em um único caso, onde uma criança tinha sido morta, com indícios de estupro, tendo como principal suspeito uma pessoa da família.

Contudo, no dia 17 do mesmo mês (PLANTÃO..., 2020c), a história se repete, sendo transmitidos vários casos de homicídio ou de crimes patrimoniais. (Mas) algo que chama a atenção de qualquer indivíduo com o mínimo de senso crítico que seja, foi o pronunciamento do apresentador com relação ao caso da manchete “Jovem é preso depois de confessar assassinato de suposto assaltante”:

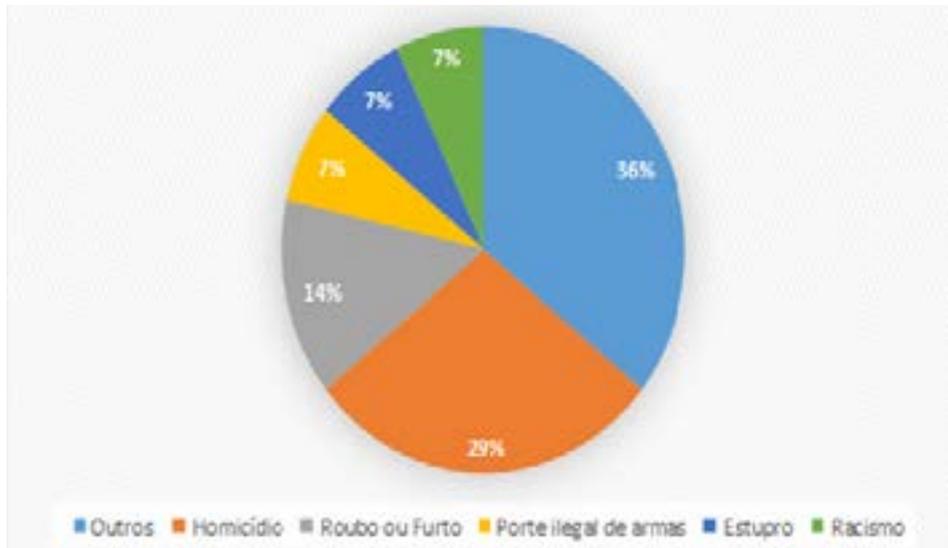
AP: [...] É o tal do justicamento, a justiça feita com as próprias mãos. [...] Não dá 'pra' fazer esse tipo de justicamento. [...] Às vezes tem alguém que diz "Mas, rapaz, você diz que é contra esse tipo de justicamento?" E sou, porque quando acontece, e eu sempre gosto de deixar isso bem claro porque eu sou contra o justicamento, porque o cidadão de bem passa a ser criminoso quando comete tal justicamento. Não tem outra. Aos olhos da lei, ele passa a ser um assassino. [...]

Por conseguinte, no dia 24 de fevereiro (PLANTÃO..., 2020d) o programa teve uma duração menor, com cerca de 60 minutos,⁹ por causa da programação de carnaval. Dentre todo seu percurso, o apresentador se absteve de tecer muitos comentários, com exceção daqueles rotineiros como "espero que esse bandido fique atrás das grades 'pro' resto da vida dele".

Com base no que foi exposto, portanto, os gráficos adiante dispostos possuem relação com os crimes mais mencionados pelo programa. Desse modo, a elaboração dos mesmos ocorreu através da observação das manchetes divulgadas e comentadas pelos apresentadores do programa, com o intuito de identificar quais são os crimes que possuem maior repercussão penal-punitiva naquele contexto observado. O que rapidamente se percebe é que os crimes sangrentos, como o homicídio, tanto estatisticamente quanto discursivamente, ganham certa notoriedade, como se tivessem o poder de ascender à condição de atração principal, concorrendo com crimes contra o patrimônio, sobretudo aqueles em que há utilização de arma de fogo, e os crimes sexuais, em especial o estupro, senão vejamos:

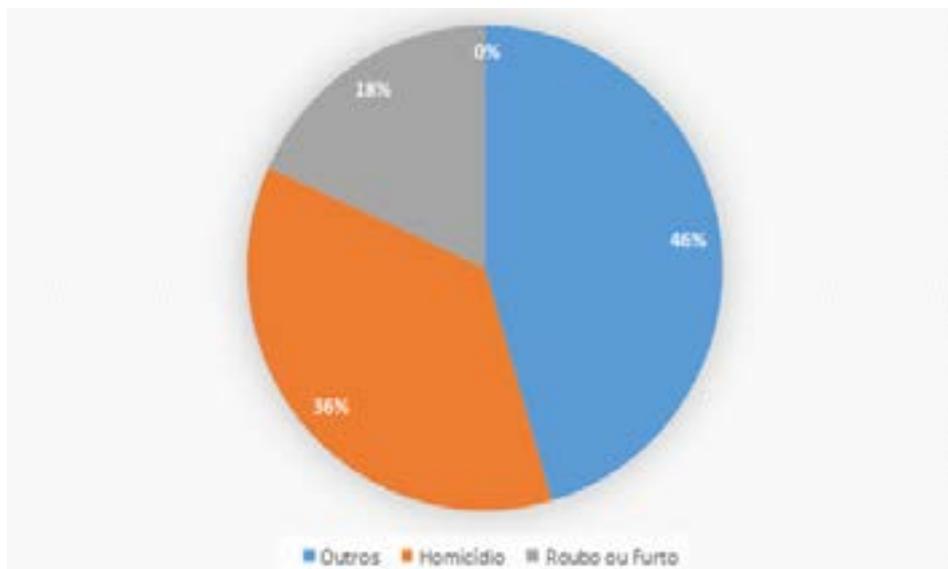
9 O vídeo remanescente mais completo deste programa encontra-se no Youtube com 40 minutos.

Gráfico 1 – Dia 5/2/2020 com total de 14 casos



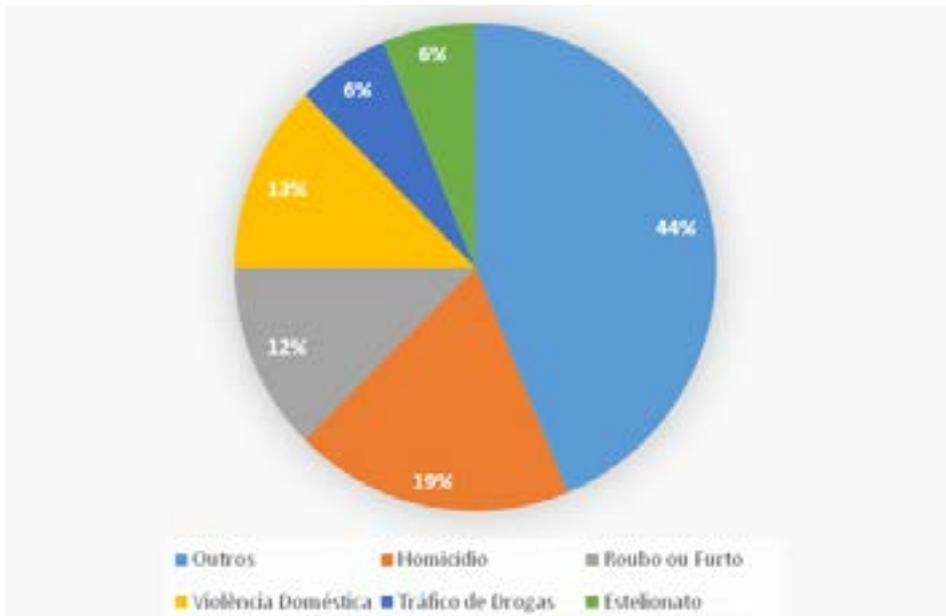
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Gráfico 2 – Dia 10/2/2020 com total de 11 casos



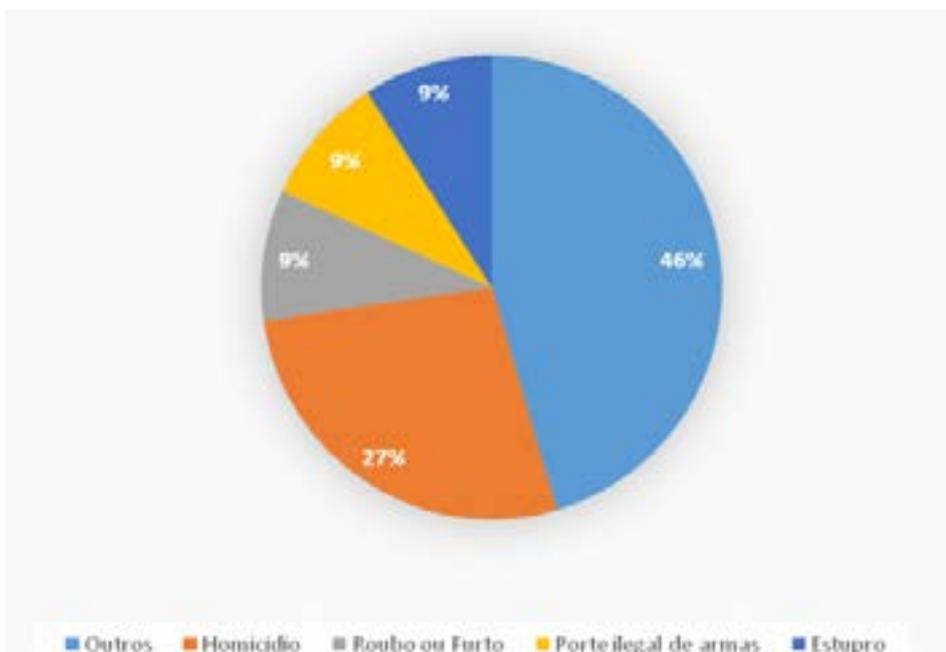
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Gráfico 3 – Dia 17/2/2020 com total de 16 casos



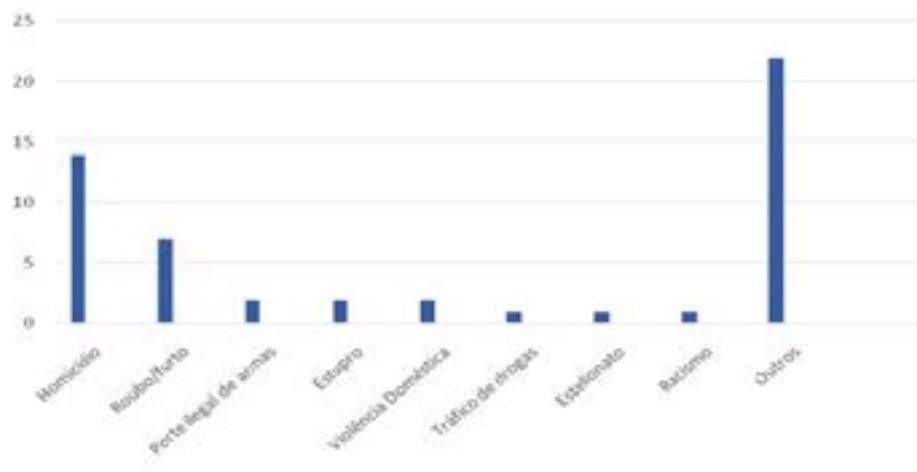
Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Gráfico 4 – Dia 24/2/2020 com total de 11 casos



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Gráfico 5 – Média dos crimes tipificados pelo programa nos 4 dias de observação com total de 52 casos noticiados



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Perceba-se, portanto, que, embora a presença de crimes contra a dignidade sexual (como o estupro – no art. 213 do Código Penal) e contra o patrimônio (como o roubo – no art. 157 do Código Penal) seja uma constante no cotidiano do programa enfocado, há, como se percebe rapidamente, uma certa prevalência do crime de homicídio no noticiário, justamente por ser o extraordinário, o crime mais impactante, aquele que põe fim à vida, o que chama mais a atenção das pessoas, também potenciais vítimas, despertando a curiosidade não apenas sobre a identidade daquela pessoa assassinada, mas em especial sobre o modus operandi da pessoa apontada como a assassina.

É nesse cenário televisivo em que, mais do que propriamente informar, busca-se atrair a atenção do público, que em diversas outras situações encaradas como criminosas, por vezes classificadas como “outros” nos gráficos (como problemas no trânsito, por exemplo), acabam sendo utilizadas, junto com as propagandas de todo tipo exibidas entre uma manchete e outra, para preencher o tempo do programa observado, mas tudo claramente focado na tentativa de fazer com que as pessoas não mudem de canal.

UM TELEJORNALISMO POLICIAL

Diante dos dados expostos anteriormente, percebe-se o quanto o programa se torna um verdadeiro combatente, uma espécie de canhão direcionado aos alvos minuciosamente selecionados pela descarada justificativa que permeia a ideia de política criminal brasileira, do crime, um perseguidor de delinquentes, buscando legitimar atuações policiais com maior rigor a fim de diminuir a criminalidade. Com isso, resta evidente e notório como o apresentador fala com visível alegria ao mencionar que algum delinquente morreu, como demonstrado no primeiro caso do primeiro dia. Outrossim, observa-se também como a posição geográfica do apresentador é estratégica enquanto apresenta o programa, sempre em pé, possibilitando movimentos e gestos que possam torná-lo mais próximo ao público, bem como a intenção de dialogar com a plateia ao tempo em que constrói uma narrativa durante a transmissão das imagens do delito.

Nota-se, no segundo caso citado do primeiro dia relatado, a insistência do repórter para que o policial dê depoimentos que possam acusar a pessoa e macular a sua imagem, atribuindo-lhe o sentido mesmo de bode expiatório. Além disso, ao final da matéria, o apresentador em coerência com a atuação do repórter, reafirma a segregação social que deve existir, apelando às emoções dos telespectadores ao mencionar *seu filho ou sua filha* com o fim de intensificar a cultura do medo.

Neste viés, ressalta-se a estigmatização constantemente apresentada no programa, demonstrada inclusive durante a segunda reportagem do primeiro dia, em que o repórter se refere à pessoa como criancinha do mal. Ou seja, além de todo um interrogatório com o objetivo de culpabilizar o investigado, o repórter ainda o estigmatiza para assim parecer cumprir uma espécie de anseio social (qual seja: a busca pela justiça ou pelo fim da impunidade), travestindo-se na figura do herói (não é por acaso que o super-homem dos quadrinhos se disfarce de jornalista) que está ali combatendo a criminalidade, exercendo seu papel de (des)informar. Na realidade, afigura-se apenas como instrumento mantenedor do status quo punitivo estatal.

Em consonância, vê-se como a estigmatização mencionada persegue o sujeito encarado como delinquente durante toda a sua vida, pois uma vez que ele tenha cometido um crime e sido preso, mesmo que já tenha cumprido sua pena, as pessoas o condenam eternamente como um malfeitor, como é o caso da

última reportagem exibida do primeiro dia. Da mesma forma, cria um eles por semelhança, como menciona Zaffaroni (2012, p. 307):

Para tanto, a criminologia midiática joga com imagens, selecionando as que mostram os poucos estereotipados que delinquem, e em seguida os que não cometeram crimes ou que só incorreram em infrações menores, mas são parecidos. Não é necessário verbalizar para comunicar que a qualquer momento os parecidos farão o mesmo que o criminoso.

Paralelamente, fala-se de uma condição de comunicação que é imposta ao indivíduo como forma de censura, sobretudo ao que se refere ao tempo que é disponibilizado para o discurso, impossibilitando espaços de diálogo, na linha de Bourdieu (1997, p. 19).

A televisão, portanto, cria uma narrativa de dramatização em que “os jornalistas têm ‘óculos’” especiais a partir dos quais vêem certas coisas e não outras; e vêem de certa maneira as coisas que vêem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. (BOURDIEU, 1997, p. 25)

De certo, um dos pontos bem trabalhados no livro *Sobre a televisão* de Bourdieu é o que ele traz sobre os chamados *fast-thinkers*, em que liga a necessidade de urgência em passar a notícia com a impossibilidade de formar um pensamento racional. Ou seja, nem o próprio apresentador consegue escapar desse fenômeno, contudo ele precisa dar uma resposta. Com isso, utiliza-se de ideias feitas que, segundo explicação de Bourdieu (1997, p. 40) “as ‘ideias feitas’ que fala Flaubert são ideias aceitas por todo mundo, banais, convencionais, comuns; mas são também ideias que, quando as aceitamos, já estão aceitas, de sorte que o problema da recepção não se coloca”.

Com isso, pode-se perceber que a maior incidência de casos relatados são os de homicídios, num total de 14 (quatorze) casos em 4 (quatro) dias de telejornal, preferencialmente os de caráter doloso para ter uma maior sensibilização para os telespectadores, ficando os casos de roubo ou furto em segundo lugar com 7 (sete) casos.

Desta feita, segue-se uma linha de padronização do que deve ser relatado aos programas, escolhidos aqueles que podem instigar maior ódio e repressão por parte dos receptores das notícias, como crimes mais sanguinários e crimes patrimoniais. Ademais, frisa-se a importância dessas escolhas temáticas, pois é totalmente intencional para criação do senso comum punitivo, sempre

reiterando a má personalidade da pessoa eventualmente investigada pelo sistema formal de controle e a ausência de devida punição por parte do Estado.

Deste modo, vê-se como o programa que se torna policial tem como fundamento a manipulação da alegada racionalidade socialmente difundida a partir das opiniões que emite diariamente, transmitindo discursos aparentemente verdadeiros, que a pretexto de realizar justiça, ao contrário, geram animosidade, disseminam medo e discursos de ódio para com a população do eles, ansiando-se por um direito penal mais repressivo que tem endereço certo.

EFEITOS DO POPULISMO PUNITIVO

Elena Larrauri (2006), uma das criminólogas que mais discute a questão do populismo punitivo, traz que esse movimento começou a partir da transição entre um modelo embasado na ressocialização para um modelo que persegue a incapacitação dos delinquentes.

Sobre seu conceito:

Na opinião deste último autor, [Bottoms], populismo punitivo se refere à quando o uso do direito penal por três governantes aparece guiado por três pressupostos: que maiores penas podem reduzir o crime; que as penas ajudam a reforçar o consenso moral existente na sociedade; e que há lucro eleitoral, que é produto deste uso. (LARRAURI, 2006, p. 15, tradução nossa)¹⁰

Isto posto, tem-se que o populismo punitivo ganha maiores adeptos após a Segunda Guerra Mundial, quando não havia mais um controle eficiente de delitos, adotando-se uma teoria de cultura de controle, discutida, por exemplo, em Garland (2001 apud LARRAURI, 2006, p. 15), passando o Estado a governar não propriamente contra o crime, mas através dele (governing through crime), na esteira de Simon (1997 apud LARRAURI, 2006, p. 15).

Nessa movimentação despontada no início da era moderna sobre a lida com o crime se destaca o fim de uma era marcadamente colonial de grandes desigualdades territoriais, tendo como fruto um forte sentimento de diferença, dificuldade e racismo, acrescentando-se a um sentimento também de insegura-

¹⁰ En opinión de este último autor, populismo punitivo se refiere a cuando el uso del derecho penal por los gobernantes aparece guiado por tres asunciones: que mayores penas pueden reducir el delito; que las penas ayudan a reforzar el consenso moral existente en la sociedad; y que hay unas ganancias electorales producto de este uso (texto original). (LARRAURI, 2006, p. 15)

rança de uma sociedade que passa a enfrentar novos (e democratizados) riscos. Ou seja, ao se submeterem aos intensos processos de hostilidade as pessoas se tornam mais conscientes e mais indispostas a tolerar algo que leve ao retorno do alegado desequilíbrio social (LARRAURI, 2006, p. 16).

Por conseguinte, esta cultura do controle foi fortemente utilizada como meio de discurso nas campanhas eleitorais, ficando conhecida como uma estratégia aliada à emergencialidade pela qual a sociedade passava. Em vista disso, Sozzo (2009, p. 42, grifo do autor) aduz que:

A insegurança urbana foi se transformando em um objeto de troca política, uma “mercadoria política”, através da qual se busca a produção de consenso político e no limite, eleitoral. Se trata de um novo tipo de “politização”, de uma matéria já reconhecida dos mais variados pontos de vista como “política”. Talvez possa ser pensado como uma “eleitoralização”. (tradução nossa)¹¹

Deste modo, a severidade do castigo se transforma, de forma progressiva, ao que Sozzo (2009, p. 43) chama de “receita fundamental” para as estratégias de controle do delito, pleiteando um endurecimento da política criminal e penitenciária, tanto no plano dos discursos como também na prática.

Para além disto, Sozzo (2009, p. 43) critica a ideia exposta acima de Garland (2005) ao se valer de uma “criminologia do outro” para a construção discursiva de uma representação do delinquente, utilizando-se de estereótipos e imagens, quando deveria estar fundamentando sua análise em uma meticulosa investigação científica. Outrossim:

Para Pratt (2007, p. 53 apud GLOECKNER; RAMOS, 2017, p. 257), a dimensão populista do fenômeno punitivo se expressa pelo fato de que há, nas sociedades modernas, um descontentamento popular generalizado relativamente ao funcionamento do sistema de justiça criminal; tal descontentamento traduzir-se-á – a exemplo do que ocorre no cenário nacional – numa série de discursos que, fazendo confluír os significantes impunidade, medo e violência, tem reivindicado a formação de uma fronteira interna no espaço social que separa, de um lado o povo, constituído, sobretudo, pelas vítimas da violência urbana, e, de outro, uma identidade política marginalizada que, de acordo com a crença que se encontra hoje

¹¹ La inseguridad urbana se fue transformando asíen un objeto de intercambio político, una “mercancia política”, a través de la cual se busca bala producción de consenso político y enel límite, electoral. Se trata de un nuevo tipo de “politización” – de una materia ya reconocida desde los mas variados puntos de vista como “política”. Tal vez se podría pensar mas bien como una “electoralización”. (SOZZO, 2009, p. 42)

difundida, tende a se beneficiar, direta ou indiretamente, com a complacência de um direito penal garantista. (grifo do autor)

Neste diapasão, o tripé impunidade, medo e violência é altamente utilizado pelos discursos midiáticos, objeto da pesquisa, como forma de política criminal cujo objetivo é incitar a segregação e conseqüente perseguição do eles para com os cidadãos de bem, se valendo de um falso direito penal garantista.

Gloeckner e Ramos (2017) citam a patologia de acusação e a patologia da representação, conforme o magistrado francês Salas (2010, p. 14 apud GLOECKNER; RAMOS, 2017, p. 260), como explicação da funcionalidade (ou sua falta) do discurso populista ao propor a ressignificação do ato de punir. Deste modo,

A negatividade inerente ao ato é obnubilada, em grande parte, por uma nova conotação prenhe de positividade: a punição dá-se não tanto em prejuízo dos criminosos, mas sim em favor das vítimas. Assim, ressignificado, o poder de punir é radicalizado, a sociedade, carente de segurança, passa a exigir mais acusações, mais julgamentos e mais condenações. Frente a esse contexto, os legisladores passam a operar com o intuito de superar aquilo que representa a segunda patologia identificada pelo autor: a crise de representatividade política, que, agravada, passa a representar a própria crise de legitimidade da forma-partido e do parlamento, enquanto instituição. (GLOECKNER; RAMOS, 2017, p. 260)

Porquanto, fica aqui demonstrado que o Estado passa a funcionar em consonância com as pulsões sociais (FREUD, 2013) colocadas em permanente estado de bombardeio midiático, permitindo a sensação de que o povo está à frente das decisões com relação a devida punição do infrator.

Não obstante, percebe-se que o populismo punitivo veio ganhando força no Brasil com base nos discursos políticos e, conseqüentemente, midiáticos, a fim de produzir uma resposta frente as pulsões de emergencialidade da crescente criminalidade, gerando uma forte tendência de punição mais severa.

UM DIREITO PENAL DO INIMIGO

Conforme discussão ao longo do presente estudo, tem-se como uma das formas de legitimação do senso comum punitivo os preceitos do direito penal do inimigo. Por isso, hodiernamente, os ensinamentos do direito penal do inimigo introduzidos por Jakobs, no final do século XX, de que, em resumo, devem existir para o direito penal os cidadãos e os não-cidadãos, parece-nos ser tão atual quanto à época.

Posto isso, a diferença entre o direito penal comum e o direito penal do inimigo, é que enquanto um se manifesta pela contradição, o outro visa a eliminação de um perigo, personalizado em um indivíduo transgressor assim estigmatizado. (JAKOBS, 2007)

Por outro lado, o positivismo de Garofalo (1851-1934) não é muito diferente dos ensinamentos de Jakobs (2007), como nos adverte Zaffaroni (2007, p. 92, grifo do autor):

As expressões mais grosseiras desta teorização da periculosidade e da pretensão da individualização **ôntica** do inimigo pertencem a Rafael Garofalo, para quem a ciência penal teria por objeto a defesa contra ‘os inimigos naturais da sociedade’ e a indulgência dos magistrados não seria mais que “o triunfo da lógica conseguido às expensas da segurança e da moralidade sociais”.

Porquanto, esta experiência teria como base a imposição de penas limitadas aos iguais e penas ilimitadas aos diferentes ou inimigos.

Ademais:

Imaginar que é possível incrementar o poder punitivo só com relação a inimigos não identificáveis ab initio é uma ingenuidade, para não dizer uma grave falta de senso. O que se discutirá, nesse caso, será se é possível reduzir as garantias de toda a população frente ao aparato repressivo e impor-lhe os controles, limitações e eventuais penalidades indevidas como consequência, em homenagem a uma pretensa e mais do que duvidosa eficácia da empresa humanitária do poder punitivo que declara perseguir apenas a neutralização do risco de emergência do momento. (ZAFFARONI, 2007, p. 118, grifo do autor)

Com isso, não resta dúvidas que o poder de individualização de agentes criminosos tem como principal questão a política, em detrimento dos direitos e garantias dos cidadãos em prol de um direito penal do inimigo, indo contra o

Estado constitucional de direito, cujo objetivo é a perseguição e eliminação do eles estigmatizados. Portanto, para isso, contextualiza Zaffaroni (2007, p. 120) que o problema da inviabilidade empírica da política criminal desse tipo de direito penal (o do inimigo), ao divulgar a realidade prática de que, apesar da tentativa de separação dos dois direitos penais (cidadão vs inimigo), não há como evitar afetação mútua.

Assim, tais políticas criminais de viés autoritário visam uma alegada emergencialidade, o efficientismo e o simbolismo, sendo prudente questionar em que medida existe essa emergência, pois será que seria capaz de passar por cima dos direitos e garantias dos indivíduos, como prega o efficientismo? A concepção de parte do ideário popular atribuída à Maquiavel de que os fins justificam os meios nunca fez tanto sentido nos dias de hoje. Além disso, não se pode esquecer do simbolismo, no sentido de que a política só serve para aplacar os anseios da sociedade, não possuindo, de fato, eficácia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criminologia midiática conduz a noções construídas com base em políticas criminais que primem pelo caráter de emergência, efficientismo e consequente simbolismo, formando o senso comum punitivo. Esse que, por sua vez, vale-se principalmente do discurso midiático, representado pela imagem do apresentador, aquele que é o condutor da notícia e quem tem maior impacto na sua transmissão, pois como fora demonstrado, é através da figura do apresentador que o telejornal passa a credibilidade e a confiança de que tanto precisa, utilizando-se de termos e gestos para obter uma maior aproximação com o telespectador.

Por isso mesmo, buscou-se investigar e explicar essa política criminal de cunho populista (com forte poder de atração da atenção das pessoas), que tanto reforça o senso comum repressivo, com o fim de romper com a estigmatização da pessoa exposta e com a ideia de emergencialidade do uso severo do sistema criminal. Restou, portanto, demonstrado a partir dos dados apresentados que esta política criminal está tão enraizada na dinâmica jornalística, nos programas mais populares, em especial no programa enfocado, que se preciso for, direitos e garantias individuais cederão em favor de um alegado senso de justiça.

Conquanto, ao se aprofundar a questão enfocada, observa-se a aberração que tais discursos disseminam, mas que parecem se tornar reais e legítimos na medida em que parte da sociedade (convém não generalizar, portanto),

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Lei de 16 de dezembro de 1830. Institui o Código Criminal do Império do Brasil. Brasília, DF: Presidência da República, 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-16-12-1830.htm. Acesso em: 7 mar. 2020.
- BOURDIEU, P. Sobre a televisão. Tradução de Maria Lucia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FREUD, S. Psicologia das massas e análise do eu. Porto Alegre: L&PM, 2013.
- GARLAND, D. La cultura del control: crimen y orden social em la sociedade contemporânea. Tradução de Máximo Sozzo. Barcelona: Gedisa, 2005.
- GIRARD, R. A violência e o sagrado. Tradução de Martha Conceição Gambini. São Paulo: Editora Unesp, 1990.
- GLOECKNER, R. J.; RAMOS, M. B. Os sentidos do populismo penal: uma análise para além da condenação ética. *Delictae: Revista de Estudos Interdisciplinares sobre o Delito*, Belo Hori-zonte, v. 2, n. 3, p. 248-297, 2017.
- JAKOBS, G. Direito penal do inimigo: noções e críticas. Tradução de André Luís Callegari e Nereu José Giacomolli. 2. ed. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2007.
- LARRAURI, E. Populismo punitivo y como resistirlo. *Juezas y Jueces para la democracia: informacion y debate*. Madri, n. 55, p. 15-22, 2006.
- LIMA, T. S. Onde estão os mortos?: silenciamento, discursos e os sentidos midiáticos da paci-ficação do Complexo do Alemão. 2015. 280 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano) – Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal de Flu-minense, Niterói, 2015.
- MAGALHÃES, T. TV Ponta Verde mostra aos parceiros crescimento na audiência e Tribuna destaca parceria. *Tribuna Hoje*, Maceió, 2019. Disponível em: <https://tribunahoje.com/noticias/cidades/2019/06/14/tv-ponta-verde-mostra-aos-parceiros-crescimento-na-audiencia-e-tribuna-destaca-parceria/>. Acesso em: 1 out. 2020.
- NATALINO, M. A. C. O discurso do telejornalismo de referência: criminalidade violenta e controle punitivo. São Paulo: Método, 2007.
- PLANTÃO Alagoas. Maceió: SBT, 5 fev. 2020a. 1 vídeo (86min). Publicado pelo canal TV Ponta Verde SBT. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Wd11PmRQJdo>. Acesso em: 15 mar. 2020.

MADE IN BRAZIL: CONSPIRACY THEORY AND THE FLOW OF INFORMATION IN ONE-TO-ONE WHATSAPP CONVERSATIONS

FEITO NO BRASIL: TEORIA DA CONSPIRAÇÃO E FLUXO DE INFORMAÇÃO EM
CONVERSAS UM-A-UM NO WHATSAPP

Abstract

This article aims to shed light on the multiple and complex ways that information flows in communication processes mediated by digital platforms. Based on actor-network theory, it unveils the dynamics that occurred in one-to-one conversations on WhatsApp, regarding the controversial death of the Brazilian Supreme Court Justice, Teori Zavascki, in 2017. Analyzing primary data from conversations in which the author was part, the paper discusses the signs of authority that allow for non-verified and fictional articles to circulate as if they were news pieces, enabling conspiracy theories to take shape. The paper defends that mutual responsibility in building the narrative with members of likeminded groups, and “translation” processes, in which the sender and information merge their characteristics to forge trust, are important factors to understand the circulation of content in private messaging applications. It addresses the role of digital platforms in the diffusion of conspiracy theories and in how “fake news” is framed as part of a distributed communication process where co-responsibility can be observed. The paper argues that the opposition between “real” and “fake” is too limited to make sense of how conspiracy theories spread digitally, given that such terms do not account for the technopolitics of the phenomenon.

Keywords: Fake news. Conspiracy theory. WhatsApp. Actor-network theory. Interpersonal communication.

¹ Center for Advanced Research in Global Communication (CARGC), Annenberg School for Communication, University of Pennsylvania. E-mail: fernandarosa@riseup.net.

Resumo

Este artigo visa lançar luz sobre as múltiplas e complexas formas em que a informação flui nos processos de comunicação mediados por plataformas digitais. Com base na teoria ator-rede, ele desvela a dinâmica de conversas um-a-um ocorridas no aplicativo de mensagens instantâneas WhatsApp a respeito da polêmica morte do juiz do Supremo Tribunal Federal, Teori Zavascki, em 2017. Analisando dados primários de conversas das quais a autora fez parte, o artigo discute os sinais de autoridade que permitem que artigos não-verificados e fictícios circulem como se fossem notícias, possibilitando que as teorias conspiratórias tomem forma. Este artigo defende que a responsabilidade mútua na construção de narrativas a partir da colaboração de membros de grupos de pessoas com pensamentos semelhantes e os processos de “tradução” – em que remetente e informação fundem suas características para forjar confiança – são fatores importantes para entender a circulação de conteúdo em aplicativos de mensagens privadas. O artigo aborda o papel das plataformas digitais na difusão de teorias da conspiração e no enquadramento das “notícias falsas” como parte desse processo de comunicação distribuída onde há corresponsabilidade, mostrando que a oposição entre “real” e “falso” é muito limitada para dar sentido a como as teorias da conspiração se espalham digitalmente, visto que tais termos não dão conta da tecnopolítica do fenômeno.

Palavras-chave: Fake news. Teoria da conspiração. WhatsApp. Teoria ator-rede. Comunicação interpessoal.

INTRODUCTION

ON A RAINY AFTERNOON from the distant past last December, I climbed the steps of a gallery in São Paulo downtown to find Mother Aleksandra behind a door without identification or bell. She greeted me promptly with a purificatory bath and a secret salute, something of Templars, Freemasonry and Anonymous Legion. Under a cloud of incense and the ecumenical gaze of saints from different continents of the Earth and beyond, the seer, who advises Brasília offices [Brazilian capital] and mansions in Jardins, revealed their predictions for 2017 exclusively for The Intercept Brasil. (CUENCA, 2017)²

This story was published on January 5, 2017 by the Brazilian chapter of The Intercept, a media outlet co-founded by Glenn Greenwald, a Pulitzer Prize winning journalist. The columnist who wrote the story, J. P. Cuencas, continued, “I transcribe below *ipsis litteris* the striking passages of the conversation – taking no responsibility for the seer’s words.” The predictions included the fall of Trump in 2018, changes in national politics and a death. There is a death

2 This and other excerpts from Brazilian outlets were translated by the author.

that will help untie those knots and unlock the board. A big name of Brazilian politics will be assassinated by the end of the year. That will solve almost everything.”

I was sent this piece on January 19, 2017. On that day, newspapers carried the sad and astonishing story about a small plane crash in the state of Rio de Janeiro, and the death of the Supreme Court Justice Teori Zavascki, who was vacationing. Zavascki was an important name in Brazilian politics at that moment because he was in charge of the Car Wash judicial inquiry, the most prominent operation in the country investigating bribery cases at the state oil company Petrobrás involving more than a hundred politicians and entrepreneurs. A week before, his name was in the news referring to the diligence and hard work of his team in analyzing that month more than eight hundred testimonies that mentioned important names in Brazilian politics, including the then president, Michel Temer. (BRIGIDO, 2017) Skepticism about the crash being an ordinary accident arose quickly.

The Guardian reported that “the timing [of the accident] prompted speculation that the judge had fallen victim to foul play”, followed by a balancing quotation from a political watchdog representative saying that it was “too premature to say what happened”. (WATTS, 2017) Two days after the accident, in *Folha de São Paulo*, a major Brazilian newspaper, a columnist titled their article “It is not conspiracy theory, it is doubt”. (GASPARI, 2017) They were responding to the seesaw of narratives between established media outlets and tweets, Facebook posts and other sources. For instance, the title of an article in *Folha* the night of the accident said, “Death of Teori Zavascki feeds conspiracy theories”. (BALLOUSSIER, 2017) The quotations, in this case, were tweets from celebrities, including from a singer who opined that “They erased Teori [Zavascki]”.

At a time when constraints to publish and share information have diminished significantly (SHIRKY, 2008), the dynamic among people connected through social media platforms which allow one-to-one and one-to-many communications gains relevance. Social media users are able to build frames of analysis (SCHEUFELE, 1999), that the traditional media can oppose or resonate based on what is considered legitimate evidence. Ideally, journalism is understood as an instrument to inform public opinion, which supposes a “reasoning public” and is different from “mere opinions”. (HABERMAS, 1974, p. 50) The journalism idealized as a mediator in public sphere is not a “mere organ for the spreading of news”. Instead, it is a “mediator and intensifier of public discussion”. (HABERMAS, 1974, p. 53) Thus, normatively, journalistic news carries a different stature in comparison with common guesses or rumors. In practice,

though, what journalism and news are – whether one’s opinion in a blog, news with non-verifiable sources, or public opinion – will depend on reception and how messages are decoded. (HALL, 2006) As James Carey points out, “news is not information but drama. It does not describe the world but portrays an arena of dramatic forces and action; it exists solely in historical time; and it invites our participation on the basis of our assuming, often vicariously, social roles within it”. (CAREY, 2009, p. 17)

One of the main contributions of actor-network theory (ANT) is to provide a rationale and a methodological approach to help explain social dynamics (LATOURET, 2005), unveiling the drama, to use Careys’s word, so to speak. In light of the phenomenon of “problematic information” (JACK, 2017), more commonly referred to as “fake news,” and the consequent processes of disinformation and misinformation in operation, the goal of this paper is to shed light on the multiple and complex ways that information flows – and gains plausibility through the dynamic of sharing – among individuals and digital platforms. It is focused on understanding the pathways (LATOURET, 2008) of the conspiracy theory about the death of the Justice Teori Zavascki in one-to-one WhatsApp conversations in which the author was part. As I aim to establish, “fake news”, or problematic information, the term that will be adopted here, are intertwined with people’s goals and digital technologies’ functions, and thrives within the network of relations that this enables.

As already shown, news has a strong socialization component in that our peers’ posts and messages on social media have become primary sources for news consultation. (CLARK; MARCHI, 2017; HOWARD, 2020) “News is the information you need to have some engaging conversations with someone,” says a twenty-year-old in a long-term study with the young population in the United States. As the authors of this study suggest, among this social group, news “always comes [...] in the form of an informal invitation to conversation, suggested by a friend or acquaintance through a social media site”. (CLARK; MARCHI, 2017, p. 79)

Yet, on the centrality of digital platforms, research has shown that the dissemination of problematic information is not dissociated from the capabilities of reach, functioning and the commercial aspects of social media applications. (EMPOLI, 2019; HOWARD, 2020) The affordances of digital platforms, or what they allow someone to do, as we shall see, impact the circulation of information online and how interpretations take form. As Bruno Latour puts it, “When people say of technologies that they are neither good nor bad, they forget to add: nor neutral”. (LATOURET, 2013, p. 219) In this way, materiality, rep-

resented here by social media applications, is a fundamental dimension of the actor-network of problematic information.

In this sense, people, news—or any sort of content – and digital platforms are here considered actors. Regarding this, it is important to understand that actor-network theory authors assume not only a symmetric relation between humans and non-humans, society and technological artifacts, but also understand that there is a continuous interchange between human goals and technological functions. This happens in such a way that a speed bump, for instance, can be understood as a “delegation” of engineers’ goals in pavement and concrete, and a “translation” of the speed law enforcement into a technique. In other words, the desired action of making drivers slow down is, in this case, not only expressed by a “negotiable” speed limit sign, in which the driver has the opportunity to ignore it; it is in fact compelled by “nonnegotiable speed bumps”. (LATOURE, 1999, p. 186-188) Thus, by mediating humans’ goals, the technique influences human behavior with its own functions and characteristics.

It is the recognition that artifacts assume actions that make them actors or actants, opening a window to investigate their characteristics as such. For Latour, “Responsibility for action must be shared among the various actants” (LATOURE, 1999, p. 180) because action is conceived not as an exclusive attribute of humans, but as a distributed action, a result of a combination of agents, including technical artifacts. Because of that, “When we act, we must ask: who else acts at the same time as us? How many entities do we invoke? [...]”. (BRUNO, 2012, p. 696, own translation) These tenets guide the analysis that follows.

THE PATHWAYS OF INFORMATION AND INTERPRETATIONS

I received the Mother Aleksandra predictions on the day of the justice’s death. Alicia³ sent it to me through a one-to-one conversation via WhatsApp, asking, “Have you read this?” Days after, I decided to try to understand the context in which she decided to share that article. Her reporting is revealing. She had read the piece some weeks before on Facebook and had not shared it with anyone until the justice’s death. She follows the author of the article, who is an award-winning chronicler recognized with international prizes. On the day of the accident, his post appeared on her timeline again. She then sent it to some friends, with whom she shares political views, and to people that “flirt with both sides” in politics, which means, are not completely opposed to her mindset.

3 The names were changed.

The group polarization implied in her story is important for our arguments and for understanding the next steps along the information pathways. In August 2016 the elected president Dilma Rousseff, from the leftist Workers Party (PT), was impeached based on allegations of creative accounting and the editing of a decree to use supplementary credit, which had not been given congress' approval. (BRASIL, 2016) Her vice, Michel Temer, from a centrist party, the Brazilian Democratic Movement Party (PMDB), supported her fall, and became the next president. Following his inauguration, Temer implemented a right leaning economic agenda guided by austerity proposals,⁴ drastically changing the government direction (PHILLIPS, 2016).

One can find pro- and against-impeachment opinions among the population that form two main sides. On the one side, the pro-impeachment rationale frames the Workers Party as a gang (“quadrilha”), a group of corrupt politicians who use political power for their own benefit. Car Wash Operation, for its broad media visibility, and for investigating numerous Workers Party’s partisans, was used as the main evidence of that rationale. On the other side, arguments against the impeachment frame the whole impeachment process as it occurred as “a coup d’etat”. Among the facts that sustain this narrative is the leak of the conversation of a senator, a key ally of the president Temer, suggesting that stopping the investigation of corruption was necessary to take Rousseff out of office and to install Temer instead. In the same tape, the name of the justice Teori Zavascki, who died in the plane accident, was mentioned by Temer’s ally as someone “closed off” to making deals”. (GREENWALD, 2017) Justice Zavascki was appointed by Rousseff, the impeached president, and due to his death, Temer, the vice-president who took power after Rousseff was ousted, was supposed to appoint a new justice, which has leveraged questions about conflict of interest, since he is personally cited in the Car Wash accusations that were under Justice Zavascki’s analysis. (COLON, 2016; PIVA, 2017)

Under this context, the scenario is set for many people to doubt the nature of the plane crash, but clearly, people that consider the impeachment a coup, have even more reasons to take speculations into consideration. As explained by Sunstein (2001), in likeminded group discussions, “people are likely to move toward a more extreme point in the direction to which they were previously inclined”. This leads to the phenomenon of “cascades”, when groups move toward a certain set of beliefs or actions which are commonly “driven by information”. (SUSTEIN, 2001) That was one of the reasons for me to receive that chronicle

4 For more information on this historical moment, Cf. the Oscar-nominee documentary “The edge of democracy”. (THE EDGE..., 2019)

piece then; I was considered an equal, who to some extent shared the beliefs that would lead to the interpretation of an unsolved death as an assassination.

The discursive architecture where users express their opinions and thoughts (FREELON, 2015), used to create these in-group conversations, is relevant in this context. WhatsApp is Facebook's private messaging application designed for mobile phones, and connected to the user's phone number, which allows the exchange of encrypted messages and some level of control by the sender through her audience by contrast to Facebook's news feed. In regard to this, Alicia explained to me why she did not share the Mother Aleksandra's post on Facebook: "There, I expose myself, I can have problems, my boss can see".

I argue that here, her motivation to exchange private messages through WhatsApp regarding the prediction of a murder on the day of the accident shows an example of communitarianism, in which "the maintenance of ingroup/outgroup borders" (FREELON, 2015, p. 777) and the creation of a safe place with people who have similar beliefs are key. At the same time, her privacy protection is also at stake, along with the feeling that her media preferences should flow appropriately, among friends who do not include her boss. In other words, they should flow according to informational norms determined by some actors, type of information, and constraints, as the theory of privacy as contextual integrity points out. (NISSENBAUM, 2010)

Additionally, what Alicia's behavior suggests is an interesting interaction with Facebook's algorithms of relevance and the use of information. She shared the post only when it appeared for the second time, and opted for private chats to do so. What is important to remember, though, is that in using WhatsApp her action is still supported by a Facebook company, a fact that has implications when considering the traces that digital communication leaves by default (BRUNO, 2012). While Alicia opted for one application over another, following her privacy preferences, her communication traces are still under Facebook ownership and governance. For instance, one of the company's recent patents aims at quantifying the level of its users' influence by analyzing their online interaction with other users. (MACHADO, 2018) In other words, in technopolitical terms, her communication traces can be subject to analysis, handling, and monetization.

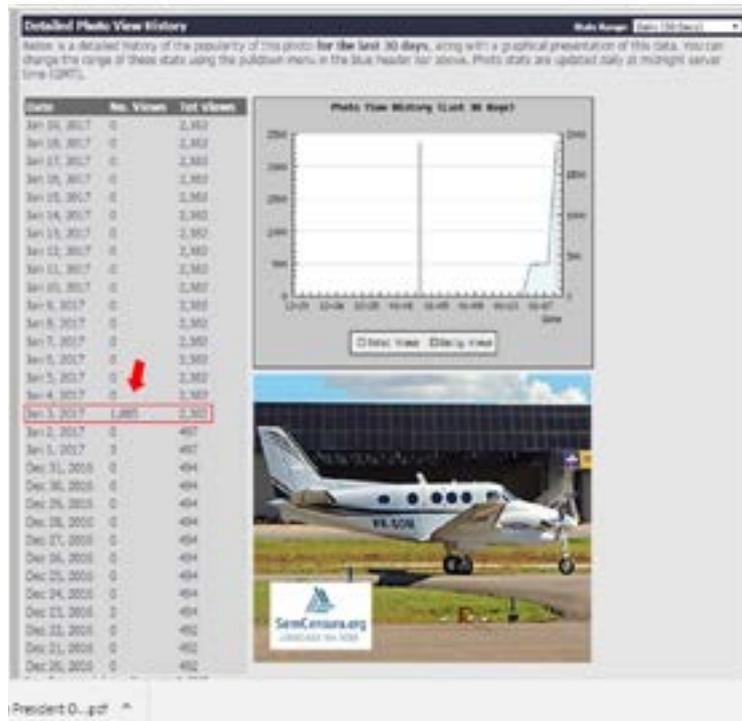
After receiving the Mother Aleksandra chronicle from Alicia, I shared it with two other friends in one-to-one conversations through WhatsApp. Interestingly, both sent me another article in reply with the title "Urgent: Federal Police finds that plane in which minister Teori Zavascki boarded was being followed for 16 days" (own translation). The news came from a website called

“Diário do Brasil” (Diary of Brazil), which I had never heard of until then, but whose name could be easily confused with historical and traditional newspapers, though, such as “Jornal do Brasil”, and other outlets that have “diário” (diary) in the name. The piece was short:

The scoop is from journalist Cláudio Tognolli, Yahoo.

Federal Police want to know who accessed the photo of the plane that killed Teori [Zavascki] in the Beechcraft database. According to information, the record containing data and the image of the aircraft was accessed almost 1,900 times in a single day. Someone has been after this data since January 3. Note below in the airplane prefix”. (CARVALHO, 2017)

Figure 1 – Picture reproduced from Diário do Brasil



Source: Reproduced from PAND (2016).

The small article is surrounded by advertisements, that included a big aviation company and a link to the Facebook's *Diário do Brasil* profile, with more than 230 thousand followers as of January 2017. In the bottom, there is also a link to the supposed airplane's picture on a database (PAND, 2016), although it was not easy to find it with so many stimuli on the webpage. On the date that the article was released, the picture had more than twenty-one thousand accesses, according to the link counter, decreased to more than five thousand and four thousand in the following days. A search on a search engine like Google showed that many other small sites replicated the article.

Sophia and Rachel, who sent this article to me and with whom I share political views, had leading positions at the organizations where they worked. I asked both how they had access to that link. Their replies were telling. Sophia explained that she heard about the article during an in-person conversation with a colleague with whom she was speculating about reasons for the suspicious death of Teori Zavascki. Sophia, then, searched on Facebook for more information, and found many links, among which she selected the one in *Diário do Brasil* for recognizing it as a source that circulates in a community that she is part of on Facebook called "People Against the Coup Forum" (own translation). This was the sign of authority for her to share it with me, upon receiving the Mother Aleksandra piece that I sent her. While Sophia only shared the *Diário do Brasil* link once, she talked in person about its content with other friends, "helping them complete the list of speculations and conspiracies" when discussing the justice's death in informal conversations at her workplace. Facebook, Google, and WhatsApp can be considered participants in such in-person conversations as well, although their presence is not self-evident.

Unlike Sophia, Rachel did not access the *Diário do Brasil* article via an active search, but through "a friend who is connected and smart" with whom she commonly talks about politics. Her explanation about this person shows that, in this case, her colleague himself was the main sign of authority for the piece: "I always take what he shares with me into consideration". During a conversation, Rachel inquired of her friend why he thought that the plane was "being followed" before the accident. He, then, sent her the *Diário do Brasil* link through WhatsApp. She said that when looking at the website, she did not pay attention to the whole page, but focused on the chart that shows the number of accesses to the plane picture on January 3, which the site framed with a red rectangle. After that, she searched for the information on Google to see if other familiar sources and blogs had posted about it, but the answer was negative. "I believe in the idea that it was not an accident", she admitted, justifying why she

searched for other sources. Above all, she would like to confirm that idea. After receiving the Mother Aleksandra piece, she noted that she saw an opportunity to share the link with someone who could “canvass” it – me. She just sent the link, without any comment about what my mission would be upon receiving it.

BEYOND THE OPPOSITION BETWEEN “FAKE” AND “REAL”

Based on these pathways, I argue that the level of trust that Sophia and Rachel had in the *Diário do Brasil* article, with the plane’s picture and speculative information, is comparable to that put in the Mother Aleksandra chronicle, a literary genre that gained another “mode of existence” (LATOURE, 2013) in the face of its political context. When they shared the *Diário do Brasil* piece with a shallow checking, it functioned as an uncommitted “have you seen this?”, a call to continue the conversation. There was no certainty about how reliable the article is, but that was not the most important driver for that communication to happen. Instead, some sort of authority recognized before sharing (a friend or a Facebook group), and mutual responsibility in building the narrative with me, the receiver, within a likeminded group were crucial.

With regard to the chronicle, it led to different interpretations but convergent ends. While Rachel first believed that Mother Aleksandra exists and is possibly a virtuous seer, Sophia put more emphasis on the fact that the Intercept’s columnist is a chronicler. In this case, his predictions would not be necessarily based on a seer’s gift, but on “elements of gossip, and ‘backstage conversations’ that can allow him to predict the future”. Sophia and Rachel have no certainties, other than the idea of a politically motivated murder that relates to their beliefs.

Some consequences arise from this. First, this can be an alternative starting point for future studies on the use of news from non-verifiable sources. Different from a lack of information literacy (ROSA; DIAS, 2021) – a reasonable motive for people to share problematic information—likeminded group conversation dynamics make other motivations explicit. In communitarian communication, specifically, there seem to exist implicit norms regarding the co-responsibility for the shared content, and the content tends to move the group in directions that its members have greater predisposition to follow. This evidence also goes beyond the common logic of intentionality/non-intentionality in misleading communication, which appear as the basis for definitions of disinformation and misinformation, respectively. (JACK, 2017) Rather, it is the

trust implied by likemindedness and privacy platforms that provides the rationale for sharing information. The discursive architecture of private messaging applications (e.g. WhatsApp) is constitutive of these dynamics, especially in extreme contexts of balkanization (SUSTEIN, 2001), as the one studied here, where security and some synergy between the parties are necessary for uncommitted communication to happen.

Second, in the absence of an established or conventional media outlet, the authority of the news can be substantiated by who is sharing it. At this moment, one notices a process of “translation” between both the news and the person, or, in other words, “the creation of a link that did not exist before and that to some degree modifies the original two [constituents]”. (LATOURE, 1999, p. 179) With that, the sense of friendship and trust between people give them license to exchange unverified information. This can be studied in the future as a fundamental characteristic of individuals as media outlets and horizontal influencers as part of a sociotechnical arrangement entangled with other artifacts in an actor-network.

Third, the similar uncertainties present in the consideration of a unverified news source and a story from a well-known chronicler who correctly “predicted” a death, elicit questions about what “fake news” means. When analyzing the property of being fictional, Bruno Latour remembers that fiction is not opposed to reality, but a version of it. For instance, a fictional artifact, such as a piece of art, exists in relation to the imagination of the audience, which the art itself contributes to foster. Without imagination, a piece of art may be seen as just a conglomerate of raw materials, diluting its artistic sense. In Latour’s words, “If we call the beings of fiction fictive or fictional, it is not because they are false, unreliable, or imaginary; it is, on the contrary, because they ask so very much from us and from those to whom we have the obligation to pass them along so they can prolong their existence”. (LATOURE, 2013, p. 249) This is applicable to the chronicle, as it has populated the readers’ imagination and gained meanings that led it to be shared and to flourish in others’ imaginations.

This is the main difference between “beings of fictions” and “beings of reference”, the latter associated with science. While science is built on the same raw materials, and is as imaginative as art, there are limits to where it leads its audience, a type of discipline that makes scientific artifacts tell a more controllable and traceable story. In the author’s words, “The sciences may be fictions, but they are domesticated enough to report, refer, inform”. (LATOURE, 2013, p. 252). Taking this argument into consideration, a verifiable narrative has a dif-

ferent nature when compared to a problematic information. Considering such distinctions, where can the *Diário do Brasil* article be situated?

By tracking that article, I could realize that its origin in a long pathway was an investigation leaked from the Brazilian Federal Police. An anonymous source from the police shared information with at least one journalist on the apparent sudden interest in the airplane model that crashed in a public repository of airplanes photos online weeks before the accident. The journalist responsible for the “scoop” reported by the *Diário do Brasil* is an established and award-winning professional. He used to write on Yahoo! Notícias (Yahoo News), and other prestigious outlets, and is also a university professor at a traditional institution. With that privileged information in hand, the journalist recorded a one-minute video while in a restaurant, showing the airplane database picture on his cellphone and explaining the case as an ongoing investigation. He then posted the video on his channel on YouTube, which is not available anymore at the time of writing, with the title “Federal Police investigates if Teori’s airplane was being followed” (emphasis added).

Notably, the hypothesis in that report became a thesis: the *Diário do Brasil* changed it to that. Additionally, the verb (*apura*) that precedes it has a double meaning in Portuguese, and can also mean “find out”—, the meaning that was prioritized in the *Diário do Brasil* title.⁵ Furthermore, the public photo repository became the manufacturer’s database in this fabricated version. Here, a new story was born to be shared thousands of times, while the original piece was also circulating, to the delight of the journalist who celebrated on Twitter more than 122 thousand views “in a day”, receiving compliments in the comments. (TOGNOLLI, 2017)

Clearly, the business model based on the monetization of views and clicks, the sense of opportunity showed by the relevance algorithms, the political context of a nation under a traumatic schism, the social network dynamics in the private and public spheres, among others, played a role in the informal communication of the journalist in his own Twitter and YouTube channels, as well as the subsequent reformulation of its content on a website that projected itself as a news outlet. *Diário do Brasil*, which had at that time thousands of followers on Facebook, still has a domain and a website online, but its Facebook webpage could not be found in 2020.

5 Original title: “Urgente: Polícia Federal apura que o avião em que o ministro Teori Zavascki embarcou era seguido há 16 dias”. Later, this title was changed to be even more emphatic: “Plane that Minister Teori Zavascki boarded was followed for 16 days” (“Avião em que ministro Teori Zavascki embarcou foi seguido durante 16 dias”).

In 2018, an electoral year in Brazil, Facebook excluded almost two hundred pages associated with the spread of disinformation online; however, the company did not inform which pages were excluded. (FACEBOOK..., 2018) While it is not possible to know if the deletion of *Diário do Brasil* from Facebook happened as a result of such a policy, the lack of public information on the matter shows how these digital platforms work under their own rules, in a privatized mode, benefiting from the ambiguous term “platforms” so as to not be framed (and regulated) as media outlets. (GILLESPIE, 2010) Nevertheless, as this paper shows, all the digital platforms that emerged in the case: Facebook (including its WhatsApp and YouTube), Google, and Twitter are part of the actor-network that is found to be involved in the conspiracy theory regarding the death of the Justice Teori Zavascki. Furthermore, they are co-responsible for these communication processes and the spread of content that makes conspiracy theories take form. “The platforms do not create speeches, but have algorithmic systems that distribute the speeches [...]”. (SILVEIRA, 2018, p. 37) This shows the technopolitics of communication in times of digital platforms, whose private attributes and intellectual property protections contribute for us, as a society, to still be at the very beginning of understanding how social media algorithms work.

FINAL CONSIDERATIONS

For Carey, journalism is a symbolic system that allows society to “create, express, and convey [...] knowledge of and attitudes toward reality” (CAREY, 2009, p. 24) as religion, common sense, art, and mythology also do. In this sense, “reality is brought into existence, is produced, by communication – by, in short, the construction, apprehension, and utilization of symbolic forms”. (CAREY, 2009, p. 22) What the present paper adds to this perspective is how this symbolic system is materially built within a network of relations. People give meaning to what is read, through processes that are socially built and historically situated. (CAREY, 2009) Nevertheless, as they are part of a network – with other individuals, artifacts, corporations, etc. –, action is distributed, as are the meanings that are in constant configuration. Considering that the sharing of unverified or problematic information, so-called “fake news,” works as a bond between members of likeminded groups on one side, and as a source of user engagement and profit for content producers and intermediaries on the other, it is necessary to recognize the participation and co-responsibility of all members involved in this complex and distributed communication process. The opposi-

tion between “real” and “fake” is too limited to make sense of how conspiracy theories spread digitally, given that such terms do not account for the technopolitics of the phenomenon.

ACKNOWLEDGEMENTS

The author would like to thank the reviewers for their thoughtful comments and suggestions to improve the article. The author is also deeply grateful to her stirring friends for the inspiring conversations and their consent for this work to be published.

REFERENCES

- BALLOUSSIER, A. V. Morte de Teori Zavascki alimenta teorias da conspiração. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 19 jan. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/01/1851293-morte-de-teori-zavascki-alimenta-teorias-da-conspiracao-na-internet.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BRASIL. Senado Federal. CEI2016: Comissão Especial do Impeachment 2016: Atividade Legislativa. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?o&codcol=2016>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BRIGIDO, C. Equipe de Teori no STF não tirou férias para analisar delação da Odebrecht. *O Globo*, Rio de Janeiro, 13 jan. 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/equipe-de-teori-no-stf-nao-tirou-ferias-para-analisar-delacao-da-odebrecht-20768341>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- BRUNO, F. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. *Revista Famecos*, v. 19, n. 3, p. 681-704, 2012.
- CAREY, J. W. A Cultural Approach to Communication. In: CAREY, J. W. *Communication as Culture: Essays on Media and Society*. Revised edition. New York: Routledge, 2009. p. 11-28.
- CARVALHO, P. M. Avião em que ministro Teori Zavascki embarcou foi seguido durante 16 dias. *Diário do Brasil*, Mauá, 20 jan. 2017. Disponível em: <https://diariodobrasil.org/urgente-pf-apura-que-aviao-em-que-ministro-teori-zavascki-embarcou-era-seguido-ha-16-dias/>. Acesso em: 22 jan. 2021.
- CLARK, L. S.; MARCHI, R. M. *Young people and the future of news: social media and the rise of connective journalism*. New York: Cambridge University Press, 2017.
- COLON, L. Delator da Odebrecht cita Temer, Renan, Maia e mais de 20 políticos. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 9 dez. 2016. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/>

poder/2016/12/1840131-odebrecht-levou-dinheiro-a-escritorio-de-amigo-de-temer-diz-delator.shtml. Acesso em: 22 jan. 2021.

CUENCA, J. P. Previsões para 2017: Mãe Aleksandra conta tudo. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 5 jan. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/01/05/previsoes-para-2017-mae-aleksandra-counta-tudo/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

EMPOLI, G. *Os engenheiros do caos: como as fake news, as teorias da conspiração e os algoritmos estão sendo utilizados para disseminar ódio, medo e influenciar eleições*. São Paulo: Vestígio, 2019.

FACEBOOK remove 196 páginas do Brasil sob acusação de “desinformação”. Veja, São Paulo, 25 jul. 2018. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/facebook-retira-dor-196-paginas-sob-acusacao-de-fake-news>. Acesso em: 22 jan. 2021.

FREELON, D. Discourse Architecture, Ideology, and Democratic Norms in Online Political Discussion. *New Media & Society*, Thousand Oaks, v. 17, n. 5, p. 772-791, 2015.

GASPARI, E. Não é teoria da conspiração, é dúvida. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 21 jan. 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/eliogaspari/2017/01/1852018-nao-e-teoria-da-conspiracao-e-duvida.shtml>. Acesso em: 22 jan. 2021.

GILLESPIE, T. The Politics of “Platforms”. *New Media & Society*, Thousand Oaks, v. 12, n. 3, p. 347-364, 2010.

GREENWALD, G. Small-plane crash that killed Brazil's key corruption judge demands investigation and protection from Temer. *The Intercept Brasil*, Rio de Janeiro, 20 jan. 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/01/20/small-plane-crash-that-killed-brazils-key-corruption-judge-demands-investigation-and-protection-from-temer/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

HABERMAS, J. The public sphere: an encyclopedia article (1964). *New German Critique*, Ann Arbor, n. 3, p. 49-55, 1974.

HALL, S. Encoding/decoding. In: DURHAM, M. G.; KELLNER, D. M. (ed.). *Media and Cultural Studies: keyworks*. Revised edition. Malden: Blackwell Publishing, 2006. p. 163-173.

HOWARD, P. N. *Lie Machines: How to Save Democracy from Troll Armies, Deceitful Robots, Junk News Operations, and Political Operatives*. New Haven: Yale University Press, 2020.

JACK, C. Lexicon of Lies: Terms for Problematic Information. *Data & Society*, New York, ago. 2017. Disponível em: https://datasociety.net/wp-content/uploads/2017/08/DataAndSociety_LexiconofLies.pdf. Acesso em: 22 jan. 2021.

LATOUR, B. *An Inquiry Into Modes of Existence: an Anthropology of the Moderns*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2013.

LATOUR, B. *Pandora's Hope: Essays on the Reality of Science Studies*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999.

LATOUR, B. *Reassembling the Social: an Introduction to Actor-network-theory*. Oxford; New York: Oxford University Press, 2005.

MACHADO, D. A modulação de comportamento nas plataformas de mídias sociais. In: SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S. A. (ed.). *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, 2018. p. 47-69.

NISSENBAUM, H. *Privacy in context: technology, policy, and the integrity of social life*. Stanford, CA: Stanford Law Books, 2010.

PAND. Photo ID 8227524. *JetPhotos*, [s. l.], 21 mar. 2016. Disponível em: <https://www.jetphotos.com/photohistory.php?id=8227524&range=30>. Acesso em: 22 jan. 2021.

PHILLIPS, D. Brazil senate approves austerity package to freeze social spending for 20 years. *The Guardian, London*, 13 dez. 2016. Disponível em: <http://www.theguardian.com/world/2016/dec/13/brazil-approves-social-spending-freeze-austerity-package>. Acesso em: 22 jan. 2021.

PIVA, A. How the Zavascki plane crash could advance a political agenda in Brazil. *Council on Hemispheric Affairs*, Washington, DC, 31 jan. 2017. Disponível em: <https://www.coha.org/how-the-zavascki-plane-crash-could-advance-a-political-agenda-in-brazil/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

ROSA, F. R.; DIAS, M. C. N. Letramento digital: significados existentes e a proposição de um conceito. In: PEREIRA NETO, A.; FLYNN, M. B. (org.). *Internet e saúde no Brasil: desafios e tendências*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021.

SCHEUFELE, D. A. Framing as a theory of media effects. *Journal of Communication*, Hoboken, v. 49, n. 1, p. 103-122, 1999.

SHIRKY, C. *Here comes everybody: the power of organizing without organizations*. New York: Penguin Books, 2008.

SILVEIRA, S. A. A noção de modulação e os sistemas algorítmicos. In: SOUZA, J.; AVELINO, R.; SILVEIRA, S. A. (ed.). *A sociedade de controle: manipulação e modulação nas redes digitais*. São Paulo: Hedra, 2018. p. 31-46.

SUSTEIN, C. R. The daily we: is the internet really a blessing for democracy? *Boston Review*, Cambidgre, MA, v. 26, n. 3, 2001.

THE EDGE of democracy. Direção de Petra Costa. Brasil: Netflix, 2019. (121 min.).

TOGNOLLI, C. *122 mil em um dia: obrigado!!!*. [S. l.], 21 jan. 2017. Twitter: @claudiotognolli. Disponível em: <https://twitter.com/claudiotognolli/status/822936814084354048>. Acesso em: 22 jan. 2021.

WATTS, J. Brazil supreme court justice overseeing vast corruption case dies in plane crash. *The Guardian, London*, 19 jan. 2017. Disponível em: <http://www.theguardian.com>.